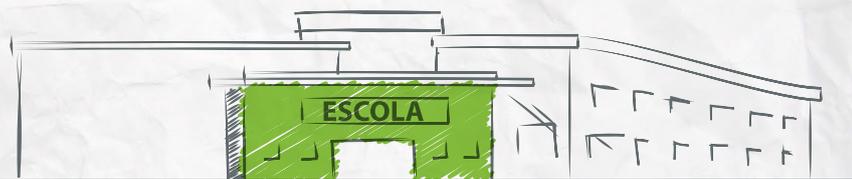




Volume 05
**O DIREITO À EDUCAÇÃO, ESPORTE,
CULTURA E LAZER**



DIAGNÓSTICO DA REALIDADE SOCIAL
DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DO MUNICÍPIO DE CURITIBA



VOLUME V

O Direito à Educação, Esporte, Cultura e Lazer

DIAGNÓSTICO DA REALIDADE SOCIAL
DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DO MUNICÍPIO DE CURITIBA



VOLUME V

O Direito à Educação, Esporte, Cultura e Lazer

IDEALIZAÇÃO:



REALIZAÇÃO:



APOIO:



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Januário, Ermelinda Maria Uber

Diagnóstico da realidade social da infância e juventude do município de Curitiba, Ermelinda Maria, Uber Januário, Fátima Mottin, Maria Helena Provenzano. — 1. ed. — Joinville, SC : Painel Instituto de Pesquisas, 2018.

Vários colaboradores.

Bibliografia. ISBN 978-85-93177-06-4

1. Ciências sociais - Pesquisa - Curitiba (PR)
2. Crianças e adolescentes - Direitos 3. Curitiba (PR) - Aspectos socioeconômicos 4. Estatística
5. Indicadores sociais - Crianças e adolescentes
6. Infância 7. Juventude I. Mottin, Fátima.
- II. Provenzano, Maria Helena. III. Título.

18-13404

CDD-304.6098162

Índices para catálogo sistemático:

1. Curitiba : Paraná : Diagnóstico social :
Infância e juventude : Ciências sociais 304.6098162

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CPI) (CÂMARA BRASILEIRA DO LIVRO, SP, BRASIL)

Diagnóstico da Realidade Social da Infância e Juventude do Município de Curitiba,

Volume 5: O Direito à Educação, Esporte, Cultura e Lazer

1ª Edição, Curitiba, PR – Núcleo Criativo Painel – 2017

18-13404

CDD-304.6098162

ÍNDICES PARA CATÁLOGO SISTEMÁTICO

304.6098162

Coordenação Geral do Diagnóstico

Ermelinda Maria Uber Januário – Economista CORECOM nº 2.556-9

Fátima Mottin – Estatística CONRE nº 9013-A

Coordenação de Projeto

Maurício Cunha – Administrador e Antropólogo

Análise Estatística

Fátima Mottin – Estatística CONRE nº 9013-A

Equipe Técnica

Ana Maria Mottin – Pedagoga e Administradora Pública

Robson Richard Duvoisin – Pedagogo

Valmir Poli – Assistente Social CRESS nº 2518

Coordenação de Campo

Maria Helena Provenzano – Administradora CRA nº 27913

Heloísa Rafael Moraes – Assistente Social CRESS nº 10928

Apoio Administrativo

Diana Garbin

Francine Duarte e Silva

Revisão

Me. Prof.ª Sorái Vaz da Silva

Base Cartográfica

Rodolfo Januário – Administrador

Identidade Visual

Rafael Uber – Cineasta

Assessoria de Imprensa

Ana Luísa Nasci – Jornalista

CONSELHO MUNICIPAL DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CURITIBA - COMTIBA

Gestão 2016

Presidente: Rosângela de Barbara da Silva

Fundação de Ação Social

Vice-Presidente: Ana Paula Ribeyre Baena

Associação de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro

Conselheiros Governamentais:

Jucelma Silveira Martinatto

Fundação de Ação Social

**Itália Bettega Joaquim e
Danielle Bonamin Flores**

SME - Secretaria Municipal de Educação

Jussara Sorgenfrei e Nícia Elaine Alves

SMELJ - Secr. Munic. Do Esporte, Lazer e Juventude

Marco Aurélio de Freitas Margarida e Marilena Rocio Pereira

SMF - Secretaria Municipal de Finanças - FAS

Maria Christina Barreto e Angela Leite Mendes

SMS - Secretaria Municipal da Saúde

Igo Martini e Thays Carvalho Cesar

Assessoria de Direitos Humanos e
Igualdade Racial do Gabinete do Prefeito

Gestão 2017

Presidente: Cátia Regina Kleinke Jede

Associação das Abelhinhas de Santa Rita de Cássia

Vice-Presidente: Claudia Regina Martins Estorilio

Fundação de Ação Social

Conselheiros Governamentais:

Tatiana Possa Schafachek

Fundação de Ação Social

**Maria de Lourdes do Prado Kruger D'Almeida e
Silvana Regina Cordeiro Cruz**

SME - Secretaria Municipal de Educação

Thiago Antonio Soares Pinto e Eloir Machado de Castro

SMELJ - Secr. Munic. Do Esporte, Lazer e Juventude

Gilmar Santos Pereira e Maiquel Guilherme Zimann

SMF - Secretaria Municipal de Finanças - FAS

Maria Christina Barreto e Angela Leite Mendes

SMS - Secretaria Municipal da Saúde

Patricia Lee Góes Cardoso e Solange do Rocio Luciano Kobiyama

SGM - Secretaria de Governo Municipal

Conselheiros Sociedade Civil:

Renan Gustavo Costa Ferreira e Marjorye Regiane Gaiovicz

Associação Comunitária Presbiteriana

Cátia Regina Kleinke Jede e Andréia Felix

Associação das Abelhinhas de Santa Rita de Cássia

Ety Cristina Forte Carneiro

Associação de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro

Peri Eugênio de Castro e Thais Mendes Meier

Associação Metodista de Ação Social -AMAS

Orley Boçon e Patrick James Reason

Fundação Iniciativa

Vera Lucia Barletta e Robinson Salazar Buitrago

Recriar Família e Adoção

Conselheiros Sociedade Civil:

Renan Gustavo Costa Ferreira e Marjorye Regiane Gaiovicz

Associação Comunitária Presbiteriana

Andréia Felix

Associação das Abelhinhas de Santa Rita de Cássia

Thelma Alves de Oliveira e Rodrigo Bonfim

Associação de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro

Peri Eugênio de Castro e Richard Mannich

Associação Metodista de Ação Social -AMAS

Antonio Augusto Dalfollo Ortiz e Regina Natalia Souza Mendes

Fundação Iniciativa

Ana Lucia Grochowicz Cavalcante e Luciane Sheidt

Recriar Família e Adoção

COMISSÃO DE CONSTRUÇÃO DO DIAGNÓSTICO

Através da Resolução nº 25 publicada no diário oficial de Curitiba no dia 23 de abril de 2015 criou-se a comissão para construção do Diagnóstico da Infância e Juventude de Curitiba.

Governamental

Maria Christina Barreto e Roberta Kikuthi de Simone

Secretaria Municipal de saúde - SMS

Nair Araújo Brito de Macedo

Fundação de Ação Social - FAS

Sociedade Civil

Laize Marcia Porto Alegre e Peri Eugênio de Castro

Associação Metodista de Ação Social - AMAS

Cassia Ap. Bernardelli e Marjorye Gaiovicz

Chácara dos Meninos de 4 Pinheiros

Patrick James Reason

Associação Beneficente Encontro com Deus

Vera Lucia Barletta

RECRIAR - Família e Adoção

Assessoria Técnica

Marcia Yuri Sekikawa Nagata

Fundação de Ação Social - FAS DPSE

**Érika Hayashida e
Débora Cristina de Carvalho**

Fundação de Ação Social - FAS SPL

**Alexandre Fernandes Macedo e
Maria Aparecida dos Santos**

Fundação de Ação Social - FAS
(Secretaria Executiva dos Conselhos)

COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO

Comissão 2016

**Érika Haruno Hayashida
e Débora Cristina de Carvalho**

Fundação de Ação Social – FAS (Superintendência de Planejamento)

Alexandre Fernandes Macedo e Maria Aparecida dos Santos

Fundação de Ação Social – FAS (Secretaria Executiva dos Conselhos)

Nair Araújo Brito de Macedo e Marcia Yuri Sekikawa Nagata

Fundação de Ação Social – FAS

Maria Christina Barreto e Roberta Kikuthi de Simone

Secretaria Municipal de saúde – SMS

Patrick James Reason

Associação Beneficente Encontro com Deus

Cassia Ap. Bernardelli e Marjorye Gaiovicz

Chácara dos Meninos de 4 Pinheiros

Vera Lucia Barletta

Associação Fênix

Laize Marcia Porto Alegre e Peri Eugênio de Castro

Associação Metodista de Ação Social – AMAS

Comissão 2017

**Maria de Lourdes do Prado Kruger D'Almeida
e Silvana Regina Cordeiro Cruz**

Secretaria Municipal de Educação – SME

Claudia Regina Martins Estorillo

Fundação de Ação Social – FAS

Peri Eugênio de Castro e Richard Mannich

Associação Metodista de Ação Social – AMAS

Cátia Regina Kleinke Jede e Andréia Felix

Associação das Abelhinhas de Santa Rita de Cássia

Patrick James Reason

Associação Beneficente Encontro com Deus

Vera Lucia Barletta

Associação Fênix

Renata Mareziuzek dos Santos (Gestora do Contrato)

Tatielly Leticia Sloboda Tozo (Suplente)

Érika Haruno Hayashida (Apoio técnico)

Fundação de Ação Social – FAS (Assessoria Técnica de Planejamento)

Maria Aparecida Martins Camatari (Secretaria Executiva)

Maria Aparecida dos Santos (Técnica responsável)

Carla Inês de Freitas Piazzetta (Apoio Administrativo)

Fundação de Ação Social – FAS (Secretaria Executiva dos Conselhos)

Gestão de Curitiba 2017

Rafael Greca de Macedo

Prefeito

Eduardo Pimentel

Vice-prefeito

Secretarias

Elenice Malzoni

Fundação de Ação Social

Maria Silvia Bacila Winkeler

Secretaria Municipal da Educação

Marcelo Cattani

Fundação Cultural de Curitiba

Marcello Bernardi Vieira Richa

Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude

Márcia Cecília Huçulak

Secretaria Municipal da Saúde

Guilherme Rangel

Secretaria Municipal da Defesa Social

INSTITUIÇÕES COLABORADORAS

Conselho Municipal da Criança e do Adolescente de Curitiba - COMTIBA

Conselho Municipal da Assistência Social - CMAS

Fundação de Ação Social de Curitiba - FAS

Secretaria Municipal da Educação

Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude

Fundação Cultural de Curitiba

Secretaria Municipal da Defesa Social

Secretaria Estadual da Educação

Secretaria Estadual do Esporte e do Turismo

Secretaria Estadual da Cultura

Entidades de atendimento da OSC

Associação Metodista de Ação Social –
AMAS na Igreja Metodista Central de Curitiba sede das reuniões quinzenais

PREFÁCIO

Este diagnóstico foi construído de forma participativa, da coleta à análise de dados, envolvendo toda a equipe – coordenação, técnicos, estatísticos, entrevistados, etc. – e a comissão que participou ativamente de todo o processo.

O conteúdo aqui disponibilizado tentou ao máximo se resguardar de opiniões pessoais ou crenças pré-estabelecidas sobre o tema e as problemáticas que o envolvem.

É importante que a leitura seja feita lembrando que a construção deste diagnóstico se orientou no que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e seus direitos fundamentais.

Esperamos que a leitura seja reflexiva e oriente de forma efetiva as políticas públicas e as ações da sociedade civil em benefício das crianças, adolescentes e jovens de Curitiba.

Equipe do diagnóstico

EPÍGRAFE

A bailarina

Esta menina tão pequenina quer ser bailarina.

Não conhece nem dó nem ré mas sabe ficar na ponta do pé.

Não conhece nem mi nem fá mas inclina o corpo para cá e para lá

Não conhece nem lá nem si, mas fecha os olhos e sorri.

Roda, roda, roda, com os bracinhos no ar e não fica tonta nem sai do lugar.

Põe no cabelo uma estrela e um véu e diz que caiu do céu.

Esta menina tão pequenina quer ser bailarina.

Mas depois esquece todas as danças, e também quer dormir como as outras crianças.

*Cecília Meireles*¹

¹ Nasceu no Rio de Janeiro em 1901 e faleceu em 1963. Entre os diversos prêmios que conquistou, destaca-se o Jabuti de tradução da obra literária, pelo livro "Poemas de Israel". Atuou como jornalista em 1930 e 1931, publicou vários artigos sobre os problemas na educação e fundou em 1934 a primeira biblioteca infantil no Rio de Janeiro. Informações retiradas do site www.ebiografia.com e <http://www.colegioecologia.com.br>.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRACE	Ações em Benefício do Regresso do Aluno à Escola	LMIE	Lei Municipal de Incentivo ao Esporte
ADP	Avaliação Diagnóstica Psicoeducacional	MEC	Ministério da Educação
AEE	Atendimento Educacional Especializado	MON	Museu Oscar Niemeyer
AETE	Aulas Especializadas de Treinamento Esportivo	MP	Ministério Público
APD	Atendimento Pedagógico Domiciliar	MPR	Museu Paranaense
BPC	Benefício da Prestação Continuada	NO	Notificação Obrigatória
CANE	Coordenadoria de Atendimento as Necessidades Especiais	NRE	Núcleos Regionais de Educação
CE	Classe Especial	ONGs	Organizações Não-Governamentais
CEB	Câmara de Educação Básica	OSC	Organização da Sociedade Civil
CEDIN	Coordenadoria de Educação Integrada	PA	Profissionais de Apoio
CEENSI	Comissão Especial para Reformulação do Ensino Médio	PAE	Programa de Aceleração de Estudos
CEI	Centro de Educação Infantil	PASE	Programa de Atendimento Sócio Esportivo
CEL	Centro de Esporte e Lazer	PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
CMAE	Centro Municipal de Atendimento Especializado	PEH	Escolarização Hospitalar
CMEI	Centro Municipal de Educação Infantil	PIB	Produto Interno Bruto
CNE	Conselho Nacional de Educação	PME	Plano Municipal de Educação
COMPDEC	Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de Curitiba	PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
COMTIBA	Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente	PNE	Plano Nacional de Educação
COPEJA	Coordenadoria de Políticas Educacionais para Jovens e Adultos	PR	Paraná
CP	Conselho Pleno	PRIV	Rede privada de ensino
CPP	Conhecer Para Prevenir	PROERD	Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência
CT	Conselho Tutelar	PROFI	Programa de Formação Integrada
EC	Emenda Constitucional	Pronatec	Programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente	PRP	Protocolo da Rede de Proteção
EF	Ensino Fundamental	PSE	Programa Saúde na Escola
EI	Educação Infantil	PUB	Rede Pública de Ensino
EJA	Educação de Jovens e Adultos	PUC	Pontifícia Universidade Católica
EM	Ensino Médio	RIT	Regime Integral de Trabalho
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio	RM	Região Metropolitana
ETD	Departamento de Tecnologia Educacional	RMBE	Rede Municipal de Bibliotecas Escolares
ETI	Educação em tempo integral	RME	Rede Municipal de ensino
EVA	Etil Vinil Acetato	SAMU	Serviço de Atendimento Móvel de Urgência
FCC	Fundação Cultural de Curitiba	SCFV	Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos
FGV	Fundação Getúlio Vargas	SEC	Secretaria Estadual de Cultura
FICA	Ficha de Comunicação do Estudante Ausente	SEED	Secretaria de Estado da Educação
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica	SEET	Secretaria Estadual do Esporte e Turismo
GAI	Gerência de Apoio a Inclusão	SGDCA	Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente
GCEE	Gerência de Currículo da Educação Especial	SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle
GED	Sistema Gestão Educacional	SIPIA	Sistema de Informação para a Infância e Adolescência
GMM	Guarda Municipal Mirim	SMDST	Secretarias Municipais da Defesa Social e Trânsito
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	SME	Secretaria Municipal da Educação
IGRPCOM	Instituto do Grupo Paranaense de Comunicação	SMELJ	Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira	SR-AH/SD	Sala de Recurso de Altas Habilidades/ Superdotação
IPTU	Propriedade Predial e Territorial Urbana	SRM	Salas de Recursos Multifuncionais
ISAE	Instituto Superior de Administração e Economia do Mercosul	SUS	Sistema Único de Saúde
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	TOP	Programa Talento Olímpico
LF	Lei da Aprendizagem	UEI	Unidade de Educação Integral
Libras	Língua brasileira de sinais	UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná

LISTA DE INDICADORES

INDICADOR 1: PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 0 E 3 ANOS QUE FREQUENTA A CRECHE	29
INDICADOR 2: PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 4 E 5 ANOS QUE FREQUENTA A ESCOLA.....	33
INDICADOR 3: TAXA DE NOTIFICAÇÃO DE FALTA DE VAGA PARA CRIANÇAS DE 0 A 5 ANOS	36
INDICADOR 4: PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 6 E 14 ANOS QUE NÃO FREQUENTA A ESCOLA.....	43
INDICADOR 5: TAXA DE NOTIFICAÇÃO DE FALTA DE VAGA PARA A FAIXA ETÁRIA DE 6 A 14 ANOS	45
INDICADOR 6: APROVAÇÃO E ABANDONO NO ENSINO FUNDAMENTAL POR REDE DE ENSINO.....	47
INDICADOR 7: PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 A 17 ANOS QUE NÃO FREQUENTA A ESCOLA.....	52
INDICADOR 8: TAXA DE NOTIFICAÇÃO DE FALTA DE VAGA PARA A FAIXA ETÁRIA DE 15 A 17 ANOS	54
INDICADOR 9: APROVAÇÃO E ABANDONO NO ENSINO MÉDIO POR REDE DE ENSINO.....	57
INDICADOR 10: PERCENTUAL DE INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO	64
INDICADOR 11: MÉDIA DE EDUCANDOS NA INCLUSÃO POR PROFISSIONAL DE APOIO - PA.....	65
INDICADOR 12: NÚMERO DE EDUCANDOS POR SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS - SRM	66
INDICADOR 13: PERCENTUAL DA POPULAÇÃO DE 15 A 21 ANOS MATRICULADOS NO EJA.....	72
INDICADOR 14: PERCENTUAL DE NOTIFICAÇÕES DE AUSÊNCIA ESCOLAR.....	83

SUMÁRIO

PREFÁCIO.....	9
EPÍGRAFE	10
1.APRESENTAÇÃO	14
2. MAPEAMENTO DA REDE DE ATENDIMENTO À EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA, LAZER E CONVIVÊNCIA COMUNITARIA	20
3. INDICADORES DA EDUCAÇÃO	26
3.1 EDUCAÇÃO INFANTIL	26
3.2 ENSINO FUNDAMENTAL.....	42
3.3 ENSINO MÉDIO	48
3.4 EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	60
3.5 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA	71
3.6 EDUCAÇÃO INTEGRAL DE CURITIBA.....	73
3.7 NOTIFICAÇÕES DE VIOLÊNCIA	77
3.8 NOTIFICAÇÃO DE BAIXA FREQÜÊNCIA OU ABANDONO ESCOLAR.....	82
3.9 TRANSPORTE ESCOLAR	89
3.10 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR	90
3.11 BIBLIOTECAS ESCOLARES (FAROL DO SABER).....	92
3.12.1 PROJETOS EDUCACIONAIS E COMUNIDADE ESCOLA.....	95
3.12.2 PROJETO EQUIDADE NA EDUCAÇÃO.....	102
3.12.3 PROGRAMA CONHECER PARA PREVINIR - CPP.....	106
3.13 PROJETOS DA SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO	108
4. INDICADORES DO ESPORTE, CULTURA E LAZER.....	111
4.1 ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DO ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE - SMELJ.....	114
4.2 ATENDIMENTO DA SECRETARIA ESTADUAL DO ESPORTE E TURISMO - SEET	122
4.3 ATENDIMENTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA - FCC.....	123
4.4 SECRETARIA ESTADUAL DA CULTURA - SEC	129
5. ENTIDADES DE ATENDIMENTO AO DIREITO À EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA, LAZER E CONVIVÊNCIA COMUNITÁRIA	132
6. PESQUISAS QUALITATIVAS - GRUPOS FOCAIS	135
6.1 METODOLOGIA	135
6.2 GRUPO DE FOCO COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO SCFV E DA ESCOLA PÚBLICA DA REDE DE ENSINO MUNICIPAL E ESTADUAL.....	136
6.4 GRUPO DE CONVERSA NOS CEIS - CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	138
6.5 GRUPOS DE FOCO COM ADOLESCENTES DE ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS/ESTADUAIS E PRIVADAS	142
6.6 GRUPO DE CONVERSA COM PAIS/RESPONSÁVEIS REDE DE ENSINO PÚBLICA MUNICIPAL/ESTADUAL E PRIVADA	145
7. ANÁLISE CONCLUSIVA.....	165
8. RECOMENDAÇÕES.....	173
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	176
10. APÊNDICE 1.....	179
11. APÊNDICE 2.....	180
12. APÊNDICE 3	183
13. APÊNDICE 4	184

1. APRESENTAÇÃO

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), formulado há 27 anos, estruturou um conjunto de leis e normas jurídicas, amplo e avançado, referentes à infância e a adolescência, tratando dos temas relacionados a essa faixa etária, de modo substancialmente diferente quando comparado às leis existentes no Brasil da época. Neste módulo, pretende-se discutir as dimensões da educação, cultura e esporte, no âmbito dos serviços públicos ofertados em Curitiba, apresentando avanços e possibilidades concretos a partir da sanção do texto legal do ECA, bem como as demais legislações, em especial as metas pertinentes aos Planos Nacional e Municipal de Educação, este primeiro, aprovado após intenso debate e extensa tramitação no Congresso Nacional, por sua extrema importância no que tange a determinação de diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos, isto é, no âmbito nacional de 2014 a 2024 e no âmbito municipal de 2015 a 2025.

A Emenda Constitucional nº 59/2009 (EC nº 59/2009) mudou a condição do Plano Nacional de Educação (PNE), que passou de uma disposição transitória da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) para uma exigência constitucional com periodicidade decenal, o que significaria que planos plurianuais² deveriam tomá-lo como referência. O PNE também passou a ser considerado o articulador do Sistema Nacional de Educação, com previsão do percentual do Produto Interno Bruto (PIB) para o seu financiamento. Portanto, o PNE, como base para a elaboração dos planos estaduais, distrital e municipais, originou a Lei Municipal Nº 14.681, de 24 de junho de 2015, aprovando o plano municipal de educação da cidade de Curitiba.

Não há, após a edição de tal documento legal, a possibilidade de abordagem dos aspectos e indicadores educacionais, sem mencionar as metas e estratégias do Plano Municipal de Educação, não apenas pela sua força legal, mas especialmente pela sua estruturação decenal, que ultrapassam governos, sendo fruto de amplo debate nacional e municipal. A Secretaria Municipal da Educação de Curitiba, nesse contexto, com o intuito de buscar um alinhamento inclusive com as orientações do Ministério da Educação, estruturou o documento base, Construindo o Plano Municipal de Educação: Uma construção para o Dialogo (CURITIBA. 2015), o qual provocou as discussões iniciais, buscando um retrato da realidade municipal, atendendo aos princípios da transparência pública e do debate democrático, até a formatação final e aprovação do PME junto a Câmara Municipal de Vereadores, na forma da Lei Municipal Nº 14.681/2015. Nesse contexto temos uma heurística extremamente rica para análise e acompanhamento de indicadores pela sociedade no decorrer da década, aos quais buscamos, a partir deste diagnóstico, com base nas premissas pertinentes a cada modalidade de ensino, enriquecer o debate com um olhar voltado ao direito a educação.

2 O Plano Plurianual (PPA), no Brasil, previsto no artigo 165 da Constituição Federal e regulamentado pelo Decreto 2.829, de 29 de outubro de 1998 é um plano de médio prazo, que estabelece as diretrizes, objetivos e metas a serem seguidos pelo Governo Federal, Estadual ou Municipal ao longo de um período de quatro anos.

Preliminarmente, cabe destacar que os textos legais acerca dos Planos Municipais de Educação, são estruturados a partir de grupos de metas que abordam, conforme estruturação nacional, quatro aspectos baseados na legislação, bem como em princípios da ordenamento educacional. O primeiro grupo, referente às metas estruturantes para a garantia do direito a educação básica com qualidade, e que assim promovam a garantia do acesso, à universalização do ensino obrigatório, e à ampliação das oportunidades educacionais. Um segundo grupo de metas diz respeito especificamente à redução das desigualdades e à valorização da diversidade. O terceiro trata da valorização dos profissionais da educação, considerada estratégica para que as metas anteriores sejam atingidas, e o quarto grupo de metas refere-se ao ensino superior.

Trataremos nos próximos capítulos, da correlação do primeiro grupo de metas com os eixos dos dados levantados neste diagnóstico, de forma a contextualizá-los face as demais legislações, em especial ao artigo 53 do Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei da Primeira Infância³, a lei de Diretrizes e Bases da Educação⁴, bem como as premissas educacionais globais de forma a perceber as construções, possibilidades e cenários que devem receber da municipalidade, bem como da sociedade civil organizada, maior empenho na priorização de ações e na destinação de recursos, humanos e financeiros, para que as metas educacionais visem a garantia dos direitos da Criança e do Adolescente, conforme dispõe o ECA.

Conforme Art. 53(ECA. 1990), a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se lhes:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;*
 - II - direito de ser respeitado por seus educadores;*
 - III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;*
 - IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;*
 - V - acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.*
- Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.*

³ Lei Nº 13.257, de 8 de Março De 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a Lei no 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente)

⁴ Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O Plano Nacional de Educação e o Estatuto da Criança e do Adolescente se complementam, porém é preciso um monitoramento intersetorial, para que além da sua implementação adequada, uma cultura de participação seja criada, capaz de fazer com que a sociedade exija o cumprimento integral de ambas as leis. A concepção de que toda a criança e todo adolescente tem o direito de estudar em uma escola digna, que promova a aprendizagem, é perene aos textos. Entretanto é necessário perceber que, da mesma forma que os Planos Nacional e Municipal de Educação apresentam metas e estratégias factíveis ao atendimento das premissas legais, se faz necessário observar que, não basta matricular a criança e o adolescente, propiciando a expansão da oferta de vagas, é preciso ir além, garantir uma escola capaz de promover elementos estruturantes para a solidificação da democracia, da inclusão social e da garantia do direito à educação de qualidade.

No mesmo sentido, cabe frisar a indiscutível função do controle social no acompanhamento das políticas públicas, desde sua implantação até a avaliação de indicadores, aspecto que tomou corpo com a promulgação da Constituição Federal de 1988, adotou-se no Brasil uma perspectiva de democracia representativa e participativa, incorporando a participação da comunidade na gestão das políticas (art. 194, VII; art. 198, III; art. 204, II; art. 206, VI, art. 227, parágrafo 7).

Os Conselhos se configuram, como estruturas de articulação entre o governo e a sociedade, que a partir da década de 90, se presenciou uma explosão de conselhos em todo o Brasil, que culminou com a obrigatoriedade da implementação dos Conselhos da Saúde, Conselhos Tutelares e de Direitos da Criança e do Adolescente, os Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), e os Conselhos Escolares, Conselho de educação, dentre outros.

Não nos cabe aprofundar a discussão sobre os Conselhos, até porque esses, quando instituídos no Brasil, apresentam características bem diferenciadas, no que tange natureza, papel, funções, atribuições, composição, no entanto, vale observar que a constituição e a efetiva atuação dos conselhos, possibilita a participação da sociedade no interior de uma política, de um estado, como um dos poucos instrumentos mais poderosos de garantia dos direitos, de avaliação e monitoramento da efetivação de políticas públicas.

Junto com o controle social, a avaliação dentro do setor público, vem tomando uma posição de destaque e ocupando espaço nos últimos anos, não apenas como uma das funções do controle social, mas como uma função de governo essencial para que, após o planejamento, toda a rede de implantação das políticas públicas possam ser retroalimentadas. No documento "O Plano Municipal de Educação: cadernos de orientações" (2014), a avaliação é entendida como ferramenta indispensável para o processo de monitoramento e avaliação, sugerindo indicadores que permitem a comunicação com a sociedade, assegurando a transparência e o controle social.

“ Uma questão importante é a avaliação permanente do Plano, porque a sociedade precisa saber se as metas estão sendo atingidas e se as estratégias estão realmente contribuindo para isso. Então, é necessário definir desde o início do processo como o plano será monitorado e avaliado. Um dos instrumentos indispensáveis para avaliar a evolução de uma meta é o indicador. (BRASIL, 2014, pag. 17)

Contudo, para análise dos instrumentos de monitoramento criados pelo PME e a evolução das suas metas, além da presença de indicadores que serão destacados ao longo do documento, o monitoramento participativo balizado pelas diretrizes apresentadas no corpo da Lei Municipal n. 14684/2014:

I - superação do analfabetismo;
II - universalização do atendimento escolar;
III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania, de valores da família e na superação de todas as formas de discriminação;
IV - melhoria da qualidade da educação;
V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
VI - fortalecimento da gestão democrática e dos princípios que a fundamentam;
VII - promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do município;
VIII - valorização dos profissionais da educação escolar básica;
IX - promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade cultural e à sustentabilidade socioambiental, com direito à identidade biológica (do homem e da mulher);
X - fortalecimento do regime de colaboração. (CURITIBA. PME, Art.3.)

As premissas do PME alinham com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996), que ressaltam o entendimento de que a Educação abrange processos formativos mais complexos que se desenvolvem na vida familiar e na convivência humana junto à sociedade como um todo, em sua dinâmica histórica e cultural, evidenciados nos incisos II, III e V, do PME, quando da menção da necessidade de uma educação que busque a superação das desigualdades educacionais, a superação de todas as formas de discriminação, com ênfase na promoção da cidadania, de valores da família nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade.

Nesse sentido, o direito à educação, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, preparo para o exercício da cidadania, conforme preconizado pelo ECA em seu artigo 53, precisa ser correlacionado com indicadores da sociedade em que se vive, para que, a implantação e o monitoramento das premissas do ECA e do PME, no que tange ao ambiente em que estes instrumentos legais estão inserido, não permitam negligência dos seus aspectos mais elementares na garantias dos direitos.

Nesse mesmo sentido, em especial no processo cultural e esportivo, na busca do exercício da cidadania para além da escola formal, muitas vezes não percebemos a cultura, esporte e lazer como um direito, que em questões hierárquicas, acabam sendo menos citados ou desconsiderados como fundamentais, em detrimento a educação.

É preciso perceber que o direito a cultura e lazer, passam pela mesma importância dos demais, sendo também consideradas violações. O fato de uma criança não ter brinquedos, espaço para brincar, fazer atividades esportivas ou atividades culturais disponíveis na comunidade, é tão importante quanto uma violação relacionada à sua educação e saúde. Especialmente porque a diversão é extremamente importante para o pleno desenvolvimento de crianças e adolescentes.

Portanto, o poder público e organizações sociais têm também a fundamental tarefa de zelar pela garantia do lazer, do esporte e do acesso à cultura a crianças e adolescentes, sem que se deixe em demérito tais direitos, mesmo que esse não apresentem legislações tão robustas como na educação e na saúde, entretanto ao colocar este direito ao Esporte, Lazer e Cultura a outros direitos sociais e individuais, como dever do Estado na Constituição Federal, quando explícita o desporto, que pode ser relacionado ao direito a educação, cultura e lazer, quando no art. 217, § 3º, explicita o dever do Poder Público em incentivar o lazer como forma de promoção social, certamente deixa clara a sua importância para a sociedade.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Brasileira, em 2003, já considerava de forma clara a importância do lazer no espaço pedagógico, identificando este como um dos meios gratuitos de acesso ao direito:

“O lazer e a disponibilidade de espaços para atividades lúdicas e esportivas são necessidades básicas e, por isso, direitos do cidadão. Os alunos podem compreender que os esportes e as demais atividades corporais não devem ser privilégios apenas dos esportistas ou das pessoas em condições de pagar por academias e clubes. Dar valor a essas atividades e reivindicar o acesso a elas para todos é um posicionamento que pode ser adotado a partir dos conhecimentos adquiridos nas aulas de Educação Física. (Parâmetros Curriculares Nacionais, vol. 03 Educação Física. 2003).

Não podemos deixar de reconhecer que a educação é uma das principais portas (e a primeira) de acesso aos demais direitos: à cultura, esporte e lazer, são também muito bem desenvolvidos na escola, mas não deve ser o único espaço de desenvolvimento. Pois o ser humano tem a necessidade de se expressar, de manifestar pensamentos, de desenvolver seu corpo de forma saudável, de desenvolver valores e se socializar, sendo intrínseco à condição humana. Vivemos em uma sociedade onde os espaços culturais e esportivos gratuitos são escassos, onde a cultura, em especial, se mercantilizou e somente tem acesso quem pode pagar por um

ingresso. Na dinâmica cultural da sociedade, onde diversos grupos sociais, a partir das suas próprias percepções, criam cidadania cultural, espaços de lazer e de esportes. A arte, lazer e esporte são linguagens mais compreendida pelos jovens, e precisam dessa valorização, desse respeito, como instrumento de construção da cidadania e de desenvolvimento desses grupos.

Importante lembrar que grupos de jovens portadores de deficiência, negros, indígenas, homossexuais, vêm também encontrando no esporte e cultura razões para expressar a sua própria singularidade, questão que deve ser considerada no momento de elaboração de um projeto.

A oferta e a garantia de permanência na educação, bem como a cultura e ao esporte e lazer, são direito humano e meios indispensáveis para realizar outros direitos, como os individuais e sociais. Precisamos conhecer a nossa parcela da sociedade de crianças e jovens, quem é ela, do que ela precisa, onde ela está convivendo, quais seus referências para construção e desenvolvimento de ações e programas em favor de uma sociedade mais humanizada.

Contudo, é necessário perceber a sociedade em vários aspectos e que um diagnóstico não é um fim em si mesmo. Ander Egg & Idáñez (2008) recorrem à etimologia do termo para definir a sua origem e melhor significado, visto que a palavra grega *diagnostikós* é formada pelo prefixo *dia*, que significa “através” e *gnosis*, referente à “conhecimento”, “apto para conhecer”, portanto o instrumento apresentado aqui, tem a função de trazer a realidade através dos dados apurados e, através deles abrir inúmeras possibilidades de análises que não se esgotam neste documento. Questões essenciais como o analfabetismo, acesso vagas na educação infantil e outras modalidades, média de escolaridade, a dispersão na distribuição geográfica dos equipamentos públicos, distanciamento da família, acesso a serviços de apoio as necessidades especiais, dentre outras questões pertinentes, se fazem presente no diagnóstico, proporcionando uma tentativa de compreender, de conhecer os possíveis gargalos, para poder atuar na efetivação das premissas legais.

“ Neste sentido, qualquer diagnóstico social representa uma das fases iniciais e fundamentais do processo de intervenção social. Constitui um dos elementos chave de toda a prática social, na medida em que procura um conhecimento real e concreto de uma situação sobre a qual se vai realizar uma intervenção social e dos diferentes aspectos que é necessário ter em conta para resolver a situação-problema diagnosticada. Fazer isto (o diagnóstico) oferece uma maior garantia de eficácia na programação e execução de atividades (Ander Egg & Idáñez, 2008 pág. 16).

2. MAPEAMENTO DA REDE DE ATENDIMENTO À EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA, LAZER E CONVIVÊNCIA COMUNITARIA

Neste capítulo específico, buscou-se mapear o conjunto de atores do SGDC de Curitiba envolvidos com o direito à educação, esporte, cultura e lazer. Neste sentido, foram realizadas visitas e coletas de dados na Secretaria Municipal da Educação, na Secretaria Estadual de Educação, na Fundação Cultural de Curitiba, na Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude de Curitiba, na Secretaria Estadual da Cultura, na Secretaria Estadual do Esporte e do Turismo, na Promotora de Educação e nas entidades de atendimento envolvidas com o tema educação, esporte, cultura e lazer.

A coleta em todas as instituições, órgãos e equipamentos seguiu o padrão de coleta de fatos, notificações ou atendimentos ocorridos entre as datas de 01/01/2016 a 31/12/2016 no território do Município de Curitiba entre a faixa etária de 0 a 21 anos.

Relembrando a classificação da Rede de Atendimento⁵, as instituições, órgãos e entidades de promoção e defesa ao direito à educação, esporte, cultura e lazer de Curitiba somam um total de 1.417 unidades detalhadas na Tabela 2.1 a seguir.

Tabela 2.1: Número de Instituições, Órgãos e Entidades relacionadas a promoção do direito a Educação, Esporte, Cultura Lazer e convivência Familiar

Descrição	Quant.	(%)
Unidades Educacionais*	1.059	74,7%
Setor Público	558	52,7%
Setor Privado	501	47,3%
Espaço Cultural**	175	12,4%
Setor Público	123	70,3%
Setor Privado	49	28,0%
OSC	3	1,7%
Entidades de Atendimentos (OSC)	59	4,2%
Centro de Treinamento Esportivo (OSC)	51	3,6%
Setor Privado	25	49,0%
OSC	26	51,0%
Área Verde de Lazer***	35	2,5%
Centro de Esporte e Lazer	29	2,0%
Centro de Atendimento Especializado - Educação	8	0,6%
Promotorias da Educação	1	0,1%
Total de Instituições, Órgãos e Entidades	1.417	100,0%

Fonte: PAINEL INSTITUTO DE PESQUISAS, 2017.

*O número de escolas foi contabilizado no Censo Escolar 2016 (Microdados INEP) as quais tinham atendimento de 0 a 21 anos.

**Os espaços culturais contêm os cinemas, teatros e outras instituições destinadas à cultura.

***Neste item não entraram as praças, apenas parques e áreas de lazer.

5 Vide Relatório 1 do Diagnóstico da Infância e Juventude de Curitiba.

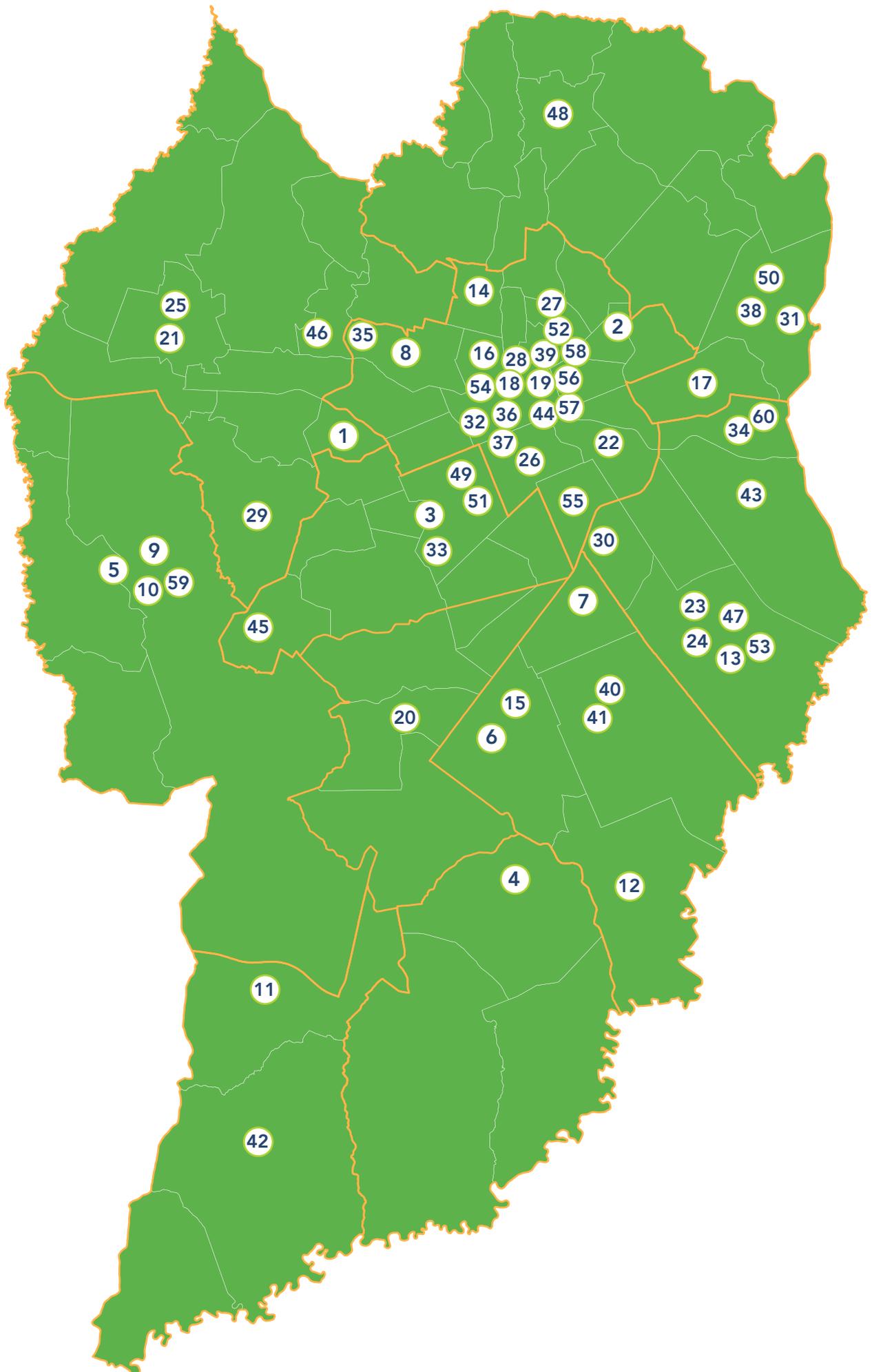
As Unidades Educacionais mapeadas neste diagnóstico tiveram como fonte de referência o Censo Escola de 2016 (INEP), e seguiu o critério de atendimento à criança de 0 a até jovens de 21 anos. Neste contexto mapeou-se 1.059 escolas municipais, estaduais, federais e particulares.

Observamos que quase a metade da rede educacional de Curitiba tem vínculo privado (47,3%), já os espaços culturais se destacam, onde 70% deles são públicos, promovendo de alguma forma acesso a atividades gratuitas, bem como os centros de esporte, lazer, em sua maioria em áreas públicas.

As Organizações da Sociedade Civil, apesar de uma parcela pequena (4,2%) no total do mapeamento, desenvolvem um papel fundamental nessas áreas de atendimento desses direitos a educação, cultura, esporte e lazer. Estas, tiveram os dados solicitados, porém nem todas tinham estes organizados para contribuir com o diagnóstico, ou por outros motivos não apresentaram. Estas serão destacadas no decorrer do relatório para que se tenha a informação de todas as entidades que foram pesquisadas. A maioria informou a quantidade total de atendimento em 2016, os bairros de atendimento e o principal bairro de onde originam-se a maioria das crianças, adolescentes e jovens atendidos.

A seguir os mapas da rede de atendimento:

Mapa 1: Mapa DA REDE DE ATENDIMENTO: ENTIDADES DE ATENDIMENTO DA OSC.

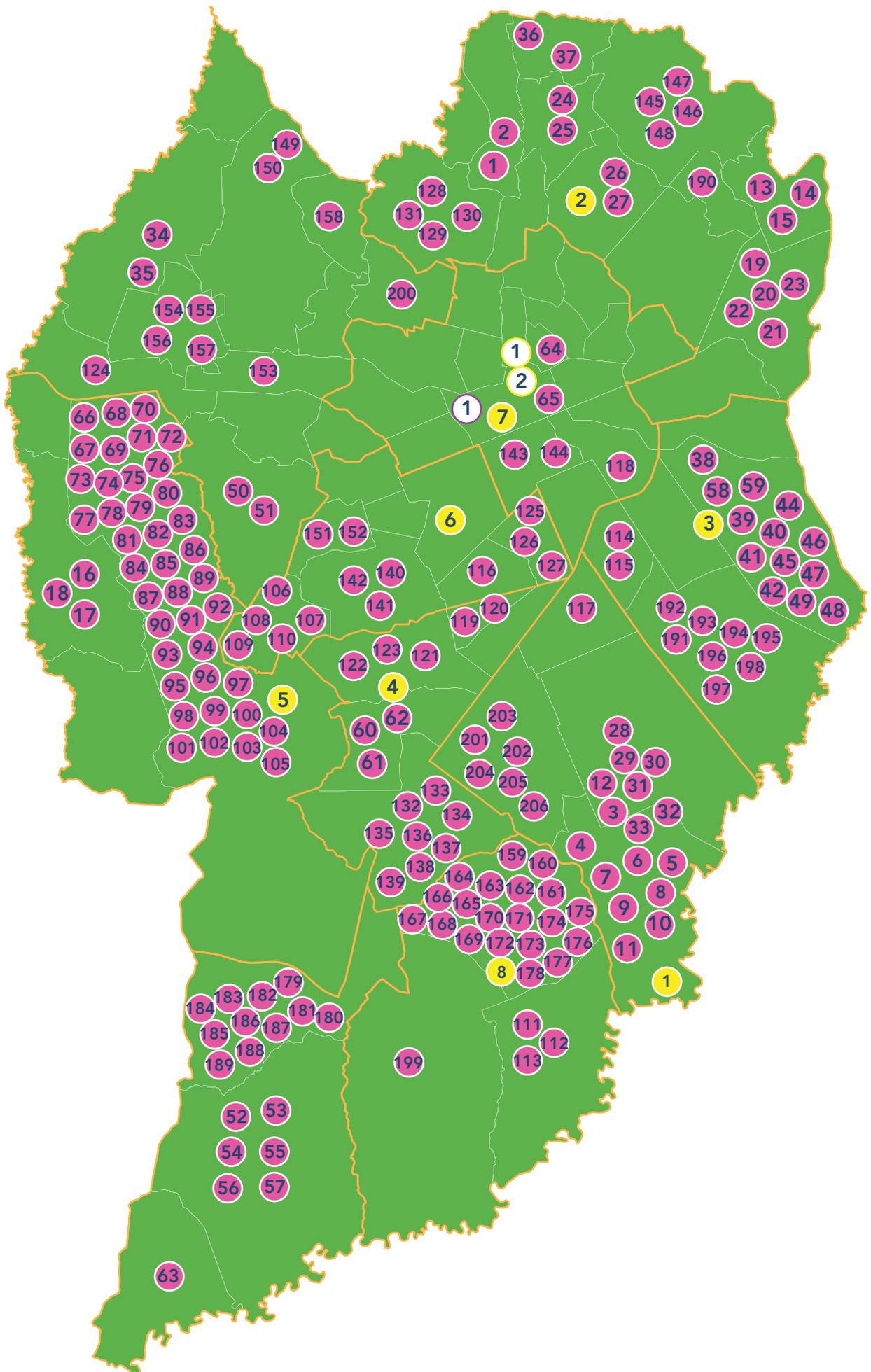


Entidades de Atendimento

OSC

- 1 Agência Internacional de Inovação e Sustentabilidade
- 2 Associação Beneditina da Providência - ABENP
- 3 Associação Beneficente de Mãos Unidas
- 4 Associação Beneficente Oasis
- 5 Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC
- 6 Associação Cristã Lar Dona Nenê
- 7 Associação das Abelhinhas de Santa Rita de Cássia
- 8 Associação de Basquetebol do São Braz
- 9 Associação de Moradores do Conjunto Residencial Moradias Atenas I
- 10 Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Oswaldo Cruz II
- 11 Associação de Proteção a Infância Vovô Vitorino
- 12 Associação dos Moradores e Amigos da Vila Nossa Senhora do Pilar
- 13 Associação dos Moradores e Amigos de Moradias Marumbi II
- 14 Associação Educacional de Desenvolvimento Humano e Social - ADES
- 15 Associação Esportiva Montreal
- 16 Associação Família de Maria
- 17 Associação Franciscana de Educação ao Cidadão Especial - AFECE
- 18 Associação Gente de Bem
- 19 Associação Gerações e Talentos
- 20 Associação Guadalupana de Educação Lassalista - AGEL
- 21 Associação Icaro Marcolin
- 22 Associação Iniciativa Cultural Passos da Criança
- 23 Associação Maria Cazetta
- 24 Associação Metodista de Ação Social - AMAS
- 25 Associação Operárias da Imaculada Conceição
- 26 Associação Paranaense de Psicodrama
- 27 Associação Ricardo Gadotti Feldmann - ARIGAF
- 28 Associação Viver Mais
- 29 Casa de Apoio Abibe Isfer
- 30 Central Integrada de Apoio Familiar Pastor Rubens de Castro - CIAF
- 31 Centro Cultural Humaitá – Centro de Estudo e Pesquisa da Cultura e Arte Afro-Brasileira
- 32 Centro de Ação Voluntária de Curitiba
- 33 Clube de Mães Galha Azul
- 34 Curitiba Rugby Clube
- 35 Instituto Bom Aluno do Brasil
- 36 Instituto Brasileiro de Graduação, Pós-Graduação e Extensão - IBGPEX
- 37 Instituto Brasileiro de Transformação Social
- 38 Instituto Ciranda das Artes
- 39 Instituto Compartilhar
- 40 Instituto Construindo Novos Valores
- 41 Instituto Construindo um Lugar Seguro
- 42 Instituto de Formação e Orientação de Jovens e Adolescentes - FORJA
- 43 Instituto Futebol de Rua
- 44 Instituto História Viva - IHV
- 45 Instituto Mãe da Misericórdia Irmãs Servas dos Pobres
- 46 Instituto Palazzolo
- 47 Jovens com uma Missão - JOJUM
- 48 Lar Bom Pastor
- 49 Lar dos Meninos de São Luiz
- 50 Lar Fabiano de Cristo
- 51 Lar Nossa Senhora do Prepétuo Socorro
- 52 Lions Clube de Curitiba - Batel
- 53 Obra Social Santo Aníbal - OSSA
- 54 ONG em Ação
- 55 Organização do Desenvolvimento do Potencial Humano
- 56 União dos Escoteiros do Brasil - Região do Paraná
- 57 Universidade Livre da Cultura - UNICULTURA
- 58 Universidade Livre do Artesanato e Cultura Popular do Paraná - UNIART
- 59 Vida Promoção Social - VPS
- 60 Rede Esperança

Mapa 2: Mapa da rede de atendimento: centro de atendimento especializado, centro municipal de educação infantil, promotoria...



Centro de Atendimento Especializado - Educação

Setor público

- 1 Doutor Francisco Antônio Marçallo
- 2 Professora Arlete Procotte
- 3 Iva De Abreu Costa E Silva
- 4 Maria Cândida Fankin Abrão
- 5 Ana Maria Poppovic
- 6 Professora Maria Julieta Alves Maltz
- 7 Maria Do Carmo Pacheco
- 8 Professora Regina Nardino Pereira

CMEI - Centro Municipal De Educação Infantil

Setor público

- 1 Centro Municipal De Educação Infantil Krasinski
- 2 Centro Municipal De Educação Infantil Nossa Senhora De Fátima
- 3 Centro Municipal De Educação Infantil Conjunto Araucária
- 4 Centro Municipal De Educação Infantil Érico Veríssimo
- 5 Centro Municipal De Educação Infantil Eucaliptos
- 6 Centro Municipal De Educação Infantil Hortências
- 7 Centro Municipal De Educação Infantil Jardim Paranaense
- 8 Centro Municipal De Educação Infantil Pantanal
- 9 Centro Municipal De Educação Infantil Professora Clarice Rocha Da Rosa
- 10 Centro Municipal De Educação Infantil São José Operário
- 11 Centro Municipal De Educação Infantil Tiradentes
- 12 Centro Municipal De Educação Infantil Xaxim
- 13 Centro Municipal De Educação Infantil Boa Vista
- 14 Centro Municipal De Educação Infantil Campo Alto
- 15 Centro Municipal De Educação Infantil Santa Cândida
- 16 Centro Municipal De Educação Infantil Conselheiro Quielise Crisostomo Da Silva
- 17 Centro Municipal De Educação Infantil Mario Covas
- 18 Centro Municipal De Educação Infantil São José
- 19 Centro Municipal De Educação Infantil Atuba
- 20 Centro Municipal De Educação Infantil Bairro Alto Taruma
- 21 Centro Municipal De Educação Infantil Irmã Dorothy Mãe Stang
- 22 Centro Municipal De Educação Infantil Irmã Dulce
- 23 Centro Municipal De Educação Infantil Liberdade
- 24 Centro Municipal De Educação Infantil Santa Efigenia
- 25 Centro Municipal De Educação Infantil Vila Diana
- 26 Centro Municipal De Educação Infantil Abaete
- 27 Centro Municipal De Educação Infantil Cassiopeia
- 28 Centro Municipal De Educação Infantil Escritor Elias José
- 29 Centro Municipal De Educação Infantil Fazenda Boqueirão
- 30 Centro Municipal De Educação Infantil Fazenda Boqueirão II
- 31 Centro Municipal De Educação Infantil Meia Lua
- 32 Centro Municipal De Educação Infantil Moradias Belem
- 33 Centro Municipal De Educação Infantil Vila Hauer
- 34 Centro Municipal De Educação Infantil Butiatuvinha
- 35 Centro Municipal De Educação Infantil Santa Felicidade
- 36 Centro Municipal De Educação Infantil Maria Aparecida Buscardin Hartmann
- 37 Centro Municipal De Educação Infantil Vila Leonice
- 38 Centro Municipal De Educação Infantil Autodromo
- 39 Centro Municipal De Educação Infantil Cajuru

- 40 Centro Municipal De Educação Infantil Conjunto Mercúrio
- 41 Centro Municipal De Educação Infantil Moradias Iguauçu
- 42 Centro Municipal De Educação Infantil Professor Osny Dacol
- 43 Centro Municipal de Educação Infantil
Senador Affonso Alves de Camargo Netto
- 44 Centro Municipal De Educação Infantil Serra Do Mar
- 45 Centro Municipal De Educação Infantil Solitude
- 46 Centro Municipal De Educação Infantil Trindade
- 47 Centro Municipal De Educação Infantil Vila Camargo
- 48 Centro Municipal De Educação Infantil Vila Macedo
- 49 Centro Municipal De Educação Infantil Vô Nazareth
- 50 Centro Municipal De Educação Infantil Conjunto Piquiri
- 51 Centro Municipal De Educação Infantil Santos Andrade
- 52 Centro Municipal De Educação Infantil Cajueiro
- 53 Centro Municipal De Educação Infantil Campo Do Santana Rio Bonito
- 54 Centro Municipal De Educação Infantil Dona Bertha
- 55 Centro Municipal De Educação Infantil Hermes Macedo
- 56 Centro Municipal De Educação Inf. Jornalista Juril De Placido E Silva Camasciali
- 57 Centro Municipal De Educação Infantil Rurbana
- 58 Centro Municipal De Educação Infantil Conjunto Araguaia
- 59 Centro Municipal De Educação Infantil Conjunto Iracema
- 60 Centro Municipal De Educação Infantil Jardim Paraná
- 61 Centro Municipal De Educação Infantil Parque Industrial
- 62 Centro Municipal De Educação Infantil Vila Ipiranga
- 63 Centro Municipal De Educação Infantil Caximba
- 64 Centro Municipal De Educação Infantil Curitiba
- 65 Centro Municipal De Educação Infantil Centro Civico
- 66 Centro Municipal De Educação Infantil Barigui
- 67 Centro Municipal De Educação Infantil Barigui I
- 68 Centro Municipal De Educação Infantil Caic Cândido Portinari
- 69 Centro Municipal De Educação Infantil Caiua I
- 70 Centro Municipal De Educação Infantil Caiua II
- 71 Centro Municipal De Educação Infantil Caiua Ilhéus
- 72 Centro Municipal De Educação Infantil Campo Alegre
- 73 Centro Municipal De Educação Infantil Conjunto Atenas II
- 74 Centro Municipal De Educação Infantil Conjunto Camponesa
- 75 Centro Municipal De Educação Infantil Conjunto Cananea
- 76 Centro Municipal De Educação Infantil Conjunto Ilha Bela
- 77 Centro Municipal De Educação Infantil Conjunto Itatiaia
- 78 Centro Municipal De Educação Infantil Conjunto Nossa Senhora Da Luz II
- 79 Centro Municipal De Educação Infantil Conjunto Paqueta I e II
- 80 Centro Municipal De Educação Infantil Estação Barigui
- 81 Centro Municipal De Educação Infantil Hugo Peretti
- 82 Centro Municipal De Educação Infantil Isis Sanson Monte Serrat
- 83 Centro Municipal De Educação Infantil Itacolomi Sabara
- 84 Centro Municipal De Educação Infantil Itapema
- 85 Centro Municipal De Educação Infantil Jardim Gabinete
- 86 Centro Municipal De Educação Infantil Luz Do Amanha
- 87 Centro Municipal De Educação Infantil Marechal Rondon II
- 88 Centro Municipal De Educação Infantil Miguel Arraes
- 89 Centro Municipal De Educação Infantil Moradias Augusta
- 90 Centro Municipal De Educação Infantil Moradias Corbelia
- 91 Centro Municipal De Educação Infantil Nova Barigui

3. INDICADORES DA EDUCAÇÃO

Neste capítulo serão analisados os principais indicadores referentes à educação de Curitiba. Em todo o diagnóstico, buscou-se apresentar informações por Regional e Bairro, porém no tema educação encontrou-se certa dificuldade com os dados desatualizados no Censo Escolar que informavam o endereço de residência do EDUCANDO. Por este motivo, utilizou-se como endereço o da escola. O que trouxe uma análise que contribuiu para verificar a população local versus a disponibilidades de matrículas.

A análise seguiu a lógica das etapas de ensino, avaliando matrícula e índices de desempenho. Depois analisou-se temas específicos como educação integral, educação especial e transporte. Logo em seguida analisou-se as violações de direito à educação, baseada nas notificações do Conselho Tutelar, e por último, são apresentados os projetos educacionais municipais, estaduais e das OSC realizados em Curitiba.

3.1 EDUCAÇÃO INFANTIL

O Estatuto da Criança e do Adolescente, entende em seu Art. 21 que o poder familiar será exercido em igualdade de condições, pelo pai e pela mãe, na forma do que dispuser a legislação civil. Contudo, os mais variados exemplos, demonstram que quando se trata de questões relacionadas ao cuidado, existem muitas desigualdades, percebendo que a lei por si só não produz adesão social, o que produz efeito é a sua aplicação e monitoramento ao longo do tempo.

Ainda, a legislação do Marco Regulatório da Primeira Infância, percebe-se uma visão da criança na sua integralidade, fazendo com que as políticas também enxerguem todos os aspectos do desenvolvimento da criança, com uma posição multidisciplinar necessária para complementação das demais legislações, especialmente destacada no Artigo 4 da Lei nº 13.257/2016.

Art. 4º As políticas públicas voltadas ao atendimento dos direitos da criança na primeira infância serão elaboradas e executadas de forma a:

I - atender ao interesse superior da criança e à sua condição de sujeito de direitos e de cidadã;

II - incluir a participação da criança na definição das ações que lhe digam respeito, em conformidade com suas características etárias e de desenvolvimento;

III - respeitar a individualidade e os ritmos de desenvolvimento das crianças e valorizar a diversidade da infância brasileira, assim como as diferenças entre as crianças em seus contextos sociais e culturais;

IV - reduzir as desigualdades no acesso aos bens e serviços que atendam aos direitos da criança na primeira infância, priorizando o investimento público na promoção da justiça social, da equidade e da inclusão sem discriminação da criança;

V - articular as dimensões ética, humanista e política da criança cidadã com as evidências científicas e a prática profissional no atendimento da primeira infância;

VI - adotar abordagem participativa, envolvendo a sociedade, por meio de suas organizações representativas, os profissionais, os pais e as crianças, no aprimoramento da qualidade das ações e na garantia da oferta dos serviços;
VII - articular as ações setoriais com vistas ao atendimento integral e integrado;
VIII - descentralizar as ações entre os entes da Federação;
IX - promover a formação da cultura de proteção e promoção da criança, com apoio dos meios de comunicação social.

Logo adiante, no artigo 5º a lei aponta as áreas prioritárias para as políticas públicas, destacando para a primeira infância a educação infantil, juntamente com a área da saúde, a alimentação e a nutrição, a convivência familiar e comunitária, a assistência social à família da criança, a cultura, o brincar e o lazer, o espaço e o meio ambiente. Oferecendo nesse sentido, abordagem multi e intersetorial no atendimento dos direitos da criança, que devem nortear as políticas e planos setoriais, resgatando o conceito de desenvolvimento de potencialidades, percebido como uma interação dinâmica, entrelaçada entre as condições físicas e mentais e o meio ambiente em que as crianças estão inseridas.

Um aspecto importante que não fugiu ao texto legal, refere-se a formação dos diversos profissionais que atuam na primeira infância, onde mais adiante no artigo 9º, o texto legal destaca a adequação dos cursos às características e necessidades das crianças e à formação de profissionais qualificados, como forma de expandir a qualidade dos serviços e da atenção integral a criança, sempre voltado a intersetorialidade, como forma de atender as premissas da lei. Questão essa citada ainda no Artigo 14, que trata das políticas e programas governamentais de apoio às famílias, na busca da promoção da paternidade e maternidade responsáveis, aborda, de forma clara a necessidade do cuidado, da educação e dos estímulos ao desenvolvimento na primeira infância, como uma ação necessária de orientação e acompanhamento junto a família.

James Heckman (3), economista, prêmio Nobel 2000, desenvolveu estudos para avaliar a eficácia de programas sociais e se dedicou também aos estudos sobre a primeira infância, a importância dos primeiros anos de vida, demonstrando um período decisivo para a formação de habilidades e capacidades e serem determinantes para os resultados do ciclo de vida. Segundo sua argumentação, a acumulação de capital humano é um processo dinâmico no ciclo da vida. Em entrevista a um veículo da imprensa escrita⁶ nacional neste ano (2017), em resposta a pergunta de qual o preço da negligência de países que não investem em educação nos primeiros anos de vida, argumentou sobre o investimento de maior retorno econômico para qualquer sociedade é o investimento em educação na primeira infância:

⁶ Editora Abril Comunicações S.A. Revista Veja edição nº 2549, publicada em em 22 setembro de 2017.

“ Países que não investem na primeira infância apresentam índices de criminalidade mais elevados, maiores taxas de gravidez na adolescência e de evasão no ensino médio e níveis menores de produtividade no mercado de trabalho, o que é fatal. Como economista, faço contas o tempo inteiro. Uma delas é especialmente impressionante: cada dólar gasto com uma criança pequena trará um retorno anual de mais 14 centavos durante toda a sua vida. É um dos melhores investimentos que se podem fazer – melhor, mais eficiente e seguro do que apostar no mercado de ações americano. (James Heckman, 2017)

Em palestra realizada no I Seminário Internacional do Marco Legal da Primeira Infância, chamada de Economia da Desigualdade e o Desenvolvimento Humano, Heckman (2013), apresentou três idéias chaves para entender o Desenvolvimento Infantil Inicial:

1. O poderoso papel da vida familiar e dos primeiros anos de vida na configuração das capacidades dos adultos.
2. Múltiplas capacidades configuram a habilidade dos indivíduos a funcionarem em sociedade.
3. A formação de capacidades é sinérgica, isto é, uma capacidade favorece outra. (HECKMAN 2013).

Nesse contexto, percebe-se que a presença dos familiares nos primeiros anos de vida desempenham um papel importantíssimo no estabelecimento das diferenças nas habilidades cognitivas e não cognitivas, segundo Heckman, apontando ainda que as capacidades não estão definidas apenas geneticamente, mas são afetadas pelo investimento dos pais em seus filhos e que uma medida apropriada de desvantagem está mais relacionada à falta de qualidade do cuidado oferecido pelos pais, do vínculo, da consistência e da supervisão, que da renda familiar por si só.

Já as capacidades promovem, segundo o economista, o sucesso em muitos aspectos da vida, com impacto essencial na promoção e habilidades de cada criança e na evolução dessas capacidades, refletindo os investimentos realizados.

Nesse sentido, esforços devem ser empreendidos de forma intersetorial para que o desenvolvimento da Primeira Infância redirecione as políticas para focarem nas crianças mais novas, buscando o pleno desenvolvimento, com instituições fortes e políticas efetivas.

Os resultados encontrados nesta pesquisa, demonstram que o município de Curitiba, tem empreendido esforços para que as metas e estratégias do PME, referentes a primeira infância, sejam cumpridas de maneira exitosa

Preliminarmente, antes da apresentação dos indicadores, cabe esclarecer que no Brasil, a educação infantil, etapa inicial da educação básica, atende crianças de zero a cinco anos. Na primeira fase de desenvolvimento, dos zero aos três, as crianças são atendidas nas creches. A partir daí até completar seis anos, freqüentam as chamadas pré-escolas, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

A meta n. 01 do Plano Nacional de Educação – PNE (Lei 13.005/2014), bem como no Plano Municipal de Educação de Curitiba (Lei Mun. 14.681/2016), busca atingir 100% das crianças de 4 a 5 anos na pré-escola e ampliar a oferta de creches atingindo no mínimo 50% das crianças de até 3 anos.

Nesse contexto apresenta-se os indicadores de Educação Infantil em Curitiba, primeiramente de 0 a 3 anos, na qual Curitiba tem uma cobertura de 39,5% em 2010. Apesar de estar com uma cobertura maior que o Brasil e o Paraná nesta faixa etária, tem uma das suas Regionais, Tatuquara, com um percentual 43% menor de cobertura (22,4%).

Indicador 1: Percentual da população de 0 e 3 anos que frequenta a creche

Definição: Número de matriculados sobre a população da região geográfica.

Tabela 3.1.1: Crianças de 0 a 3 anos que frequentam a creche por Regional em Curitiba

Regional	De 0 a 3 anos		
	Total	Frequenciam	Regional (%)
1 Bairro Novo	8.499	3.006	35,4%
2 Boa Vista	12.105	5.345	44,2%
3 Boqueirão	9.996	3.706	37,1%
4 Cajuru	11.192	4.299	38,4%
5 CIC	9.999	3.916	39,2%
6 Portão	7.487	3.296	44,0%
7 Matriz	6.909	3.150	45,6%
8 Pinheirinho	7.028	2.712	38,6%
9 Santa Felicidade	7.142	3.229	45,2%
10 Tatuquara	5.478	1.229	22,4%
Curitiba	85.836	33.887	39,5%

(%) QUE FREQUENTA A ESCOLA DE 0 A 3 ANOS	
Brasil	21,2%
Paraná	26,7%
Curitiba	39,5%

Fonte: simec, 2014

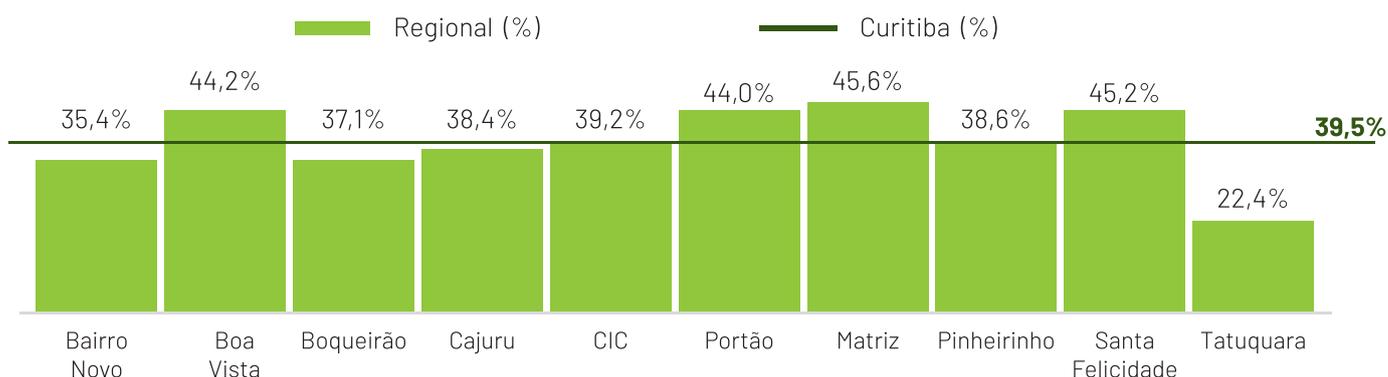
Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013

Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional - 2010.

Fonte: Microdados IBGE, 2010 / INPE, 2016.

Nota 1: O total populacional desta tabela se difere do total populacional do Censo Demográfico, pois se trata de uma estimação por dados amostrais.

Nota 2: Este percentual se refere a população atendida, independentemente que tipo de ensino ela frequenta (creche, maternal, pré-escola, etc.).



Com os dados do Censo Escolar 2016 comparados com os dados populacionais do último Censo, Curitiba aumentou a sua cobertura na faixa etária de 0 a 3 anos, a cobertura aproximada em 2016 foi de 45,0%, sendo que aumentou substancialmente na Regional Tatuquara, que passou de uma cobertura aproximada de 22,4% em 2010 para 39,8% em 2016. Sabe-se que a base de comparação é a população contada no Censo Demográfico do IBGE em 2010, porém lembramos que este valor é uma aproximação confiável, pois: (a) o maior aumento populacional está se dando na faixa etária acima de 60 anos (+ou-30%⁷); (b) a taxa de natalidade vem caindo⁸; e, (c) houve um aumento na oferta de vagas nos últimos anos. Estas três informações validam a informação que Curitiba ano a ano se aproxima da meta estabelecida pelo Plano Nacional de Educação para a faixa etária em questão, porém, lembramos do comentado no início desta análise, que a Lei da Primeira Infância traz o desafio de colocar a educação de 0 a 6 anos como prioridade o que exige um esforço maior do que o do Plano Nacional de Educação para todos os municípios do Brasil.

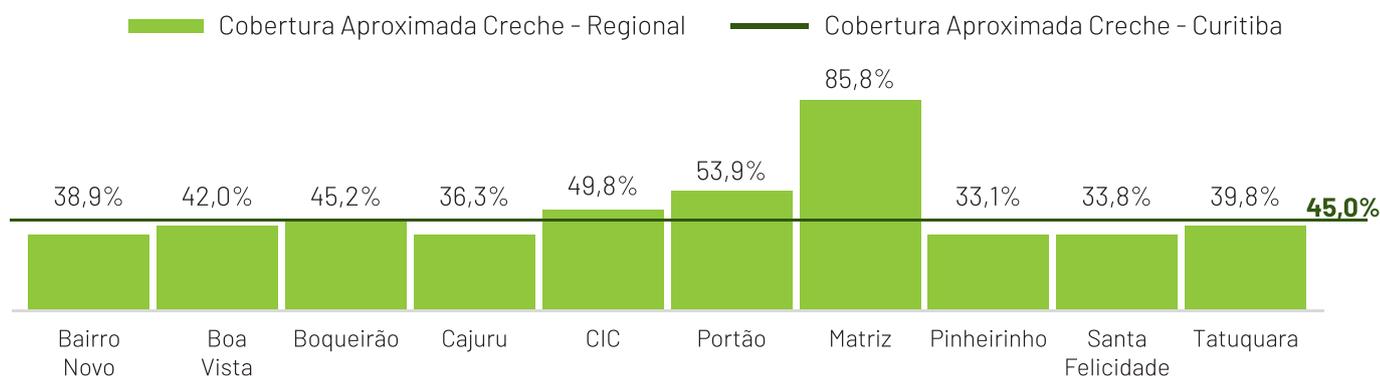
Tabela 3.1.2: Matriculados de 0 a 3 anos, independentemente da etapa escolar, no ano de 2016

Regional	Municipal		Privada		Federal		Total de 0 a 3 anos		
	Matr.	(%) Matr.	Matr.	(%) Matr.	Matr.	(%) Matr.	Matr.	(%) Pop.	Pop.
1 Bairro Novo	2.790	82,6%	586	17,4%	0	0,0%	3.376	38,9%	8.672
2 Boa Vista	2.371	48,9%	2.481	51,1%	0	0,0%	4.852	42,2%	11.496
3 Boqueirão	2.306	50,6%	2.247	49,4%	0	0,0%	4.553	45,2%	10.076
4 Cajuru	2.302	56,7%	1.759	43,3%	0	0,0%	4.061	36,3%	11.175
5 CIC	4.170	80,2%	1.031	19,8%	0	0,0%	5.201	49,8%	10.435
6 Portão	1.399	34,3%	2.677	65,7%	0	0,0%	4.076	53,9%	7.559
7 Matriz	353	6,5%	5.028	91,9%	91	1,7%	5.472	85,9%	6.369
8 Pinheirinho	1.254	51,0%	1.203	49,0%	0	0,0%	2.457	33,1%	7.414
9 Santa Felicidade	1.290	52,5%	1.169	47,5%	0	0,0%	2.459	33,8%	7.269
10 Tatuquara	2.007	89,0%	249	11,0%	0	0,0%	2.256	39,8%	5.675
Total	20.242	52,2%	18.430	47,5%	91	0,2%	38.763	45,0%	86.140

Fonte: INEP (Microdados Censo Escolar), 2016.

Nota 1: Para comparar o total de matrículas foi utilizada a população total da contagem do Censo Demográfico.

Nota 2: A Regional de Matrícula nem sempre é a Regional de residência.



7 Crescimento médio nas faixas etárias acima de 60 anos de 2010 para 2016, segundo Projeção do IBE em 2013 (Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/projecao_da_populacao/2013/default_tab.shtm)

8 Para mais informações da Taxa de Natalidade ver Relatório do Direito à Vida e Saúde – Volume IV deste diagnóstico de 7 volumes.

Ainda sobre o Indicador 1, que apresenta o percentual da população de 0 e 3 anos que frequenta a escola em Curitiba, indica um crescimento considerável nos últimos anos, chegando a 45%, bem acima dos patamares encontrados no Brasil e no Estado do Paraná. O indicador encontra amparo relevante quando verificamos o preconizado no Artigo 16 da lei da Primeira Infância, onde trata da expansão da educação infantil, em especial das crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos de idade, se apoiando no cumprimento da meta 01 do Plano Nacional de Educação, quando a meta nacional é 50%. No PME, com uma meta bem mais audaciosa, preconiza “ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender 100% (cem por cento) das crianças de até, no máximo, 3 (três) anos até o final da vigência deste PME, preferencialmente na rede pública.”

A diferenciação entre os percentuais da Meta, provavelmente tenha sua base legal na Constituição Federal que garante, a partir de seu artigo 205, que todas as crianças, na primeira etapa da educação infantil, possuem esse direito subjetivo no artigo, o que equivaleria ao entendimento de que todas as famílias que procurassem a vaga na Educação Infantil, deveriam necessariamente, ser atendidas, o que nos afastaria da análise de cumprimento de meta, visto que existe ainda uma demanda manifesta por vagas nessa faixa etária.

“ Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL. CF, 1988)

Na Tabela 3.1.5 que apresenta a evolução das vagas em creche por rede de ensino, percebemos claramente um avanço de 9,6%, saindo de 35.855 matrículas em 2013 para 39.355 em 2016. Entretanto a rede privada, no mesmo período teve um aumento de 19,5% e a rede pública cresceu apenas 3,9% na oferta de vagas para a primeira infância, chamada de vagas de creche, para atendimento de crianças de 0 a 3 anos.

Contudo, no caso do PNE, especificamente a redação da meta 1, referente as creches, dois raciocínios lógico-dedutivos podem ser feitos: ou é 50% em cada município ou, então, os municípios têm metas diferenciadas de forma que o país atinja os 50% como meta nacional. Raciocínio importante, quando analisamos os indicadores de Curitiba, neste quesito, onde, o índice geral de Curitiba se aproxima do cumprimento da meta nacional, entretanto se analisadas as regionais isoladamente, identificamos Matriz, Portão e CIC, com superação da meta nacional, no caso da Matriz, com 85,9%, se aproximando de maneira mais concreta da meta plena, estipulada pelo PME. O contraponto está nas regionais do Pinheirinho e Santa Felicidade, com percentuais ainda distantes da meta nacional e abaixo da própria média de Curitiba.

Outro aspecto importante a ser mencionado, refere-se a redação final da Meta 01, do PME: “preferencialmente na rede pública”, que, para os números analisados em 2016, onde 47% das crianças atendidas, estavam alocadas na rede privada, demonstrando que o Sistema de Ensino Municipal, ainda necessita caminhar de forma mais acentuada, para que a rede pública possa absorver a demanda, e ao final da década, a meta tenha sido atendida, isto é, 100% das crianças de 0 a 3 anos frequentando as creches, com uma grande parte desse atendimento, na rede pública.

Nesse sentido, o indicador apontado, poderá, no decorrer da década, ser balizado e monitorado pela estratégia 1.3, da meta 01 do PME, que estabelece a garantia de que, ao final da vigência deste PME, seja inferior a 10% (dez por cento) a diferença entre as taxas de frequência à educação infantil das crianças, de até 3 (três) anos, oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per capita mais baixo, demonstrando de forma clara a busca pela expansão do atendimento de 0 a 3 anos na rede pública.

A proposição tem convergência com o Artigo 5º, da lei da primeira infância, a estratégia 1.16, da meta 01, estabelece o acompanhamento e monitoramento do acesso e a permanência das crianças na educação infantil, em especial os(as) beneficiários(as) de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, no sentido de uma abordagem multi e intersetorial no atendimento da meta de ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, 100% (cem por cento) dessas crianças.

Já na faixa etária de 4 a 5 anos, a qual a meta estabelecida pelo MEC (para o ano de 2016) é de 100%, Curitiba em 2010, apesar de não atingir a meta, já se encontrava bem acima do Brasil e do Paraná tendo 83,6% das crianças de 4 a 5 anos em pré-escola.

Indicador 2: Percentual da população de 4 e 5 anos que frequenta a escola

Definição: Número de matriculados sobre a população da região geográfica.

Tabela 3.1.3: Crianças de 4 a 5 anos que frequentam a escola por Regional em Curitiba

Regional	Total	De 4 a 5 anos	
		Frequenciam	Regional (%)
1 Bairro Novo	5.025	4.110	81,8%
2 Boa Vista	5.696	4.793	84,2%
3 Boqueirão	5.543	4.655	84,0%
4 Cajuru	5.728	4.850	84,7%
5 CIC	5.487	4.378	79,8%
6 Portão	3.478	3.085	88,7%
7 Matriz	2.975	2.712	91,2%
8 Pinheirinho	3.773	3.202	84,9%
9 Santa Felicidade	3.543	3.032	85,6%
10 Tatuquara	2.973	2.162	72,7%
Curitiba	44.220	36.978	83,6%

(% QUE FREQUENTA A ESCOLA DE 4 A 5 ANOS)	
Brasil	78,2%
Paraná	72,3%
Curitiba	83,6%

Fonte: simec, 2014

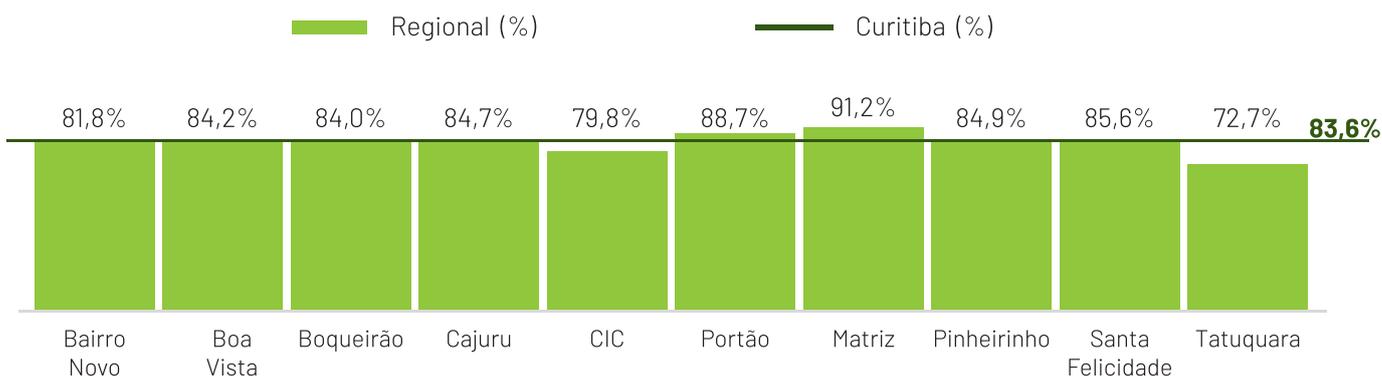
Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013

Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional - 2010

Fonte: Microdados IBGE, 2010.

Nota 1: O total populacional desta tabela se difere do total populacional do Censo Demográfico, pois se trata de uma estimativa por dados amostrais.

Nota 2: Este percentual se refere a população atendida, independentemente que tipo de ensino ela frequenta (creche, maternal, pré-escola, etc.).



Olhando os dados do Censo Escolar de 2016, e comparando com a população do Censo, Curitiba atende 95,3% das crianças de 4 a 5 anos. Como já mencionado anteriormente, essa aproximação mostra um crescimento da oferta. Alertamos que algumas regionais ofertam mais vagas do que o número de crianças moradoras na regional⁹, que é o caso da Matriz, onde encontram-se principalmente, as escolas particulares. Esse fato se dá, pelas muitas matrículas que não são realizadas nas regionais que as famílias residem, mas sim onde alguém da família trabalha. Além disso a rede municipal de Curitiba também atende a região metropolitana.

⁹ Pela desatualização do endereço do educando no Censo Escolar, todas as análises com fonte do INEP (Censo Escola de 2016) se referem ao endereço da escola. E a população de comparação da se refere ao Censo Demográfico de 2010.

Tabela 3.1.4: Matriculados de 4 a 5 anos, independentemente da etapa escolar, no ano de 2016

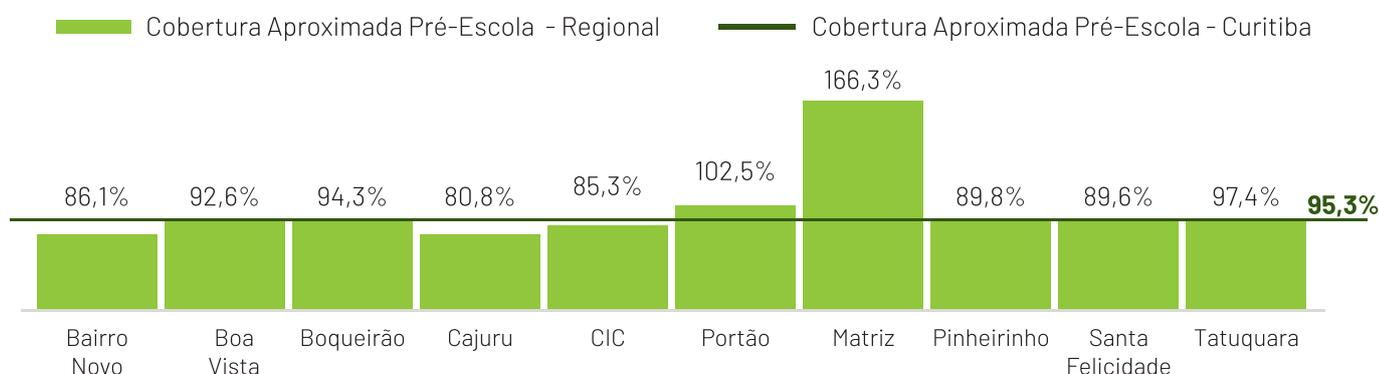
Regional	Municipal		Privada		Total de 4 a 5 anos		
	Matr.	(%) Matr.	Matr.	(%) Matr.	Matr.	(%) Aproximado Pop.*	Pop.
1 Bairro Novo	3.434	88,3%	457	11,7%	3.891	86,1%	4.519
2 Boa Vista	3.214	58,1%	2.315	41,9%	5.529	92,6%	5.969
3 Boqueirão	2.808	57,8%	2.052	42,2%	4.860	94,3%	5.153
4 Cajuru	3.037	65,8%	1.582	34,2%	4.619	80,8%	5.715
5 CIC	4.104	88,1%	553	11,9%	4.657	85,3%	5.458
6 Portão	1.512	39,9%	2.272	60,0%	3.785	102,5%	3.692
7 Matriz	499	10,2%	4.382	89,8%	4.881	166,3%	2.935
8 Pinheirinho	2.038	62,2%	1.240	37,8%	3.278	89,8%	3.650
9 Santa Felicidade	1.851	56,7%	1.414	43,3%	3.265	89,6%	3.642
10 Tatuquara	2.729	93,9%	176	6,1%	2.905	97,4%	2.984
Total	25.226	60,5%	16.443	39,5%	41.670	95,3%	43.717

Fonte: INEP (Microdados Censo Escolar), 2016.

Nota 1: Para comparar o total de matrículas foi utilizada a população total da contagem do Censo Demográfico.

Nota 2: A Regional de Matrícula nem sempre é a Regional de residência.

*Esse percentual é uma aproximação pois sabe-se que nem sempre a regional de residência é a regional de matrícula e ainda, algumas regionais atendem população da Região Metropolitana. O cálculo foi feito para auxiliar na leitura dos dados, que posteriormente podem ser cruzados com a demanda reprimida de vagas na rede Municipal.



O Plano Municipal de Educação – PME 2015 de Curitiba traz a informação do aumento do número de matrículas nos últimos anos (2007 a 2013), tanto na creche como na pré-escola, e manteve esse padrão de 2013 para 2016, como mostra a tabela a seguir. Na creche saiu de 35.855 matrículas em 2013 para 39.355 em 2016 (9,6%), sendo que a rede privada teve um aumento maior, 19,5% contra 3,9% nas matrículas públicas. Já na pré-escola o setor público teve um aumento maior, 15,8%, e na privada apenas 1,7%.

Tabela 3.1.5: Evolução das vagas na Educação infantil por rede de ensino

Rede	2013			2016			Variação 2016/2013		
	De 0 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Total	De 0 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Total	De 0 a 3 anos	De 4 a 5 anos	Total
Municipal	22.798	11.394	34.192	23.688	13.189	36.877	3,9%	15,8%	7,9%
Privada	12.991	16.322	29.313	15.527	16.597	32.124	19,5%	1,7%	9,6%
Total	35.789	27.756	63.545	39.215	29.788	69.003	9,6%	7,3%	8,6%

Fonte: INEP (Microdados Censo Escolar), 2016.

Nota: O total apresentado na tabela se refere ao total de matrículas por tipo de ensino (creche/pré-escola) e rede (municipal/privada), não leva em consideração a idade dos matriculados. As redes federal e estadual não foram apresentadas pelo número infimo de oferta.



Contudo, o atendimento de crianças de 4 e 5 anos, apesar de não ter alcançado em 2016 a meta 01 imposta pelos planos, fato que em quase todo o Brasil, que é de universalizar a educação infantil na pré-escola, para as crianças de 4 (quatro) a 6 (seis) anos de idade, conforme demonstrou o indicador 2, nos apresenta uma realidade bem mais aprazível, passando de 83,6% em 2010, para 95,3% em 2016. Ainda na Tabela 3.1.5., que apresenta a evolução das vagas para Educação Infantil por rede de ensino, onde na pré-escola, 4 a 5 anos, o setor público se destacou com aumento de 15,8%, enquanto a rede privada abriu apenas 1,7%. Este aumento considerável se deve ao desafio da universalização do acesso em toda a Educação Básica, condição para o cumprimento da Emenda Constitucional nº 59, de 2009, que deu prazo até o ano 2016 para que seja garantida a matrícula escolar para todas as crianças e jovens brasileiros com idades entre 4 e 17 anos.

Art. 208.

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (EC 59/2009)

A análise da educação infantil mostra que o foco dado pelo setor público está no aumento de vagas na pré-escola¹⁰, enquanto o setor privado vem ofertando mais vagas para as creches, no entanto, os dados do CONSELHO Tutelar – CT, enfatizam a grande solicitação de vagas de creches para crianças: Das 11.372 notificações do CT em 2016, 4.780 (42%) foram referentes a falta de vagas, e 74,7% dessas se referiam a vagas em creche e pré-escola.

Aprofundando-se mais no assunto, a seguir, a tabela apresenta as notificações de falta de vaga para crianças de 0 a 5 anos registradas pelos pais ou responsáveis no CT em 2016. Percebe-se que as Regionais que possuem INDICADORES sociodemográficos mais frágeis¹¹ são as que mais registraram notificações no CT em relação a falta de vagas, sendo elas: Bairro Novo, Tatuquara e CIC. Cabe ressaltar que os dados aqui apresentados se referem aos registros realizados no SIPIA de falta de vagas, mais a frente estes dados serão confrontados com os dados de oferta e demanda da Secretaria Municipal de Educação de Curitiba.

¹⁰ Ver no Volume 7 dados do orçamento público, o qual mostra o investimento (material permanente, obras e instalações) nos últimos 3 anos em Educação Infantil.

¹¹ O Volume I deste diagnóstico retrata as Regionais de Curitiba em relação aos seus indicadores sociodemográficos.

Indicador 3: Taxa de notificação de falta de vaga para crianças de 0 a 5 anos

Definição: Número de notificações de falta de vaga sobre a população da região geográfica.

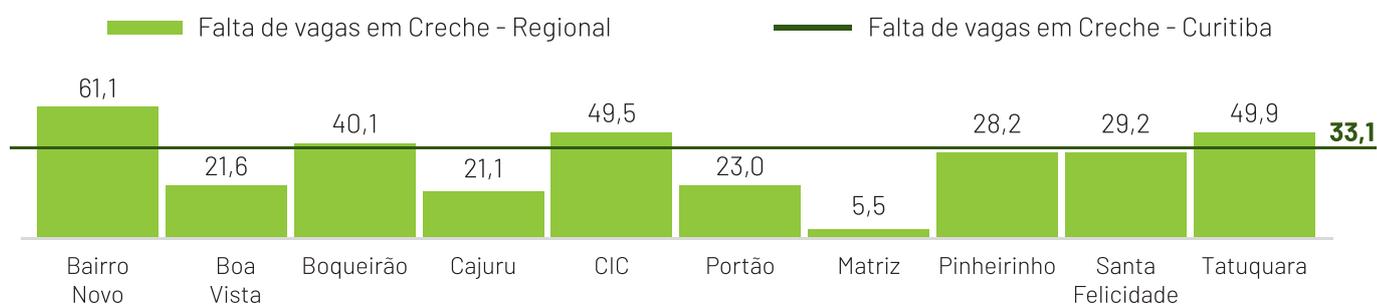
Tabela 3.1.7: Notificação de falta de vaga na faixa etária de 0 a 5 anos

Regional	De 0 a 3 anos			De 4 a 5 anos		
	Quant.	Pop.	Taxa	Quant.	Pop.	Taxa
1 Bairro Novo	530	8.672	61,1	138	4.519	30,5
2 Boa Vista	248	11.496	21,6	89	5.969	14,9
3 Boqueirão	404	10.076	40,1	57	5.153	11,1
4 Cajuru	236	11.175	21,1	71	5.715	12,4
5 CIC	517	10.435	49,5	119	5.458	21,8
6 Portão	174	7.559	23,0	41	3.692	11,1
7 Matriz	35	6.369	5,5	8	2.935	2,7
8 Pinheirinho	209	7.414	28,2	75	3.650	20,5
9 Santa Felicidade	212	7.269	29,2	48	3.642	13,2
10 Tatuquara	283	5.675	49,9	77	2.984	25,8
Total	2.848	86.140	33,1	723	43.717	16,5

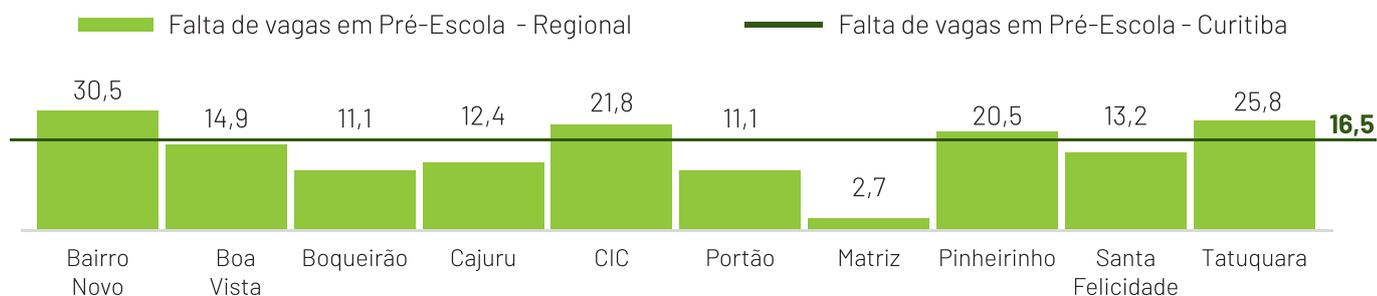
Fonte: CT, 2016 / IBGE, 2016.

Nota: Taxa por mil habitantes.

Falta de vaga de 0 a 3 anos



Taxa de falta de vagas de 4 a 5 anos



A situação da demanda por atendimento em educação das crianças de 4 e 5 anos estão bem mais estruturadas em relação as crianças de 0 a 3 anos, na Tabela 3.1.8 que aponta aproximadamente o déficit de vagas em Curitiba para a Educação Infantil com base nas notificações de ausências de vagas no Conselho Tutelar, mostram que 20% (723) das requisições de vagas para educação infantil são de 4 a 5 anos, enquanto na faixa de 0 a 3, como já mencionado, chegaram a 2.848 (80%). A menor incidência na procura se deve a disponibilização de vagas pela rede de ensino, somando entre privada e pública existem disponíveis 41.670 matrículas, representando 95,3% do total de crianças residentes em Curitiba na faixa etária de 4 a 5 anos.

Tabela 3.1.8: Informações sobre matrículas, população e notificações de ausências de vagas no Conselho Tutelar

Faixa etária	Matriculados	População residente	Notificações no CT (Requisição de vaga)	Déficit Estimado	Déficit Estimado Meta PNE
De 0 a 3 anos	38.730	86.140	2.848	- 47.410	- 4.340
De 4 a 5 anos	41.670	43.717	723	- 2.047	- 2.047

Fonte: INEP, 2016 / IBGE, 2010 / CT, 2016.

Nota: A tabela acima está considerando todas as vagas ofertadas, inclusive as vagas particulares. Lembrando que a Meta estipulada para o PNE é de 50% para 0 a 3 anos e 100% para 4 a 5 anos.

Já a tabela a seguir considera o resumo de vagas, mostrando as vagas disponíveis, a demanda solicitada na SME e as registradas no CT sobre solicitação de vagas. Em resumo, em relação à creche, a demanda solicitada na SME é 2,3 vezes maior que o número de notificações feitas no CT em 2016. Já no caso da pré-escola o comportamento é ao contrário, a demanda registrada na SME é bem menor do que as notificações no CT.

Tabela 3.1.9: Resumo de disponibilidade, demanda e notificação de vagas de creche e pré-escola em Curitiba

Necessidade	Vagas disponíveis	Demanda SME	Notificações CT	CT/Demanda
Creche	248	9.473	2.848	2,3
Pré-escola	892	42	723	-0,9
Total	1.140	9.515	3.571	1,7

Fonte: SME/CT, 2016.

Nota: A tabela unificou as informações de berçário e maternal, em todas as faixas etárias no caso da creche.

Como vaga escolar depende muito da localização da escola/creche versus a localização de moradia do educando, a seguir a tabela mostra bairro a bairro a comparação de vagas disponíveis, demanda da SME e as notificações do CT em relação a vagas em creche. E logo depois, apresenta-se um mapa identificando em 5 grupos os bairros com maior urgência de vagas dos de menor urgência. Os Bairros CIC e Sítio Cercado são, tanto na SME e no CT, os que mais solicitam vagas de 0 a 3 anos. Percebe-se que mesmo com algumas vagas disponíveis nestes bairros, a procura é muito maior (18 vezes) que a disponibilidade. Se somarmos a demanda dos 5 bairros que aparecem em primeiro na tabela abaixo, eles representam mais de 50% da necessidade de vagas em creche no município. No Ministério Público (Promotoria de Justiça de Proteção a Educação¹²) foram registrados em 2016 um total de 2.225 solicitações de vagas em creche, muito próximo ao valor de notificações no CT, e muito abaixo do solicitado na SME. Foram passadas apenas os totais, sem detalhamento da informação.

Tabela 3.1.10: Comparação de disponibilidade, demanda e notificação de vagas de creche em Curitiba

Bairro	Vagas Disponíveis	Demanda SME	Notificações CT
CIC	74	1.468	517
Sítio Cercado	35	1.120	464
Tatuquara	4	826	245
Cajuru	4	680	190
Campo de Santana	6	513	20
Uberaba	8	433	36
Alto Boqueirão	-	389	168
Pinheirinho	3	367	125
Bairro Alto	2	281	65
Boqueirão	4	251	142
Xaxim	4	213	79
Fazendinha	2	196	69
Ganchinho	2	189	55
Boa Vista	4	152	11
Capão Raso	2	131	21
Santa Cândida	-1	123	59
Abranches	-	121	22
Guaira	-	109	22
Novo Mundo	4	106	51
Barreirinha	2	105	21
São Braz	7	104	49
Butiatuvinha	27	103	41
Portão	-1	101	25
Campo Comprido	1	96	33
Hauer	4	95	15
Santa Felicidade	-	86	37
Lindóia	2	83	8
Capão da Imbuia	1	81	9
Atuba	4	78	8
Parolin	7	76	32
Centro Cívico	1	72	2
Santo Inácio	-	72	6
Santa Quitéria	13	69	17
Augusta	2	68	-
Pilarzinho	-1	66	29
Caximba	-1	64	18
São João	-1	58	15
Rebouças	14	51	1
Cachoeira	2	50	14
São Miguel	1	50	-
Vista Alegre	-	45	10
Umbará	2	44	11
Orleans	-	33	5
Tingui	-1	29	7
Prado Velho	6	26	8
Água Verde	-	-	5
Alto da Rua XV	-	-	1
Bacacheri	-	-	3
Bom Retiro	-	-	2
Cabral	-	-	4
Campina do Siqueira	-	-	1
Cascatinha	-	-	2
Centro	-	-	5
Fanny	-	-	4
Jardim Botânico	-	-	1
Jardim das Américas	-	-	1
Jardim Social	-	-	3
Juvevê	-	-	1
Lamenha Pequena	-	-	3
Mercês	-	-	4
Mossunguê	-	-	10
São Francisco	-	-	3
Seminário	-	-	1
Taboão	-	-	6
Tarumã	-	-	3
Vila Izabel	-	-	3
Total	248	9473	2848

Fonte: SME/CT, 2016

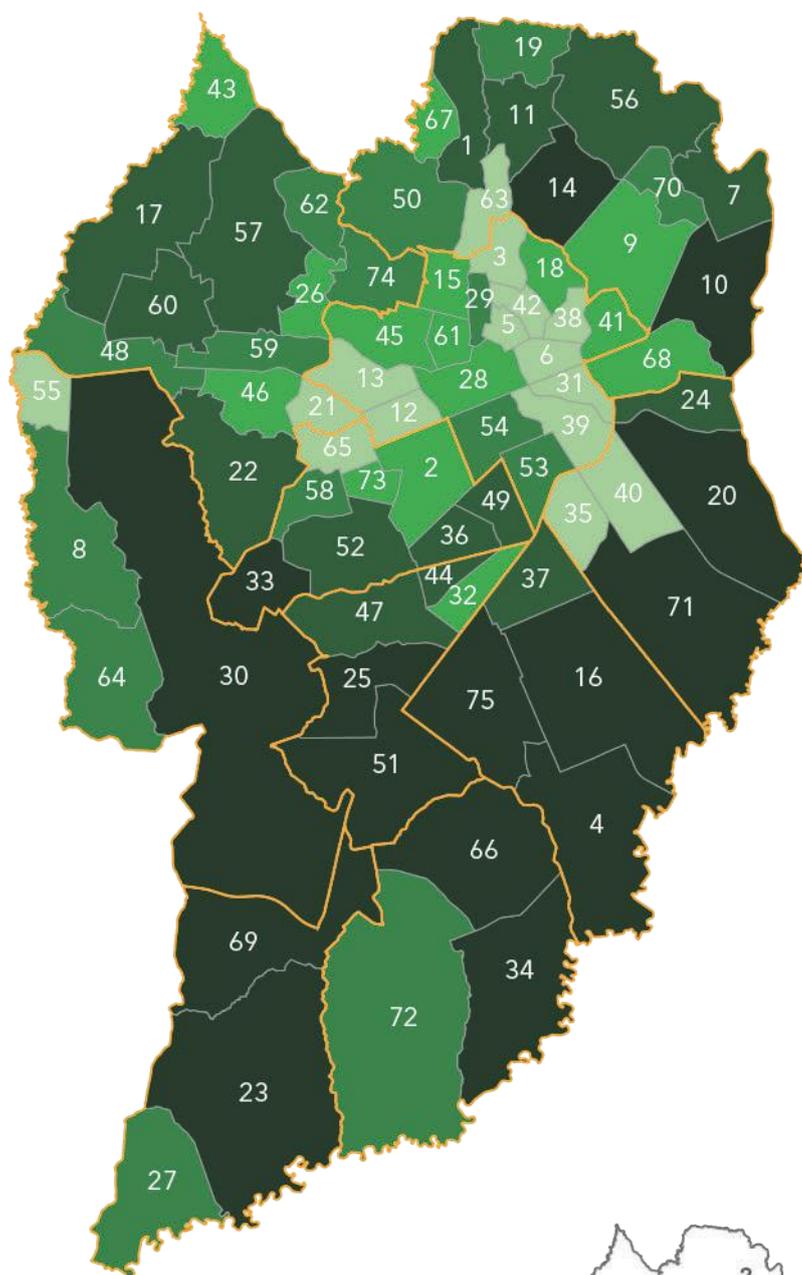
Nota: A tabela unificou as informações de berçário e maternal, em todas as faixas etárias no caso da creche.

Nota: Os bairros que não aparecem na tabela são os que não tinham vagas disponíveis, nem demandas na SME e também não apresentaram notificações no CT.

12 Nas outras etapas de ensino a educação infantil (pré-escola) e o ensino fundamental (1ª etapa) tiveram 150 registros de solicitação no MP e na ensino fundamental (2ª etapa) e ensino médio 31 solicitações (MP, 2017)

Representação gráfica dos bairros de Curitiba com maior demanda na SME para vagas em creche.

O mapa a seguir mostra a divisão dos bairros de Curitiba em cinco categorias conforme a demanda de vagas em creche, diferenciando os bairros com menores demandas dos com maiores demandas, conforme escala de cores.



- | | |
|------------------------|-----------------------------|
| 1 Regional Bairro Novo | 6 Regional Portão |
| 2 Regional Boa Vista | 7 Regional Matriz |
| 3 Regional Boqueirão | 8 Regional Pinheirinho |
| 4 Regional Cajuru | 9 Regional Santa Felicidade |
| 5 Regional CIC | 10 Regional Tatuquara |



Cor N°	Bairro	Quant.	População de 0 a 3 anos	Taxa
30	CIC	517	9.639	53,6
66	Sítio Cercado	464	6.729	69,0
69	Tatuquara	245	3.503	69,9
20	Cajuru	190	5.273	36,0
23	Campo de Santana	20	2.016	9,9
71	Uberaba	36	4.058	8,9
4	Alto Boqueirão	168	2.893	58,1
51	Pinheirinho	125	2.822	44,3
10	Bairro Alto	65	2.247	28,9
16	Boqueirão	142	3.717	38,2
75	Xaxim	79	2.912	27,1
33	Fazendinha	69	1.505	45,8
34	Ganchinho	55	788	69,8
14	Boa Vista	11	1.158	9,5
25	Capão Raso	21	1.750	12,0
56	Santa Cândida	59	1.710	34,5
1	Abranches	22	682	32,3
36	Guaira	22	738	29,8
47	Novo Mundo	51	2.072	24,6
11	Barreirinha	21	818	25,7
60	São Braz	49	1.159	42,3
17	Butiatuvinha	41	611	67,1
52	Portão	25	1.734	14,4
22	Campo Comprido	33	1.629	20,3
37	Hauer	15	554	27,1
57	Santa Felicidade	37	1.509	24,5
44	Lindóia	8	396	20,2
24	Capão da Imbuia	9	827	10,9
7	Atuba	8	897	8,9
49	Parolin	32	672	47,6
29	Centro Cívico	2	129	15,5
59	Santo Inácio	6	301	19,9
58	Santa Quitéria	17	516	32,9
8	Augusta	0	439	0,0
50	Pilarzinho	29	1.340	21,6
27	Caximba	18	156	115,4
62	São João	15	170	88,2
54	Rebouças	1	418	2,4
19	Cachoeira	14	535	26,2
64	São Miguel	0	345	0,0
74	Vista Alegre	10	502	19,9
72	Umbará	11	1.155	9,5
48	Orleans	5	362	13,8
70	Tingüi	7	542	12,9
53	Prado Velho	8	358	22,3
46	Mossunguê	10	579	17,3
67	Taboão	6	210	28,6
2	Água Verde	5	1.750	2,9
28	Centro	5	806	6,2
18	Cabral	4	589	7,0
32	Fanny	4	374	10,7
45	Mercês	4	394	10,2
9	Bacacheri	3	850	3,5
41	Jardim Social	3	155	19,4
43	Lamenha Pequena	3	59	50,8
61	São Francisco	3	170	17,6
68	Tarumã	3	278	10,8
73	Vila Izabel	3	452	6,6
15	Bom Retiro	2	166	12,0
26	Cascatinha	2	79	25,3
6	Alto da Rua XV	1	270	3,7
21	Campina do Siqueira	1	309	3,2
39	Jardim Botânico	1	223	4,5
40	Jardim das Américas	1	559	1,8
42	Juvevê	1	374	2,7
65	Seminário	1	192	5,2
3	Ahú	0	427	0,0
5	Alto da Glória	0	165	0,0
12	Batel	0	295	0,0
13	Bigorrião	0	897	0,0
31	Cristo Rei	0	426	0,0
35	Guabirota	0	458	0,0
38	Hugo Lange	0	127	0,0
55	Riviera	0	12	0,0
63	São Lourenço	0	229	0,0

Na pré-escola não é diferente, os mesmos 4 primeiros bairros representam mais de 505 das vagas solicitadas, no CT. O que surpreende aqui é que o Bairro CIC apresenta 199 vagas disponíveis de 4 a 5 anos e 119 notificações no CT. Neste caso, pode estar ocorrendo uma “escolha” de escolas dos pais/responsáveis no bairro, o que gera as notificações no conselho e a baixa demanda na SME.

Tabela 3.1.11: Comparação de disponibilidade, demanda e notificação de vagas de pré-escola em Curitiba

Bairro	Vagas Disponíveis	Demanda SME	Notificações CT
CIC	199	15	119
Sítio Cercado	79	1	111
Cajuru	28	2	67
Tatuquara	42	-	65
Pinheirinho	11	2	51
Bairro Alto	13	2	27
Boqueirão	1	-	26
Santa Cândida	17	2	23
Ganchinho	3	-	22
Alto Boqueirão	101	-	13
Fazendinha	13	-	13
Santa Felicidade	3	-	12
Xaxim	34	-	12
Butiatuvinha	15	-	11
Capão Raso	3	-	11
Parolin	7	-	10
Caximba	-	5	9
Novo Mundo	-	-	9
Abranches	6	-	7
Água Verde	-	-	7
Cachoeira	2	-	7
Campo Comprido	13	-	7
Atuba	11	-	6
Boa Vista	6	3	6
Hauer	11	-	6
Barreirinha	8	-	5
São Braz	23	1	5
São João	-	-	5
Umbará	4	-	5
Guaira	3	-	4
Lindóia	10	1	4
Santa Quitéria	63	-	4
Bacacheri	-	-	3
Campo de Santana	18	1	3
Pilarzinho	9	-	3
Portão	14	-	3
Campina do Siqueira	-	-	2
Juvevê	-	-	2
Lamenha Pequena	-	-	2
Mercês	-	-	2
Taboão	-	-	2
Uberaba	27	4	2
Alto da Rua XV	-	-	1
Bigorrião	-	-	1
Capão da Imbuia	1	-	1
Cascatinha	-	-	1
Centro	-	-	1
Guabirota	-	-	1
Orleans	1	-	1
Prado Velho	-	-	1
Santo Inácio	3	-	1
Vista Alegre	11	-	1
Augusta	57	-	-
Centro Cívico	1	-	-
Rebouças	19	3	-
São Miguel	1	-	-
Tingui	1	-	-
Total	892	42	723

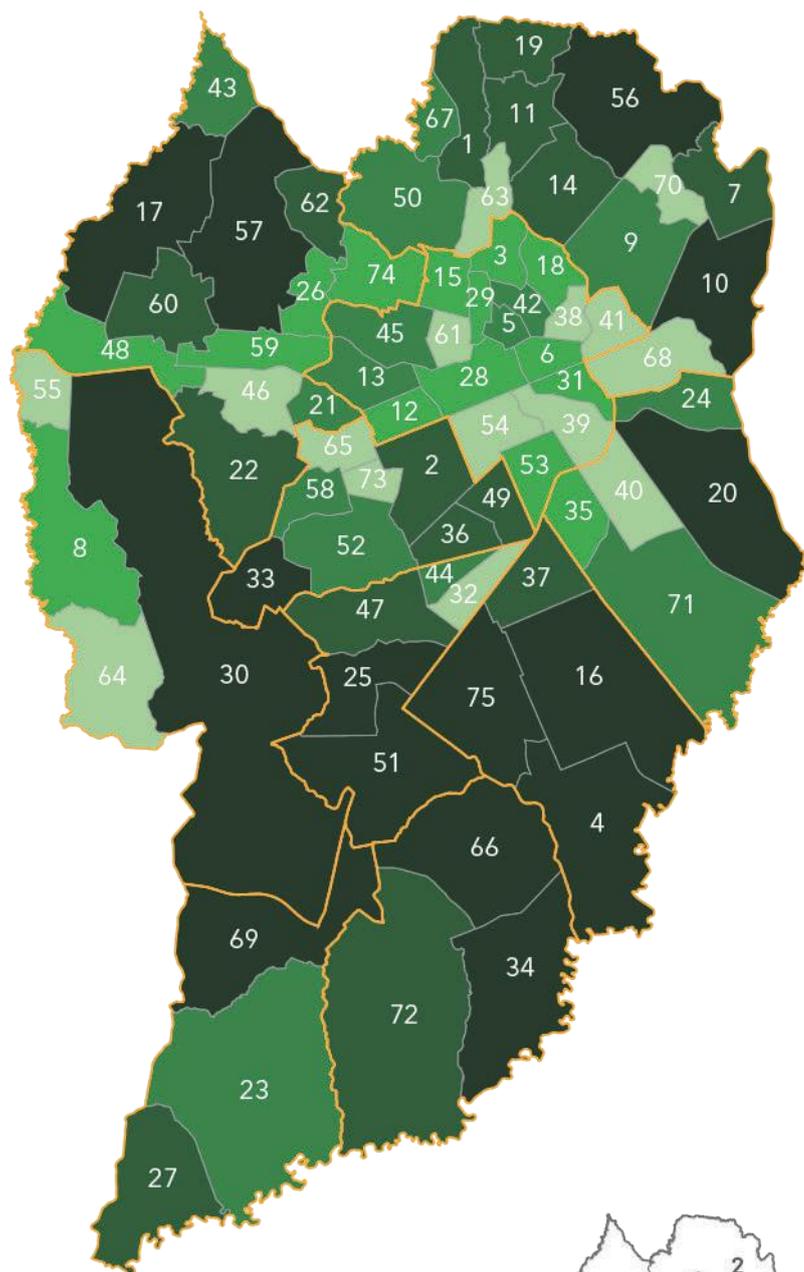
Fonte: SME/CT, 2016

Nota: A tabela unificou as informações de berçário e maternal, em todas as faixas etárias no caso da creche.

Nota: Os bairros que não aparecem na tabela são os que não tinham vagas disponíveis, nem demandas na SME e também não apresentaram notificações no CT.

Representação gráfica dos bairros de Curitiba com maior demanda no CT para vagas em pré-escola.

O mapa a seguir mostra a divisão dos bairros de Curitiba em cinco categorias conforme a demanda de vagas em pré-escola, diferenciando os bairros com menores demandas dos com maiores demandas, conforme escala de cores.



- | | |
|------------------------|-----------------------------|
| 1 Regional Bairro Novo | 6 Regional Portão |
| 2 Regional Boa Vista | 7 Regional Matriz |
| 3 Regional Boqueirão | 8 Regional Pinheirinho |
| 4 Regional Cajuru | 9 Regional Santa Felicidade |
| 5 Regional CIC | 10 Regional Tatuquara |



Cor	Nº	Bairro	Quant.	População de 4 a 5 anos	Taxa
Muito alto	30	CIC	119	5.059	23,5
	66	Sítio Cercado	111	3.501	31,7
	20	Cajuru	67	2.671	25,1
	69	Tatuquara	65	1.823	35,7
	51	Pinheirinho	51	1.451	35,1
	10	Bairro Alto	27	1.180	22,9
	16	Boqueirão	26	1.896	13,7
	56	Santa Cândida	23	878	26,2
	34	Ganchinho	22	423	52,0
	4	Alto Boqueirão	13	1.482	8,8
Alto	33	Fazendinha	13	793	16,4
	57	Santa Felicidade	12	801	15,0
	75	Xaxim	12	1.486	8,1
	17	Butiatuvinha	11	317	34,7
	25	Capão Raso	11	840	13,1
	49	Parolin	10	351	28,5
	27	Caximba	9	99	90,9
	47	Novo Mundo	9	1.008	8,9
	1	Abranches	7	390	17,9
	2	Água Verde	7	768	9,1
Médio	19	Cachoeira	7	279	25,1
	22	Campo Comprido	7	764	9,2
	7	Atuba	6	447	13,4
	14	Boa Vista	6	617	9,7
	37	Hauer	6	289	20,8
	11	Barreirinha	5	415	12,0
	60	São Braz	5	595	8,4
	62	São João	5	84	59,5
	72	Umbará	5	595	8,4
	36	Guaira	4	324	12,3
Baixo	44	Lindóia	4	194	20,6
	58	Santa Quitéria	4	276	14,5
	9	Bacacheri	3	444	6,8
	23	Campo de Santana	3	1.062	2,8
	50	Pilarzinho	3	700	4,3
	52	Portão	3	884	3,4
	21	Campina do Siqueira	2	161	12,4
	42	Juvevê	2	166	12,0
	43	Lamenha Pequena	2	37	54,1
	45	Mercês	2	214	9,3
Muito baixo	67	Taboão	2	86	23,3
	71	Uberaba	2	2.092	1,0
	5	Alto da Glória	0	81	0,0
	13	Bigorrião	1	401	2,5
	24	Capão da Imbuia	1	417	2,4
	26	Cascatinha	1	50	20,0
	28	Centro	1	353	2,8
	35	Guabirota	1	249	4,0
	48	Orleans	1	211	4,7
	53	Prado Velho	1	164	6,1
59	Santo Inácio	1	130	7,7	
74	Vista Alegre	1	252	4,0	
3	Ahú	0	213	0,0	
6	Alto da Rua XV	1	134	7,5	
8	Augusta	0	228	0,0	
12	Batel	0	126	0,0	
15	Bom Retiro	0	89	0,0	
18	Cabral	0	229	0,0	
29	Centro Cívico	0	56	0,0	
31	Cristo Rei	0	184	0,0	
32	Fanny	0	157	0,0	
38	Hugo Lange	0	65	0,0	
39	Jardim Botânico	0	80	0,0	
40	Jardim das Américas	0	286	0,0	
41	Jardim Social	0	97	0,0	
46	Mossunguê	0	240	0,0	
54	Rebouças	0	185	0,0	
55	Riviera	0	9	0,0	
61	São Francisco	0	98	0,0	
63	São Lourenço	0	126	0,0	
64	São Miguel	0	162	0,0	
65	Seminário	0	106	0,0	
68	Tarumã	0	142	0,0	
70	Tingui	0	265	0,0	
73	Vila Izabel	0	190	0,0	

3.2 ENSINO FUNDAMENTAL

O amparo legal para o Ensino Fundamental, constitui-se em vários dispositivos, iniciando pela Carta Magna, Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – artigo 208, inciso I, atribuindo a obrigatoriedade e gratuidade do ensino dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria. A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes para o Ensino Fundamental, como a segunda etapa da educação básica e admitiu a matrícula no Ensino Fundamental de nove anos, a iniciar-se aos seis anos de idade, uma alteração significativa nos sistemas de ensino. Em 2001, a Lei nº 10.172, estabeleceu o ensino fundamental de nove anos como meta da educação nacional. Em 2005 a LDB foi alterada (Lei nº 11.114/2005) e torna obrigatória a matrícula das crianças de seis anos de idade no Ensino Fundamental, destacando que o Ensino Fundamental se divide em dois momentos, os anos iniciais, com 5 anos de duração e crianças de 6 a 10 anos de idade e o segundo, chamado de anos finais, com 4 anos de duração e idades entre 11 a 14 anos.

Em 2014 o Plano Nacional de Educação, estruturou várias metas e estratégias em relação ao Ensino Fundamental, como a meta 2: “Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos educandos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.” A palavra “universalizar” vem assumir um compromisso complementar para com o Art. 32º da LDB, que traz os dispostos da obrigatoriedade e gratuidade na escola pública. O mesmo artigo da LDB, aponta o objetivo para uma formação cidadã, onde em seus incisos nos conduz aos conceitos essenciais para tal, como o desenvolvimento da capacidade de aprender, pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo, a compreensão dos ambientes, dos pilares da estrutura que fundamenta a sociedade, a formação de atitudes e valores, bem como o fortalecimento dos vínculos de família.

Claramente a legislação vem se estruturando ao longo dos anos, de forma contínua buscando a eliminação de desigualdades históricas do País. Nesse espírito, o Plano Nacional de Educação, e por consequência legal, os Planos Municipais, tem metas orientadas para enfrentar as barreiras encontradas para o acesso e a permanência e para combater as desigualdades educacionais da população.

Nesse sentido o exercício do direito à Ensino Fundamental supõe, também todo o exposto no art. 3º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, inciso I, como no PNE, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, como um dos princípios juntamente com princípios da igualdade, da liberdade, do reconhecimento do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, da convivência entre instituições públicas e privadas. Ainda neste art. 3º, as bases para que estes princípios se realizem estão estabelecidas na

proposição da valorização dos professores e da gestão democrática do ensino público com garantia de padrão de qualidade.

Na Tabela a seguir os dados da população de 6 a 14 anos que não frequenta a escola, segundo os dados do IBGE, tem que Curitiba apresentava 2,4% da população desta faixa etária fora da escola. Um percentual maior que o do Brasil e a do Paraná.

Indicador 4: Percentual da população de 6 e 14 anos que NÃO frequenta a escola

Definição: Número de NÃO matriculados sobre a população da região geográfica.

Tabela 3.2.1: Crianças e adolescentes de 6 a 14 anos que NÃO frequentam a escola por Regional em Curitiba

Regional		De 6 a 14 anos		
		Total	Fora da Escola	Regional (%)
1	Bairro Novo	22.459	327	1,5%
2	Boa Vista	29.995	910	3,0%
3	Boqueirão	25.946	550	2,1%
4	Cajuru	28.627	520	1,8%
5	CIC	27.950	827	3,0%
6	Portão	17.789	450	2,5%
7	Matriz	15.133	284	1,9%
8	Pinheirinho	18.782	451	2,4%
9	Santa Felicidade	18.301	412	2,3%
10	Tatuquara	15.180	640	4,2%
Curitiba		220.162	5.371	2,4%

(% QUE NÃO FREQUENTA A ESCOLA DE 6 A 14 ANOS)	
Brasil	2,1%
Paraná	1,7%
Curitiba	2,4%

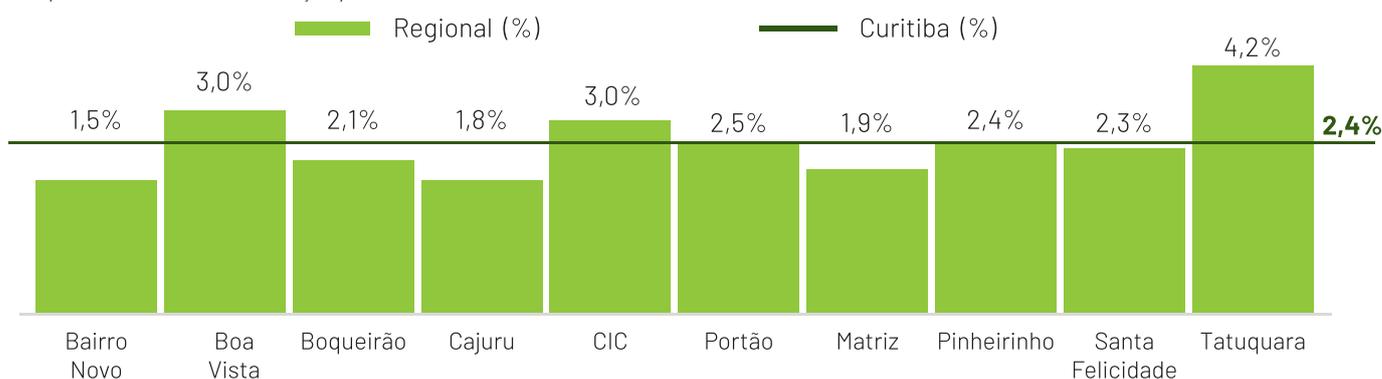
Fonte: SIMEC, 2017

Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2015

Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional - 2010

Fonte: Microdados IBGE, 2010.

Nota: O total populacional desta tabela se difere do total populacional do Censo Demográfico, pois se trata de uma estimativa por dados amostrais.



Segundo os dados do Censo Escolar de 2016 o total de matriculados de 6 a 14 anos eram 206.852, sendo a rede municipal responsável por 39,4% das matrículas e a estadual por 31,1%. Novamente a comparação por bairro com a população do Censo Demográfico fica prejudicada pois a informação de residência no Censo Escolar é desatualizada, por isso optou-se em verificar as vagas por endereço da escola. Neste caso, algumas regionais oferecem mais vagas do que sua população local, caso da Regional Matriz, Portão e Boa Vista. As Regionais com menos vagas ofertadas, no geral, são a Regional Cajuru e a Regional do CIC (75,7% e 72,2%, respectivamente), porém o CIC, junto com o Tatuquara são as regionais nas quais o poder público (rede municipal

e estadual) mais oferta vagas (95,1% e 99,0%, respectivamente), ou seja, regionais onde a oferta de escolas particulares é mínima. No resumo total, se compararmos as matrículas com a população do Censo de 2010, o número de crianças de 6 a 14 anos fora da escola em Curitiba estimado é de 6,0%, se a população de 2010 se manteve igual até 2016, porém sabe-se que a faixa etária mais nova vem reduzindo a sua representatividade na população.

Tabela 3.2.2: Matriculados de 6 a 14 anos, independentemente da etapa escolar, no ano de 2016

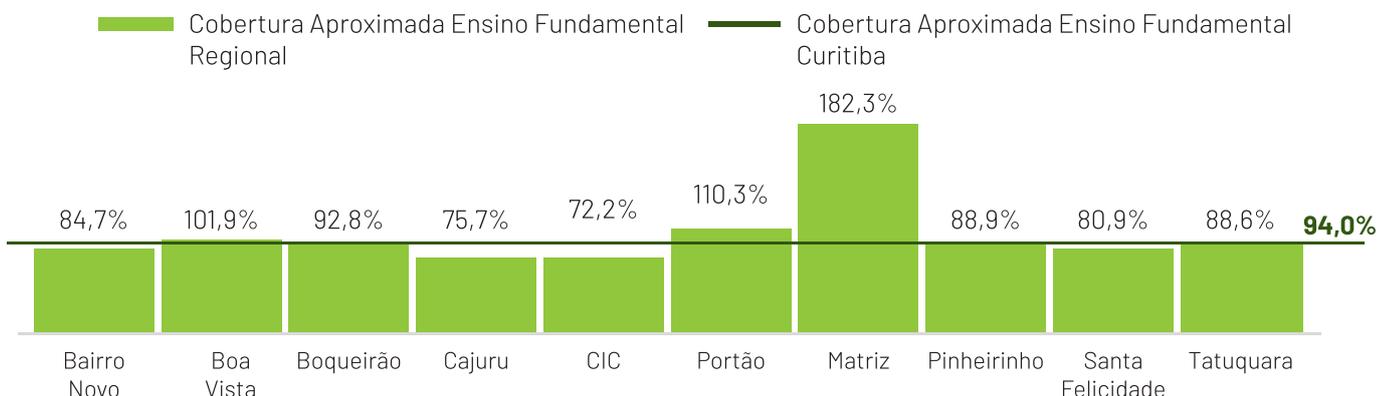
Regional		Municipal		Privada		Estadual		Federal		Total Fundamental		
		Matr.	(%) Matr.	Matr.	(%) Matr.	Matr.	(%) Matr.	Matr.	(%) Matr.	Matr.	(%) Pop.	Pop.
1	Bairro Novo	9.948	51,4%	1.849	9,6%	7.549	39,0%	0	0,0%	19.346	84,7%	22.843
2	Boa Vista	11.645	38,2%	8.707	28,5%	9.714	31,8%	456	1,5%	30.522	101,9%	29.962
3	Boqueirão	8.666	35,8%	7.340	30,3%	8.197	33,9%	0	0,0%	24.203	92,8%	26.068
4	Cajuru	10.010	45,9%	4.603	21,1%	7.218	33,1%	0	0,0%	21.831	75,7%	28.821
5	CIC	12.383	61,3%	988	4,9%	6.833	33,8%	0	0,0%	20.204	72,2%	27.985
6	Portão	5.758	29,0%	8.561	43,1%	5.522	27,8%	0	0,0%	19.841	110,3%	17.989
7	Matriz	2.342	9,0%	18.787	72,0%	4.946	19,0%	2	0,0%	26.077	182,3%	14.307
8	Pinheirinho	7.202	43,2%	4.175	25,1%	5.279	31,7%	0	0,0%	16.656	88,9%	18.739
9	Santa Felicidade	5.790	39,1%	5.598	37,8%	3.430	23,1%	0	0,0%	14.818	80,9%	18.325
10	Tatuquara	7.669	57,4%	131	1,0%	5.554	41,6%	0	0,0%	13.354	88,6%	15.064
Total		81.413	39,4%	60.739	29,4%	64.242	31,1%	458	0,2%	206.852	94,0%	220.103

Fonte: INEP (Microdados Censo Escolar), 2016.

Fonte: IBGE, 2010.

Nota 1: O total populacional é referente ao Censo Demográfico do IBGE 2010.

Nota 2: A Regional de Matrícula nem sempre é a Regional de residência.



Conforme o material Construindo o Plano Municipal de Educação (CURITIBA. 2015), não só na faixa do ensino fundamental, mas a população de 0 a 14 anos vem diminuindo, o que justifica essa queda gradativa de matrícula no ensino fundamental apontado na tabela abaixo. Segundo o material, mesmo a faixa etária de 5 a 9 anos reduziu -14,2% de 2000 para 2010 e a faixa de 10 a 14 anos -4,4% no mesmo período, dado que se confirma pela variação de 2010 a 2013, e de 2013 a 2016, que a redução de matrículas nas escolas da rede estadual foi acentuada, - 18,2% e - 20,9% respectivamente.

Porém cabe salientar, que na rede privada o comportamento contrário é observado, existe um aumento: de 2013 para 2016 as matrículas aumentaram 20,7% nas escolas privadas, não alterando a queda de matrículas na média geral de toda a rede.

Tabela 3.2.3: Evolução das vagas do ensino fundamental por rede de ensino

Rede	Ensino fundamental anos iniciais e finais			Variação	
	2010	2013	2016	2010/2013	2013/2016
Municipal	96.320	92.411	90.943	-4,1%	-1,6%
Estadual	95.146	77.818	61.568	-18,2%	-20,9%
Privada	50.877	55.683	67.219	9,4%	20,7%
Total	242.343	225.912	219.730	-9,3%	-2,7%

Fonte: INEP (Microdados Censo Escolar), 2016.

Fonte: PME (dados de 2010 e 2013), 2015.

Nota: O total populacional é referente ao Censo Demográfico do IBGE 2010.

A solicitação de vagas no Ensino Fundamental I e II em Curitiba, no CT alcançou um total de 746 solicitações, gerando uma taxa de 3,4 solicitações a cada mil habitantes da mesma faixa etária. Sendo que, a Regional Tatuquara e a Regional Bairro Novo são as com maiores taxas de notificação, acima de 5,5 a cada mil habitantes das regiões.

Indicador 5: Taxa de notificação de falta de vaga para a faixa etária de 6 a 14 anos

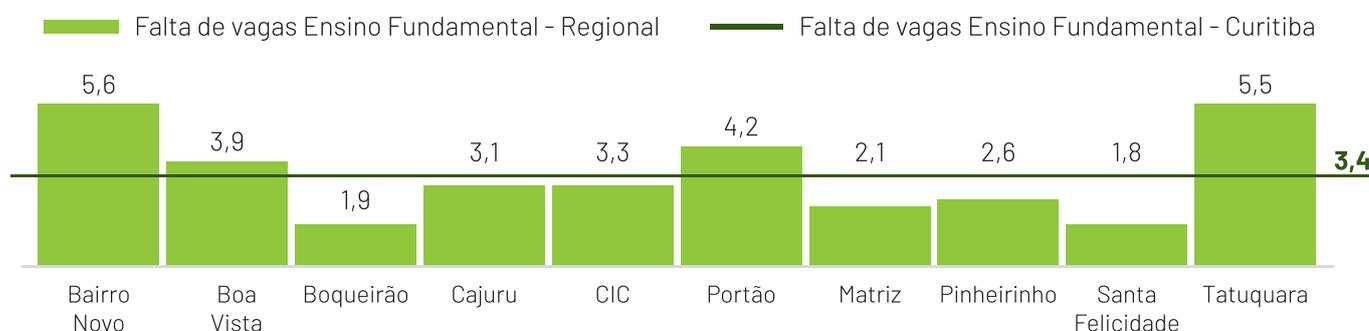
Definição: Número de notificações de falta de vaga sobre a população da região geográfica.

Tabela 3.2.4: Notificação de falta de vaga na faixa etária de 6 a 14 anos

	Regional	Quant.	Taxa
1	Bairro Novo	129	5,6
2	Boa Vista	117	3,9
3	Boqueirão	49	1,9
4	Cajuru	88	3,1
5	CIC	91	3,3
6	Portão	76	4,2
7	Matriz	30	2,1
8	Pinheirinho	49	2,6
9	Santa Felicidade	33	1,8
10	Tatuquara	83	5,5
	Não informado	1	-
	Total	746	3,4

Fonte: CT, 2016.

Nota: Taxa por mil habitantes.



No entanto, isso não significa que não há vagas nessas Regionais, conforme Tabela 3.2.5. A comparação de disponibilidade, demanda e notificação de vagas de ensino fundamental em Curitiba, mostra uma grande quantidade de vagas disponíveis, mesmo em bairros onde o Conselho Tutelar recebe notificações de falta de vagas, o que demonstra que a população nem sempre está matriculada no bairro de residência, com prováveis deslocamentos e escolha de escolas pelos familiares. O maior número de ofertas de vagas é nas Regionais CIC, Sítio Cercado e Tatuquara, justamente os que são o oposto em relação a oferta de vagas em creche.

Neste caso específico, não vamos apresentar o mapa pois é visível que a SME apresenta vagas disponíveis (90% a mais do que a procura). Aqui cabe uma reorganização de educandos por bairro de residência e bairro de escola, o que já é feito pela SME, a qual atende de forma georreferenciada a população. No caso do Ensino Fundamental, fica nítido que o CT deve argumentar o motivo da notificação. O fluxo de atendimento do CT neste caso específico, deve ser, primeiramente, a educação por meio da escola mais próxima da casa. O fato de não existir essa vaga, aí sim, se faz necessário notificar o direito não atendido.

Tabela 3.2.5: Comparação de disponibilidade, demanda e notificação de vagas de ensino fundamental em Curitiba

Bairro	Vagas Disponíveis	Notificações CT
CIC	1.034	91
Sítio Cercado	762	98
Tatuquara	660	70
Cajuru	399	78
Boqueirão	352	15
Novo Mundo	346	13
Alto Boqueirão	341	12
Uberaba	281	8
Xaxim	270	16
Pinheirinho	247	29
Bairro Alto	186	13
Fazendinha	178	27
Pilarzinho	175	5
Campo de Santana	143	5
Portão	124	9
Capão da Imbuia	122	1
São Braz	100	6
Campo Comprido	99	13
Augusta	96	-
Santa Felicidade	96	6
Butiatuvinha	94	2
Santa Cândida	87	45
Barreirinha	85	7
Capão Raso	81	6
Mossunquê	62	-
Santo Inácio	57	1
Jardim das Américas	55	1
Centro	51	7
Fanny	51	1
Atuba	50	4
Guaira	48	6
Prado Velho	48	6
Umbará	48	11
Guabirota	46	-
Ganchinho	41	20
Abranches	40	19
Alto da Glória	40	1
Vila Izabel	37	2
Cabral	35	-
Vista Alegre	30	1
Cachoeira	29	12
São Miguel	29	-
Boa Vista	28	9
Bacacheri	24	2
Caximba	24	8
Tingui	16	-
Orleans	15	2
Bom Retiro	14	-
Hugo Lange	13	1
Parolin	10	8
São Lourenço	9	-
Água Verde	5	18
Hauer	-3	6
Tarumã	-5	-
Ahú	-	1
Alto da Rua XV	-	2
Batel	-	5
Campina do Siqueira	-	1
Cristo Rei	-	2
Jardim Botânico	-	1
Jardim Social	-	1
Juvevê	-	3
Santa Quitéria	-	6
São João	-	1
Taboão	-	1
Não informado	-	1
Total	7.305	612

Fonte: SME/CT, 2016

Nota: Os bairros que não aparecem na tabela são os que não tinham vagas disponíveis, nem demandas na SME e também não apresentaram notificações no CT.

- **Abandono escolar**

O abandono escolar apresentado no Indicador 6, por Rede de Ensino, fornece indicativos geográficos, em especial das taxas de abandono, que independem da rede escolar, como na regional do CIC, chegam a 0,3% na rede municipal e 4,8% na rede estadual em 2016, sendo os maiores percentuais de Curitiba, superando outras regionais com indicadores sociais frágeis, carecendo de uma investigação local para identificação das causas principais, com vistas a superação e a não repetição dos índices nos próximos anos. Enfatizando que o índice de abandono nas escolas estaduais de Curitiba é maior que a média das escolas estaduais do Paraná.

Indicador 6: Aprovação e Abandono no Ensino Fundamental por Rede de Ensino

Definição: Percentual de matriculados que foram aprovados ou que abandonaram o ensino fundamental por região geográfica.

Tabela 3.2.6: Rendimento escolar do EF por Regional

Regional	Municipal		Estadual		Federal		Privada	
	Aprov.	Aband.	Aprov.	Aband.	Aprov.	Aband.	Aprov.	Aband.
1 Bairro Novo	97,4%	0,2%	85,7%	2,0%	-	-	99,0%	0,0%
2 Boa Vista	97,8%	0,1%	83,6%	1,4%	96,7%	0,0%	97,3%	0,1%
3 Boqueirão	97,7%	0,0%	82,7%	2,7%	-	-	98,3%	0,0%
4 Cajuru	96,2%	0,2%	81,7%	3,0%	-	-	97,8%	0,0%
5 CIC	96,6%	0,3%	79,2%	4,8%	-	-	98,9%	0,3%
6 Portão	95,6%	0,1%	86,6%	1,7%	-	-	98,2%	0,2%
7 Matriz	96,5%	0,2%	85,0%	2,2%	-	-	98,3%	0,0%
8 Pinheirinho	96,9%	0,1%	81,0%	2,1%	-	-	97,9%	0,1%
9 Santa Felicidade	97,9%	0,1%	81,8%	1,4%	-	-	98,1%	0,0%
10 Tatuquara	96,0%	0,1%	86,8%	1,5%	-	-	98,7%	0,0%
Curitiba	96,9%	0,1%	83,2%	2,3%	96,7%	0,0%	98,1%	0,1%
Paraná	94,3%	0,1%	86,4%	2,0%	96,7%	0,0%	98,0%	0,0%
Brasil	88,7%	2,4%	87,5%	2,7%	94,8%	0,1%	97,1%	0,4%

Fonte: INEP, 2016.

Aprov.: Percentual de aprovados.

Aban.: Percentual de abandono.

Nota: A reprovação não foi apresentada pois resulta da diferença do 100% menos a soma de aprovados + abandono.

No Apêndice podemos ver os percentuais por escola.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2004 a 2006 - apontou como causa da evasão escolar no Brasil são fatores como falta de escolas, necessidade de renda e trabalho, falta de interesse do educando e outros. Contudo esforços devem ser somados para que os aspectos definidos de forma clara na estratégia 2.10, do PME, iniciem um trabalho mais efetivo no ambiente escolar sejam diagnosticados e tratados para que cada vez mais jovens concluam a educação básica.

“ 2.10 Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso, da permanência e do aproveitamento escolar dos(das) beneficiários(as) de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos(as) estudantes em colaboração com as famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.(CURITIBA. PME. 2015)

Mais à frente será analisado os procedimentos adotados pelas secretarias (tanto a municipal como a estadual) para comunicação de baixa frequência escolar.

3.3 ENSINO MÉDIO

O Ensino médio ganha nova identidade com a reforma curricular a partir da revisão da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96), determinando que Ensino Médio é parte da Educação Básica. A Constituição Federal (1988) anunciava a premissa, quando, aponta a “a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio”, como dever do estado, inciso II do Art. 208.

A Emenda Constitucional nº 14/96 modificou a redação, trazendo o conceito de que a sua oferta é dever do Estado, conferido ao ensino médio um direito de todo cidadão, “a progressiva universalização do ensino médio gratuito”. A LDB também confere o caráter de norma legal à condição do Ensino Médio como parte da Educação Básica, quando, por meio do Art. 21, estabelece:

“Art. 21. A educação escolar compõe-se de:
I – Educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;
II – Educação superior”

As finalidades do Ensino Médio, são definidas no Art 35 da LDB, passando em seus quatro incisos por conceitos referentes ao aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental; preparação básica para o trabalho e a cidadania; formação ética, autonomia intelectual e do pensamento crítico e fundamentos científico-tecnológicos. O referido artigo, ganhou repercussão nacional com a discussão da reforma do ensino médio, até pela forma que foi apresentada ao Congresso Nacional, como medida provisória, apesar de contestada pela Procuradoria Geral da União, meio acadêmico e algumas instituições, culminou na aprovação e sanção da Lei nº 13.415/2017, que alterou vários aspectos estruturante no ensino médio, dividindo a opinião de pais, educandos e especialistas na área.

A Lei 13.415/2017, teve origem na Medida Provisória nº 746, de 2016, com os objetivos de promover uma reforma curricular do ensino médio, instituir uma política de estímulo à oferta do ensino médio público em tempo integral, com flexibilização na oferta, dando a opção ao jovem da sua escolha profissional, deixando-o mais atrativo.

“Nesse sentido a presente medida provisória, propõe como principal determinação e a flexibilização do ensino médio por meio da oferta de diferentes itinerários formativo, inclusive do jovem optar por uma formação técnica profissional, dentro da carga horária do ensino regular. A presente proposta também estabelece a ampliação progressiva da jornada escolar, conforme PNE, e limita a carga horária máxima em de mil e duzentas horas, para a Base Nacional Comum, com autonomia dos sistema de ensino para organização dos seus currículos,, de acordo com as realidades diversas.” (Mensagem 506/2016, MP nº 746)

A chamada reforma curricular do ensino médio pretende flexibilizar e diversificar a trajetória de estudos dos educandos, aproximando-a de seus interesses e motivações, questão amplamente discutida no Congresso em Comissão Especial¹³ destinada a promover estudos e proposições para a reformulação do ensino médio criada em 2012, onde naquele momento, em palestra a comissão, Cesar Callegari¹⁴, Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação, expôs a necessidade redesenho curricular com ampliação de jornada diária, com novas organizações de tempo e de estrutura desta etapa educacional, dentre outras ações para superação das altas taxas de reprovação e evasão.

Sem prosperar no tocante a formulação de um projeto de lei, a Comissão Especial destinada a promover estudos e proposições para a reformulação do ensino médio em 2012, deixou um vasto material de apoio frente aos seminários e audiências realizadas em torno do assunto, com a chegada MP 746/2016, apesar da polêmica da sua urgência de tramitação, um caminho de estudos já havia sido trilhado pelos parlamentares.

Resumidamente, o texto traz, além da flexibilização e diversificação, propõe aproximar os interesses e motivações dos jovens, evidencia uma Base Nacional Comum Curricular (Art 35 A), com todas as áreas do conhecimento, com carga horária mínima acrescida de roteiros formativos diferenciados, à escolha dos jovens, que poderão optar por estudos em linguagens, matemática, humanidades, ciências da natureza ou formação técnica e profissional.

Disciplinas obrigatórias permanecem, língua portuguesa e a matemática, em todos os anos, quanto aos idiomas, poderão ser ofertados adicionalmente porém, a língua estrangeira permanece.

¹³ Comissão especial destinada a promover estudos e proposições para a reformulação do ensino médio. – CEENSI. Criação: 15/03/12 constituição: 23/05/12 instalação: 23/05/12 presidente Reginaldo Lopes (PT/MG)

¹⁴ Palestra disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/reformulacao-do-ensino-medio/reunioes-1/audiencias-publicas/apresentacao-do-sr.-cesar-callegari-07-11-2012>

Uma das questões polêmicas, foi a retirada das disciplinas de artes, a filosofia, a sociologia, e a educação física, como obrigatórias, entretanto, a Base Nacional Comum Curricular, podem contemplá-las, frente a sua relevância para a formação integral dos jovens.

O estímulo ao ensino médio em tempo integral (Art 13), é um dos pontos mais importantes se efetivado, pois a ampliação progressiva da carga horária anual e apoio financeiro para as escolas que implantarem o regime.

“ Art. 13. Fica instituída, no âmbito do Ministério da Educação, a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Parágrafo único. A Política de Fomento de que trata o caput prevê o repasse de recursos do Ministério da Educação para os Estados e para o Distrito Federal pelo prazo de dez anos por escola, contado da data de início da implementação do ensino médio integral na respectiva escola, de acordo com termo de compromisso a ser formalizado entre as partes, que deverá conter, no mínimo:
I - identificação e delimitação das ações a serem financiadas;
II - metas quantitativas;
III - cronograma de execução físico-financeira;
IV - previsão de início e fim de execução das ações e da conclusão das etapas ou fases programadas. (BRASIL. Lei 13.415/2017)

Na questão da formação técnica e profissional, admite-se o aproveitamento de vivências em ambiente de trabalho ou similar, bem como a participação de profissionais de notório saber para oferta de determinados componentes específicos.

“ Art. 61.
IV - profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional, atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenham atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do caput do art. 36; (Lei Nº 13.415/2017)

Contudo, as alterações impostas pela medida provisória, já figuravam em um dos últimos pareceres da Comissão Especial de 2012, onde esta em parecer emitido em 2013, pelo seu relator Deputado Wilson Filho e Deputado Reginaldo Lopes, Presidente, apontavam a necessidade de uma alteração substancial na LDB e outros fatores:

Dentre os inúmeros temas debatidos nesta Comissão Especial, alguns foram recorrentes na quase totalidade das discussões realizadas. Nesse sentido, após a realização das inúmeras Audiências Públicas, dos Seminários Estaduais e do Seminário Nacional, as discussões desta Comissão Especial podem ser concentradas em cinco grandes eixos: - Currículo. - Integração do ensino médio com a educação profissional. - Formação de professores. - Condições de oferta e infraestrutura. - Instrumentos de avaliação do ensino médio utilizados por esse Ministério. (CEENSI. 2013)

Em Audiência Pública, realizada 4 de dezembro de 2012, o Professor Moaci Alves Carneiro, autor do livro "O nó do ensino médio" (2012), faz referência às finalidades da educação básica expressas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), destacando que o ensino médio constitui etapa final da educação básica e não apenas um estágio preparatório para o ensino superior, na audiência afirmou que nossas escolas públicas de ensino médio não atingem essas finalidades e padecem de muitos problemas – infraestrutura precária, professores despreparados e mal pagos, currículos inadequados e material didático escasso. Ainda afirmou que somando-se a estes problemas a falta de motivação dos educandos, que já chegam despreparados do ensino fundamental e encontram um currículo unificado, "de massa", sem conteúdos transversais que lhes ofereçam a possibilidade de formações diversificadas, o resultado é a acentuada taxa de evasão e a frequente distorção idade-série observada no ensino médio.

Não restam dúvidas das problemáticas enfrentadas pelo ensino médio no país, onde todas as falas convergem para ações e políticas mais assertivas, em 2014, no PNE, as estratégias levantadas para realização da meta 3, deixaram claras tais preocupações, com a busca pela universalização do atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos e elevar a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento). Os prazos estipulados pela meta, como a universalização para a faixa etária definida até 2016 já recebe uma frustração após sua análise, e por consequência as metas dos Planos Estadual e Municipal.

No caderno denominado "Construindo o Plano Municipal de Educação, uma contribuição para o Diálogo" (SME, 2015), os dados das matrículas no ensino médio, entre 2007 e 2013, apesar de um leve aumento, 2,7%, porém, da população com idade entre 15 e 17 anos, apenas 58,8% dela frequentava o Ensino Médio. Naquele estudo, evidenciava-se que 33.350 pessoas dessa faixa etária em 2010, ou estavam fora da escola ou ainda frequentavam o ensino fundamental, o que aponta problemas como reprovação, evasão ou abandono, que precisam ser superados, daí as estratégias criadas a partir da meta 3, com vistas a essa superação.

No indicador 7, Curitiba apresentava em 2010, praticamente, o mesmo índice de adolescentes que não frequentam a escola que o Brasil, 15,5%, e um pouco abaixo do índice do Estado do Paraná, 16,65%. A Regional com maior indicador é a do Tatuquara, 24,5%, 60% maior que o indicador do município. Lembrando que esta Regional se apresenta fragilizada em vários outros indicadores de outros temas, como na saúde apresenta os maiores índices de gravidez tanto na adolescência como na juventude¹⁵, situação esta que pode contribuir, na maioria dos casos também, para elevados índices de evasão escolar.

Indicador 7: Percentual da população de 15 a 17 anos que NÃO frequenta a escola

Definição: Número de NÃO matriculados sobre a população da região geográfica.

Tabela 3.3.1: Adolescentes de 15 a 17 anos que não frequentam a escola por Regional em Curitiba

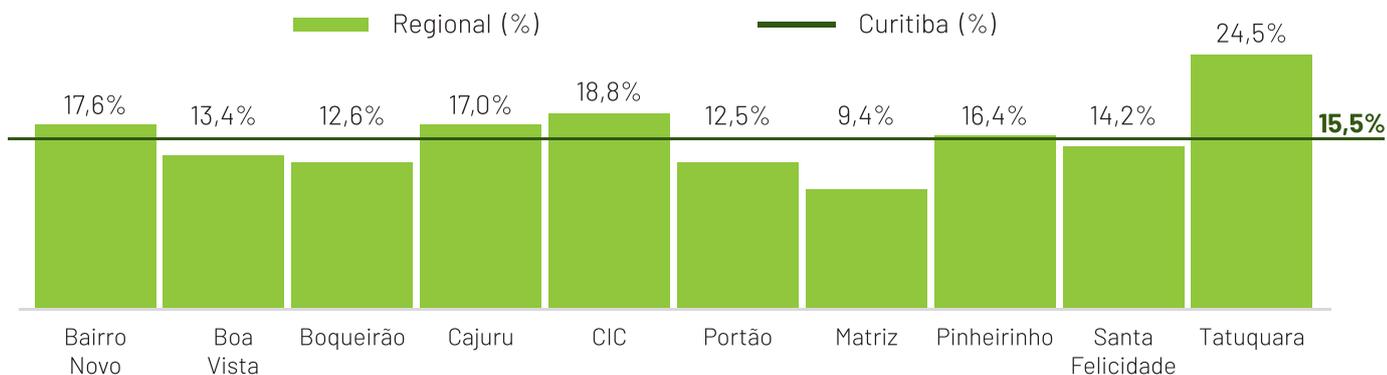
	Regional	Total	Fora da Escola	Regional (%)
1	Bairro Novo	7.851	1.384	17,6%
2	Boa Vista	11.068	1.485	13,4%
3	Boqueirão	9.690	1.217	12,6%
4	Cajuru	10.367	1.766	17,0%
5	CIC	10.134	1.906	18,8%
6	Portão	6.717	836	12,5%
7	Matriz	6.582	621	9,4%
8	Pinheirinho	7.059	1.155	16,4%
9	Santa Felicidade	6.453	919	14,2%
10	Tatuquara	4.964	1.216	24,5%
	Curitiba	80.886	12.505	15,5%

(% QUE NÃO FREQUENTA A ESCOLA DE 15 A 17 ANOS)	
Brasil	15,7%
Paraná	16,6%
Curitiba	15,5%

Fonte: simec, 2014
 Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2013
 Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional - 2010

Fonte: Microdados IBGE, 2010.

Nota: O total populacional desta tabela se difere do total populacional do Censo Demográfico, pois se trata de uma estimativa por dados amostrais.



15 Verificar Volume IV que trata do direito à Vida e Saúde deste diagnóstico

Apesar de não termos o bairro de residência do educando para identificar a regional onde Curitiba mais têm adolescentes fora da escola, cruzar as matrículas por bairro da escola com a população local mostra onde as vagas do ensino médio estão concentradas (Regional Matriz), o que é normal em qualquer município, porém deve-se levar em consideração a condição sócio econômica de algumas Regionais como Bairro Novo, Cajuru, CIC e Tatuquara, e oferecer mais vagas para facilitar o acesso. Nestes, aproximadamente 60% da população alvo do ensino médio (15 a 17 anos) tem vagas próximas a sua residência. A Regional Santa Felicidade surpreende tendo na Regional apenas 38,5% de matrículas em relação a população local, e sendo umas da Regionais com menor percentual de adolescentes que não frequentam a escola (14,2%). Questões regionais e indicadores sociodemográficos mostram que a Regional enfrenta esse acesso precário a vagas o ensino médio melhor que outras Regionais pelas condições sociodemográfica evidenciadas no Volume 1 deste diagnóstico.

Tabela 3.3.2: Matriculados de 15 a 17 anos em relação as vagas disponíveis por Regional, independentemente da etapa escolar, no ano de 2016

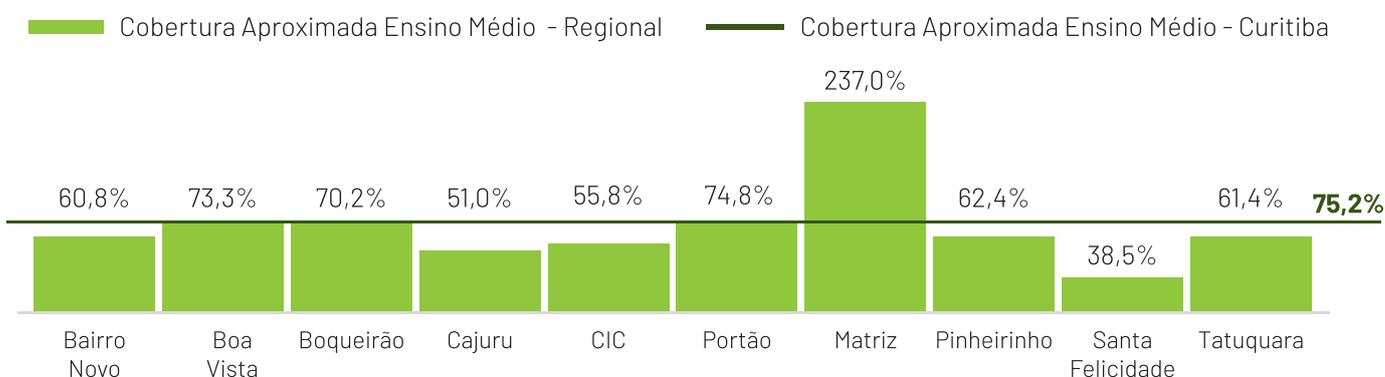
Regional	Privada		Estadual		Federal		Total Médio		
	Matr.	(%) Matr.	Matr.	(%) Matr.	Matr.	(%) Matr.	Matr.	(%) Pop.	Pop.
1 Bairro Novo	185	3,7%	4.692	94,0%	114	2,3%	4.991	60,8%	8.208
2 Boa Vista	1.679	20,8%	5.900	72,9%	510	6,3%	8.089	73,3%	11.042
3 Boqueirão	1.886	27,9%	4.811	71,2%	62	0,9%	6.759	70,2%	9.623
4 Cajuru	535	9,9%	4.779	88,2%	105	1,9%	5.419	51,0%	10.634
5 CIC	808	14,5%	4.574	82,0%	195	3,5%	5.577	55,8%	9.991
6 Portão	1.707	32,1%	3.531	66,5%	74	1,4%	5.312	74,8%	7.097
7 Matriz	8.728	57,4%	6.472	42,6%	1	0,0%	15.201	237,0%	6.413
8 Pinheirinho	511	11,8%	3.743	86,3%	82	1,9%	4.336	62,4%	6.954
9 Santa Felicidade	659	25,9%	1.867	73,4%	16	0,6%	2.542	38,5%	6.604
10 Tatuquara	0	0,0%	3.049	99,3%	21	0,7%	3.070	61,4%	4.996
Total	16.698	27,2%	43.418	70,8%	1.180	1,9%	61.296	75,2%	81.562

Fonte: INEP (Microdados Censo Escolar), 2016.

Fonte: IBGE, 2010.

Nota 1: O total populacional é referente ao Censo Demográfico do IBGE 2010.

Nota 2: A Regional de Matrícula nem sempre é a Regional de residência.



Como já comentado, veremos adiante, na Ficha de Comunicação de Alunos Ausentes um dos maiores motivos de evasão é a desmotivação, que pode estar sendo agravada pela dificuldade de deslocamento destes adolescentes até locais que disponibilizam a educação de ensino médio.

Na tabela a seguir observa-se a redução de vagas ofertadas no Ensino Médio, em média -12,6% se comprado 2013 com 2016. Já foi comentando, tanto neste diagnóstico como no PME essa redução da população nestas faixas etárias o que naturalmente, faz com que a oferta também reduza. Porém, o enfrentamento, como já comentado, da descentralização destas vagas deve ser motivo de estudo.

Tabela 3.3.3: Evolução das vagas em ensino médio por rede de ensino

Rede	Ensino Médio			Variação	
	2010	2013	2016	2010/2013	2013/2016
Federal	1.911	2.097	440	9,7%	-79,0%
Estadual	59.352	57.388	50.058	-3,3%	-12,8%
Privada	19.009	20.929	19.777	10,1%	-5,5%
Total	80.272	80.414	70.275	-12,5%	-12,6%

Fonte: INEP (Microdados Censo Escolar), 2016.

Fonte: PME, 2015.

Nota: O total populacional é referente ao Censo Demográfico do IBGE 2010.

Essa descentralização é mais percebida analisando-se o indicador 8 a seguir, o qual mostra que Regionais mais distantes da Regional Matriz são as que mais solicitam vagas no Ensino Médio: Tatuquara e Bairro Novo. Nesta, mais de 10 adolescentes a cada mil residentes das regionais necessitam de vagas no Ensino Médio.

Indicador 8: Taxa de notificação de falta de vaga para a faixa etária de 15 a 17 anos

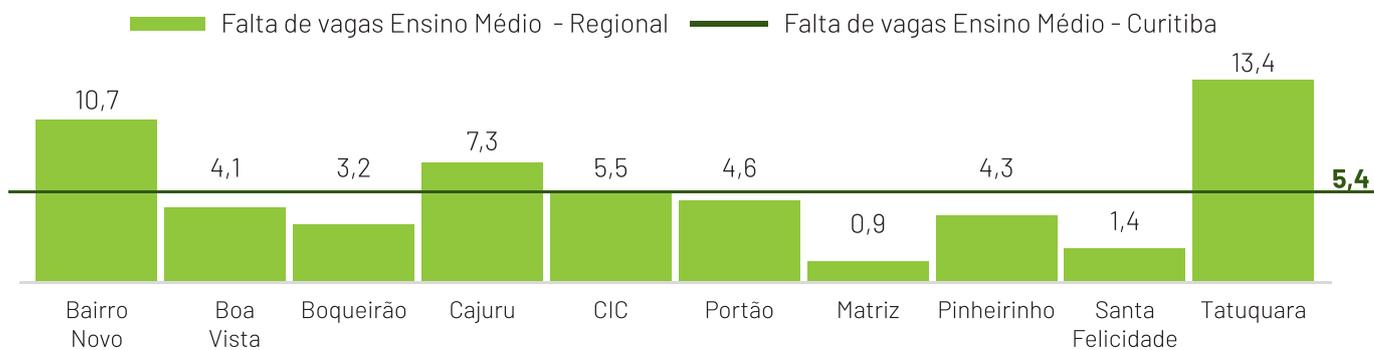
Definição: Número de notificações de falta de vaga sobre a população da região geográfica.

Tabela 3.3.4: Notificação de falta de vaga na faixa etária de 15 a 17 anos

	Regional	Quant.	Taxa
1	Bairro Novo	88	10,7
2	Boa Vista	45	4,1
3	Boqueirão	31	3,2
4	Cajuru	78	7,3
5	CIC	55	5,5
6	Portão	33	4,6
7	Matriz	6	0,9
8	Pinheirinho	30	4,3
9	Santa Felicidade	9	1,4
10	Tatuquara	67	13,4
	Não informado	0	-
	Total	442	5,4

Fonte: CT, 2016.

Nota: Taxa por mil habitantes.

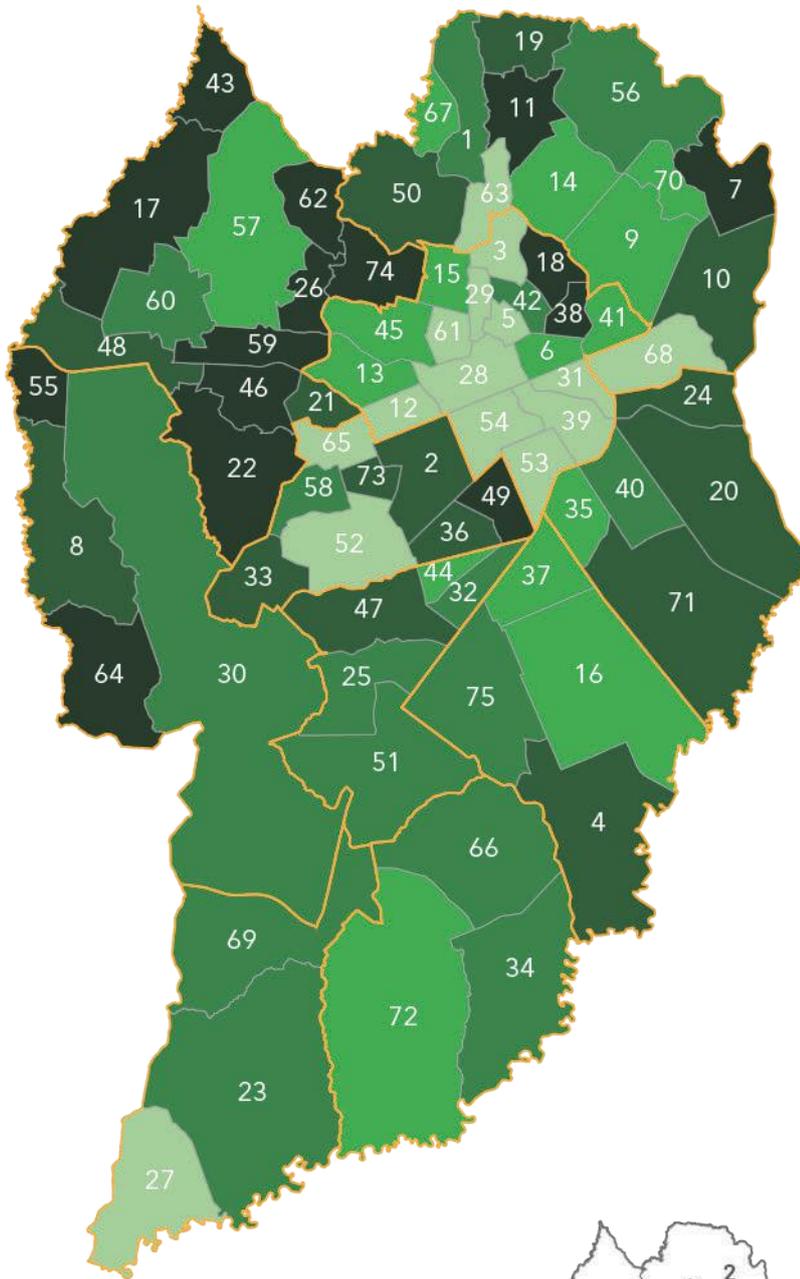


No caso do Ensino Médio, não foi fornecido os dados sobre a demanda não atendida pela SEED, por isso, apresentaremos o mapa de bairros, cruzando as vagas disponibilidades de matrículas em cada bairro versus a população local, mostrando os bairros com menor número de vagas disponíveis para o Ensino Médio.

O mapa traz uma contradição do Bairro Caximba que aparece entre os que menos necessitam de vagas, porém ele se encontra em uma das extremidades do município, porém devemos lembrar que a população alvo do EM deste bairro é bem pequena, o que facilita a relação de oferta.

Representação gráfica dos bairros de Curitiba com menor número de vagas em ensino médio.

O mapa a seguir mostra a divisão dos bairros de Curitiba em cinco categorias conforme o indicador, diferenciando os bairros com maiores necessidades de vagas no EM dos com menores necessidades conforme escala de cores.



- | | |
|------------------------|-----------------------------|
| 1 Regional Bairro Novo | 6 Regional Portão |
| 2 Regional Boa Vista | 7 Regional Matriz |
| 3 Regional Boqueirão | 8 Regional Pinheirinho |
| 4 Regional Cajuru | 9 Regional Santa Felicidade |
| 5 Regional CIC | 10 Regional Tatuquara |

Nota: Percentuais acima de 100% signi cam que o bairro tem mais oferta de vagas do que população na faixa etária especí ca

Cor	Nº	Bairro	Quant.	População de 0 a 3 anos	Taxa
Muito alto	26	Cascatinha	0	90	0,0%
	43	Lamenha Pequena	0	56	0,0%
	55	Riviera	0	15	0,0%
	59	Santo Inácio	0	275	0,0%
	62	São João	0	154	0,0%
	64	São Miguel	0	341	0,0%
	7	Atuba	1	773	0,1%
	74	Vista Alegre	4	479	0,8%
	18	Cabral	9	363	2,5%
	17	Butiatuvinha	25	706	3,5%
Alto	46	Mossunguê	20	405	4,9%
	38	Hugo Lange	6	112	5,4%
	49	Parolin	34	594	5,7%
	22	Campo Comprido	113	1.348	8,4%
	11	Barreirinha	124	727	17,1%
	8	Augusta	71	370	19,2%
	4	Alto Boqueirão	566	2.769	20,4%
	50	Pilarzinho	342	1.370	25,0%
	21	Campina do Siqueira	71	263	27,0%
	48	Orleans	108	386	28,0%
Médio	36	Guaíra	210	698	30,1%
	33	Fazendinha	407	1.319	30,9%
	19	Cachoeira	190	498	38,2%
	73	Vila Izabel	146	381	38,3%
	47	Novo Mundo	802	1.963	40,9%
	10	Bairro Alto	908	2.102	43,2%
	24	Capão da Imbuiba	402	917	43,8%
	71	Uberaba	1.789	3.838	46,6%
	2	Água Verde	830	1.753	47,3%
	20	Cajuru	2.514	4.935	50,9%
Baixo	69	Tatuquara	1.757	3.378	52,0%
	66	Sítio Cercado	3.436	6.396	53,7%
	60	São Braz	571	1.048	54,5%
	58	Santa Quitéria	272	487	55,9%
	30	CIC	5.506	9.265	59,4%
	23	Campo de Santana	914	1.469	62,2%
	51	Pinheirinho	1.683	2.626	64,1%
	1	Abranches	417	637	65,5%
	40	Jardim das Américas	347	488	71,1%
	42	Juvevê	257	359	71,6%
Muito baixo	56	Santa Cândida	1.189	1.603	74,2%
	32	Fanny	297	399	74,4%
	25	Capão Raso	1.187	1.579	75,2%
	34	Ganchinho	551	705	78,2%
	75	Xaxim	2.231	2.844	78,4%
	9	Bacacheri	711	895	79,4%
	35	Guabirota	367	456	80,5%
	41	Jardim Social	168	194	86,6%
	14	Boa Vista	1.077	1.230	87,6%
	13	Bigorriho	729	820	88,9%
16	Boqueirão	3.104	3.448	90,0%	
72	Umbará	1.004	1.107	90,7%	
44	Lindóia	367	387	94,8%	
15	Bom Retiro	185	174	106,3%	
57	Santa Felicidade	1.630	1.394	116,9%	
67	Taboão	183	151	121,2%	
6	Alto da Rua XV	314	236	133,1%	
70	Tingui	707	488	144,9%	
45	Mercês	630	427	147,5%	
37	Hauer	858	562	152,7%	
52	Portão	2.696	1.628	165,6%	
53	Prado Velho	540	318	169,8%	
39	Jardim Botânico	330	190	173,7%	
3	Ahú	717	393	182,4%	
29	Centro Cívico	262	141	185,8%	
54	Rebouças	980	483	202,9%	
61	São Francisco	410	197	208,1%	
27	Caximba	399	149	267,8%	
31	Cristo Rei	1.079	400	269,8%	
65	Seminário	717	237	302,5%	
63	São Lourenço	811	242	335,1%	
28	Centro	4.639	1.103	420,6%	
68	Tarumã	1.429	326	438,3%	
12	Batel	1.999	342	584,5%	
5	Alto da Glória	1.947	161	1209,3%	

No PNE, a estratégia 3.8, aponta de forma assertiva que a necessidade de estruturar e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos e das jovens beneficiários(as) de programas de transferência de renda. Demonstrando uma preocupação fundamentada, que encontra reflexo nos dados da Tabela 3.3.5. Esta apresenta o rendimento escolar do EM por Regional, que aponta percentuais relativos a aprovação e abandono (Indicador 9) para a faixa etária de 15 a 17 anos, onde como no ensino fundamental, identificou-se a regional do CIC, com o maior índice de abandono escolar no EM, 11% em 2016, quase o dobro de Curitiba (6,8%). Uma das regionais com indicadores socioeconômicos mais sensíveis de Curitiba, na qual a pesquisa de percepção dos responsáveis¹⁶ apontou mais problemas na Regional e que é atrelada a percentuais baixos de aprovação em relação da média municipal, demonstrando a necessidade de intervenção local.

Indicador 9: Aprovação e Abandono no Ensino Médio por Rede de Ensino

Definição: Percentual de matriculados que foram aprovados ou que abandonaram o ensino Médio por região geográfica.

Tabela 3.3.5: Rendimento escolar do EM por Regional

Regional	Estadual		Federal		Privada	
	Aprov.	Aband.	Aprov.	Aband.	Aprov.	Aband.
1 Bairro Novo	75,9%	9,7%	-	-	99,0%	0,0%
2 Boa Vista	77,8%	4,3%	96,7%	0,0%	97,3%	0,1%
3 Boqueirão	77,2%	8,0%	-	-	98,3%	0,0%
4 Cajuru	79,3%	7,2%	-	-	97,8%	0,0%
5 CIC	75,5%	11,0%	-	-	98,9%	0,3%
6 Portão	80,2%	5,0%	-	-	98,2%	0,2%
7 Matriz	78,3%	7,1%	-	-	98,3%	0,0%
8 Pinheirinho	77,7%	5,7%	-	-	97,9%	0,1%
9 Santa Felicidade	77,7%	4,7%	-	-	98,1%	0,0%
10 Tatuquara	83,8%	3,1%	-	-	98,7%	0,0%
Curitiba	78,1%	6,8%	88,4%	6,7%	95,1%	0,5%
Paraná	80,0%	7,0%	89,8%	3,1%	96,6%	0,3%
Brasil	81,0%	7,4%	84,1%	4,3%	94,9%	0,6%

Fonte: INEP, 2016.

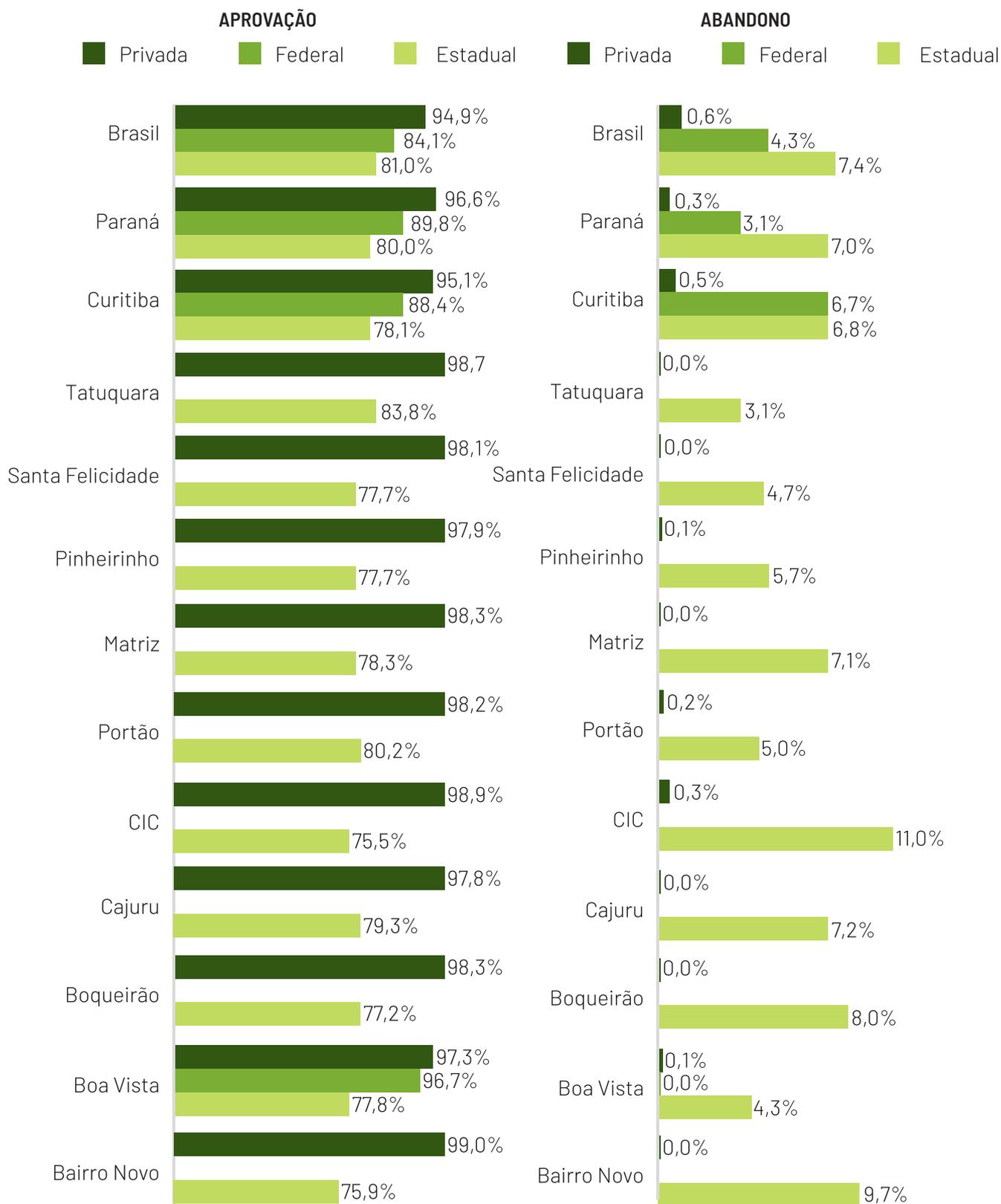
Aprov.: Percentual de aprovados.

Aban.: Percentual de abandono.

Nota: A reprovação não foi apresentada pois resulta da diferença do 100% menos a soma de aprovados + abandono.

No Apêndice podemos ver os percentuais por escola estaduais e municipais.

¹⁶ O Volume 1 deste diagnóstico apresenta todos os resultados da pesquisa quantitativa de percepção com responsáveis.



A evasão escolar é um problema crônico em todo o Brasil, sendo muitas vezes passivamente assimilada e tolerada por escolas e sistemas de ensino, que chegam ao exercício de expedientes maquiadores ao admitirem a matrícula de um número mais elevado de educandos por turma do que o adequado já contando com a “desistência” de muitos ao longo do período letivo. Que pese a propaganda oficial sempre alardear um número expressivo de matrículas a cada início de ano letivo, em alguns casos chegando próximo aos 100%(cem por cento) do total de crianças e adolescentes em idade escolar, de antemão já se sabe que destes, uma significativa parcela não irá concluir seus estudos naquele período, em prejuízo direto à sua formação e, é claro, à sua vida, na medida em que os coloca em posição de desvantagem face os demais que não apresentam defasagem idade-série (DIGIÁCOMO, 2005, p. 1).

O fator vaga longe da residência, que muitas vezes obriga o deslocamento do jovem, pode em tese, ser um dos fatores, que em conjunto com outros já mencionados, impossibilite a realização da meta de universalização. O fato da Regional Matriz receber 237,0% de matrículas em relação a sua população residente, se explica pela grande concentração de escolas público e privada, e passa muitas vezes pela escolha da família em deslocar os jovens a uma instituição central, buscando uma maior qualidade e segurança, como foi destacado no grupo de conversas com pais e responsáveis dessa faixa etária, que veremos em outro tópico deste diagnóstico.

3.4 EDUCAÇÃO ESPECIAL¹⁷

A educação de educandos com deficiência no Brasil sempre recebeu, ao longo dos anos, algum tipo de atenção, demonstrado em especial pela legislação que foi aprimorada no período. Mesmo antes da Constituição de 1988, o assunto mereceu atenção, mas com a chamada “Constituição Cidadã”, porque garantiu direitos a grupos sociais até então marginalizados, como as pessoas com deficiência, que podemos demarcar a sua expressão com a realidade, até porque pessoas com deficiência, que também participaram ativamente de sua elaboração.

O artigo 205 define a educação como um direito de todos, que garante o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. Estabelece a igualdade de condições de acesso e permanência na escola como um princípio. Por fim, garante que é dever do Estado oferecer o atendimento educacional especializado (AEE), preferencialmente na rede regular de ensino, identificando assim, o direito reconhecido junto ao artigo da educação.

Corroborando com as premissas, em 1994 uma Portaria do Ministério da Educação (MEC) nº 1.793, recomenda a inclusão de conteúdos relativos aos aspectos éticos, políticos e educacionais da normalização e integração da pessoa portadora de necessidades especiais nos currículos de formação de docentes, um grande avanço que se mantém estruturados com prioridade nos currículos de formação.

A LDB, em relação à educação especial, assegura o atendimento aos educandos com necessidades especiais na rede regular e estabelece critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial para fins de apoio técnico e financeiro pelo poder público.

A Educação Especial é uma modalidade de educação escolar, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394/96, Capítulo V, Artigo 58, alterada pela Lei nº 12.796, de 2013:

“Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 2013)

A transversalidade curricular veio em 1999, através do Decreto nº 3.298, que estruturou uma Política nacional para a integração da pessoa portadora de deficiência, como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino.

¹⁷ As informações apresentadas no decorrer deste item foram extraídas do “Relatório da Gestão 2013-2016 da Coordenadoria de Atendimento as Necessidades Especiais” (CANE, 2016) e do relatório “Construindo o Plano de Educação: Uma contribuição para o diálogo” (SME, 2015)

O Conselho Nacional de Educação, assentou entendimentos no decorrer dos anos que solidificaram a política dentro da educação especial. A Resolução CNE/CEB nº 2 /2001, afirma que os sistemas de ensino devem matricular todos os educandos, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos.

Já o Parecer CNE/CP nº 9/2001, institui as diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica em nível superior. Estabelece que a educação básica deve ser inclusiva, para atender a uma política de integração dos educandos com necessidades educacionais especiais nas classes comuns dos sistemas de ensino. Isso exige que a formação dos docentes das diferentes etapas inclua conhecimentos relativos à educação desses educandos.

O reconhecimento da Língua brasileira de sinais (Libras), como meio legal de comunicação e expressão, bem como outros recursos de expressão a ela associados, pela Lei nº 10.436, foi um grande avanço, hoje a inserção de uma janela (espaço delimitado no canto da tela da TV) com um intérprete da Língua Brasileira de Sinais só é obrigatória, no horário político e em campanhas institucionais do governo e de utilidade pública, mas o Ministério das Comunicações decidiu criar um cronograma para que as emissoras adotem gradativamente as ferramentas, com o objetivo de chegar a acessibilidade total em 2020.

O respeito com o portador de deficiências, ganhava cada vez mais espaço e em 2007, o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), recomenda a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, a implantação de salas de recursos multifuncionais e a formação docente para o atendimento educacional especializado (AEE).

Uma das legislações mais importantes veio em 2011 com o Plano nacional dos direitos da pessoa com deficiência, “Plano viver sem limite”, onde em seu art. 3º, o Decreto Nº 7.612 (BRASIL. 2011), estabelece a garantia de um sistema educacional inclusivo como uma das diretrizes. Ele se baseia na Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, que recomenda a equiparação de oportunidades. O plano tem quatro eixos: educação, inclusão social, acessibilidade e atenção à saúde. O eixo educacional prevê:



• *Implantação de salas de recursos multifuncionais, espaços nos quais é realizado o AEE;*

- *Programa escola acessível, que destina recursos financeiros para promover acessibilidade arquitetônica nos prédios escolares e compra de materiais e equipamentos de tecnologia assistiva;*
- *Programa caminho da escola, que oferta transporte escolar acessível;*
- *Programa nacional de acesso ao ensino técnico e emprego (Pronatec), que tem como objetivo expandir e democratizar a educação profissional e tecnológica no país;*

- *Programa de acessibilidade no ensino superior (Incluir);*
- *Educação bilíngue – Formação de professores e tradutores-intérpretes em Língua Brasileira de Sinais (Libras);*
- *BPC na escola. (BRASIL, 2011)*

O Plano Nacional de Educação (PNE, 2014), que define as bases da política educacional brasileira para os próximos 10 anos, versa sobre educação especial, na meta 4, que causou uma certa polemica em sua redação final. Esta estabelece que a educação para os educandos com deficiência deve ser oferecida “preferencialmente” no sistema público de ensino. Isso contraria a Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência, a Constituição Federal e o texto votado nas preparatórias, que estabelecem a universalização da educação básica para todas as pessoas entre 4 e 17 anos em escolas comuns – sem a atenuante do termo “preferencialmente”. O PME, manteve a redação, deixando a possibilidade expressa de convênios com instituições especializadas em Educação Especial, na estratégia 4.1, como segue:

“4.1 Contabilizar, para fins do repasse do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, as matrículas dos(as) estudantes da educação regular da rede pública que recebam atendimento educacional especializado complementar ou suplementar, em todos os programas e serviços ofertados pela Educação Especial, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, e as matrículas efetivadas, conforme o censo escolar mais atualizado, na educação especial oferecida em instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público e com atuação exclusiva na modalidade, nos termos da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. (CURITIBA. PME, 2015)

Em Curitiba a Educação Especial, conforme perspectiva de uma educação inclusiva prevista pela LDB, é organizada com o objetivo de promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos com deficiência visual, auditiva, física, intelectual, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação em todas as etapas e modalidades da educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino de Jovens e Adultos).

A coordenação do atendimento a necessidades especiais na área da educação em Curitiba é a Coordenadoria de Atendimento às Necessidades Especiais – CANE da SME formada por duas gerências:

- Gerência de Apoio a Inclusão – GAI: tem como objetivo assegurar o acesso e permanência no ensino comum, de educandos que apresentam deficiências, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e transtornos de condutas, público alvo da educação especial, visando o desenvolvimento da aprendizagem e suas potencialidades;

- Gerência de Currículo da Educação Especial – GCEE: tem como objetivo implementar a política de Educação Especial do município buscando o acesso, a permanência e o atendimento de crianças e educandos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação e necessidades educacionais especiais e/ou específicas no processo educacional.

Além das gerências dedicadas a assuntos específicos, a coordenadoria tem o convênio de cooperação técnica, o qual disponibiliza professores do quadro próprio para atuarem em instituições que oferecem atendimento a educandos com deficiências e transtornos globais do desenvolvimento, e, a subvenção social com duas(02) instituições que ofertam atendimentos especializados, as quais recebem verbas para a execução do plano de trabalho no atendimento as crianças e adolescentes.

A Gerência de Apoio a Inclusão – GAI, responsável pela inclusão na educação de pessoas com deficiência é efetivada por profissionais, chamados de Profissionais de Apoio – PA, que atuam com estes educandos e são acompanhados por equipe do núcleo central e regional de educação. Segundo informações da GAI, essas equipes verificam a necessidade de materiais adaptados, recursos de Tecnologia Assistiva e de acessibilidade, participam de mediações escolares e, quando necessário, Estudos de Casos, bem como, reuniões com a família, Rede de Proteção, Conselho Tutelar, Ministério Público e instituições parceiras a fim de melhoria no atendimento e na qualidade de ensino da RME de Curitiba. Além disso, colaboram no encaminhamento dos educandos a profissionais especializados quando necessário.

Curitiba chegou a um total de 2.045 educandos em inclusão no ano de 2016, sendo que o maior crescimento foi de 2014 para 2015 (29,4%).

Tabela 3.4.1: Evolução da inclusão na educação em Curitiba

Ano	Educação Infantil		Ensino Fundamental		Educação de Jovens e Adultos		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
2013	163	-	973	-	170	-	1.306	-
2014	177	8,6%	1067	9,7%	185	8,8%	1.429	9,4%
2015	351	98,3%	1278	19,8%	220	18,9%	1.849	29,4%
2016	420	19,7%	1385	8,4%	240	9,1%	2.045	10,6%

Fonte: GAI/SME, 2016.

O total de matriculados por Regional mostra a Regional Boa Vista com o maior número (282 matriculados), proporcionalmente a população de 0 a 17 anos com deficiência, a Regional Portão tem o maior percentual de atendimento (50,2%).

Indicador 10: Percentual de Inclusão na Educação

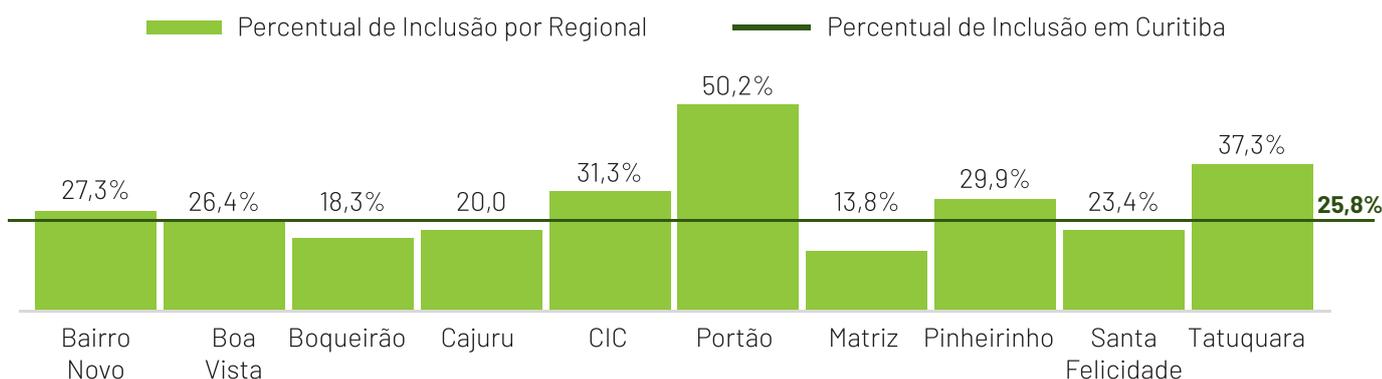
Definição: Percentual de matriculados na inclusão sobre o total da população com deficiência de 0 a 17 anos por região geográfica.

Tabela 3.4.2: Matriculados na modalidade inclusão por Regional

	Regional	Educação Infantil	Ensino Fundamental	Educação de Jovens e Adultos	Quant.	Total População com Deficiência	(%)
1	Bairro Novo	59	187	21	267	978	27,3%
2	Boa Vista	72	193	17	282	1.068	26,4%
3	Boqueirão	55	134	26	215	1.172	18,3%
4	Cajuru	62	129	49	240	1.200	20,0%
5	CIC	48	197	29	274	876	31,3%
6	Portão	33	148	18	199	397	50,2%
7	Matriz	14	55	5	74	536	13,8%
8	Pinheirinho	24	140	4	168	561	29,9%
9	Santa Felicidade	26	111	26	163	696	23,4%
10	Tatuquara	27	91	45	163	436	37,3%
	Total	420	1.385	240	2.045	7.920	25,8%

Fonte: GAI/SME, 2016 e IBGE, 2010.

Nota: O total populacional considerado na tabela se refere a dados de crianças e adolescentes de 0 a 17 anos com deficiência caracterizada no Censo Demográfico do IBGE 2010 como: Pessoas com deficiência visual, auditiva e física/motora na categoria "Grande dificuldade" ou "Não consegue de modo algum" e todos que responderam "Sim" para deficiência intelectual. Os caracterizados com "alguma dificuldade" não fizeram parte deste total.



A Resolução CNE/CEB nº. 04/2009, que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, orientando no seu art. 10º, inciso VI, que o projeto pedagógico da escola regular deve prever na sua organização, dentre outros, Profissionais de Apoio – PA, como tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais, guia-intérprete e outros para atuar em atividades de alimentação, higiene e locomoção.

Em média, na Educação Infantil Curitiba tem 5 PA por educando na inclusão. A Regional mais deficitária no indicador é a do Portão, são 17 educandos em inclusão para cada PA na EI. Já na EF, a Regional Bairro Novo mostra um déficit de PA, tendo 11 educandos por PA, sendo que a Regional Matriz, por exemplo, tem 4 educandos por profissional.

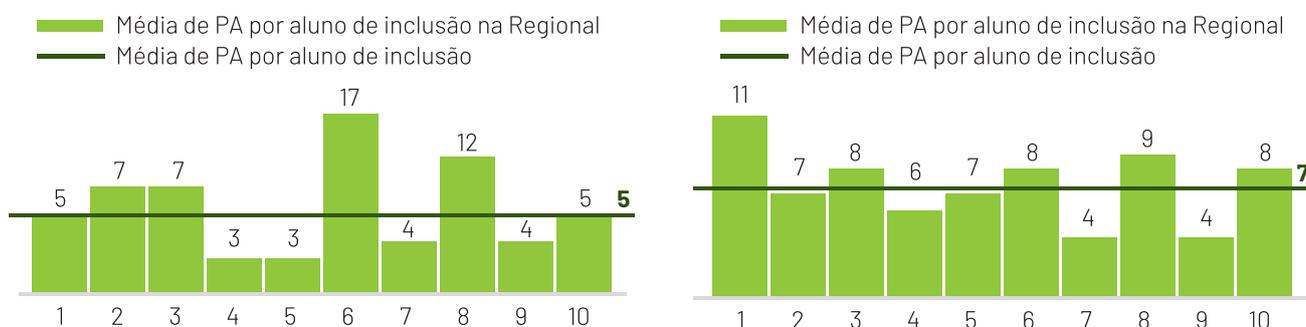
Indicador 11: Média de Educandos na Inclusão por Profissional de Apoio – PA

Definição: Número de educandos por profissional de Apoio – PA por região geográfica.

Tabela 3.4.3: Média de Profissionais de Apoio – PA por número de educandos em inclusão nas Regionais

Regional	Educação Infantil			Ensino Fundamental		
	Educandos	PA	Média	Educandos	PA	Média
1 Bairro Novo	59	12	5	187	17	11
2 Boa Vista	72	11	7	193	29	7
3 Boqueirão	55	8	7	134	16	8
4 Cajuru	62	19	3	129	23	6
5 CIC	48	14	3	197	28	7
6 Portão	33	2	17	148	18	8
7 Matriz	14	4	4	55	14	4
8 Pinheirinho	24	2	12	140	16	9
9 Santa Felicidade	26	6	4	111	26	4
10 Tatuquara	27	5	5	91	11	8
Total	420	83	5	1.385	198	7

Fonte: GAI/SME, 2016.



Já a Gerência de Currículo da Educação Especial – GCEE realiza assessoramento, orientação e acompanhamento técnico pedagógico especializado aos profissionais que atuam nas Escolas de Educação Básica na Modalidade Educação Especial, Centro Municipal de Atendimento Especializado – CMAE, Classes Especiais, Salas de Recursos, Salas de Recursos de Altas Habilidades/Superdotação, Atendimento Pedagógico Domiciliar e no Programa de Escolarização Hospitalar, assim como, orienta os processos de aprendizagem das crianças e educandos.

A seguir informações sobre programas e serviços da SME gerenciados pela CANE:

- ✔ Salas de Recursos Multifuncionais – SRM

As SRM são espaços da escola onde se realiza o Atendimento Educacional Especializado - AEE para educandos com Deficiência e Transtorno do Espectro do Autismo, por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas em um novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos, subsidiando-os para o desenvolvimento e participação da vida escolar. O espaço está organizado com materiais didáticos, pedagógicos, equipamentos e profissionais com formação para o atendimento às necessidades educacionais destes educandos.

Atualmente o município de Curitiba, conta com 27 SRM distribuídas nos dez núcleos regionais de educação que atendem um total de 380 educandos. Cada sala atua com o número de 15 vagas ao atendimento individual ou duplas de acordo com a necessidade específica de cada educando.

Como mostram os dados abaixo, apenas uma Regional está atendendo acima da sua capacidade de atendimento, a Regional Boqueirão, que uma das escolas atende 16 crianças.

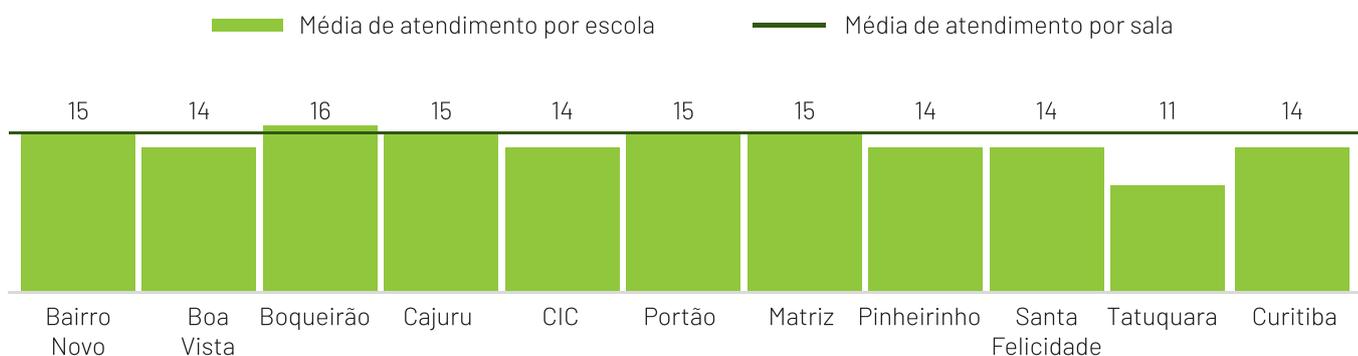
Indicador 12: Número de educandos por Sala de Recursos Multifuncionais – SRM

Definição: Número de educandos por SRM por Regional.

Tabela 3.4.4: Média de Profissionais de Apoio – PA por número de educandos em inclusão nas Regionais

Regional	Educandos	Escolas com SRM	Média
1 Bairro Novo	58	4	15
2 Boa Vista	71	5	14
3 Boqueirão	31	2	16
4 Cajuru	45	3	15
5 CIC	55	4	14
6 Portão	30	2	15
7 Matriz	15	1	15
8 Pinheirinho	27	2	14
9 Santa Felicidade	14	1	14
10 Tatuquara	34	3	11
Total	380	27	14

Fonte: GAI/SME, 2016.



✔ Sala de Recurso de Altas Habilidades/Superdotação – SR-AH/SD

Serviço de atendimento educacional especializado, ofertado aos educandos com altas habilidades/superdotação¹⁸ em contraturno à escolarização. Em 2016 Curitiba tinha 5 salas para este atendimento, que tem como proposta o enriquecimento curricular, por meio de atividades exploratórias e desenvolvimento de projetos na área de interesse do educando, a fim de valorizar seu potencial e habilidades, bem como, respeitar suas características de aprendizagem e suas necessidades socioemocionais. Atualmente estas 5 salas atendem 100 crianças e adolescentes, e tem uma lista de espera de 43 educandos.

✔ Classe Especial – CE

É um programa organizado para atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência intelectual leve. É um programa ofertado em salas do ensino fundamental, com metodologia própria e de caráter transitório. A abertura de uma Classe Especial ocorre por demanda apresentada e a partir dos encaminhamentos da Avaliação Diagnóstica Psicoeducacional – ADP.

Tabela 3.4.5: Salas e educandos em Classe Especial – CE

	Regional	Número de salas	Número de educandos
1	Bairro Novo	9	93
2	Boa Vista	12	132
3	Boqueirão	10	94
4	Cajuru	16	138
5	CIC	10	100
6	Portão	4	41
7	Matriz	2	20
8	Pinheirinho	6	63
9	Santa Felicidade	6	54
10	Tatuquara	12	137
	Curitiba	87	872

Fonte: GAI/SME, 2016.

✔ Centro Municipal de Atendimento Especializado – CMAE

Curitiba conta com 8 centros especializados de apoio que tem por finalidade ofertar serviços especializados de apoio, suporte e colaboração na identificação de crianças/educandos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento, atraso no desenvolvimento global, altas habilidades/superdotação, necessidades educacionais específicas, bem como realizar atendimentos terapêuticos educacionais e atuar em projetos de prevenção, com vistas ao desenvolvimento de potencialidades e resgate de melhores condições do desempenho em referência à aprendizagem e âmbito social. As Regionais sem o serviço são a do CIC e Tatuquara.

18 Crianças e adolescentes com altas habilidades/superdotação, são aqueles que demonstram um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas (intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade), conforme Resolução 04/2009 (CANE, 2016).

A média de atendimento mensal é de 9.673 educandos e a realização de avaliações é de 185 por mês, como mostra a tabela a seguir:

Tabela 3.4.6: atendimentos realizados pelo Centro Municipal de Atendimento Especializado - CMAE

Regional	Espera para ADP	Números educandos avaliados ADP completa	Avaliação pedagógica	Faltaram ADP	Faltaram avaliação pedagógica	Atendimentos realizados
1 Bairro Novo	228	74	45	21	18	8.336
2 Boa Vista	118	55	27	16	10	4.649
3 Boqueirão	204	81	108	9	4	9.224
4 Cajuru	56	72	89	3	28	9.473
5 CIC	-	-	-	-	-	-
6 Portão	181	112	151	11	14	12.387
7 Matriz	102	97	141	6	26	10.637
8 Pinheirinho	221	78	192	16	31	12.964
9 Santa Felicidade	122	81	72	26	27	9.714
10 Tatuquara	-	-	-	-	-	-
Total	1.232	650	825	108	158	77.384

Fonte: GCEE/SME, 2016.

☑ Atendimento Pedagógico Domiciliar – APD

Serviço se destina ao educando regularmente matriculado na RME, que possui solicitação médica de afastamento das atividades escolares por um período superior ou igual a 60 dias consecutivos. Ocorre em ambiente domiciliar e contempla as atividades pedagógicas, flexibilizadas, organizadas de forma integrada ao sistema escolar de referência do educando. Contamos, atualmente com 7 professores distribuídos nas regionais, que atuam em sistema de Regime Integral de Trabalho – RIT. Esses 7 professores realizaram 825 atendimentos à 122 educandos. A série histórica abaixo mostra uma constância neste atendimento no decorrer dos anos, o que é esperado.

Tabela 3.4.7: Histórico de atendimento domiciliar da SME

Atendimento domiciliar	2013	2014	2015	2016
Educandos atendidos	108	114	137	122
Atendimentos realizados	652	730	820	825
Profissionais	8	8	9	7

Fonte: GCEE/SME, 2016.

☑ Programa de Escolarização Hospitalar – PEH

Programa destinado oportunizar a continuidade da escolarização por meio de atendimentos pedagógicos aos educandos que se encontram em tratamento de saúde em ambiente hospitalar ou casas de apoio, é uma ação voltada à inclusão e ao direito à educação, com atividades pedagógicas flexibilizadas, em integração com o sistema educacional de referência do educando. Os professores têm formação específica e continuada para a atividade e são cedidos pelo Município para o trabalho nas instituições de saúde conveniadas.

A SME mantém convênio com o Hospital de Clínicas, Hospital Erasto Gaertner, Hospital Pequeno Príncipe e Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia.

Tabela 3.4.8: Histórico de atendimento hospitalar da SME

Atendimento domiciliar	2013	2014	2015	2016
Hospitais Conveniados	5	5	5	4
Professores Cedidos	15	15	15	14
Educandos Atendidos	2.090	2.896	2.704	2.510

Fonte: GCEE/SME, 2016.

Neste contexto de organização e de serviços ofertados, Curitiba teve em 2016 um total de 8.581 crianças ou adolescentes com deficiências matriculados, segundo dados do INEP, apresentados a seguir por Regional e por atendimento. Do total, 38,2% estão em turmas exclusivas, ou classes especiais como defini o INEP. Pelos percentuais de turmas exclusivas percebe-se uma concentração no atendimento na Regional Matriz, a qual é o maior índice de matrículas em turmas exclusivas (52,0%).

Tabela 3.4.9: Matriculados no EJA até 21 anos

Regional	Inclusiva		Especial*		Não informado		Educandos com deficiência Matriculados	Total	
	Matr.	(%) Matr.	Matr.	(%) Matr.	Matr.	(%) Matr.		Total de Matriculados	(%)
1 Bairro Novo	368	62,4%	90	15,3%	132	22,4%	590	28.664	2,1%
2 Boa Vista	541	40,3%	533	39,7%	268	20,0%	1.342	45.306	3,0%
3 Boqueirão	355	42,6%	350	42,0%	128	15,4%	833	37.467	2,2%
4 Cajuru	357	57,9%	130	21,1%	130	21,1%	617	32.438	1,9%
5 CIC	378	62,5%	88	14,5%	139	23,0%	605	33.395	1,8%
6 Portão	384	40,2%	420	44,0%	151	15,8%	955	29.334	3,3%
7 Matriz	488	25,4%	1.000	52,0%	436	22,7%	1.924	49.224	3,9%
8 Pinheirinho	267	41,9%	294	46,2%	76	11,9%	637	24.637	2,6%
9 Santa Felicidade	284	41,9%	247	36,5%	146	21,6%	677	21.658	3,1%
10 Tatuquara	183	45,6%	129	32,2%	89	22,2%	401	19.519	2,1%
Total	3.605	42,0%	3.281	38,2%	1.695	19,8%	8.581	321.642	2,7%

Fonte: INEP (Microdados Censo Escolar), 2016.

*Educando de turma exclusiva de pessoas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação (Classes Especiais).

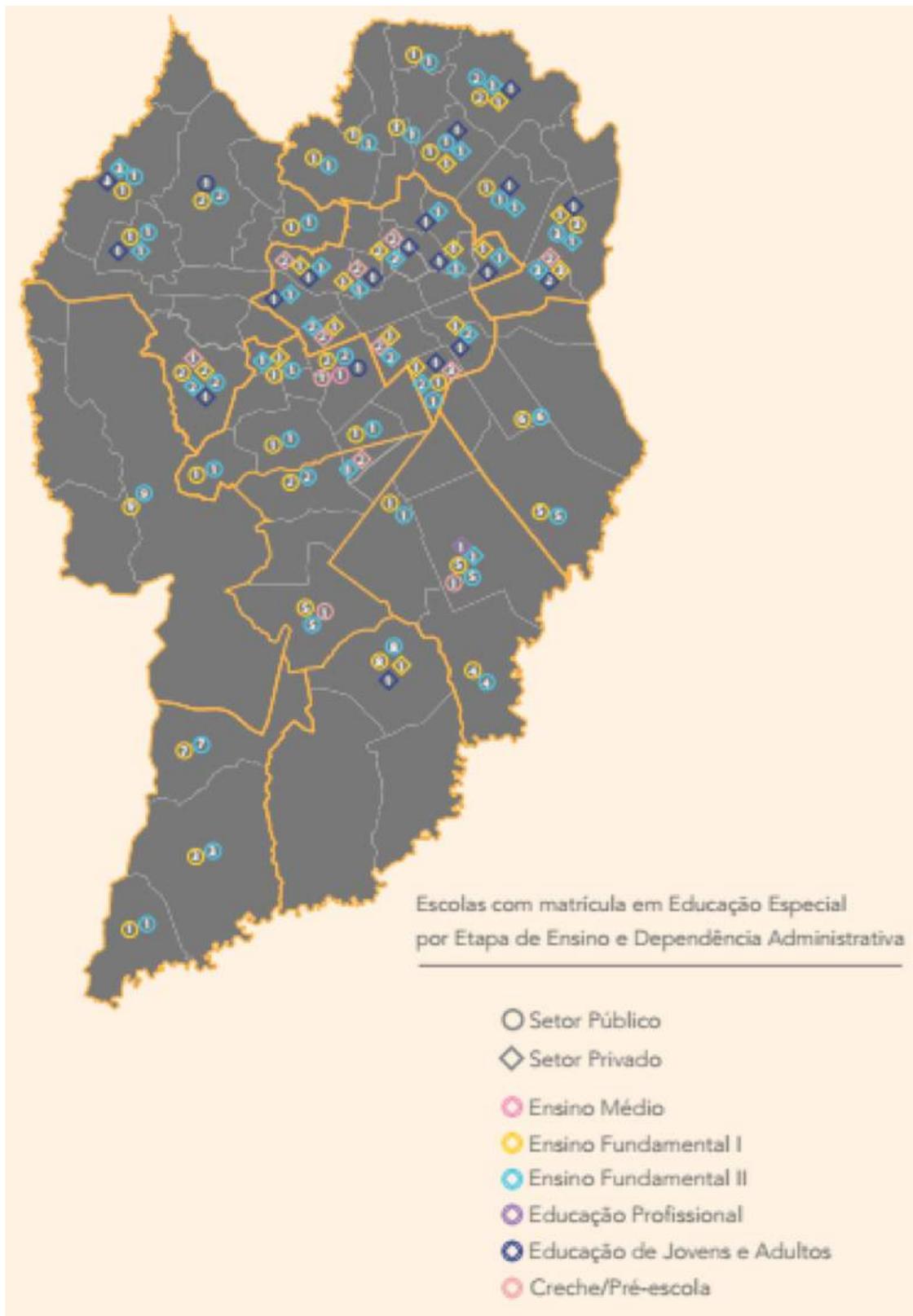
Nota 1: A tabela foi construída com o total indicado no Microdados do INEP de educandos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação.

Nota 2: A Regional de Matrícula nem sempre é a Regional de residência.

Em conformidade com a Resolução Nº. 4 CNE/CEB, que traz orientações para implementação da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, Curitiba dispõem de vários programas atendendo a resolução em sua plenitude, com: Salas de Recursos Multifuncionais, num total de 27, atendendo 380 educandos da rede; 5 Salas de Recursos de Altas Habilidades/Superdotação, atendendo a 100 crianças e adolescentes, com lista de espera de 43 educandos; Classes Especiais somam 87 e atendem com metodologia próprias 872 educandos com avaliações Psicoeducacionais; e, Atendimento Pedagógico Domiciliar com 825 atendimentos à 122 educandos. O município também conta com Centro Municipal de Atendimento Especializado com mais de 9 mil atendimento e avaliações mensais e Escolarização Hospitalar com 2.510 crianças atendidas.

Percebe-se que a ampliação gradativa da oferta de educação especial gratuita na RME, está sendo priorizada. Contudo é importante manter o entendimento de que, os serviços de intervenção precoce e de diagnóstico, devem assumir uma interface de intersectorialidade, com as áreas da saúde, ação social, educação e recursos da comunidade.

Quadro 1: Mapa das Escolas com Educação Especial em Curitiba



Fonte: SME, 2016.

Nota: Dentro dos símbolos do mapa está número de escolas no bairro. A cor do símbolo representa a modalidade de ensino (Ensino Fundamental, Ensino Médio, etc.) e o formato (Losango e Círculo) se e o Setor Público ou Privado.

3.5 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA

A primeira explicitação legal dos direitos dos brasileiros que não foram escolarizados na idade ideal, está presente no inciso I do artigo 208, que indica que o Ensino Fundamental passa a ser obrigatório e gratuito, “assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ele não tiveram acesso na idade própria”. Já no artigo 214, a Constituição Federal, indica também que a legislação “estabelecerá o Plano Nacional de Educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do poder público que conduzam à I – erradicação do analfabetismo, II – universalização do atendimento escola.

Ainda na emenda constitucional N° 14/96, fica estabelecido que a União deverá investir nunca menos que trinta por cento do caput do artigo 212 para a erradicação do analfabetismo e manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental, destinando assim, parte do financiamento da educação a educação de jovens e adultos. Assim, com a nova constituição de 1988, prevê-se que todas as pessoas tenham acesso à educação, sendo reforçada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96.

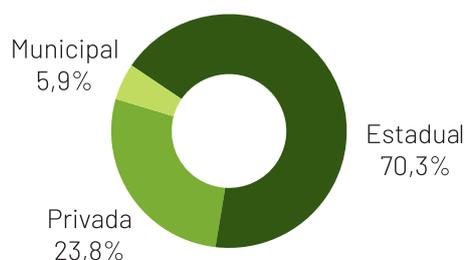
De acordo com a LDB, parágrafo 1º do artigo 87, é determinado que o Plano Nacional de Educação seja elaborado em concordância com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos¹⁹, e com base na LDB, foi constituída a Educação de Jovens e Adultos como modalidade de ensino através da resolução CNB/CEB N° 1, de 5 de julho de 2000, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Ressaltando-se ainda o direito a jovens e adultos à educação adequada às suas necessidades peculiares de estudo, e ao poder público fica o dever de oferecer esta educação de forma gratuita a partir de cursos e exames supletivos.

O EJA neste diagnóstico analisa os matriculados até 21 anos de idade. Que atende principalmente adolescentes que evadiram em outros momentos e estão retornando à escola. Neste contexto, em 2016, estavam matriculados no EJA até os 21 anos 11.735 adolescentes e jovens. Sendo 70,3% na Rede Estadual de ensino.

Tabela 3.5.1: Matriculados no EJA até 21 anos

Rede	Matriculados	(%)
Estadual	8.252	70,3%
Privada	2.788	23,8%
Municipal	695	5,9%
Total	11.735	100,0%

Fonte: INEP (Microdados Censo Escolar), 2016.



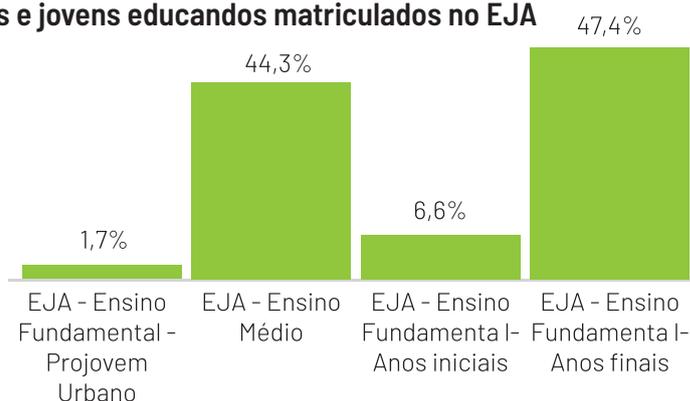
¹⁹ Declaração Mundial sobre Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO. JOMTIEN. 1990

A maioria dos educandos são do gênero masculino (62,9%) e tem entre 18 e 21 anos (70,4%). Em relação a etapa de ensino que eles frequentavam, como mostra o gráfico a seguir

Tabela 3.5.2: Etapa frequentadas pelos adolescentes e jovens educandos matriculados no EJA

Etapa	Quant.	(%)
EJA - Ensino Fundamental - Anos finais	5.564	47,4%
EJA - Ensino Fundamental - Anos iniciais	769	6,6%
EJA - Ensino Médio	5.198	44,3%
EJA - Ensino Fundamental - Projovem Urbano	204	1,7%
Total	11.735	100,0%

Fonte: INEP (Microdados Censo Escolar), 2016.



As matrículas no EJA são na maioria na Regional Matriz e na Regional CIC. Resgatando os índices de abandonos encontrados no CIC, temos que, pelo menos no EJA, as vagas acabam sendo mais regionalizadas. Porém, o Tatuquara, regional que também apresentou altos índices de abandono ainda possui pouca oferta de vagas no EJA.

Indicador 13: Percentual da População de 15 a 21 anos Matriculados no EJA

Definição: Total de matriculados no EJA sobre o total populacional de 15 a 21 anos por região geográfica.

Tabela 3.5.3: Matriculados em Educação de Jovem e Adulto em Curitiba

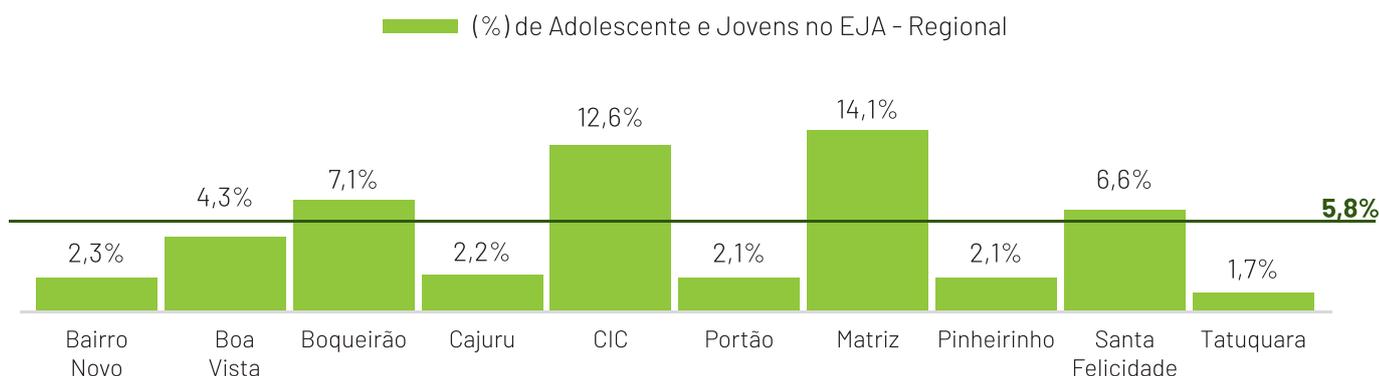
Regional	Estadual		Privada		Municipal		Total EJA		Pop. 15 a 21 anos
	Matr.	(%) Matr.	Matr.	(%) Matr.	Matr.	(%) Matr.	Matr.	(%) Pop.	
1 Bairro Novo	200	45,9%	1	0,2%	235	53,9%	436	2,3%	18.959
2 Boa Vista	959	83,0%	159	13,8%	38	3,3%	1.156	4,3%	27.053
3 Boqueirão	1.620	99,0%	0	0,0%	16	1,0%	1.636	7,1%	23.100
4 Cajuru	510	89,6%	0	0,0%	59	10,4%	569	2,2%	25.402
5 CIC	1.670	56,5%	1.259	42,6%	28	0,9%	2.957	12,6%	23.479
6 Portão	251	63,4%	0	0,0%	145	36,6%	396	2,1%	18.711
7 Matriz	1.851	61,8%	1.100	36,7%	44	1,5%	2.995	14,1%	21.250
8 Pinheirinho	361	98,4%	0	0,0%	6	1,6%	367	2,1%	17.175
9 Santa Felicidade	759	73,5%	269	26,0%	5	0,5%	1.033	6,6%	15.727
10 Tatuquara	71	37,4%	0	0,0%	119	62,6%	190	1,7%	10.968
Total	8.252	70,3%	2.788	23,8%	695	5,9%	11.735	5,8%	201.824

Fonte: INEP (Microdados Censo Escolar), 2016.

Fonte: IBGE, 2010.

Nota 1: O total populacional é referente ao Censo Demográfico do IBGE 2010.

Nota 2: A Regional de Matrícula nem sempre é a Regional de residência.



3.6 EDUCAÇÃO INTEGRAL DE CURITIBA

Propiciar uma educação de qualidade no Brasil, é um dos maiores desafios, depois da universalização da educação infantil e fundamental.

Com a meta, acerca da universalização quase estabelecida em sua totalidade para o Ensino Fundamental (Tabela 3.2.1.), conforme determinado nos Planos de Educação, e com os baixos índices da educação brasileira, vem à tona o debate em relação a educação integral com uma das principais ferramentas para superar esses desafios.

Índices na educação preocupam cada vez mais, a julgar pelo Programa Internacional de Avaliação de Educandos, conhecido como índice PISA²⁰, onde o Brasil ficou na 63ª posição na área de ciências e 59º em leitura, entre as 70 nações avaliadas nessas disciplinas em 2015, refletindo claramente o desconforto da política educacional frente a uma realidade que exige revisão profunda.

Para além das vagas, a qualidade indica um perigo silencioso na garantia do direito à educação a todas as crianças, adolescentes e jovens. Necessário observar o direito a educação, compreendendo também o aspecto do direito a aprendizagem, enquanto crescimento pessoal, desenvolvimento de habilidades, conhecimento que pode ser adquirido através da educação formal, assistida, motivada e orientada pelo sistema de ensino.

Nesse sentido, observava-se nos últimos anos um movimento entre as redes educacionais, com vistas à melhoria da qualidade do ensino oferecido, apostando na também na educação integral, mesmo com todas as mudanças que essa concepção de educação trás: estruturação de currículo e projetos pedagógicos, adequação e ampliação da infraestrutura mínima, gestão intersetorial, formação dos atores envolvidos, e financiamento que, com a ampliação do tempo de permanência, abre-se múltiplas oportunidades de aprendizagem para um desenvolvimento pleno das crianças, e ao mesmo tempo um concepção nova de educação que vai muito além do desenvolvimento intelectual, que passa por questões de proteção, de saúde, alimentação, convívio, não fragmentação de conteúdo, dentre outros aspectos não assentados na educação regular .

O programa Mais Educação, lançado em 2007, é implementado como uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC), introduzindo uma nova organização curricular para atender a proposta de ampliação jornada escolar na perspectiva da educação integral.

20 O Programme for International Student Assessment (Pisa) – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes – é uma iniciativa de avaliação comparada, aplicada de forma amostral a estudantes matriculados a partir do 8º ano do ensino fundamental na faixa etária dos 15 anos, idade em que se pressupõe o término da escolaridade básica obrigatória na maioria dos países. O Pisa é coordenado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), havendo uma coordenação nacional em cada país participante. No Brasil, a coordenação do Pisa é responsabilidade do Inep.

Em 2014, PNE, aborda a questão de forma clara, elencando dentre as metas para o decênio, a ampliação da jornada escolar, postulando uma permanência maior dos educandos nas escolas, conforme Meta 06, que introduziu com maior veemência as reflexões sobre o tema entre os organismos pedagógicos.

“A educação brasileira deve oferecer nos próximos 10 anos educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos(as) educandos(as) da Educação Básica.”

Curitiba, em 1965 com a criação do Grupo Escolar Papa João XXIII, um projeto experimental ofertando atividades extraclasse no contraturno, deu seus primeiros passos para a educação integral. Outros projetos positivos com a perspectiva da educação integral estruturaram os alicerces desta modalidade em Curitiba, como a Escola de Tempo Integral (ETI), o Centro de Educação Integral (CEI) e o Projeto PIÁ – Programa de Integração da Infância e Adolescência. Projetos que ocorreram até a estruturação da educação integral atual, desenvolvida em Curitiba em suas unidades escolares com oferta de tempo integral, a partir de uma proposta educativa com base na organização curricular, por meio do desenvolvimento de práticas educativas “Acompanhamento Pedagógico, Práticas Artísticas, Movimento e Iniciação Desportiva, Educação Ambiental e Ciência e Tecnologias da Informação e Comunicação (CURITIBA. 2014, pág. 32).

Contraturnos, turno contrário, jornada integral, atividade complementar, ampliação de jornada, entre outros nomes são utilizados para a educação integral (PME, 2015, pág. 29). Este presente diagnóstico tenta, com os dados do IBEP mostrar o atual desenho da educação integral em Curitiba no ano de 2016 por etapa de ensino, analisando seus avanços nos últimos anos.

- **Educação Infantil em tempo integral:**

Segundo dados do Censo Escolar de 2016 a Educação Infantil em tempo integral²¹ não sofreu grandes alterações de 2013 para 2016. E ainda, segundo o PME em 2013, 69,8% das crianças em creche e pré-escola estavam em tempo integral, em 2016 esse número foi de 68,2%, um pouco menor. Essa redução se deu de forma mais acentuada na creche que apresentava em 2013 (segundo dados do PME) 86,7% e agora em 2016, 84,1%. Na pré-escola caiu de 48% para 47,1%.

A rede privada de ensino tinha em 2016, segundo o INEP (2016) 50,8% dos educandos da educação infantil em tempo integral, e a rede pública apresentou um percentual bem maior, 83,6% das crianças estavam em tempo integral na EI em Curitiba.

21 Tempo de permanência na escola igual ou superior a 7 (sete) horas diárias, calculado somando-se a duração da escolarização com a duração da atividade complementar (INEP, 2016).

- **Ensino Fundamental em tempo integral:**

Para o Ensino Fundamental Anos Iniciais em tempo integral o indicador cai para apenas 16,6% das matrículas de 2016 (INEP). A rede privada tem apenas 3,7% em tempo integral e a rede pública 22,2%.

Para o Ensino Fundamental Anos Finais em tempo integral o indicador cai para apenas 4,7% das matrículas de 2016 (INEP). A rede privada tem apenas 2,6% em tempo integral e a rede pública 5,4%.

- **Ensino Médio em tempo integral:**

Para o Ensino Médio em tempo integral o indicador cai para apenas 3,3% das matrículas de 2016 (INEP). E aqui observa-se um comportamento oposto, a rede privada tem 10,7% das matrículas em tempo integral e a rede pública apenas 0,3%.

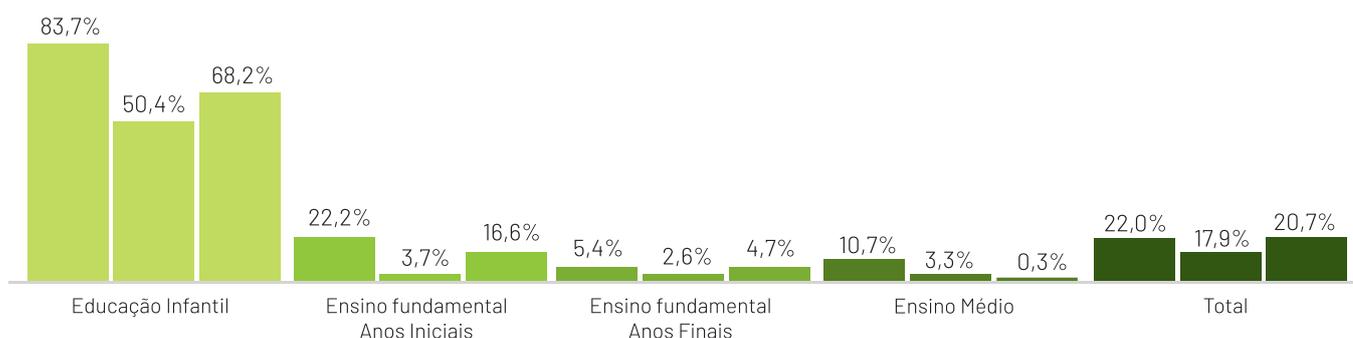
A seguir a tabela resume os percentuais de representatividade da rede pública e privada de ensino na educação em tempo integral.

Tabela 3.6.1: Resumo dos percentuais de atendimentos em tempo integral em Curitiba

Rede	Educação Infantil		Ensino Fundamental Anos Iniciais		Ensino Fundamental Anos Finais		Ensino Médio		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Pública	30.998	83,7%	18.611	22,2%	4.034	5,4%	167	0,3%	53.810	22,0%
Privada	16.187	50,4%	1.345	3,7%	660	2,6%	2.075	10,7%	20.267	17,9%
Total	47.185	68,2%	19.956	16,6%	4.694	4,7%	2.242	3,3%	74.077	20,7%

Fonte: INEP, 2016

Nota: Considerou-se tempo integral os educandos com 7 horas ou mais de escolarização mais o tempo em outras atividades.

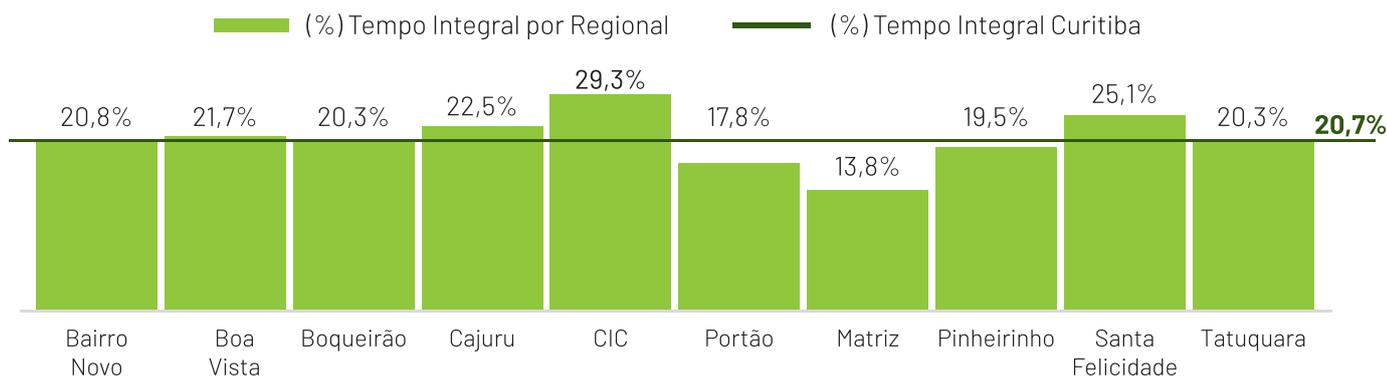


A distribuição das matrículas em tempo integral tem os bairros da Matriz, Portão e Pinheirinho com os menores percentuais, abaixo da média de Curitiba (20%). Contudo, frente a Meta do PME, sendo que estamos nos dois primeiros anos de execução do Planos, as perspectivas para atingir 25% das matrículas da educação básica se aproxima de forma concreta.

Tabela 3.6.2: Resumo dos percentuais de atendimentos em tempo integral em Curitiba

	Regional	Tempo integral	
		Matrícula	(%)
1	Bairro Novo	6.795	20,8%
2	Boa Vista	10.862	21,7%
3	Boqueirão	8.412	20,3%
4	Cajuru	8.284	22,5%
5	CIC	10.720	29,3%
6	Portão	5.975	17,8%
7	Matriz	7.321	13,8%
8	Pinheirinho	5.341	19,5%
9	Santa Felicidade	5.880	25,1%
10	Tatuquara	4.487	20,3%
Total		74.077	20,7%

Fonte: INEP, 2016



3.7 NOTIFICAÇÕES DE VIOLÊNCIA

Uma situação que definitivamente precisa ser tratada com toda a dedicação das instituições e da sociedade como um todo, é a dura realidade dos casos de violências, sejam elas domésticas, intrafamiliares ou extra-familiares. Neste contexto Curitiba no ano de 2000, instituiu na Rede de proteção o “Protocolo da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco para a Violência”, com uma atuação mais abrangente e orientada, no atendimento integral de vítimas de violência doméstica, mais intersetorial e integrada entre a Prefeitura e instituições governamentais.

O protocolo apresenta uma estrutura básica que define os objetivos, conceitos e gestão básica da Rede, além dos fluxos de atenção aos casos. Contudo, em especial na área educacional, o protocolo trás de forma especial, os mecanismos para ações preventivas a violência no ambiente escolar.

“ A escola dispõe de modos e meios próprios, como Conselho de Classe, o Conselho da Escola reuniões pedagógicas e/ou administrativas, as reuniões de pais ou responsáveis para a entrega de avaliações, as entrevistas com a família, entre outros que podem fornecer contribuições significativas, para prevenção da violência, através de reflexões e discussões que subsidiem esclarecimento sobre o tema e outras decisões relevantes. (CURITIBA, 2008, p.124)

Integra a Rede de Proteção à criança e ao adolescente em situação de risco para violência, a escola, junto aos outros agentes da rede (todos somos a rede de proteção), de identificar os sinais de alerta para a violência, notificar as autoridades competentes da suspeita, atender e manter uma atitude vigilante, de acordo com a necessidade e gravidade do caso, com a proposição de ações preventivas . A notificação é um instrumento que serve para tornar visíveis as violências, trazendo a oportunidade de discuti-las e de realizar o atendimento e a proteção quando necessário.

Em Curitiba apenas as escolas da Rede Estadual e Municipal (incluindo as conveniadas) notificam a Rede de Proteção conforme o Protocolo da Rede de Proteção (PRP) à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco para Violência. A Rede Particular, apesar de fazer parte da Rede de Proteção, age como se não houvesse casos de violência nas escolas particulares, o que impede a realização das medidas de proteção e impossibilita o conhecimento das violências sofridas por estas crianças e adolescentes de classes sociais mais altas, pois sabe-se que, independentemente da situação econômica vivenciada dentro das famílias, a violência pode existir, e quanto melhor a condição econômica da família, menos acesso se tem a Rede de Proteção pela falta de notificação.

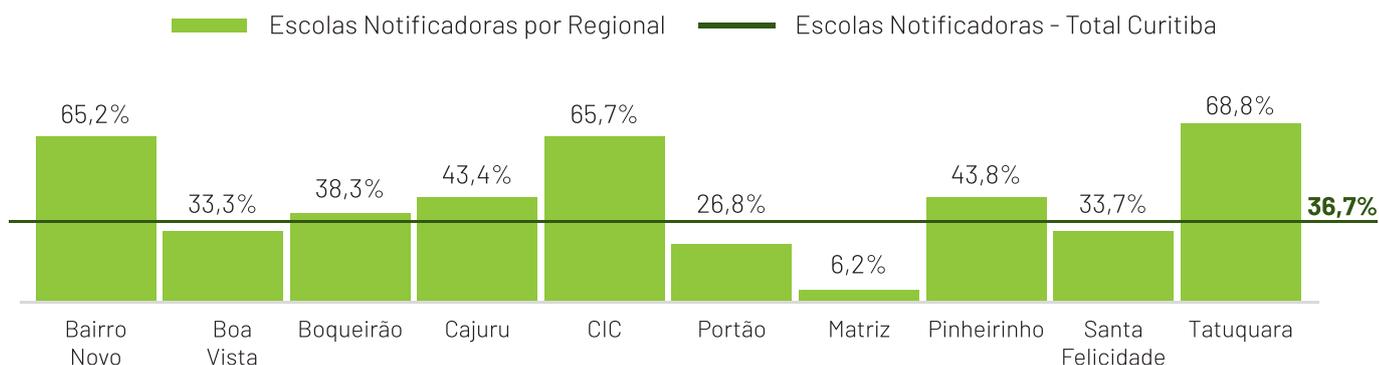
Observando as notificações obrigatórias²² de violência por escola, tivemos que todas as escolas da Rede Municipal notificaram, pelo menos uma vez, a Rede de Proteção. Comparando isso com o total de escolas existentes na cidade de Curitiba (unidades educacionais da rede municipal, estadual e privada de ensino), mostra que 36,7%²³ das escolas estão atuantes na Rede de Proteção.

Tabela 3.7.1: Unidades Educacionais que notificaram a Rede de Proteção por casos de violência

	Regional	Unidades Educacionais	Unidades Educacionais Notificadoras	(%)
1	Bairro Novo	66	43	65,2%
2	Boa Vista	147	49	33,3%
3	Boqueirão	115	44	38,3%
4	Cajuru	106	46	43,4%
5	CIC	102	67	65,7%
6	Portão	112	30	26,8%
7	Matriz	194	12	6,2%
8	Pinheirinho	80	35	43,8%
9	Santa Felicidade	89	30	33,7%
10	Tatuquara	48	33	68,8%
	Total	1.059	389	36,7%

Fonte: SME/INEP, 2016.

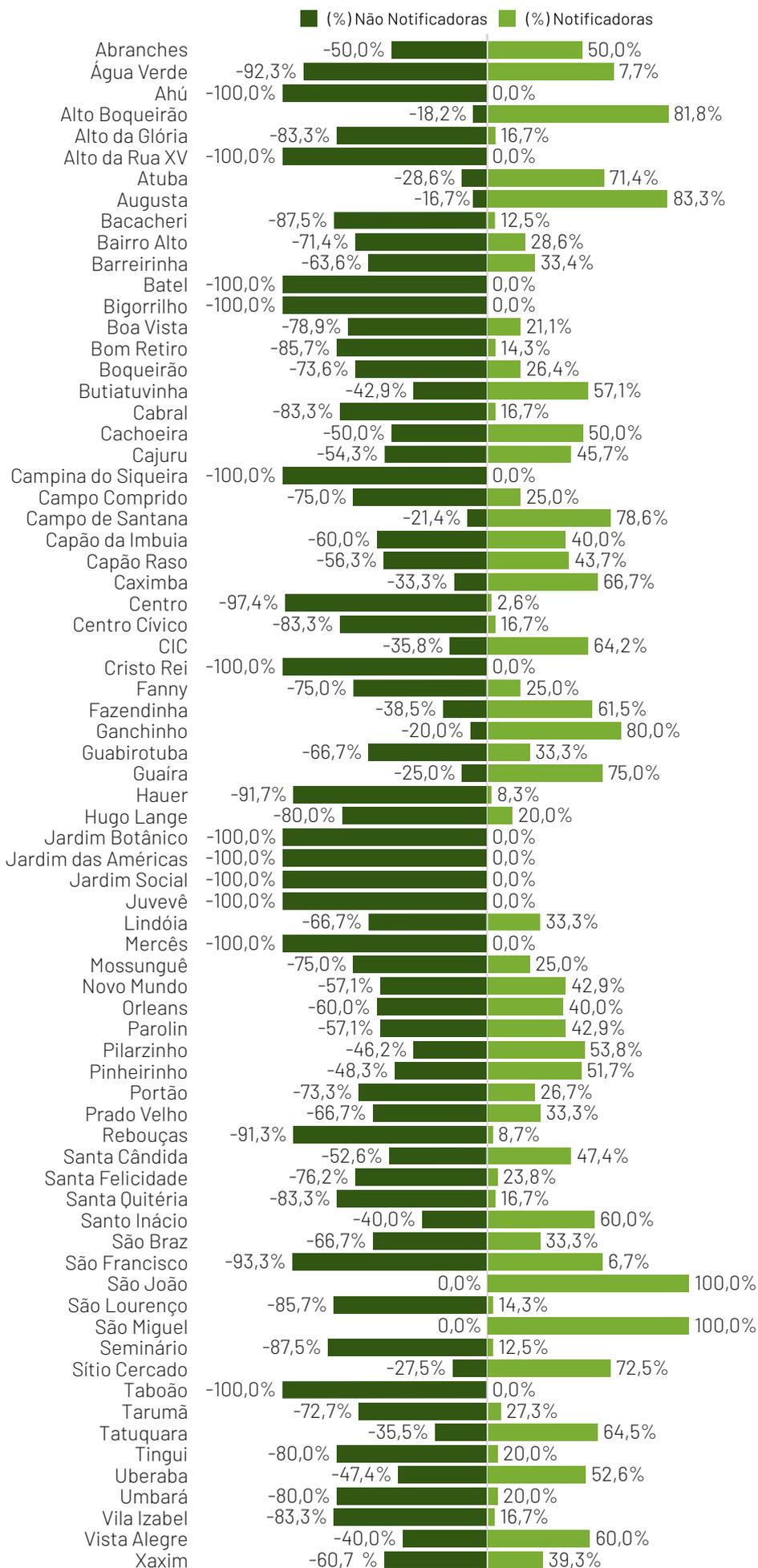
Nota: O total de escolas foi tirado do Censo Escolar 2016 (INEP).



22 As notificações obrigatórias tratadas neste subtítulo são as notificações feitas pelo Sistema de Informação de Agravos de Notificação - SINAN, enviadas para a Rede de Proteção.

23 As escolas estaduais que notificaram não entraram no cálculo pois a SEED não passou os dados detalhados de notificação por escola.

Quadro 2: Comparação dentre o total de escolas no bairro, o percentual que notificaram a Rede de Proteção em casos de violência versus o percentual que nunca notificou a Rede de Proteção.



No total a RME realizou 1.434 notificações obrigatórias de suspeita de violência e a REE 379. Proporcionalmente aos matriculados da RME (INPE, 2016), no Ensino Fundamental houve mais notificações (2,4%) do que no Ensino Infantil (1,4%). A regional Portão foi a que mais teve notificações obrigatórias aplicadas no Ensino Infantil (2,9%) e a Regional Matriz se destacou no Ensino Fundamental, com 6,9% de notificações.

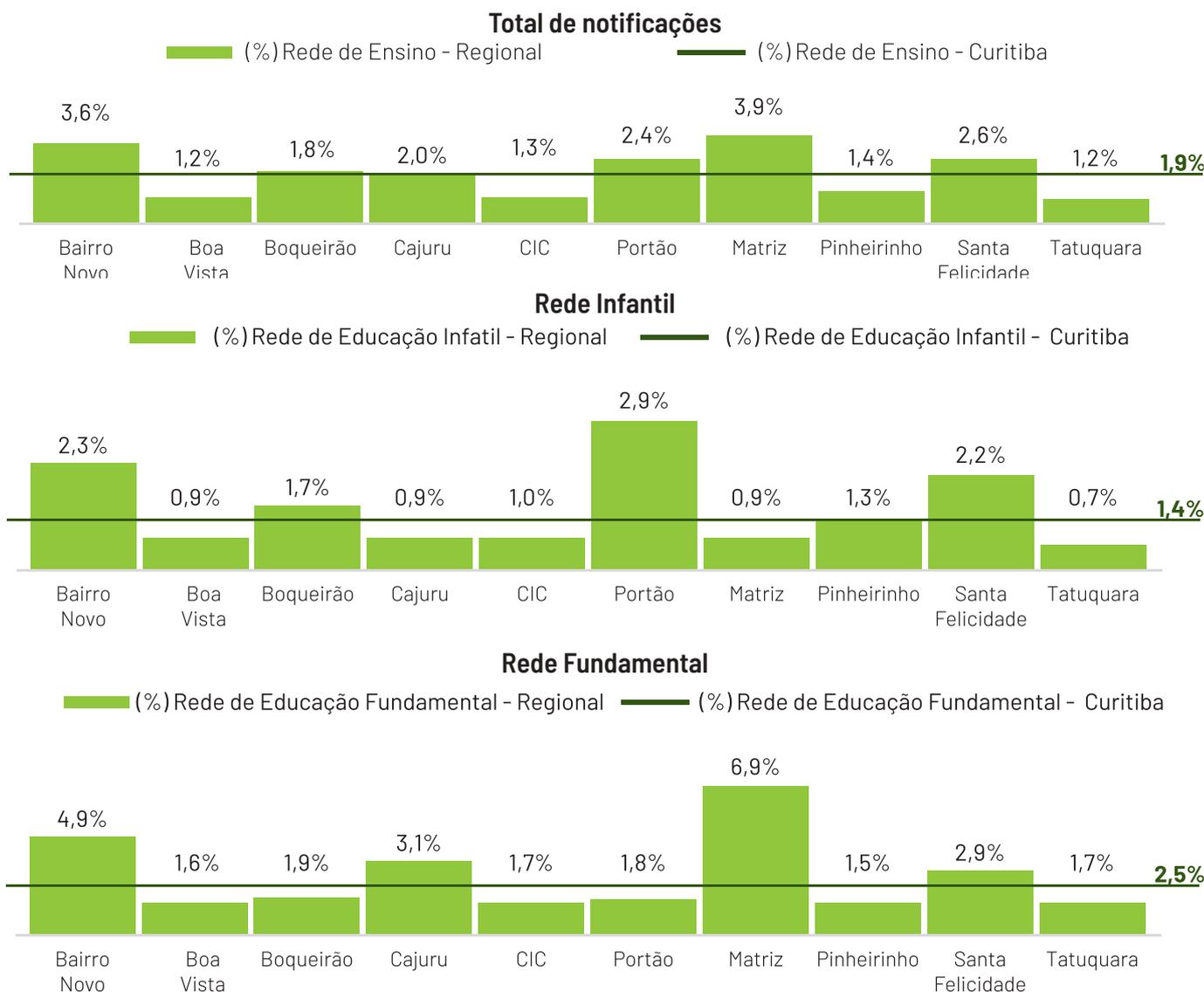
Tabela 3.7.2: Notificação de violência da Rede Municipal de Ensino de Curitiba

	Regional	Ensino Infantil			Ensino Fundamental			Rede de Ensino Total		
		Quant.	Matriculados	(%)	Quant.	Matriculados	(%)	Quant.	Matriculados	(%)
1	Bairro Novo	119	5.195	2,3%	252	5.195	4,9%	371	10.390	3,6%
2	Boa Vista	38	4.382	0,9%	70	4.382	1,6%	108	8.764	1,2%
3	Boqueirão	69	4.094	1,7%	78	4.094	1,9%	147	8.188	1,8%
4	Cajuru	41	4.325	0,9%	133	4.325	3,1%	174	8.650	2,0%
5	CIC	67	7.014	1,0%	116	7.014	1,7%	183	14.028	1,3%
6	Portão	70	2.397	2,9%	43	2.397	1,8%	113	4.794	2,4%
7	Matriz	5	579	0,9%	40	579	6,9%	45	1.158	3,9%
8	Pinheirinho	34	2.523	1,3%	38	2.523	1,5%	72	5.046	1,4%
9	Santa Felicidade	56	2.526	2,2%	73	2.526	2,9%	129	5.052	2,6%
10	Tatuquara	28	3.842	0,7%	64	3.842	1,7%	92	7.684	1,2%
Total		527	36.877	1,4%	907	36.877	2,5%	1.434	73.754	1,9%

Fonte: SME, 2016 e INEP, 2016.

Nota 1: O percentual foi calculado em cima do total de matriculados em 2016.

Nota 2: A análise foi feita em cima das notificações da Rede Municipal, pois a SEED não forneceu dados detalhados por escola, apenas o total de notificações (379).



A principal notificação é a negligência em 53,4% dos casos. Novamente caímos na questão do que engloba a negligência, que apesar de ter definições no protocolo, é um termo amplo e com inúmeras interpretações. A violência física destacou-se nas Regionais do Boqueirão, Boa Vista e Pinheirinho, representando mais de 24% das notificações destas Regionais. A violência psicológica destacou-se na Regional Bairro Novo representando 26% do total de notificações da Regional. Já a violência sexual²⁴ destacou-se nas Regionais Boa Vista e Boqueirão representando mais de 10% das notificações e mais de 20% na Regional Tatuquara. Por fim, destaca-se o alto percentual de notificações das escolas do Portão em relação a trabalho infantil, 9,6% das notificações realizadas por estas escolas se referem ao tema.

Tabela 3.7.3: Motivo da notificação de violência realizada pela Rede Municipal de Ensino de Curitiba no ano de 2016

Notificação	Quant.	(%)
Negligência	766	53,4%
Violência física	263	18,3%
Violência psicológica	185	12,9%
Violência sexual	115	8,0%
Abandono	77	5,4%
Trabalho Infantil	26	1,8%
Exploração sexual	2	0,1%
Total	1.434	100,0%

Fonte: SME, 2016.

Nota: A análise foi feita em cima das notificações da Rede Municipal, pois a SEED não forneceu dados detalhados por escola, apenas o total de notificações (379).

24 A violência sexual foi destaque no motivo de acolhimento da Regional Boqueirão, se comparado com as outras Regionais. O que não aconteceu com a Regional Boa Vista, a qual merece uma atenção sobre a divergência. Ver Volume 2 deste diagnóstico para mais detalhes da execução de medida de proteção e ver Volume 3 para mais informações da violência sexual.

3.8 NOTIFICAÇÃO DE BAIXA FREQÜÊNCIA OU ABANDONO ESCOLAR

A SME e a SEED realizam programas na rede de ensino que visam a prevenção a baixa frequência escolar, abandono e evasão escolar, tratadas aqui neste diagnóstico como ausência escolar, com procedimentos diferentes.

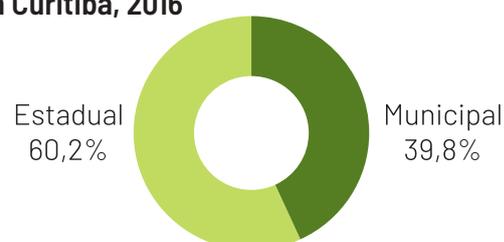
Na SME é desenvolvido o Projeto ABRACE – Ações em Benefício do Regresso do Aluno à Escola, que foi instituído no ano de 2002, com o objetivo de acompanhar a frequência escolar e desenvolver ações para a prevenção e o enfrentamento do abandono e da evasão escolar. Para tanto, foi criada a Ficha de Comunicação do Estudante Ausente – FICA, um instrumento destinado à comunicação ao Conselho Tutelar e, se necessário, ao Ministério Público, da violação do direito à educação (SME, s/d), pois a SME possui um Protocolo que orienta para a prevenção a baixa frequência, abandono e evasão escolar, o que vai para além da comunicação ao CT. Em 2016/2017 este foi ressignificado e incluído o acompanhamento da frequência na pré-escola.

Na SEED, é utilizado o Programa Combate ao Abandono Escolar, no qual o objetivo principal é resgatar educandos com 5 (cinco) faltas/dias consecutivas ou 7 (sete) faltas/dias alternados por meio de ações integradas entre a escola e a Rede de Proteção à criança e ao adolescente, para evitar que essas faltas se efetivem como evasão escolar.²⁵

Em 2016 as redes municipal e estadual emitiram 9.037 notificações de ausência escolar, sendo que a maioria foi na escola da rede estadual, 60,2%.

Tabela 3.8.1: Notificação de ausência escolar por rede de ensino em Curitiba, 2016

Rede	Quant.	(%)
Municipal	3.594	39,8%
Estadual	5.443	60,2%
Total FICA	9.037	100,0%



Fonte: SME (ABRACE)/SEED (Combate ao Abandono Escolar), 2016.

Nota: O total de notificações é o número de fichas expedidas, e, um educando pode ter tido duas ou mais notificações.

A seguir calcula-se o percentual de notificações de ausência escolar por rede de ensino em Curitiba. Na Rede Estadual, a Regional Cajuru se destaca na evasão, as notificações representam 9,7% das matrículas, como mostra a tabela a seguir.

²⁵ Secretaria Estadual de Educação, disponível em: <http://www.gestaoescolar.diaadia.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=1375>

Indicador 14: Percentual de notificações de ausência escolar

Definição: Número de notificações de ausência escolar sobre o total de matriculados na região geográfica por rede de ensino.

Tabela 3.8.2: Notificação de ausência escolar por rede de ensino e regional de localização da escola em

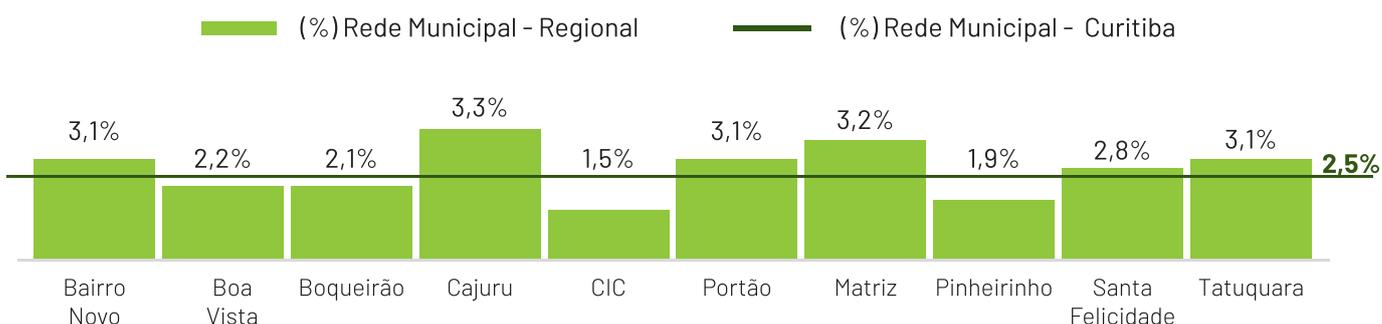
Curitiba, 2016

	Regional	Rede Municipal			Rede Estadual		
		Quant.	Matriculados	(%)	Quant.	Matriculados	(%)
1	Bairro Novo	570	18.346	3,1%	492	13.294	3,7%
2	Boa Vista	411	18.631	2,2%	245	16.596	1,5%
3	Boqueirão	307	14.733	2,1%	632	13.928	4,5%
4	Cajuru	591	17.673	3,3%	1.245	12.849	9,7%
5	CIC	371	24.448	1,5%	367	12.356	3,0%
6	Portão	290	9.309	3,1%	715	9.595	7,5%
7	Matriz	115	3.628	3,2%	626	12.378	5,1%
8	Pinheirinho	209	11.229	1,9%	412	9.654	4,3%
9	Santa Felicidade	285	10.300	2,8%	181	5.596	3,2%
10	Tatuquara	445	14.196	3,1%	528	9.108	5,8%
	Não informado				44		-
Total		3.594	142.493	2,5%	5.443	115.354	4,7%

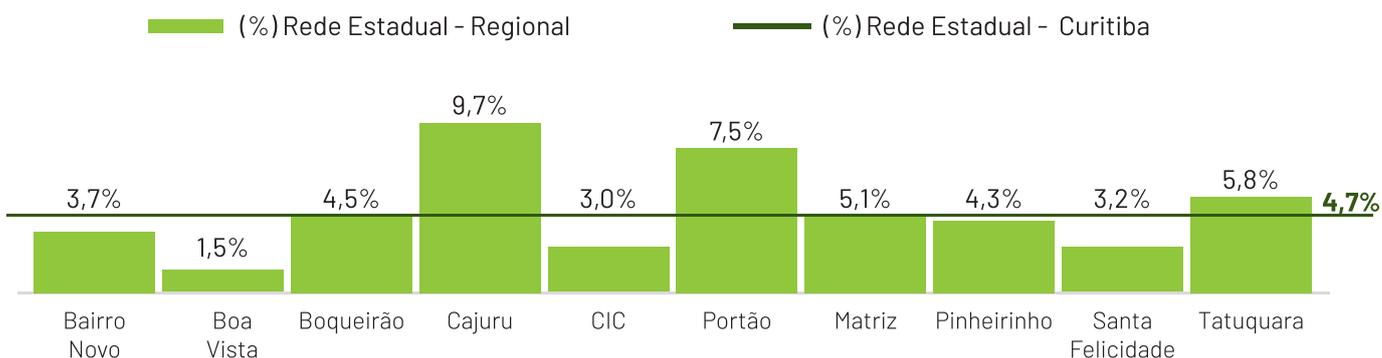
Fonte: SME (ABRACE)/SEED (Combate ao Abandono Escolar), 2016 e INEP, 2016.

Nota: O percentual foi calculado em cima do total de matriculados em 2016.

Rede Municipal



Rede Estadual



A base de dados das fichas de ausência escolar da Secretaria Estadual de Educação permitiu identificar quantos educandos foram notificados pelas ausências: no total de 5.487 notificações foram notificados 3.500 educandos, sendo que 56,7% deles foram apenas uma vez, e 42,7% tiveram duas ou mais notificações.

Tabela 3.8.3: Notificação de ausência escolar por educando em Curitiba, 2016

Vezes repetido	Quant.	(%)
1	1.986	56,7%
2	1.160	33,1%
3	194	5,5%
4	117	3,3%
5	22	0,6%
Não informado	21	0,6%
Total	3.500	100,0%

Fonte: SEED (Combate ao Abandono Escolar), 2016.

Tabela 3.8.4: Situação final da notificação de ausência escolar em Curitiba, 2016

Situação	Quant.	(%)
Não retornou	2.813	51,3%
Retornou	1.577	28,7%
Outros	44	0,8%
Não informado	1.053	19,2%
Total	5.487	100,0%

Fonte: SEED (Combate ao Abandono Escolar), 2016.

Nota: Em média o retorno acontece em 16 dias.

Em 55,1% dos casos de notificação de ausência escolar, o desinteresse ou a falta de motivação são os principais motivos. Desses educandos, 53,5% não retornam à escola, e a evasão se concretiza mesmo com a ação da rede.

Os outros dois motivos mais citados pela SEED nas notificação de ausência escolar são a desobediência (17,8%) e a Indisciplina (14,3%). Em ambas as situações a taxa de não retorno fica em torno de 45%, mostrando que a falta de interesse é ainda o maior motivador da evasão. O principal meio de comunicação utilizado para entrar em contato com o educando é o telefone em 90,8% das notificações de ausência escolar.

Tabela 3.8.5: Motivo notificado da ausência escolar em Curitiba, 2016

Motivo	Quant.	(%)
Desinteresse / Falta de motivação	3.026	55,1%
Desobediência	977	17,8%
Indisciplina	786	14,3%
Repetência	500	9,1%
Defasagem série/idade	491	8,9%
Transferência de moradia	195	3,6%
Violência no entorno da escola	186	3,4%
Maioridade	142	2,6%
Consumo de álcool ou de substâncias entorpecentes	128	2,3%
Dificuldades de acesso à escola	114	2,1%
Gravidez precoce	106	1,9%
Conflitos familiares determinados por consumo de álcool ou de substâncias entorpecentes	101	1,8%
Proibição ou resistência contra a frequência do educando à escola, apresentada pelos pais ou responsáveis	94	1,7%
Ameaças de terceiros contra o educando	84	1,5%
Situação de trabalho infantil/trabalho	82	1,5%
Casamento/União estável	71	1,3%
Limitações de ordem material (falta de uniforme, material escolar e etc.)	63	1,1%
Nascimento de filhos	56	1,0%
Envolvimento do Educando em Práticas Infracionais	53	1,0%
Morte na família	48	0,9%
Doença crônica	48	0,9%
Problema de saúde de algum membro da família	42	0,8%
Situação de abuso/exploração sexual	41	0,7%
Conflito com o professor ou direção da escola	28	0,5%
Falta de transporte escolar	23	0,4%
Educando submetido a medida socioeducativa	21	0,4%
Situação de discriminação contra o educando	16	0,3%
Falta de acompanhamento pedagógico	16	0,3%
Acidente que implique em impossibilidade de locomoção	11	0,2%
Problemas de saúde mental de um dos pais	10	0,2%
Ausência de professor	1	0,0%
Total	5.487	

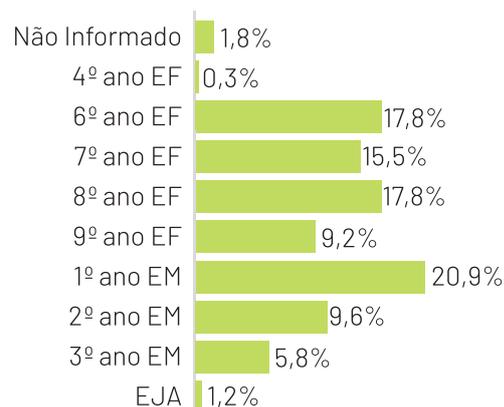
Fonte: SEED (Combate ao Abandono Escolar), 2016.

Nota: Uma notificação pode ter mais de um motivo de ausência escolar.

Os anos mais representativos nas notificações de ausência escolar são o 6º ano, 7º ano, 8º ano e principalmente o 1º ano do Ensino Médio. Só este último é responsável por 20,9% de todas as notificações no Programa de Combate ao Abandono Escolar.

Tabela 3.8.6: Ano de estudo mais representativo no volume de notificações de ausência escolar pelo SEED em Curitiba, 2016

Ano	Quant.	(%)
Não informado	99	1,8%
4º ano EF	17	0,3%
6º ano EF	979	17,8%
7º ano EF	851	15,5%
8º ano EF	976	17,8%
9º ano EF	503	9,2%
1º ano EM	1.149	20,9%
2º ano EM	529	9,6%
3º ano EM	319	5,8%
EJA	65	1,2%
Total	5.487	100,0%



Fonte: SEED (Combate ao Abandono Escolar), 2016.

Após apresentar os registros das notificações de ausência escolar na SME e SEED de Curitiba, buscamos a informação no CT de ausência escolar, pois, como sabe-se, o CT é notificado pelos agentes da Rede de Proteção neste casos. Porém quando analisados os dados de 2016, foram encontrados 855 casos de ausência escolar no CT, o que equivale a menos de 10% do total informado pelas secretarias. Em conversa com um grupo de conselheiros²⁶ percebeu-se que existe uma “interpretação” em relação a notificação de infrequência escolar encaminhada ao CT, ou seja, por mais que ele tenha sido aberto por ausência escolar, o CT, ao ser notificado interpreta as informações das fichas de notificação e registra a informação no Sistema de Informação para a Infância e Adolescência – SIPIA de “n” formas, ou ainda, em alguns caso, este não é alimentado no SIPIA, mostrando divergência de encaminhamento interno no Conselho Tutelar das notificações de ausência escolar.

Por este motivo, além de não apresentarmos os dados do CT em relação a ausência escolar alertamos a questão de interpretação da informação, que pode muitas vezes omitir situações que são vividas na rede de proteção, como por exemplo, a questão da indisciplina: 14,3% (786) das fichas de notificação que foram registradas por indisciplina pela SEED, já no CT, com esta descrição, foram identificados apenas 29 casos.

Ainda no tema de indisciplina, também no Volume 7 deste diagnóstico se abordará a percepção do sistema de defesa em relação a indisciplina escolar, assunto este que se mostrou quase que ausente até o momento.

²⁶ O Volume 7 deste diagnóstico traz a análise do Eixo de Defesa do SGDCA, e aborda com mais detalhes este assunto.

Voltando a questão de divergências de registro de informação, como já alertado em relatórios anteriores, se faz urgente uma padronização das violações de direito comum a todos os agentes e atores do SGDCA e um processo claro de armazenamento e interpretação das notificações da rede. A cada base de dados analisadas neste diagnóstico, percebe-se divergências de registro que devem ser trabalhadas para que a rede possa unificar as informações e estas sejam instrumentos para ações e políticas públicas. Sabe-se que a rede se comunica de forma eficiente, mas o que se percebe ao sistematizar dados de várias fontes são as várias interpretações sem padronização. Por mais que se argumente que existam processos claros de armazenamento da informação, o que transpareceu neste diagnóstico é que os processos são claros e bem definidos dentro de cada instituição, não tendo uma interpretação padrão na forma de armazenamento e a comunicação entre as bases.

Voltando a ausência escolar, quando cruzado o motivo da infrequência escolar, nos dados das notificações da SEED por gênero, nota-se que a falta de interesse, a desobediência, a indisciplina, a repetência, defasagem e consumo de álcool ou drogas, são os motivos mais frequentes no gênero masculino. Já no gênero feminino, é mais frequente nos motivos de evasão conflitos familiares, gravidez precoce ou nascimento de filho, casamento ou união estável e proibição de frequentar a escola.

Tabela 3.8.7: Motivo notificado na ausência escolar na rede Estadual de ensino em Curitiba, 2016

Motivo	Masculino		Feminino		Total
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	
Desinteresse/Falta de motivação	1644	54,4%	1376	45,6%	3.020
Desobediência	540	55,3%	437	44,7%	977
Indisciplina	475	60,7%	307	39,3%	782
Repetência	307	61,5%	192	38,5%	499
Defasagem série/idade	289	59,8%	194	40,2%	483
Transferência de moradia	97	49,7%	98	50,3%	195
Violência no entorno da escola	101	54,3%	85	45,7%	186
Maioridade	73	51,4%	69	48,6%	142
Consumo de álcool ou de substâncias entorpecentes	84	65,6%	44	34,4%	128
Dificuldades de acesso à escola	64	57,1%	48	42,9%	112
Gravidez Precoce/Nascimento de filho	21	13,0%	141	87,0%	162
Conflitos familiares determinados por consumo de álcool ou drogas	49	48,5%	52	51,5%	101
Proibição ou resistência à escola, apresentada pelos pais ou responsáveis	42	44,7%	52	55,3%	94
Ameaças de terceiros contra o educando	42	50,0%	42	50,0%	84
Situação de trabalho infantil/trabalho	49	59,8%	33	40,2%	82
Casamento/união estável	24	34,3%	46	65,7%	70
Limitações de ordem material (falta de uniforme, material escolar e etc.)	41	65,1%	22	34,9%	63
Envolvimento do educando em práticas infracionais	35	66,0%	18	34,0%	53
Doença crônica	27	56,3%	21	43,8%	48
Morte na família	22	46,8%	25	53,2%	47
Problema de saúde de algum membro da família	18	42,9%	24	57,1%	42
Situação de abuso/exploração sexual	22	55,0%	18	45,0%	40
Conflito com o professor ou direção da escola	25	89,3%	3	10,7%	28
Falta de transporte escolar	17	73,9%	6	26,1%	23
Educando submetido a medida socioeducativa	14	66,7%	7	33,3%	21
Situação de discriminação contra o educando	9	56,3%	7	43,8%	16
Falta de acompanhamento pedagógico	10	62,5%	6	37,5%	16
Acidente que implique em impossibilidade de locomoção	5	45,5%	6	54,5%	11
Problemas de saúde mental de um dos pais	5	50,0%	5	50,0%	10
Ausência de professor	1	100,0%	0	0,0%	1
Total	4.152	55,1%	3.384	44,9%	7.536

Fonte: SEED, 2016.

Nota: Uma notificação pode ter mais de um motivo de ausência escolar

Os registros de notificação de ausência escolar (registros da Secretaria Estadual de Educação) mostram algo já comentado no Volume 3 deste diagnóstico, o casamento infantil. É importante observar que os registros das notificações identificaram 70 casos de casamento ou de união estável no ano de 2016, e 41,4% deles ocorreram em um único bairro em Curitiba, no Prado Velho (29 casos). O tema foi superficialmente comentado no Volume 3 por falta de registro formal, até presenciar nas notificações de ausência escolar essa justificativa. Por isso, apesar de já tratado, reforça-se aqui o perfil, a região e também o problema causado por tal situação (evasão escolar).

Tabela 3.8.8: Perfil das comunicações de união estável ou casamento de notificações de ausência escolar na rede estadual de educação em Curitiba, 2016

Os registros não tinham informação de idade dos educandos e alunas comunicados pela ficha, porém fica evidente pela série que frequentavam, que em muitos casos, eram crianças de 11 a jovens de 18 anos.

Nível	Série	Quant.	(%)
Ensino Fundamental	6º ano	15	21,4%
	7º ano	11	15,7%
	8º ano	10	14,3%
	9º ano	10	14,3%
Ensino Médio	1º ano	11	15,7%
	2º ano	7	10,0%
	3º ano	6	8,6%
Total		70	100,0%

Fonte: SEED, 2016.

E são as “meninas” as que são “vítimas” do casamento ou da união estável em idades prematuras.

Gênero	Quant.	(%)
Feminino	46	65,7%
Masculino	24	34,3%
Total	70	100,0%

Fonte: SEED, 2016.

3.9 TRANSPORTE ESCOLAR

O transporte escolar em Curitiba tem quatro frentes:

- Acesso à escola municipal: destinado a educandos matriculados em escolas da RME e que moram distante destas. Serviço realizado com ônibus de empresas terceirizadas que participaram de um processo licitatório. Foram vencedoras 2 empresas e atenderam diariamente: 14 escolas e uma média de 2.000 educandos, nos turnos manhã e tarde;
- Acesso à escola estadual: destinado a educandos matriculados em escolas da Rede Estadual de Ensino e que moram a 2Km ou mais de distância destas. Serviço realizado com ônibus de empresas terceirizadas que participaram de um processo licitatório. Foram vencedoras 2 empresas e atenderam diariamente: 11 escolas e uma média de 2.200 educandos, nos turnos manhã, tarde e noite;
- Atendimento às unidades de educação integral – UEl: o transporte que atende os educandos que vão das unidades escolares para as UEl e vice-versa, garantindo assim a continuidade de funcionamento da Educação Integral. Foram atendidas 20 escolas e uma média de 2.500 educandos, no horário das 12h às 13h;
- Projetos educacionais: transporte que atende os educandos de escolas municipais e Centros Municipais de Educação Infantil - CMEIs que participam de atividades pedagógicas externas às unidades de ensino. Foram atendidos durante o ano de 2016 aproximadamente 146.000 deslocamentos de educandos das escolas e Centros Municipais de Educação Infantil (um educando pode ter feito um ou mais deslocamentos).

Cruzando os dados fornecidos pela SME com os matriculados no Censo Escolar de 2016 temos:

Quadro 3: Percentual de educandos da rede municipal e estadual beneficiadas com transporte escolar.²⁷

MUNICIPAL



ESTADUAL



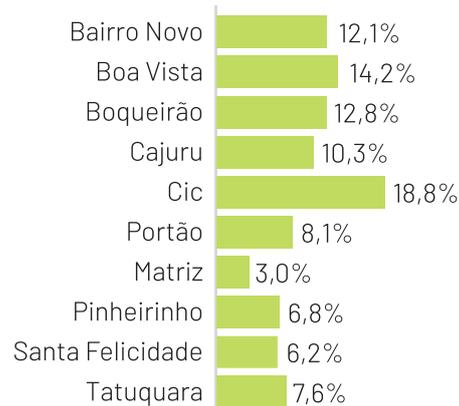
Fonte: SME, 2016.

3.10 ALIMENTAÇÃO ESCOLAR²⁸

Sobre a alimentação escolar os dados apresentados primeiramente são das dietas restritas. É importante observar que quase 1% (0,8%) dos matriculados tem alguma restrição alimentar, e este percentual é muito maior no CIC, 2,2%.

Tabela 3.10.1: Dieta restrita por regional em relação aos matriculados na Rede Municipal de Ensino de Curitiba

	Regional	Quant.	(%) Total	Matriculados	(%) Matriculados
1	Bairro Novo	132	12,1%	18.581	0,7%
2	Boa Vista	155	14,2%	18.669	0,8%
3	Boqueirão	140	12,8%	14.749	0,9%
4	Cajuru	112	10,3%	17.732	0,6%
5	CIC	205	18,8%	9.454	2,2%
6	Portão	88	8,1%	24.476	0,4%
7	Matriz	33	3,0%	3.672	0,9%
8	Pinheirinho	74	6,8%	11.235	0,7%
9	Santa Felicidade	68	6,2%	10.305	0,7%
10	Tatuquara	83	7,6%	14.315	0,6%
	Total	1.090	100,0%	143.188	0,8%

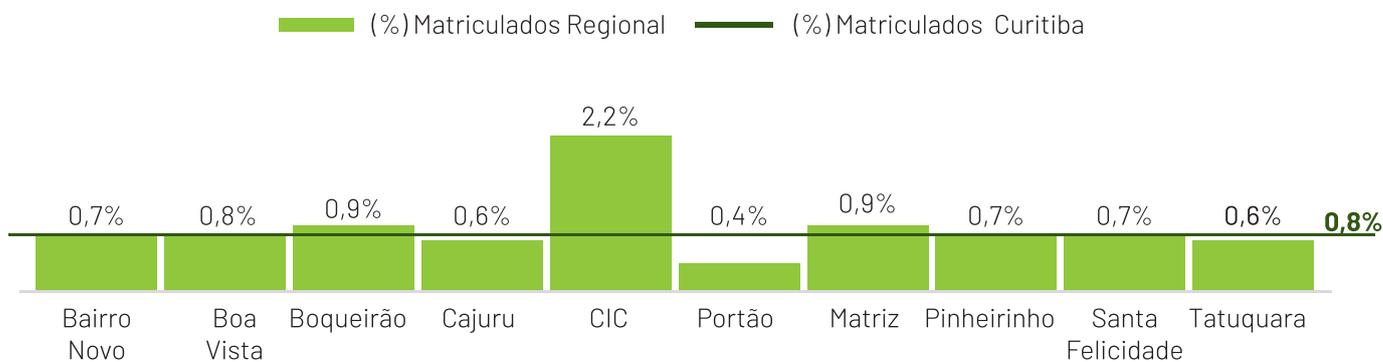


Fonte: SEED, 2016.

Nota: A informação de dieta restrita foi informada apenas pela RME.

²⁷ Sugere-se a revisão deste número para validar o percentual. A base informada foi muito superficial o que pode ocasionar a apresentação errada da informação.

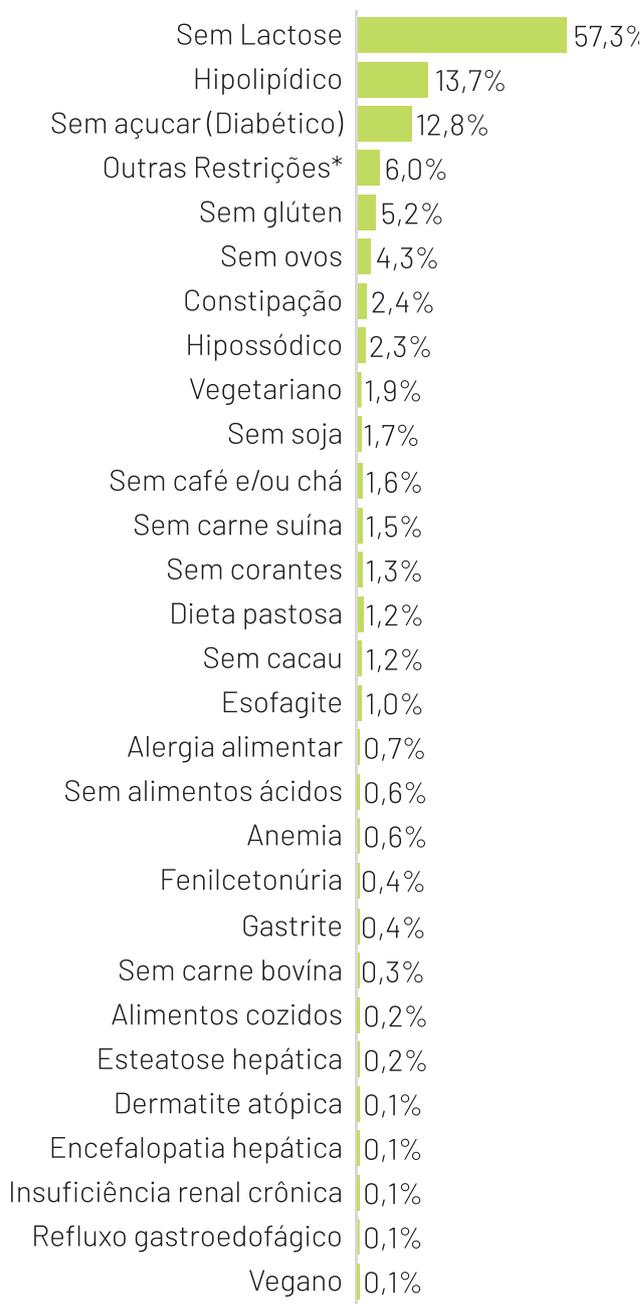
²⁸ Foi disponibilizado pela SME o total de refeições servidas em 2016 (RME e entidades filantrópicas) por modalidade de ensino (creche, ensino fundamental, educação integral, etc.), porém este total gerou uma estatística adequada de refeições/educando/dia, por este motivo optou-se por não apresentar no relatório. Caso a SME tenha dados mais detalhados, podemos trabalhar com eles na revisão.



A dieta restrita mais incidente nos educandos é a sem lactose, atingindo 57,3% dos educandos com dieta restrita. Logo em seguida vem a dieta hipolipídica com 13,9%. Esta dieta se trata da restrição de gorduras na alimentação.

Tabela 3.10.2: Tipo de dieta restrita

Dieta especial	Quant.	(%)
Sem lactose	625	57,3%
Hipolipídica*	149	13,7%
Sem açúcar (Diabético)	140	12,8%
Outras restrições**	65	6,0%
Sem glúten	57	5,2%
Sem ovos	47	4,3%
Constipação	26	2,4%
Hipossódico	25	2,3%
Vegetariano	21	1,9%
Sem soja	19	1,7%
Sem café e/ou chá	17	1,6%
Sem carne suína	16	1,5%
Sem corantes	14	1,3%
Dieta pastosa	13	1,2%
Sem cacau	13	1,2%
Esofagite	11	1,0%
Alergia alimentar	8	0,7%
Sem alimentos ácidos	7	0,6%
Anemia	6	0,6%
Fenilcetonúria	4	0,4%
Gastrite	4	0,4%
Sem carne bovina	3	0,3%
Alimentos cozidos	2	0,2%
Esteatose hepática	2	0,2%
Dermatite atópica	1	0,1%
Encefalopatia hepática	1	0,1%
Insuficiência renal crônica	1	0,1%
Refluxo gastroesofágico	1	0,1%
Vegano	1	0,1%
Total	1.090	100,0%



Fonte: SEED, 2016.

Nota:

*Dieta com quantidades reduzidas de gorduras.

**São restrições a produtos, frutas e outros como amendoim, banana, etc.

3.11 BIBLIOTECAS ESCOLARES (FAROL DO SABER)²⁹

A Rede Municipal de Bibliotecas Escolares – RMBE, foi instituída por decreto em 2007 e está vinculada ao Departamento de Tecnologia Educacional – ETD da Secretaria Municipal da Educação – SME. A operacionalização e controle é de responsabilidade dos Núcleos Regionais. Atualmente existem 196 bibliotecas, sendo a maioria as escolares (76,0%), como mostra a tabela a seguir:

Tabela 3.11.1: Formação da Rede Municipal de Bibliotecas Escolares de Curitiba

Descrição	Quant.	(%)
Bibliotecas Escolares	149	76,0%
Faróis do Saber em Escolas	32	16,3%
Faróis do Saber em Praças	9	4,6%
Bibliotecas Temáticas	3	1,5%
Gibitecas	2	1,0%
Biblioteca Especializada em Educação	1	0,5%
Total	196	100,0%



Fonte: SME, 2016.

Nas Bibliotecas, o “agente de leitura” é o profissional da Educação que contribui para a formação de leitura de crianças, jovens e adultos, e articula com equipe pedagógico-administrativa e professores, projetos de incentivo à leitura.

A Rede Municipal de Escolas possuía no final de 2016 um total de 185 escolas, sendo que apenas 4 não contavam com bibliotecas³⁰, mas com acervo de livros, para pesquisa local, e em alguns casos, até se realiza o empréstimo domiciliar.

Alguns números das RMBE:

Quadro 4: Informações quantitativas sobre a RMBE

Fonte: SMS, 2016.

29 Todas as informações deste item foram retiradas do Relatório da Rede Municipal de Bibliotecas Escolares de Curitiba da Gestão 2013/2016.

30 Escola Municipal Ali Bark, Escola Municipal Elevir Dionísio, Escola Municipal Arapongas e Escola Municipal Jardim Santo Inácio (SME, 2016).

Na sociedade contemporânea, a leitura, seja ela na escola, na vida profissional ou em atividades de lazer e cultura, assume um papel fundamental na promoção do desenvolvimento educacional, cultural, político e, conseqüentemente, econômico nesta sociedade. Contudo, busca-se refletir sobre a forma de incentivar e motivar as pessoas, em especial as crianças, para a leitura, que ainda não criaram esse hábito tão impulsionado dentro do contexto do desenvolvimento humano, entendendo que, os locais físicos de acesso a esse tipo de serviço (bibliotecas e espaços de leitura) são essenciais.

No Volume 1 deste diagnóstico mostrou-se com a pesquisa de percepção³¹ que as crianças (86%) ainda são, se comprada com os adolescentes (54%) e jovens (57%), as que mais leem. Então, além de atingir 1005 das crianças com a leitura, se faz necessário uma forma de manter o hábito nas fases seguintes, sabendo-se dos benefícios que tal hábito traz para a vida destes.

3.12 PROJETOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

Atividades extraclases, extracurriculares e projetos educacionais, em horários diferenciados ao da educação formal, influenciam diretamente o aprendizado dos educandos, na sua socialização e na convivência comunitária. Ações orientadas e planejadas para possibilitar a criança e ao adolescente, uma exploração maior dos ambientes externos, despertando a criatividade, estimulando a busca pelo conhecimento, e acima de tudo desenvolvendo habilidades em diversas áreas como a Linguística (Ex. leitura, contação de história), lógico-matemática (xadrez), corporal-cinestésica (futebol, tênis), interpessoal (teatro, dança), naturalística (meio ambiente), musical dentre outras.

Apesar de inúmeras teorias a respeito dos métodos mais eficientes o desenvolvimento social e intelectual de uma criança, sabemos que não existe uma resposta definitiva para o melhor método, no entanto é certo que a implementação de atividades extraclasse auxiliam (e muito) na consolidação de tais habilidades e influenciam diretamente na vida de cada um dos que participam.

No Plano Municipal de Educação, uma das estratégias (2.21) muito bem abordadas, refere-se a oferta de atividades extracurriculares de incentivo aos educandos e de estímulo a habilidades, como uma das formas de atenção a meta 02, de universalizar o ensino fundamental.

³¹ Pesquisa quantitativa amostral realizadas com crianças de 10 a 11 anos, adolescentes (12 a 17 anos) e jovens (18 a 21 anos). Para mais detalhes metodológicos ver Volume 1 deste diagnóstico.

Ainda no PME, aliado a meta da Educação Integral, as atividades no contraturno figuram como fundamentais para alcance dos objetivos de uma educação de qualidade, com ampliação dos conhecimentos curriculares e desenvolvimento integral:

6.19. Elaborar currículos escolares para a educação integral, prevendo por meio de eixos, programas, práticas específicas entre outros o contraturno num trabalho que congregue, amplie e aprofunde os conhecimentos escolares dos componentes curriculares do turno na concepção da formação humana integral. (CURITIBA, 2015)

Nessa direção, Curitiba apresentar inúmeros projetos educacionais no contraturno, que além de contribuir com a formação escolar, cultural e cidadania das crianças e dos jovens, certamente diminuir a exposição dessas crianças e adolescentes a situações consideradas de risco social, que com certeza, para além do pedagógico, esse é um dos pontos fundamentais das atividades de contraturno escolar.

Nessa perspectiva, que vai além da educação, cultura ou esporte para os educandos da rede, Curitiba se propõe a promover uma escola ampla, como espaço alternativo para o desenvolvimento de atividades de formação, cultura, esporte, lazer para os educandos e também para a sua comunidade. Abrir os portões de um ambiente escolar, não se restringe a indicadores clássicos educacionais, desconstruindo a ideia que a escola serve apenas para ampliar o conhecimento intelectual, por meio da aprendizagem formal abrir os portões é acolher uma escola diferente, ampla, que se propõe a uma formação integral para além das salas de aula e dos educandos, se mostrando parte da comunidade e abrindo espaços para ela nessa construção social, onde também tem educação, cultura, esporte, lazer e muita socialização.

3.12.1 PROJETOS EDUCACIONAIS E COMUNIDADE ESCOLA

A SME possui duas frentes de projetos realizados nas escolas, e uma delas é chamada de “Comunidade Escola”, o qual é um o programa que mantém as escolas da RME de Curitiba abertas para a comunidade, aos finais de semana (Das 9 às 17 horas), num compromisso com a continuidade, o aperfeiçoamento e as mudanças nas áreas de atendimento a demandas sociais, abrangendo o combate à violência, a ação social, a segurança ali-mentar, a educação infantil e o ensino fundamental, a cultura e o esporte e lazer.

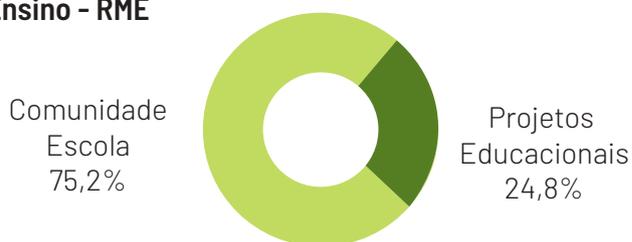
Lançado em 2005, tem se consolidado como importante política de desenvolvimento social do município, promovendo as escolas municipais como espaços abertos de conhecimento e irradiação da vida da comunidade, ampliando a diversidade das ações e o tempo de utilização dessas escolas. O programa possibilita à comunidade o acesso gratuito a atividades socioeducativas de qualidade, promovidas por instituições da sociedade civil organizada de Curitiba, por voluntários e pela Prefeitura Municipal de Curitiba e coordenadas pela Secretaria Municipal da Educação.

A outra frente são os Projetos Educacionais, com os mesmos objetivos, porém realizados internamente para os educandos da RME. No total foram 920.557 atendimentos de educandos da RME, sendo que em 86,1% dos casos os projetos eram da Comunidade Escola.

Tabela 3.12.1.1: Projetos realizados na Rede Municipal de Ensino - RME

Diretoria	Atendimentos	(%)
Comunidade Escola	792.429	86,1%
Projetos Educacionais	128.128	13,9%
Total	920.557	100,0%

Fonte: SME, 2016.

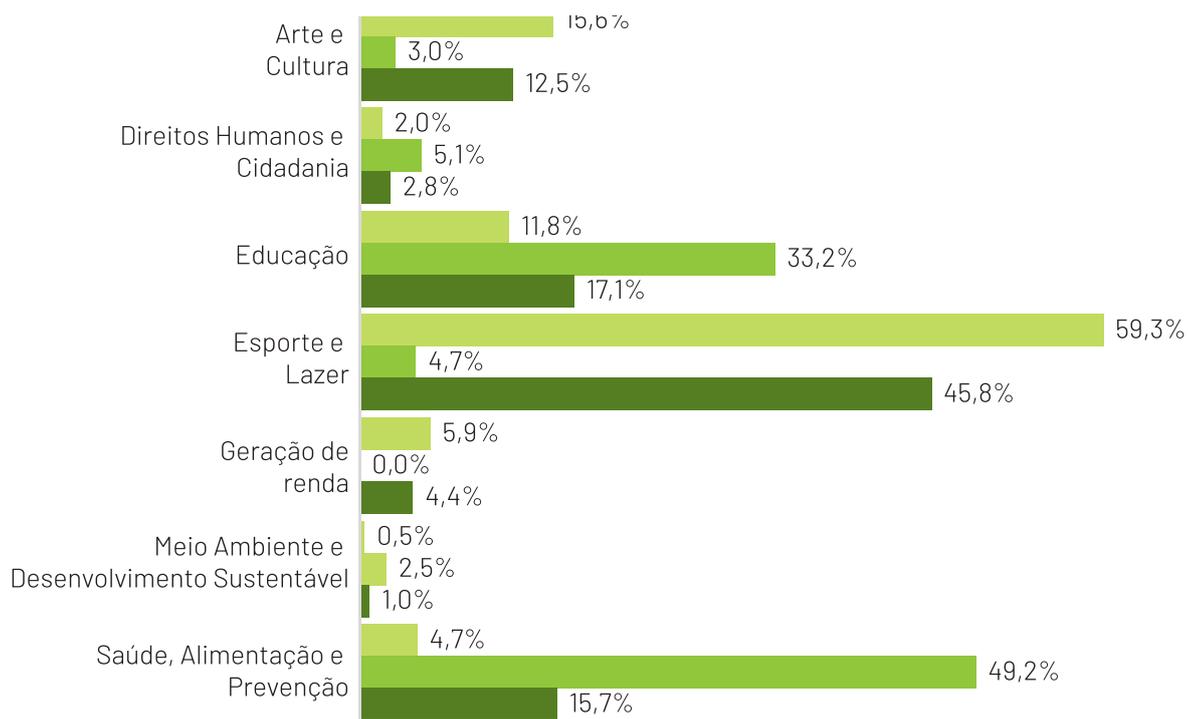


Os projetos na educação são divididos nos grupos: Arte e Cultura; Direitos Humanos e Cidadania; Educação; Esporte e Lazer; Geração de renda; Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Saúde, Alimentação e Prevenção; e, Tecnologias Educacionais. Do total de projetos realizados 55,4% dos educandos foram impactados com os projetos da área de Esporte e Lazer. Os projetos educacionais têm o seu foco de atuação na educação (71,6%), e os projetos da comunidade escola, o foco está no Esporte e Lazer, 62,7%.

Tabela 3.12.1.2: Projetos Arte e Cultura realizados na Rede Municipal de Ensino - RME

Categoria	Comunidade Escola		Projetos Educacionais		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Arte e Cultura	130.563	16,5%	8.308	6,5%	138.871	15,1%
Direitos Humanos e Cidadania	12.613	1,6%	4.403	3,4%	17.016	1,8%
Educação	98.175	12,4%	91.686	71,6%	189.861	20,6%
Esporte e Lazer	496.628	62,7%	12.940	10,1%	509.568	55,4%
Geração de renda	49.259	6,2%	-	0,0%	49.259	5,4%
Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	4.353	0,5%	6.767	5,3%	11.120	1,2%
Saúde, Alimentação e Prevenção	838	0,1%	4.024	3,1%	4.862	0,5%
Total	792.429	100,0%	128.128	100,0%	920.557	100,0%

Fonte: SME, 2016.



Os projetos na área de Arte e Cultura atingem principalmente os matriculados na Regional Tatuquara: cada criança ou adolescente matriculado na RME desta regional tem acesso em média a 2,4 projetos. Enquanto a média do município é um projeto por educando. Os três projetos com mais educandos que participaram são: Dança (9,0%); Desenho (7,3%); e, Contação de história (6,2%).

Tabela 3.12.1.3: Projetos de Arte e Cultura realizados na Rede Municipal de Ensino – RME por Regional

	Regional	Vagas Projetos	(%)	Matriculados	Média
1	Bairro Novo	20.468	14,7%	18.346	1,1
2	Boa Vista	15.562	11,2%	18.631	0,8
3	Boqueirão	13.551	9,7%	14.733	0,9
4	Cajuru	13.688	9,8%	17.673	0,8
5	CIC	11.155	8,0%	24.448	0,5
6	Portão	4.463	3,2%	9.309	0,5
7	Matriz	642	0,5%	3.628	0,2
8	Pinheirinho	5.660	4,1%	11.229	0,5
9	Santa Felicidade	16.584	11,9%	10.300	1,6
10	Tatuquara	33.759	24,3%	14.196	2,4
	Outros municípios da RM	3.616	2,6%	-	-
	Total	139.148	100,0%	142.493	1,0

Fonte: SME, 2016.

Nota: A média apresentada foi calculada em cima dos educandos impactados com os projetos sobre o total de matriculados, sabendo-se que um educando por ter acesso a vários projetos e outro educando a nenhum projeto.

Dança (9,0%)

Desenho (7,3%)

Contação de história (6,2%)

Na área de direitos humanos e cidadania os projetos desenvolvidos aqui citados atingiram 30.761 educandos dos 142.493 matriculados em 2016 (21,6%), porém este é um tema tratado de forma transversal aos conteúdos curriculares, o que faz que 100% dos educandos, sejam em algum momento, impactados pela temática. A SME desenvolve ações de educação em direitos humanos em todas as unidades educacionais, o que se dá de forma continuada, com planejamento específico de cada unidade. Além de que, estão instituídas comissões de educação em direitos humanos, com representatividade de profissionais e comunidade.

Dos projetos específicos aqui tratados na área de Direitos Humanos e Cidadania os três principais são: “Um por todos, todos por um” (26,3%); Roda de Conversa (17,1%); e, Mobilização de Pessoas (10,2%).

Tabela 3.12.1.4: Projeto de Direitos Humanos e Cidadania realizados na Rede Municipal de Ensino – RME por Regional

	Regional	Quant.	(%)	Matriculados	Média
1	Bairro Novo	6.861	22,3%	18.346	0,4
2	Boa Vista	1.614	5,2%	18.631	0,1
3	Boqueirão	1.261	4,1%	14.733	0,1
4	Cajuru	4.835	15,7%	17.673	0,3
5	CIC	2.623	8,5%	24.448	0,1
6	Portão	1.923	6,3%	9.309	0,2
7	Matriz	349	1,1%	3.628	0,1
8	Pinheirinho	2.522	8,2%	11.229	0,2
9	Santa Felicidade	5.364	17,4%	10.300	0,5
10	Tatuquara	3.165	10,3%	14.196	0,2
	Outros municípios da RM	244	0,8%	-	-
	Total	30.761	100,0%	142.493	0,2

Fonte: SME, 2016.

Nota: A média apresentada foi calculada em cima dos educandos impactados com os projetos sobre o total de matriculados, sabendo-se que um educando por ter acesso a vários projetos e outro educando a nenhum projeto.

“Um por todos, todos por um” (26,3%)

Roda de Conversa (17,1%)

Mobilização de pessoas (10,2%)

Na educação, novamente a Regional Tatuquara tem mais projetos em média por educando, 3,5. Enquanto Curitiba a média é de 1,3. Os três projetos com mais educandos que participaram são: Ler e pensar (44,8%); Informática (19,3%); e, Cantinho da Leitura (8,7%).

Tabela 3.12.1.5: Projetos de Educação realizados na Rede Municipal de Ensino – RME por Regional

	Regional	Quant.	(%)	Matriculados	Média
1	Bairro Novo	17.285	9,1%	18.346	0,9
2	Boa Vista	16.179	8,5%	18.631	0,9
3	Boqueirão	18.022	9,4%	14.733	1,2
4	Cajuru	24.500	12,8%	17.673	1,4
5	CIC	27.257	14,3%	24.448	1,1
6	Portão	11.275	5,9%	9.309	1,2
7	Matriz	3.835	2,0%	3.628	1,1
8	Pinheirinho	8.702	4,6%	11.229	0,8
9	Santa Felicidade	14.019	7,3%	10.300	1,4
10	Tatuquara	49.298	25,8%	14.196	3,5
	Outros municípios da RM	537	0,3%	-	-
	Total	190.909	100,0%	142.493	1,3

Fonte: SME, 2016.

Nota: A média apresentada foi calculada em cima dos educandos impactados com os projetos sobre o total de matriculados, sabendo-se que um educando por ter acesso a vários projetos e outro educando a nenhum projeto.

Ler e pensar (44,8%)

Informática (19,3%)

Cantinho da Leitura (8,7%)

No esporte e Lazer não é diferente, a Regional Tatuquara em 4 vezes mais projetos por educando do que as outras regionais, enquanto em média um educando tem acesso a 12 projetos, a Regional Boa Vista um educando tem acesso a 3,5 projetos. Os três projetos com mais educandos que participaram são: Tênis de Mesa/Ping Pong (11,7%); Jogos Intelectivos (8,8%); e, Futsal (6,9%).

Tabela 3.12.1.6: Projetos de Esporte e Lazer realizados na Rede Municipal de Ensino – RME por Regional

Regional	Quant.	(%)	Matriculados	Média
1 Bairro Novo	57.534	11,3%	18.346	3,1
2 Boa Vista	64.703	12,7%	18.631	3,5
3 Boqueirão	44.509	8,7%	14.733	3,0
4 Cajuru	53.136	10,4%	17.673	3,0
5 CIC	53.826	10,6%	24.448	2,2
6 Portão	13.291	2,6%	9.309	1,4
7 Matriz	2.248	0,4%	3.628	0,6
8 Pinheirinho	9.000	1,8%	11.229	0,8
9 Santa Felicidade	32.779	6,4%	10.300	3,2
10 Tatuquara	169.923	33,3%	14.196	12,0
Outros municípios da RM	8.619	1,7%	-	-
Total	509.568	100,0%	142.493	3,6

Fonte: SME, 2016.

Nota: A média apresentada foi calculada em cima dos educandos impactados com os projetos sobre o total de matriculados, sabendo-se que um educando por ter acesso a vários projetos e outro educando a nenhum projeto.

**Tênis de Mesa /
Ping Pong (11,7%)**

**Jogos Intelectivos
(8,8%)**

**Futsal
(6,9%)**

Na geração de renda novamente a Regional Tatuquara teve mais acesso, em média um projeto por educando, e os três projetos com mais educandos que participaram são: Artesanato (32,4%); Fuxico (11,5%); e, Crochê (11,1%).

Tabela 3.12.1.7: Projetos de Geração de renda realizados na Rede Municipal de Ensino – RME por Regional

Regional	Quant.	(%)	Matriculados	Média
1 Bairro Novo	4.774	9,7%	18.346	0,3
2 Boa Vista	2.289	4,6%	18.631	0,1
3 Boqueirão	851	1,7%	14.733	0,1
4 Cajuru	8.796	17,8%	17.673	0,5
5 CIC	4.230	8,6%	24.448	0,2
6 Portão	4.460	9,0%	9.309	0,5
7 Matriz	57	0,1%	3.628	0,0
8 Pinheirinho	3.974	8,0%	11.229	0,4
9 Santa Felicidade	4.280	8,7%	10.300	0,4
10 Tatuquara	15.459	31,3%	14.196	1,1
Outros municípios da RM	213	0,4%	-	-
Total	49.383	100,0%	142.493	0,3

Fonte: SME, 2016.

Na questão ambiental, foram ofertados poucos projetos em toda a RME, apenas 11.120 educandos forma impactados, 7,8% do total de matriculados. Os três projetos com mais educandos que participaram são: Educação Ambiental (38,0%); Guarda rios (34,3%); e, GMM - Guarda Municipal Mirim (18,0%).

Tabela 3.12.1.8: Projetos de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável realizados na Rede Municipal de Ensino – RME por Regional

	Regional	Quant.	(%)	Matriculados	Média
1	Bairro Novo	1.785	16,1%	18.346	0,1
2	Boa Vista	115	1,0%	18.631	0,0
3	Boqueirão	2.885	25,9%	14.733	0,2
4	Cajuru	761	6,8%	17.673	0,0
5	CIC	1.102	9,9%	24.448	0,0
6	Portão	1.408	12,7%	9.309	0,2
7	Matriz	170	1,5%	3.628	0,0
8	Pinheirinho	849	7,6%	11.229	0,1
9	Santa Felicidade	1.211	10,9%	10.300	0,1
10	Tatuquara	798	7,2%	14.196	0,1
	Outros municípios da RM	36	0,3%	-	-
Total		11.120	100,0%	142.493	0,1

Fonte: SME, 2016.

Nota: A média apresentada foi calculada em cima dos educandos impactados com os projetos sobre o total de matriculados, sabendo-se que um educando por ter acesso a vários projetos e outro educando a nenhum projeto.

**Educação Ambiental
(38,0%)**

**Guarda rios
(34,3%)**

**GMM - Guarda
Municipal Mirim (18,0%)**

Os projetos da Saúde, apesar de já apresentados no Volume IV deste diagnóstico, novamente são abordados neste produto por fazerem parte da atuação da SME. Neste tema a Regional Matriz e a Regional Santa Felicidade são as que mais tem projetos por educando matriculado, 1,8. As Regionais Tatuquara e Boa Vista são as que menos tem projetos desenvolvidos neste tema pela RME. Os três projetos com mais educandos que participaram são: PSE - Programa Saúde na Escola (38,5%); CPP - Conhecer Para Prevenir (37,9%); e, Saúde (4,5%).

Tabela 3.12.1.9: Número de educandos participantes dos projetos da saúde realizados na Rede Municipal de Ensino – RME por Regional

	Regional	Quant.	(%)	Matriculados	Média
1	Bairro Novo	15.181	8,7%	18.346	0,8
2	Boa Vista	1.456	0,8%	18.631	0,1
3	Boqueirão	23.802	13,6%	14.733	1,6
4	Cajuru	32.952	18,8%	17.673	1,9
5	CIC	38.738	22,1%	24.448	1,6
6	Portão	13.533	7,7%	9.309	1,5
7	Matriz	6.543	3,7%	3.628	1,8
8	Pinheirinho	16.695	9,5%	11.229	1,5
9	Santa Felicidade	18.699	10,7%	10.300	1,8
10	Tatuquara	7.143	4,1%	14.196	0,5
	Outros municípios da RM	452	0,3%	-	-
	Total	175.194	100,0%	142.493	1,2

Fonte: SME, 2016.

Nota: A média apresentada foi calculada em cima dos educandos impactados com os projetos sobre o total de matriculados, sabendo-se que um educando por ter acesso a vários projetos e outro educando a nenhum projeto.

PSE - Programa Saúde na Escola (38,5%)

CPP - Conhecer para Prevenir (37,9%)

Saúde (4,5%)

As tecnologias educacionais também foram pouco trabalhadas em 2016, apenas 7.164 educandos impactados com este tipo de projeto (5,0%). Os três projetos com mais educandos que participaram são: “Extra, extra!” (32,1%); Educação integrada (14,9%); e, Rádio escola (13,7%).

Tabela 3.12.1.10: Projetos de Tecnologias Educacionais realizados na Rede Municipal de Ensino – RME por Regional

	Regional	Quant.	(%)	Matriculados	Média
1	Bairro Novo	1.348	18,8%	18.346	0,1
2	Boa Vista	1.948	27,2%	18.631	0,1
3	Boqueirão	991	13,8%	14.733	0,1
4	Cajuru	656	9,2%	17.673	0,0
5	CIC	504	7,0%	24.448	0,0
6	Portão	653	9,1%	9.309	0,1
7	Matriz	240	3,4%	3.628	0,1
8	Pinheirinho	118	1,6%	11.229	0,0
9	Santa Felicidade	276	3,9%	10.300	0,0
10	Tatuquara	430	6,0%	14.196	0,0
	Total	7.164	100,0%	142.493	0,1

Fonte: SME, 2016.

Nota: A média apresentada foi calculada em cima dos educandos impactados com os projetos sobre o total de matriculados, sabendo-se que um educando por ter acesso a vários projetos e outro educando a nenhum projeto.

“Extra, extra!” (32,1%)

Educação integrada (14,9%)

Radioescola (13,7%)

3.12.2 PROJETO EQUIDADE NA EDUCAÇÃO

Implantado em 2015 com o objetivo de propiciar às escolas da RME trajetórias mais equânimes, qualificando o atendimento e contribuindo para a construção da “Boa Escola”, o Projeto Equidade chega ao final de 2016 sinalizando a assertividade das ações e trazendo consigo o desafio da continuidade. O Projeto Equidade, iniciado com 47 escolas, incorpora em 2016 a Escola Municipal de Educação Integral Noely Simone de Avila, passando atender 48 das 185 escolas da RME.

Superada a fase inicial de diagnóstico e mobilização conceitual (2015), as atenções do segundo ano de desenvolvimento do projeto foram voltadas para três frentes de trabalho: (1) a consolidação do princípio da equidade em todas as ações, segmentos e espaços da escola e da Secretaria Municipal da Educação – SME; (2) o investimento na formação continuada dos(as) gestores(as) e professores(as); (3) a formalização e acompanhamento pedagógico das ações do Apoio Pedagógico. Na SME, as ações em prol do Projeto Equidade foram fortalecidas com a criação da Comissão Intersetorial, perpassando todos os departamentos e coordenadorias.

A comissão, designada pela Portaria 13/2016, tem como competência articular e coordenar, nos respectivos setores, departamentos e/ou coordenadorias, ações que contribuam para a consolidação das metas propostas pelas escolas municipais que participam do Projeto Equidade, bem como socializar, com os profissionais dos respectivos setores, as atividades advindas do Projeto. A partir da instauração, a comissão se reuniu mensalmente, tendo como pauta permanente a apresentação das ações desenvolvidas pelos setores em prol do desenvolvimento do Projeto Equidade e da consolidação do princípio da equidade como norteador das ações dos diferentes segmentos, mostrados no quadro a seguir:

Quadro 5: Segmentos do Projeto Equidade da Secretaria Municipal da Educação

SEGMENTOS DO PROJETO EQUIDADE	DESCRIÇÃO
<p>COORDENADORIA DE POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA JOVENS E ADULTOS – COPEJA</p>	<p>Uma das variáveis utilizadas na média <i>cluster</i> que definiu as escolas participantes do projeto Equidade foi o índice de analfabetismo no entorno da comunidade escolar, por isso as políticas educacionais voltadas ao retorno de jovens, adultos e idosos à escolarização formal é uma das ações prioritárias da SME/COPEJA. Das 61 escolas que ofertam a EJA, 26 participam do Projeto Equidade e, em 4 unidades, funciona o CENTRO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – CEREJA. O CEREJA é um projeto que visa ampliar a estrutura da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e possibilitar maior acesso à escolarização. O diferencial na proposta do CEREJA está na inserção das salas de acolhimento. Esse espaço, destinado a crianças de 0 a 9 anos e 11 meses, promove a permanência dos(as) educandos nas turmas, tendo em vista que permite que eles(as) deixem seus(suas) filhos(as) sob cuidados de um educador enquanto estudam.</p>
<p>COORDENADORIA DE ATENDIMENTO ÀS NECESSIDADES ESPECIAIS – CANE</p>	<p>A CANE, em respeito aos preceitos legais da Educação Especial e na perspectiva de ofertar serviços e programas de qualidade aos(as) educandos(as) com necessidades educacionais específicas, possui equipe especializada para o acompanhamento destes nas turmas do ensino comum e/ou serviços e programas especializados, primando assim pelo direito ao acesso, à permanência e à garantia da qualidade de ensino. Atende 261 educandos em inclusão nas unidades que compõem o Projeto Equidade, onde as profissionais realizam visitas <i>in loco</i>, mediando situações pedagógicas com a implementação de práticas específicas quanto às necessidades de cada educando. Oferta atendimento a 153 educandos de 27 escolas do Projeto Equidade em contraturno escolar, com o trabalho desenvolvido nas Salas de Recursos Multifuncionais.</p>
<p>DEPARTAMENTO DE TECNOLOGIA E DIFUSÃO EDUCACIONAL – ETD</p>	<p>EDUCULTURA – Ampliação Cultural: Ao longo do ano, 13.772 educandos matriculados nas escolas do Projeto Equidade participaram de 153 atividades artísticas que, por meio de diferentes linguagens, possibilitaram a ampliação do repertório cultural, parceria consolidada com os profissionais da Fundação Cultural de Curitiba – FCC e de outras instituições da cidade.</p> <p>Gerência de Bibliotecas e Faróis do Saber: A biblioteca escolar, entendida como centro de recursos informacionais, integrou-se ao planejamento pedagógico da escola com o objetivo de mediar e incentivar a leitura, a pesquisa e a difusão cultural. Promoveu o contato com os saberes e proporcionou ações intencionais, envolvendo de forma integrada e sistematizada a literatura como elemento fundamental, articulando-a com diferentes linguagens artísticas. Nas escolas do Projeto Equidade, as ações dos profissionais da Gerência de Bibliotecas e Faróis do Saber foram fundamentais para despertar o hábito da leitura, ampliando o repertório e a qualidade do vocabulário, contribuindo consequentemente para a melhoria dos resultados em Língua Portuguesa.</p>
<p>DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA</p>	<p>Em 2016 as 48 escolas participantes do Projeto Equidade obtiveram do departamento de Logística uma atenção especial no que tange ao repasse de recursos materiais e financeiros. Cada gerência destinou um percentual diferenciado para atender as unidades e educandos participantes do projeto. Essas ações são mais uma das formas de reconhecer as necessidades das escolas em maior situação de vulnerabilidade social e a elas disponibilizar recursos que ajudem a elevar a qualidade dos serviços ofertados.</p>
<p>COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO INTEGRADA – CEDIN</p>	<p>O trabalho da Coordenadoria de Educação Integrada está fundamentado na concepção de formação integral do ser humano e, nessa perspectiva, propõe o desenvolvimento de ações voltadas ao processo de ensino-aprendizagem, por meio da ampliação do tempo, do acesso a diferentes experiências e/ou ambientes educativos. Alguns projetos desenvolvidos são o do Xadrez, Leões do Vôlei, Jornal Impresso, Canto Coral, Flauta doce e percussão, Judô, Robótica, Tênis, Coro e Orquestra, Fanfarra e Atletismo. Desenvolve ainda o Projeto Ler e Pensar, que além da formação <i>online</i>, os professores participaram da oficina Mídia na Prática – Ler e Pensar. A participação das escolas no projeto favorece a consolidação da meta 14 “aumentar a proficiência em Língua Portuguesa, por meio de metodologias diferenciadas que estimulem a leitura e a escrita”, indicada por várias escolas no seu plano de ação.</p>

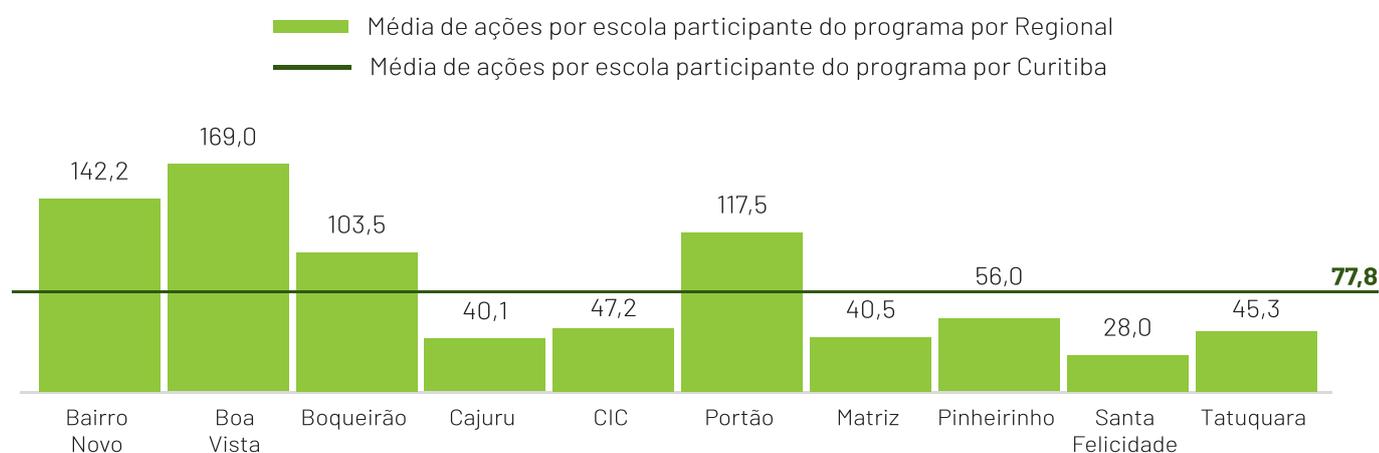
Os acompanhamentos realizados ao longo do ano de 2016 demonstram a importância da aproximação das diferentes instâncias da SME com as unidades integrantes do Projeto Equidade. As informações contidas nos gráficos abaixo correspondem às ações desenvolvidas, respeitando as singularidades e especificidades de cada Núcleo Regional de Educação – NRE. As escolas de algumas regionais tiveram em média muito mais ações, como é o caso das escolas da Regional Boa Vista e Bairro Novo, do que em outras, como a Regional Santa Felicidade, Matriz e Cajuru por exemplo.

Tabela 3.12.2.1: Média de ações realizadas por escola inserida no Programa Equidade na Rede Municipal de Ensino – RME

	Regional	Escolas	Total de Ações	Média de ações
1	Bairro Novo	6	853	142,2
2	Boa Vista	6	1.014	169,0
3	Boqueirão	2	207	103,5
4	Cajuru	8	321	40,1
5	CIC	11	519	47,2
6	Portão	2	235	117,5
7	Matriz	2	81	40,5
8	Pinheirinho	2	112	56,0
9	Santa Felicidade	1	28	28,0
10	Tatuquara	8	362	45,3
	Total	48	3.732	77,8

Fonte: SME, 2016.

Nota: Informações retiradas do Relatório da SME (Equidade na Educação 2016).



A intensificação e a ampliação dos acompanhamentos e das ações pedagógicas compartilhadas *in loco* nas unidades escolares promoveram o estreitamento das relações de trabalho entre a equipe gestora, professores(as) e funcionário(as), unificando o trabalho em prol da consolidação das metas planejadas. Em 2015 foram realizadas 2.333 visitas, e em 2016, 3.737, um aumento de 60,2%.

Em 2016, a Secretaria Municipal da Educação manteve o compromisso assumido na ocasião da implantação do Projeto e liberou um profissional a mais por turno de trabalho, em cada uma das 48 unidades participantes do projeto.

Ao ofertar o Projeto de Apoio Pedagógico, a escola assume o compromisso com a garantia do resgate do direito à aprendizagem dos(as) educandos(as) com maiores dificuldades nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e/ou Matemática. Durante o período de março a dezembro de 2016, 5.747 educandos foram atendidos no Apoio Pedagógico, destes, 961 foram incluídos ao longo do ano.

Além das atividades e projetos apresentados, o Projeto Equidade contempla a formação continuada, como forma de garantir melhor qualificação profissional, incentivando a participação em cursos de formação continuada e verificando a efetivação dos ensinamentos na prática. Por isso, ao longo do ano de 2016, o Departamento de Ensino Fundamental, por meio do Programa de Formação Integrada (PROFI) e por ações específicas da coordenação do Projeto Equidade, ofertou aos(às) profissionais das 48 escolas oportunidades de participação em cursos, palestras e seminários.

Outra meta do projeto correspondia as parcerias com as áreas da saúde, ação social, esporte e lazer, instituições de ensino superior e trabalho e emprego. Em 2016 foi acordado com as instituições parceiras QUIRON (Escola Alemã de Curitiba e Consulado da Áustria, Instituto Triunfo, Referência Rent a Car, Advogados Gaia, Silva, Gaede & Associados, ISAE/FGV, Cátedra Ozires Silva, IGRPCOM), UTFPR e PUC/PR, entre outras, que as ações a serem desenvolvidas nas unidades do Projeto deveriam contemplar as metas planejadas pelas equipes das escolas e contribuir para a consolidação do princípio da equidade, respeitando as singularidades de cada unidade.

Outro foco de investimento que as escolas participantes do Projeto Equidade mantiveram em 2016 foi a ausência escolar. A busca ativa e o acompanhamento pontual dos(as) educandos(as) com baixa frequência foram ações incorporadas à rotina das equipes administrativas e pedagógicas. Estratégias diferenciadas são adotadas, e bons resultados vão surgindo. Exemplos desse avanço são os dados apresentados pela Escola Municipal Senador Enéas Faria, no II Seminário de Avaliação do Projeto Equidade, realizado no mês de novembro, no qual compara o percentual de Fichas de Comunicação do Estudante Ausente (FICA) emitidos no 4º bimestre nos anos de 2014 (35%), 2015 (10%), e 2016 (5%), ficando claro a implicação do Projeto na redução de ausências dos educandos.

3.12.3 PROGRAMA CONHECER PARA PREVINIR – CPP

Além dos projetos já apresentado, na RME acontece o programa Conhecer Para Prevenir – CPP desde 2005, e, em 2015 foi sancionada a Lei Municipal 14.579, que dispõe sobre a implantação e manutenção deste programa em todas as instituições de ensino de Curitiba. Ele é coordenado, gerenciado e articulado pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil de Curitiba – COMPDEC, e realizado em ação conjunta com as Secretarias Municipais da Defesa Social e Trânsito – SMDST e Educação – SME.

No programa são desenvolvidas atividades educativas e de simulação a situações de desastre e pânico com os educandos e servidores, além disso capacita em Primeiros Socorros, Combate a Incêndio e Pânico.

As ações propostas de combate a incêndio, primeiros socorros e pânico são designadas às equipes formadas por servidores das unidades e as ações de abandono é formada por uma equipe de servidores que realiza simulações junto aos educandos. Assim possibilita-se aos equipamentos investimento em prevenção, maior segurança e informações necessárias para utilização de ferramentas e como agir diante de uma situação de risco a fim de zelar pela vida do cidadão.

Também são desenvolvidas ações educativas com os educandos, por meio do acesso às informações, para que o mesmo saiba como agir diante de uma situação de risco em sua unidade ou até mesmo em sua residência.

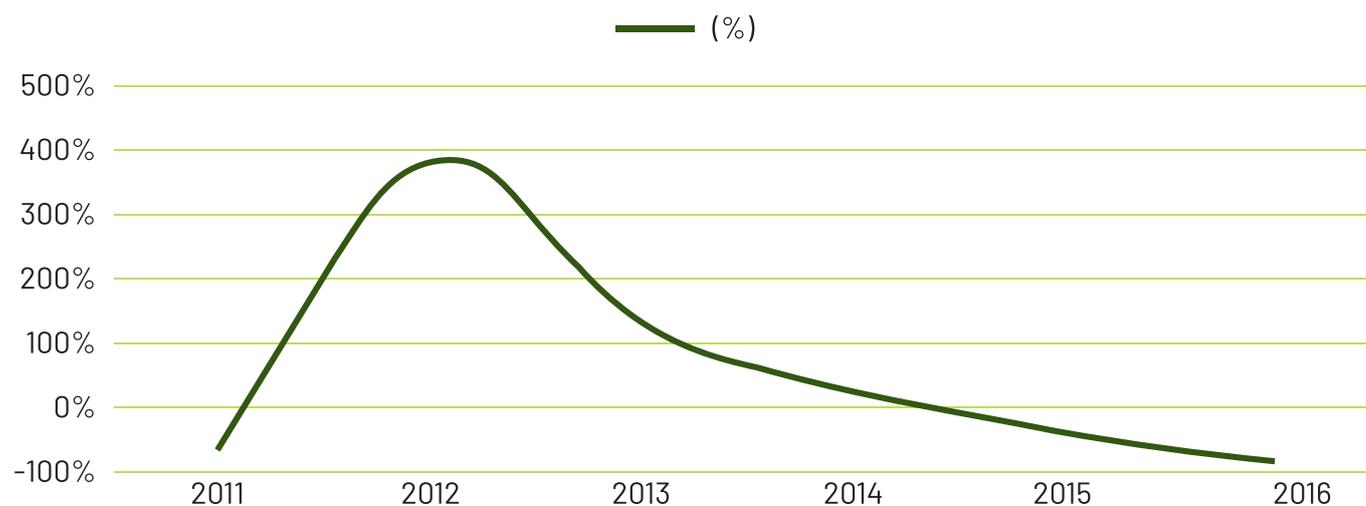
De 2005 até 2016 o programa já envolveu mais de 700 mil pessoas. A seguir a tabela mostra a evolução do programa de 2011 até 2016. Que apresenta bastante variação de um ano para o outro. As atividades mais estáveis (número de atendimentos próximos no decorrer dos anos) são unidades atendidas, servidores capacitados e exercícios simulados. As outras atividades têm grande variação, por exemplo em, 2013 foram distribuídas 17.000 cartilhas, em 2014 não foram distribuídas cartilhas. Assim acontece com as crianças orientadas, em 2013 foram orientadas 42.996 crianças, em 2016 apenas 5.057.

O programa tem uma finalidade muito importante, porém não apresenta constância. É necessário articular fluxos contínuos em ações como essa para atingir o objetivo principal que é o educar pelo zelo da vida.

Tabela 3.12.3.1: Evolução das unidades participantes do programa da Defesa Civil na Educação - Conhecer para Prevenir

Atividade	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Unidades atendidas	40	60	66	82	78	55
Cartilhas distribuídas	24.761	24.273	17.000	0	750	3.944
Crianças orientadas	6.641	6.231	42.996	35.555	20.756	5.057
Servidores orientados	650	950	11.488	2.590	2.133	956
Servidores capacitados	340	315	320	715	702	238
Exercícios simulados	604	844	1.108	1.436	1.748	870
Familiares envolvidos	7.880	67.517	121.086	182.242	105.321	14.582
Total de envolvidos por ano	15.171	74.698	175.570	220.387	128.210	16.867
(%)	-63%	392%	135%	26%	-42%	-87%

Fonte: COMDEC, 2016.



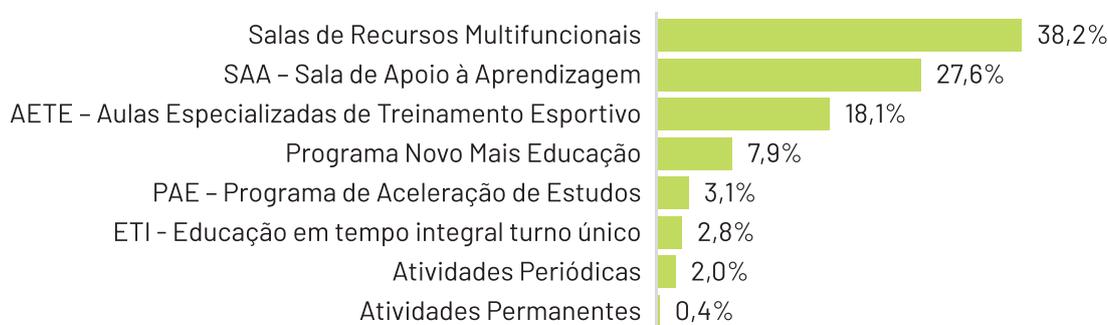
3.13 PROJETOS DA SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

A Secretaria Estadual de Educação disponibilizou a lista de serviços ofertados na Rede Estadual de Educação, por escola beneficiada. No total são 254 serviços, sendo 38,2% deles salas de recursos multifuncionais e 27,6% salas de apoio à aprendizagem.

Tabela 3.13.1: Serviços ofertados pela SEED nas escolas da Rede Estadual de Educação – REE

Serviço ofertado	Quant.	(%)
Salas de Recursos Multifuncionais	97	38,2%
SAA - Sala de Apoio à Aprendizagem	70	27,6%
AETE - Aulas Especializadas de Treinamento Esportivo	46	18,1%
Programa Novo Mais Educação	20	7,9%
PAE - Programa de Aceleração de Estudos	8	3,1%
ETI - Educação em tempo integral turno único	7	2,8%
Atividades Periódicas	5	2,0%
Atividades Permanentes	1	0,4%
Total	254	100,0%

Fonte: SEED, 2016.



O Quadro a seguir descreve os serviços ofertados:

Quadro 6: Serviços ofertados nas escolas Estaduais de Curitiba

NOME DO PROJETO	DESCRIÇÃO
PROGRAMA NOVO MAIS EDUCAÇÃO	O Programa Mais Educação (PNME), instituído pelo Ministério da Educação (MEC), constitui-se em uma estratégia indutora à implementação da Educação Integral no sistema de ensino, para ampliação de jornada escolar de, pelo menos, 7 horas diárias, por meio de atividades de Acompanhamento Pedagógico (Língua Portuguesa e Matemática) e Atividades Complementares no campo da Cultura e Arte, ou Esporte e Lazer.
ETI - EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL TURNO ÚNICO	A proposta de Educação em Tempo Integral - Turno Único (ETI) está organizada em uma Matriz Curricular, perfazendo uma jornada semanal de 45 horas de efetivo trabalho escolar e atividades pedagógicas. Por meio de um Currículo Integrado que contempla as disciplinas da Base Nacional Comum e as disciplinas da Parte Diversificada/Parte Flexível incluindo o Componente Curricular de caráter eletivo. A Parte Diversificada (Ensino Fundamental) ou a Parte Flexível (Ensino Médio) da Matriz Curricular constitui-se por disciplinas e componentes curriculares voltados ao enriquecimento e ao aprofundamento dos conteúdos escolares que são escolhidos e definidos com a comunidade escolar. Esta organização de ensino está articulada às disposições legais comuns à Educação Básica e às necessidades e peculiaridades do turno ampliado. É obrigatória a frequência diária dos educandos em todas as disciplinas/atividades da Matriz Curricular, cumprindo uma carga horária diária de 9 horas.
SAA - SALA DE APOIO À APRENDIZAGEM	O programa Sala de Apoio à Aprendizagem tem o objetivo de atender às dificuldades de aprendizagem de crianças que frequentam o 6.º ano do Ensino Fundamental. Esses educandos participam de aulas de Língua Portuguesa e Matemática no contraturno, que têm como finalidade trabalhar as dificuldades referentes à aquisição dos conteúdos nessas disciplinas. O programa é permanentemente avaliado pela Secretaria, procurando sempre seu melhor funcionamento e eficiência.
ATIVIDADES PERIÓDICAS E ATIVIDADES PERMANENTES	Com a necessidade de se ampliar tempos, espaços e oportunidades educativas para os educandos da rede estadual de ensino, a Secretaria de Estado da Educação instituiu o Programa de Atividade Complementar Curricular em Contraturno. O objetivo é o empoderamento educacional dos sujeitos envolvidos através do contato com os conhecimentos e os equipamentos sociais e culturais existentes na escola ou no território em que ela está situada. Esse programa constitui-se de atividades integradas ao Currículo Escolar, que oportunizam a aprendizagem e visam ampliar a formação do educando.
AETE - AULAS ESPECIALIZADAS DE TREINAMENTO ESPORTIVO	As Aulas Especializadas de Treinamento Esportivo (AETE) estão organizadas em modalidades coletivas e modalidades individuais, atendendo as fases de aprendizagem: a) Fase 1 - Iniciação (fundamentos básicos das modalidades esportivas); b) Fase 2 - Intermediária (aperfeiçoamento dos aspectos técnicos e táticos); c) Fase 3 - Avançada (aprofundamento dos aspectos técnicos e táticos). As modalidades individuais e/ou coletivas são escolhidas de acordo com o Regulamento dos Jogos Escolares do Paraná. Desse modo, cada instituição de ensino que oferta as AETE deve, obrigatoriamente, participar dos Jogos Escolares do Paraná.
PAE - PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DE ESTUDOS	O Programa de Aceleração de Estudos - PAE tem como objetivo corrigir a distorção idade/ano das(os) educandos do Ensino Fundamental - Anos Finais da rede pública estadual de educação do Paraná, possibilitando o acesso, a permanência e o sucesso dos educandos público-alvo deste programa. As turmas serão organizadas em dois níveis, sendo nível I para atender os educandos matriculados no 6º ano e nível II para atender as(os) educandos matriculados no 8º ano do Ensino Fundamental.
SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS	A Sala de Recursos Multifuncional é um espaço organizado com materiais didático-pedagógicos, equipamentos e profissional(is) especializado(s) onde é ofertado o atendimento educacional especializado que visa atender às necessidades educacionais dos educandos público-alvo da Educação Especial na Rede Pública de Ensino. Tem como objetivo apoiar o sistema educacional, no atendimento às necessidades educacionais especiais dos educandos matriculados na rede estadual de educação, que requeiram ampliação ou suplementação dos conteúdos escolares: SRM - deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos; SRM - Deficiência Visual; SRM Surdez; SRM - Altas Habilidades/Superdotação.

A tabela a seguir mostra os serviços ofertados por escolas estaduais existentes nas regionais. No serviço de salas de recursos multifuncionais, as Regionais Bairro Novo, Boa vista e Cajuru tem mais de 80% das suas escolas com esse serviço. Já as escolas das Regionais Tatuquara e Bairro Novo tem menos de 45% das suas escolas com este serviço.

Tabela 3.13.2: Serviços ofertados pela SEED por escola e Regional

Regional	Salas de Recursos Multifuncionais		Sala de Apoio à Aprendizagem SAA		Aulas Especializadas de Treinamento Esportivo - AETE		Programa Novo Mais Educação		Outros Serviços		Total de Escolas
	Quant.	(%) Escolas	Quant.	(%) Escolas	Quant.	(%) Escolas	Quant.	(%) Escolas	Quant.	(%) Escolas	
1 Bairro Novo	8	80,0%	8	80,0%	4	40,0%	1	10,0%	2	10,0%	10
2 Boa Vista	18	75,0%	13	54,2%	10	41,7%	3	12,5%	3	4,2%	25
3 Boqueirão	15	83,3%	10	55,6%	8	44,4%	1	5,6%	1	0,0%	19
4 Cajuru	13	81,3%	12	75,0%	3	18,8%	3	18,8%	2	0,0%	16
5 CIC	7	53,8%	7	53,8%	4	30,8%	0	0,0%	3	7,7%	16
6 Portão	10	71,4%	6	42,9%	3	21,4%	1	7,1%	3	0,0%	16
7 Matriz	13	56,5%	1	4,3%	7	30,4%	2	8,7%	3	0,0%	26
8 Pinheirinho	5	35,7%	7	50,0%	4	28,6%	3	21,4%	1	0,0%	14
9 Santa Felicidade	5	41,7%	3	25,0%	2	16,7%	2	16,7%	1	8,3%	14
10 Tatuquara	3	42,9%	3	42,9%	1	14,3%	4	57,1%	2	14,3%	7
Total	97	64,2%	70	46,4%	46	30,5%	20	13,2%	21	3,3%	163

Fonte: SEED/INEP, 2016.

Nota: O total de escolas teve como fonte o Censo Escolar de 2016.

4. INDICADORES DO ESPORTE, CULTURA E LAZER

O Estatuto da Criança e do Adolescente, na medida em que normatiza, estrutura e determina as formas de acesso e promoção da criança e do adolescente no direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, torna-se também um desafio no sentido em que ainda sejam melhor conhecidas, compreendidas e, acima de tudo, cumpridas as suas premissas em todas as áreas.

A Educação se consolidou nas últimas décadas com avanços significativos, como o Plano Nacional da Educação recentemente aprovado e a consolidação do financiamento para a Educação Básica como o Fundo Nacional Desenvolvimento da Educação Básica – FUNDEB. Entretanto pensar a educação, é sem sombra de dúvidas buscar o desenvolvimento humano, um processo de expansão social e crescimento econômico, espaço que áreas como o esporte, o lazer e cultura, ainda lutam para despontar, em especial no quesito investimentos, onde a execução orçamentária do Ministério do Esporte, por exemplo, não chega à metade do que especialistas na área consideram como o mínimo necessário.

Nesse sentido, tais áreas são reconhecidamente como ferramentas de inclusão social e se tornam meios para o fortalecimento da cidadania dessas crianças, além da educação formal, reconhecidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (artigo 4) como um direito a ser assegurado de forma prioritária à população infanto-juvenil.

“ Art. 4º. É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e a convivência familiar e comunitária. (BRASIL, 1990, s/p)

Pela sua natureza legal, o texto do ECA delega as diversas instâncias os papéis relacionados ao cumprimento das políticas, persistindo a percepção de que, para efetivação dessas, as áreas necessitam de política integradas, multisetoriais, em especial, das Secretarias de Educação, da Cultura, do Esporte e da Assistência Social, quando tratamos desse direito em especial (educação), tendo como eixo central o desenvolvimento pessoal e social.

“ Art. 57. O poder público estimulará pesquisas, experiências e novas propostas relativas a calendário, seriação, currículo, metodologia, didática e avaliação, com vistas à inserção de crianças e adolescentes excluídos do ensino fundamental obrigatório.

Art. 58. No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade de criação e o acesso às fontes de cultura.

Art. 59. Os municípios, com apoio dos estados e da União, estimularão e facilitarão a destinação de recursos e espaços para programações culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude. (BRASIL, 1990, s/p)

Na busca por uma forma a garantir o atendimento integral da criança e ao adolescente, no que tange aos seus direitos fundamentais, procura-se o afastamento das ações geralmente isoladas, muitas vezes contraditórias nas suas concepções, demonstrando as dificuldades e carências logo na proposição de políticas públicas prioritárias nos locais de maior vulnerabilidade social.

Isto se verifica, em especial no processo educativo, cultural e esportivo para além da escola, onde as famílias com pouco acesso a esses serviços ou em condições econômicas mais frágeis, com baixa escolaridade, são dependentes única e exclusivamente das políticas governamentais, onde este quando ausente ou de forma isolada, acaba reforçando nessa, e nas futuras gerações, a dependência e exclusão.

A atividade esportiva, individual ou em grupo, contribui para o desenvolvimento de competências pessoais e coletivas. Suas regras, quando trabalhadas de forma pedagógica, fazem com que meninos e meninas se deparem com a vitória, o fracasso, a rivalidade e, diante disso, fortaleçam comportamentos compatíveis com os valores das sociedades democráticas contemporâneas.

Avanços aconteceram no Brasil dada a fundamental importância do tema, a I Conferência Nacional do Esporte, em 2004, com a temática “Esporte, Lazer e Desenvolvimento Humano”, cujo documento³² final serviu de referência para a construção da Política Nacional do Esporte, com forte ênfase na inclusão social. A temática da II Conferência, realizada em abril de 2006, discutida em eixos fundamentais, estrutura, organização, agentes e competências; recursos humanos e formação; gestão e controle social e financiamento. Mas foi nas resoluções da I Conferência, que a abordagem da temática da intersetorialidade surgiu, entretanto ainda vemos essas políticas sendo utilizadas de forma isoladas e para objetivos pontuais no campo do esporte e do lazer e não para compor uma política pública integral.

32 http://portal.esporte.gov.br/conferencianacional/1-conferencia/documento_fnal_visualizacao.jsp

Em consequência disso, o texto da Política Nacional do Esporte, criada na I Conferência, quando refere-se as manifestações esportivas previstas na chamada Lei Pelé (Lei 9.615/98), preconiza: “Desporto Educacional, Desporto de Participação e Desporto de Rendimento”, o texto indica uma ação articulada com a Política Nacional de Educação, no caso do desporto educacional e à Política Nacional de Promoção da Saúde, no desporto de participação. A intersectorialidade aparece de forma expressa apenas uma vez no documento, no campo das diretrizes, repetido no item 9, “Das ações estratégicas”, referindo-se especificamente à parceria com a saúde: “4. Promoção da saúde: Os programas de esporte devem servir como ferramenta eficaz para a promoção e prevenção da saúde, especialmente, sendo integrados em ações interdisciplinares de políticas públicas de saúde coletiva.”

Logo na proposta aprovada pela II Conferência (2007, p. 19), registra-se a valorização da intersectorialidade:

“O Sistema Nacional de Esporte e Lazer, tendo por base o regime de colaboração entre União, estados e municípios, com ênfase na municipalização, consolidando o esporte e o lazer como direitos sociais e guiando-se pelos princípios da democratização e inclusão social, articula, integra, promove e estabelece relações éticas de parcerias entre as entidades da sociedade civil, instituições públicas e privadas, em torno do esporte educacional, de participação e de rendimento, valorizando a acessibilidade, a descentralização, a intersectorialidade e a multidisciplinaridade das ações esportivas e de lazer. (Eixo I, Resolução 1)

Outras conferências vieram, garantindo o avanço necessário da questão, o texto por sua vez, vincula o esporte e o lazer a áreas diversas questão muito discutida e entendida como primordial no campo como política pública que, ao dialogar com as demais áreas, pode vir a contribuir significativamente com a construção de ações integradas, que favoreçam a compreensão do esporte e do lazer enquanto direitos sociais.

No mesmo sentido está o direito a cultura, assegurado no art. 4º do ECA e na Carta Magna, Art. 205, onde prevê que “O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais” (BRASIL, 1988). Assim como a educação e a saúde são consideradas serviços públicos básicos aos quais meninos e meninas devem ter acesso, a cultura também é um direito de todos. Entretanto, esse é um setor carente de políticas públicas e investimentos para da população infanto-juvenil.

Recentemente convivemos com a expressão “cidadania cultural”, termo presente também em dicionários de direitos humanos. Para Cunha Filho (2010), o conceito de cidadania cultural tal como tem sido apresentada nos dias atuais contempla, entre outras questões, a política cultural como direitos igualitários dos cidadãos, criatividade e inovação, resguardo das memórias coletivas e acatamento da legislação cultural considerada legítima, (CUNHA FILHO, 2010, p. 185)

No imaginário coletivo o termo remete a um conjunto de iniciativas que passam pelas mais diversas manifestações culturais, como teatro, música e literatura, entre outras, que tenham impacto real na formação das pessoas. Não se é difícil ver projetos sociais recorrerem as manifestações culturais, na busca do desenvolvimento pessoal e inserção social, com experiências exitosas de pessoas saírem das condições de vulnerabilidade através do contato com a música, a dança ou a dramaturgia por exemplo.

O acesso a salas de cinema, teatros, museus e espetáculos de dança, por exemplo, são fundamentais as crianças e adolescentes. Também o acesso a um amplo repertório de manifestações artísticas e a espaços públicos, é primordial para construção de uma experiência como produtores de cultura.

Contudo, indiscutível a importância de que as crianças e os adolescentes tenham possibilidade de conviver com manifestações culturais para que fortalecem a sua identidade, mas ainda temos um caminho a trilhar no fortalecimento dessa política, para que ela seja compreendida de forma mais ampla.

4.1 ATENDIMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DO ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE – SMELJ

A Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude – SMELJ teve 5.57333 atendimentos em atividades esportivas de forma sistemática em uma das frentes do Programa de Atendimento Sócio Esportivo – PASE, no qual 92,9% dos atendimentos foram para crianças e adolescentes. O programa promove atividades esportivas com crianças e adolescentes de 06 a 17 anos, nas diversas modalidades esportivas. As atividades acontecem nos Centros de Esporte e Lazer e em espaços alternativos das Associações que firmam convênio com a SMELJ.

Relacionando o número de atendimentos com a população local, Curitiba oferta 12 atendimentos a cada mil habitantes de 0 a 17 anos. A maioria dos atendimentos são ofertas de 6 a 17 anos, tendo uma taxa de oferta de 14,5 e de 15,9 a cada mil habitantes de 6 a 11 anos e de 12 a 17 aos respectivamente.

³³ A SMELJ passou para a Painel Instituto de Pesquisas 5.522 fichas, porém em 51 delas as crianças, adolescentes ou jovens atendidos faziam mais de uma atividade, por isso, o número total de atendimentos passou a ser 5.573.

Tabela 4.1.1: Atividades esportivas ofertadas na faixa etária de 0 a 17 anos pela Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude por Regional

Regional	De 0 a 5 anos		De 6 a 11 anos		De 12 a 17 anos		Não informado	De 0 a 17 anos	
	Quant.	Taxa	Quant.	Taxa	Quant.	Taxa		Quant.	Taxa
1 Bairro Novo	10	0,8	539	36,7	582	35,6	8	1.139	25,7
2 Boa Vista	1	0,1	42	2,2	97	4,4	1	141	2,4
3 Boqueirão	2	0,1	410	24,3	429	22,8	3	844	16,6
4 Cajuru	0	0,0	120	6,5	254	12,1	0	374	6,6
5 CIC	8	0,5	328	18,1	440	22,2	3	779	14,5
6 Portão	3	0,3	167	14,7	181	13,2	0	351	9,7
7 Matriz	0	0,0	7	0,8	10	0,9	0	17	0,6
8 Pinheirinho	4	0,4	120	10,0	139	10,1	2	265	7,2
9 Santa Felicidade	20	1,8	166	14,0	216	16,5	0	402	11,2
10 Tatuquara	6	0,7	97	10,0	97	9,4	0	200	7,0
Outros municípios da RM	2	-	23	-	64	-	0	89	-
Não informado	0	-	26	-	46	-	506	578	-
Total	56	0,4	2.045	14,5	2.555	15,9	523	5.179	12,0

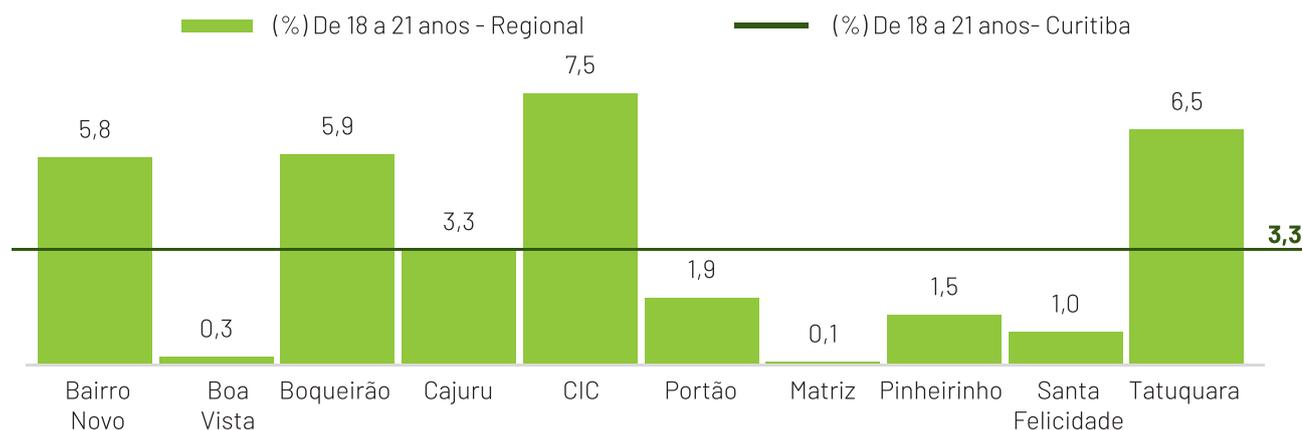
Fonte: SMELJ, 2016. IBGE, 2010.

Na faixa etária de 18 a 21 anos a taxa de jovens atendidos é bem baixa, 3 jovens a cada mil. As Regionais Bairro Novo, Boqueirão, CIC e Tatuquara são as mais atendidas, todas com uma taxa superior a 5 jovens por mil habitantes, 75% maior que a taxa média de Curitiba.

Tabela 4.1.2: Atividades esportivas ofertadas na faixa etária de 18 a 21 anos pela Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude por Regional

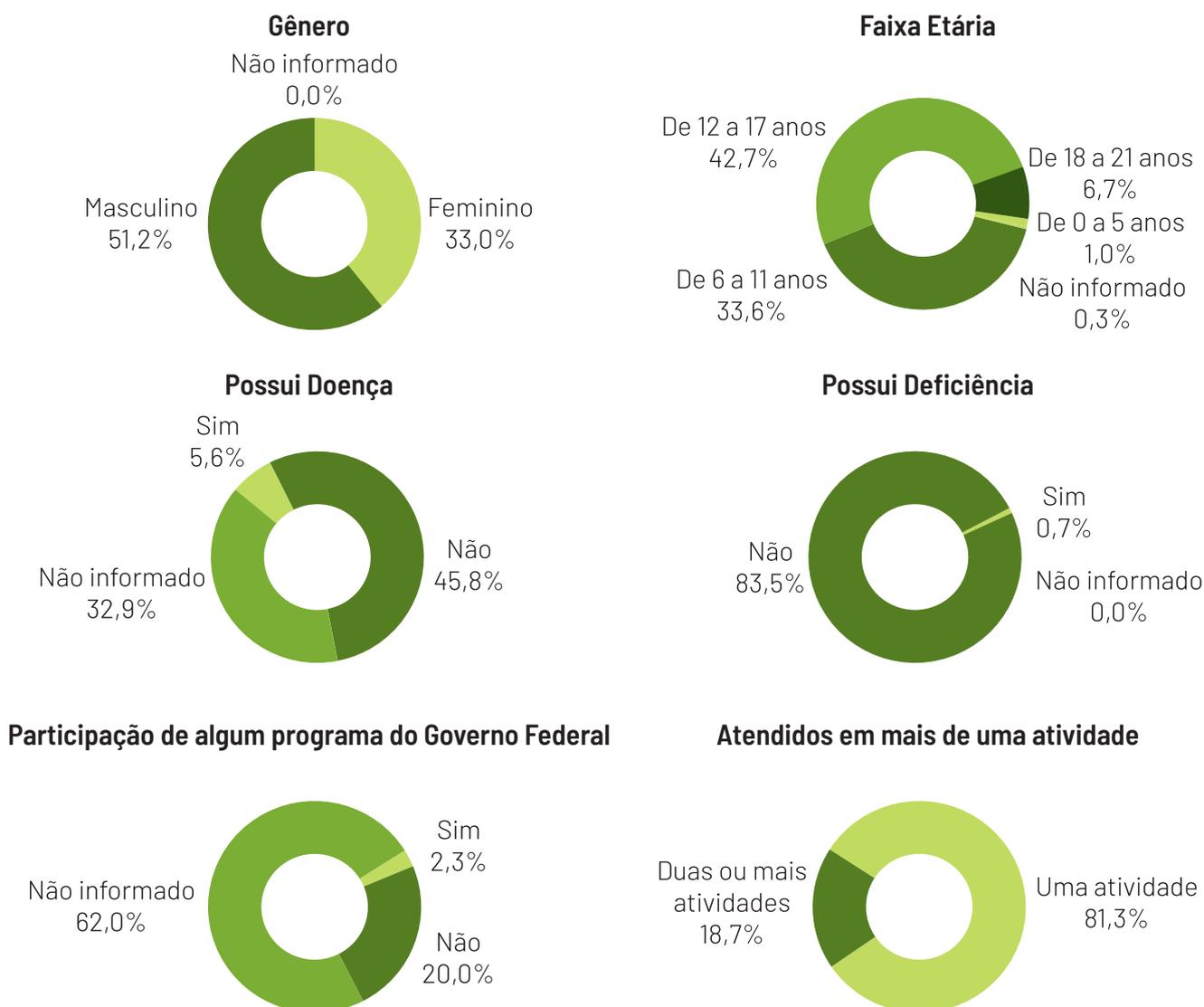
Regional	De 18 a 21 anos	
	Quant.	Taxa
1 Bairro Novo	62	5,8
2 Boa Vista	5	0,3
3 Boqueirão	79	5,9
4 Cajuru	49	3,3
5 CIC	101	7,5
6 Portão	22	1,9
7 Matriz	2	0,1
8 Pinheirinho	15	1,5
9 Santa Felicidade	9	1,0
10 Tatuquara	39	6,5
Outros municípios da RM	5	-
Não informado	6	-
Total	394	3,3

Fonte: SMELJ, 2016. IBGE, 2010.



O perfil dos atendimentos foi construído em cima do número de crianças, adolescentes e jovens atendidos, que somam um total de 4.695 em 5.573 atendimentos, ou seja, algumas crianças, adolescentes ou jovens, fazem uma ou mais atividades. Focando apenas no perfil dos atendidos, estes têm como prevalência o gênero masculino (51,2%) e na faixa etária de 12 a 17 anos (42,7%). Crianças, adolescentes e jovens com deficiência ou com alguma doença são minorias, 0,7% e 5,6%, respectivamente. Sobre a participação em programas de auxílio do Governo Federal existe uma fragilidade na informação, 62,0% não tem informação, do restante que tem, eles representam 2,3%.

Tabela 4.1.3: Perfil das crianças, adolescentes e jovens atendidos pela Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude de Curitiba em 2016



Fonte: SMELJ, 2016.

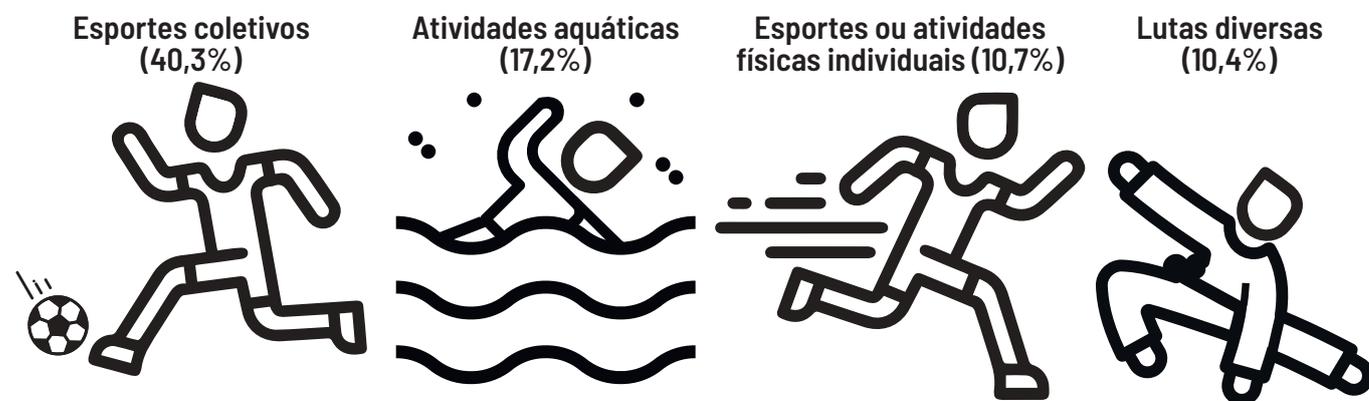
Nota: Para a construção do perfil foram considerados os 4.695 atendidos, e não o total de atendimentos de 5.573 (uma criança, adolescente ou jovem pode estar fazendo duas atividades).

A seguir a tabela mostra os atendimentos por equipamento e por regional. Também apresenta-se as 4 atividades que juntas somam 78% dos atendimentos: Esportes coletivos(40,3%); Atividades aquáticas(17,2%); Esportes ou atividades físicas individuais(10,7%); e, Lutas diversas(10,4%). A principal atividade esportiva é o futsal(44,5%), em segundo o vôlei(24,8%) e em terceiro o futebol(20,7%).

Tabela 4.1.4: Locais que ofertam atividades esportivas para a faixa etária de 0 a 21 anos

	Regional	Equipamento	Quant.	(%)	(%)
1	Bairro Novo	CEL Bairro Novo	633	11,4%	23,4%
		CEL Vila Tecnológica	140	2,5%	-
		CEL Xapinhai	192	3,4%	-
		Clube da Gente Bairro Novo	340	6,1%	-
2	Boa Vista	CEL Avelino Vieira	79	1,4%	2,7%
		CEL Bacacheri	7	0,1%	-
		CEL Rua da Cidadania da Boa Vista	64	1,1%	-
3	Boqueirão	Centro da Juventude Eucaliptus	793	14,2%	19,7%
		CEL Rua da Cidadania do Carmo	150	2,7%	-
		CEL Xaxim	153	2,7%	-
4	Cajuru	Centro da Juventude Audi União	275	4,9%	9,6%
		Centro da Juventude Vila Oficinas	100	1,8%	-
		CEL Parque Peladeiro	159	2,9%	-
5	CIC	Clube BOSCH	73	1,3%	16,2%
		Clube da Gente CIC	829	14,9%	-
6	Portão	CEL Arthur Bernardes	52	0,9%	9,0%
		CEL Rua da Cidadania Fazendinha	386	6,9%	-
		CEL Sala de Ginástica do Portão	62	1,1%	-
7	Matriz	CEL Velódromo	13	0,2%	0,2%
8	Pinheirinho	CEL Rua da Cidadania do Pinheirinho	53	1,0%	3,6%
		CEL Zumbi dos Palmares	145	2,6%	-
9	Santa Felicidade	CEL Rua da Cidadania de Santa Felicidade	439	7,9%	7,9%
		Centro de Atividade Física Tatuquara	72	1,3%	7,8%
10	Tatuquara	CEL Santa Rita	192	3,4%	-
		Clube da Gente Tatuquara	172	3,1%	-
Total			5.573	100,0%	100,0%

Fonte: SMELJ, 2016. IBGE, 2010.
CEL: Centro de Esporte e Lazer.



Nota: Para ver todas as atividades verificar Apêndice 2.

De forma pontual a SMELJ também realiza eventos, nos quais participam crianças, adolescentes e jovens, porém nestes casos não se mensura especificamente o quantitativo atingido por faixa etária. O quadro a seguir descreve os eventos realizados em 2016 e o total estimado de participantes. Os eventos destacados em azul são os identificados com grande frequência de crianças e adolescentes: Dos 14 eventos 8 apresentam essa característica (57,1%).

Quadro 7: Eventos pontuais realizados pela Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude de Curitiba

EVENTO	OBJETIVOS	PERFIL DO PÚBLICO	PARTICIPAÇÕES 2016
CIRCUITO ADULTO DE CORRIDAS DE RUA SMELJ	Difundir na comunidade a prática atividade física e favorecer o intercâmbio socioesportivo e cultural.	26 categorias – Masculino e Feminino – de 16 anos à categoria com mais de 75 anos.	388
CIRCUITO INFANTIL DE CORRIDAS DE RUA SMELJ	Difundir na comunidade a prática da atividade física e favorecer o intercâmbio socioesportivo e cultural.	07 categorias infantis (9 a 16 anos) – Masculino e Feminino.	4.116
TORNEIOS ABERTOS	Propiciar a prática esportiva em diferentes níveis e modalidades, promovendo intercâmbio socioesportivo cultural.	População de Curitiba e Região Metropolitana.	4.400
ESPORTE ESTUDANTIL Desenvolver ações esportivas voltadas ao esporte estudantil:	Jogos Escolares de Curitiba	Educandos do Ensino Fundamental I e II e Ensino Médio matriculados nas escolas públicas e privadas, de Curitiba e RM.	23.200
	Encontro Esportivo		11.700
	Jogos do 5º ao 9º Ano		900
	Jogos Escolares Paradesportivos de Curitiba: desenvolver ações voltadas ao paradesporto estudantil estimulando a participação em atividades esportivas dos educandos com deficiência.	Educandos de Escolas Especiais de Curitiba nas modalidades: Bocha Paraolímpica, Atletismo, Golf 7, Futsal, Handebol e Tênis de Mesa.	480
PROGRAMA PASE (PROGRAMA DE ATENDIMENTO SOCIOESPORTIVO) ³⁴	Programa PASE Associações: oferta de atividades esportivas de forma sistemática para a comunidade, em parceria com Associações de Moradores, que recebem orientações e matérias para o desenvolvimento da atividade em sua região.	Crianças e adolescentes de 06 a 17 anos.	3200
	Torneios PASE: realizar torneios durante todo o ano, abertos somente aos participantes do programa.		3900
JOGOS FEMININOS DE FUTSAL, BASQUETEBOLE, HANDEBOL E VOLEIBOL	Fomentar a participação da mulher curitibana nos esportes.	Mulheres acima de 16 anos.	60
PROGRAMA ATIVIDADE FÍSICA E QUALIDADE DE VIDA (CURITIBATIVA)	Promover hábitos saudáveis através de ações de promoção, atividades físicas sistemáticas e campanhas educativas.	População de Curitiba, acima de 16 anos.	25.977

34 O PASE possui três frentes de trabalho, sendo essas duas apresentadas no quadro e, os atendimentos sistemáticos apresentados anteriormente. A partir da Gestão 2017-2020 o programa passará a se chamar Esporte + Escola =10, ou abreviado, EE10.

<p>PROGRAMA DE INCENTIVO AO ESPORTE E PROMOÇÃO SOCIAL</p>	<p>Incentivar o esporte e promoção social através da redução de até 66% do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU, em entidades sociais sem fins lucrativos e clubes sociais, captando recursos para incentivar projetos esportivos.</p>	<p>Pessoas físicas, a partir de 14 anos, ou jurídicas de natureza esportiva, nos segmentos do desporto educacional, desporto de rendimento e desporto de participação, com residência fixa no município de Curitiba.</p>	<p>130</p>
<p>PROGRAMA LAZER E COMUNIDADE Desenvolvimento de recreação e ações de ludicidade nas comunidades e logradouros públicos, destacando escolas, praças, associações de moradores e parques de Curitiba. As principais ações são:</p>	<p>Recreação nas Arcadas Oferecer atividades recreativas aos frequentadores e turistas da Feira de Artesanato na Praça João Cândido, Largo da Ordem.</p>	<p>Frequentadores e turistas da Feira do Largo da Ordem e População Curitibana (grande frequência de crianças e adolescentes).</p>	<p>18.000</p>
	<p>Brincando na XV – Oferece recreação aos sábados na Rua XV de novembro.</p>	<p>Frequentadores e turistas da Rua XV e População Curitibana (grande frequência de crianças e adolescentes).</p>	<p>16.000</p>
	<p>Brincadeira tem Hora Desenvolvimento de recreação em Associações de Moradores, escolas e espaços públicos.</p>	<p>Escolas Municipais e Associações de Moradores (grande frequência de crianças e adolescentes).</p>	<p>45.000</p>
<p>PROGRAMA LINHA DO SABER</p>	<p>Oferecer atividades educativas e sócio-recreativas à comunidade, incentivando a criatividade e a melhoria da condição física.</p>	<p>Educandos CMEI's, CEI's e Escolas Especiais.</p>	<p>4.400</p>
	<p>Oferecer brincadeiras, atividades recreativas e esportivas, oficinas e apresentação de palco para educandos das Escolas Especiais.</p>	<p>Educandos das Escolas Especiais de Curitiba.</p>	<p>4.700</p>
<p>FESTIVAL DE FÉRIAS</p>	<p>Programar recreação que acontece nos períodos de recesso escolares, nos meses de janeiro e julho, nas nove Regionais da cidade.</p>	<p>Crianças e adolescentes: em recesso escolar.</p>	<p>26.900</p>
<p>DANÇA CURITIBANA</p>	<p>Circuito de Dança de Curitiba: apresentar danças de grupos amadores, pré-profissionais e profissionais realizadas em pontos turísticos da cidade, como parques e Memorial da Cidade.</p>	<p>Profissionais de dança, grupos amadores, grupos escolares e pré-profissionais (grande frequência de crianças e adolescentes).</p>	<p>1.000</p>
	<p>Festival de Dança de Curitiba: promover mostras oficiais e apresentações paralelas.</p>	<p>Escolas, Academias e Grupos de Dança. (grande frequência de crianças e adolescentes).</p>	<p>800</p>
		<p>Grupos, academias e escolas de dança, de abrangência Regional. (grande frequência de crianças e adolescentes).</p>	<p>3.800</p>

EVENTOS COMEMORATIVOS	Aniversário da Cidade: promover festas com programação cultural, apresentações e recreação, em espaços públicos nas 09 regionais.	População de Curitiba (grande frequência de crianças e adolescentes).	30.000
	Dia da Criança: oferecer brincadeiras, atividades recreativas e esportivas, oficinas e apresentação de palco.	Família e Crianças (grande frequência de crianças e adolescentes).	75.000
	Dia Mundial do Brincar: oferecer brincadeiras, atividades recreativas, oficinas e apresentação de palco, para serem desenvolvidas com a participação de crianças e suas famílias. Acontece na Rua XV e nas demais Regionais da Cidade.	Família e Crianças (grande frequência de crianças e adolescentes).	18.000
CICLO ATIVIDADE	Ciclo lazer: Ação sistemática de ciclismo, desenvolvida aos domingos, com fechamento da Rua Cândido de Abreu e Praça Nossa Senhora de Salete.	Família e Crianças (grande frequência de crianças e adolescentes).	5.000
	Passeio Ciclístico do Aniversário da Cidade - Festejar datas comemorativas como Festa do Aniversário da Cidade.	Família e Crianças (grande frequência de crianças e adolescentes).	3.090
	Pedala Curitiba - Passeio ciclístico noturno que acontece no centro e regionais de Curitiba.	Ciclistas a partir de 15 anos.	1.000

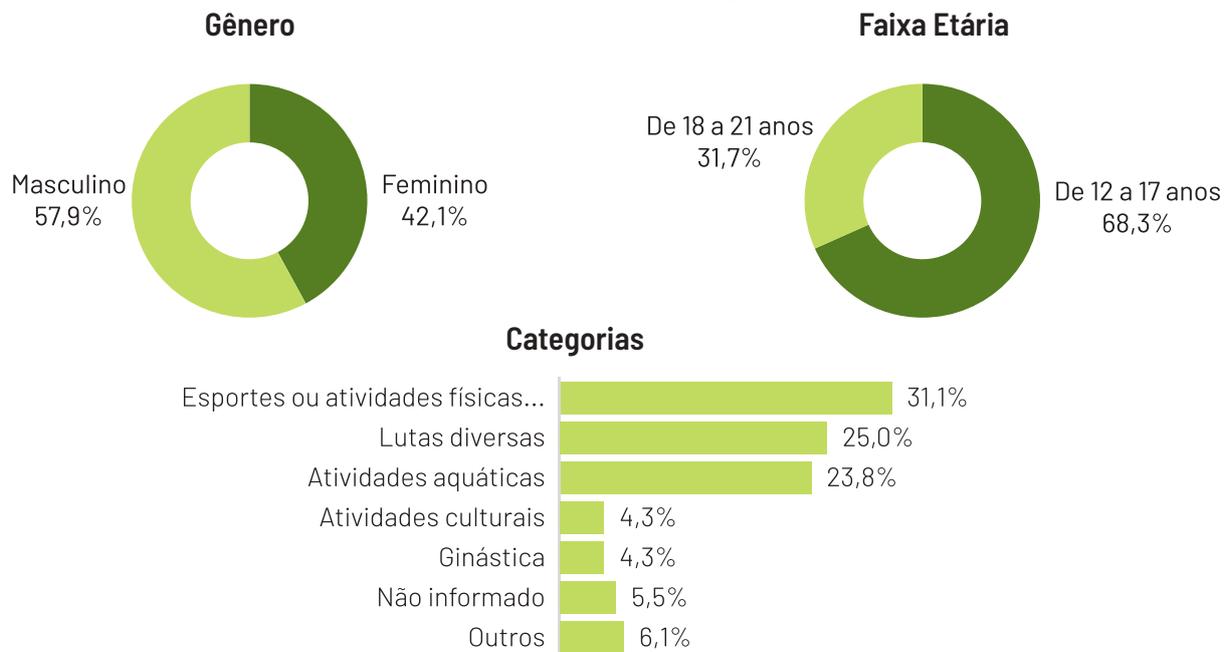
Fonte: SMELJ, 2016.
RM: Região Metropolitana.

Além dos serviços e eventos apresentados acima a SMELJ, a Lei Municipal de Incentivo ao Esporte, conforme Decreto Municipal nº 1.133, de 2003, prevê a captação de recursos do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU, que são investidos diretamente em projetos esportivos.

Desde a sua implantação (2002), o Incentivo ao Esporte de Curitiba beneficiou atletas, paratletas, profissionais em Educação Física no segmento Educação e entidades de diversas modalidades esportivas cujo desempenho tem destacado o município em disputas nacionais e internacionais. Os recursos são destinados a despesas com competições e treinamento, viagens, alimentação e hospedagem (CURITIBA, 2016).

Em 2016 um total de 164 adolescentes e jovens foram beneficiados pela Lei Municipal, sendo 68,3% deles de 18 a 21 anos, e a modalidade mais incentivada foram as atividades físicas individuais (31,1%).

Tabela 4.1.5: Perfil dos adolescentes e jovens atendidos pela Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude de Curitiba em 2016 na Lei Municipal de Incentivo ao Esporte



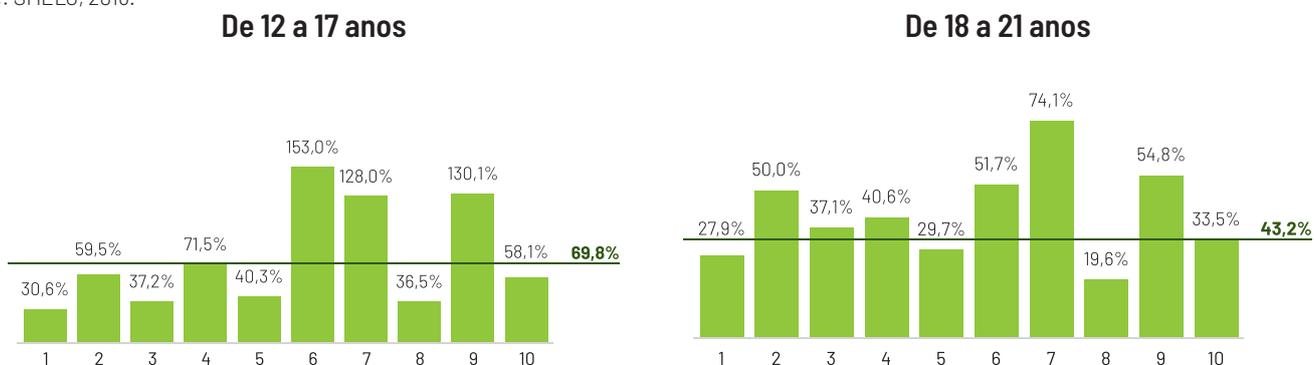
Fonte: SMELJ, 2016.

Nota: Para a construção do perfil foram considerados os 164 beneficiários da Lei Municipal de Incentivo ao Esporte.

Tabela 4.1.6: Perfil dos adolescentes e jovens atendidos pela Secretaria Municipal do Esporte, Lazer e Juventude de Curitiba em 2016 na Lei Municipal de Incentivo ao Esporte - LMIE

Regional	De 12 a 17 anos			De 18 a 21 anos		
	Quant.	População	(%)	Quant.	População	(%)
1 Bairro Novo	5	16.350	0,3	3	10.751	0,3
2 Boa Vista	13	21.843	0,6	8	16.011	0,5
3 Boqueirão	7	18.834	0,4	5	13.477	0,4
4 Cajuru	15	20.987	0,7	6	14.768	0,4
5 CIC	8	19.855	0,4	4	13.488	0,3
6 Portão	21	13.722	1,5	6	11.614	0,5
7 Matriz	15	11.717	1,3	11	14.837	0,7
8 Pinheirinho	5	13.696	0,4	2	10.221	0,2
9 Santa Felicidade	17	13.067	1,3	5	9.123	0,5
10 Tatuquara	6	10.325	0,6	2	5.972	0,3
Não informado	0	-	-	0	-	-
Total	112	160.396	0,7	52	120.262	0,4

Fonte: SMELJ, 2016.



4.2 ATENDIMENTO DA SECRETARIA ESTADUAL DO ESPORTE E TURISMO – SEET

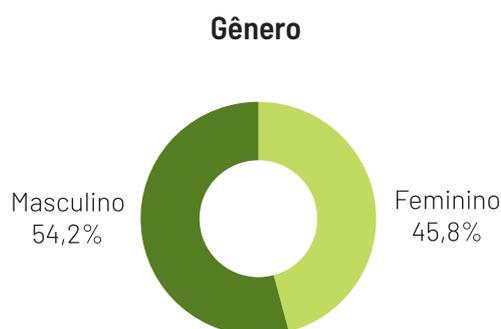
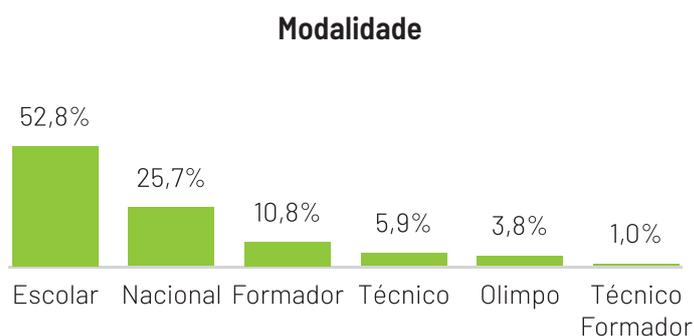
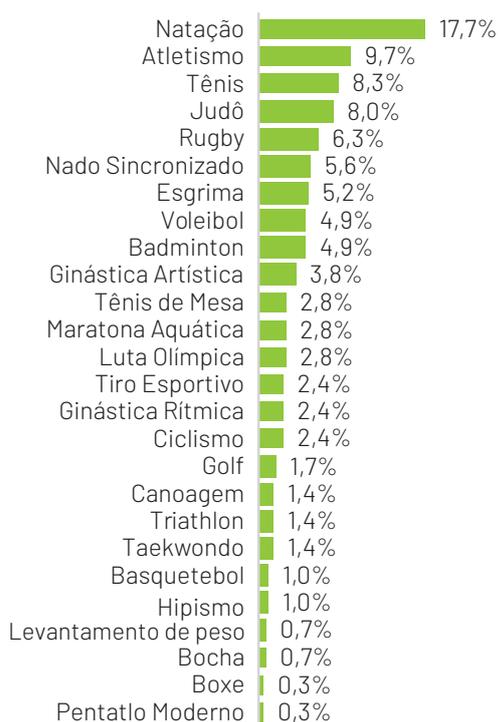
A Secretaria Estadual de Esporte e Turismo desenvolve o Programa Talento Olímpico do Paraná – TOP que é considerado um marco para o país, sendo o maior programa, em nível estadual, de incentivo ao esporte, com o patrocínio exclusivo da Copel. A princípio, o programa iniciou como um ciclo para o período olímpico e paralímpico Rio 2016, e acabou ultrapassando todos os objetivos, inicialmente estabelecidos, e se consolidou como um modelo a ser seguido, nominado a partir de agora como TOP 2020.

Ao longo de cinco edições (2011 a 2016), milhares de jovens, da formação à prática de alto rendimento, foram beneficiados por esse projeto cujo foco principal foi o crescimento desportivo paranaense, aliado ao desenvolvimento social. Neste período, foram 5.648 atletas e técnicos atendidos, com um investimento de R\$ 20 milhões. Como resultado, em 2016, pela primeira vez, o Paraná foi campeão geral dos Jogos Escolares da Juventude, etapa nacional (12 a 14 anos) e, das 50 medalhas dessa conquista, 30 foram de bolsistas do TOP. E ainda, o Brasil foi campeão geral dos Jogos Mundiais Escolares – Gymnasiade, e neste evento internacional, considerado a olimpíada escolar, 17 medalhas foram do Paraná, das quais 16 eram atletas do TOP.

Voltando as olimpíadas, o objetivo inicial, o Paraná tinha como uma estimativa 12 bolsistas do TOP com reais chances de classificação, porém conseguiu que 32 atletas e 2 técnicos bolsista do TOP chegassem ao Rio de Janeiro para os jogos, isso em 19 diferentes modalidades. Com essa participação, o Paraná conseguiu duas medalhas de prata, com Ágatha Bednarczuk (vôlei de praia) e Marcelo Santos (bocha).

O quadro a seguir traz algumas informações sobre o TOP:

Quadro 8: Informações sobre o programa TOP Total de 288 bolsista nas modalidades:



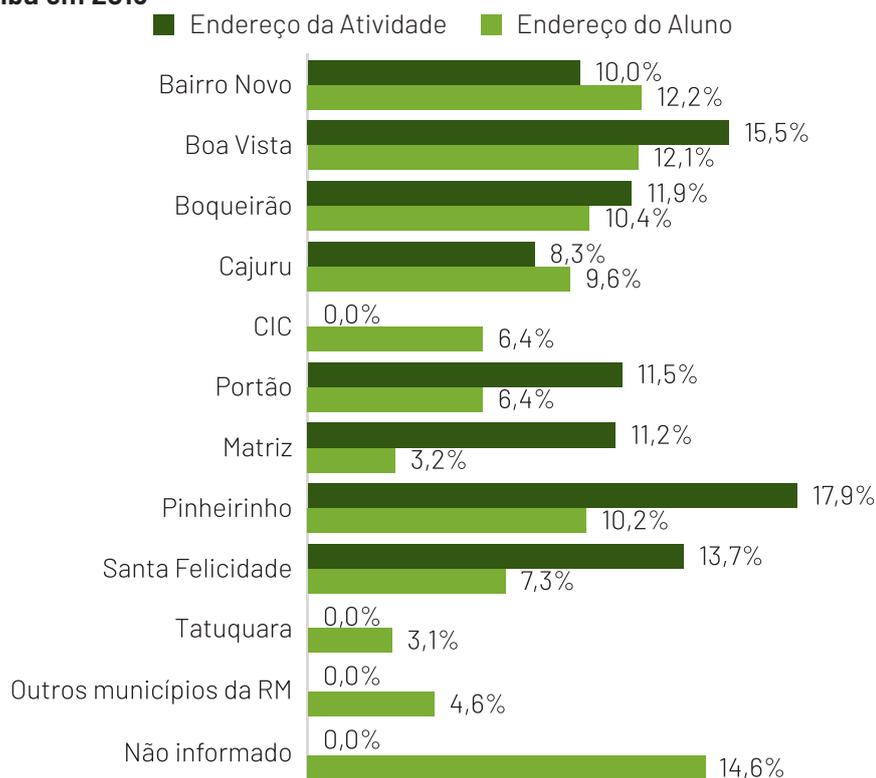
Fonte: FCC, 2016.

4.3 ATENDIMENTO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA – FCC

A Fundação Cultural de Curitiba é o órgão responsável pela política pública de Cultura no município, desenvolvendo ações de difusão (apresentações culturais, sessões de cinema, exposições, entre outras) formação (cursos, oficinas, workshops), fomento (apoios à ações culturais independentes) nas diversas linguagens artísticas, além de ações de preservação do patrimônio cultural material e imaterial.

Em 2016, foram realizados 1.042 atendimentos em cursos, sendo a maioria realizados nas Regionais Boa Vista (15,5%) e na Regional Pinheirinho (17,9%), como mostra a tabela a seguir.

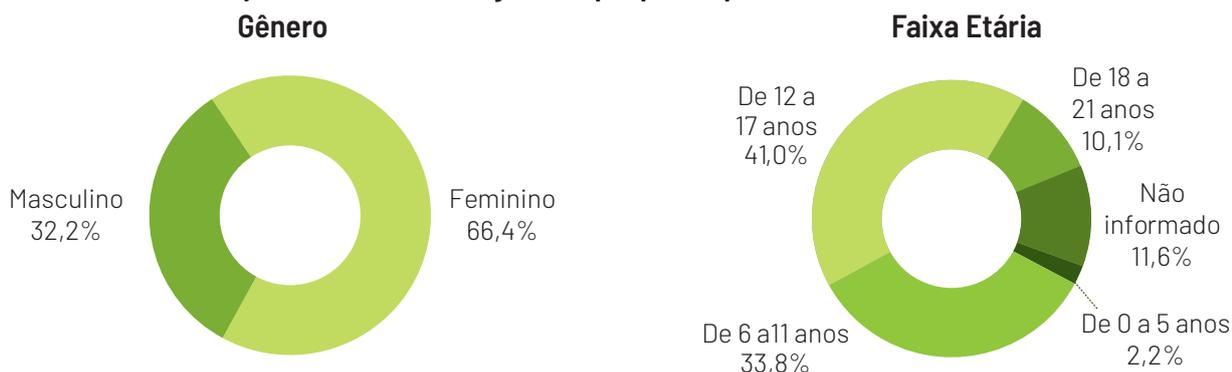
Tabela 4.3.1: Regional de endereço dos cursos e dos educandos dos cursos ofertados pela Fundação Cultural de Curitiba em 2016



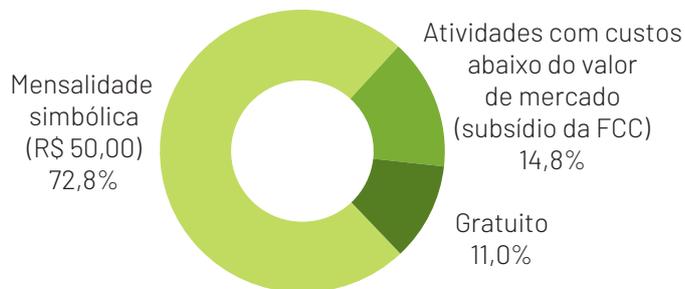
Fonte: FCC, 2016.

O perfil dos participantes dos cursos é na maioria do gênero feminino (66,4%) e 41,0% da faixa etária de 12 a 17 anos. Os jovens também representaram uma boa parte do público atendido, 33,8%. E os cursos que tiveram maior participação foram os de aprendizagem de instrumentos musicais com 41,4% do total.

Quadro 9: Perfil das crianças, adolescentes e jovens que participaram dos cursos ofertadas em 2016



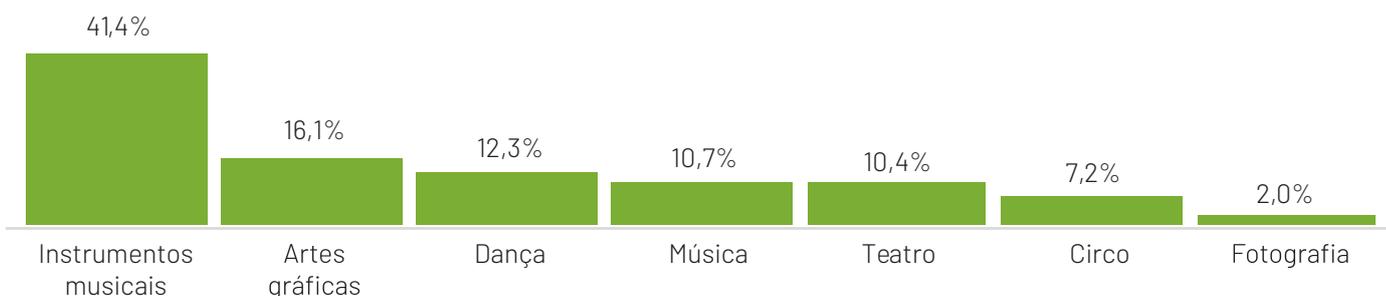
Forma de pagamento



Atendidos em mais de uma atividade



Cursos ofertados

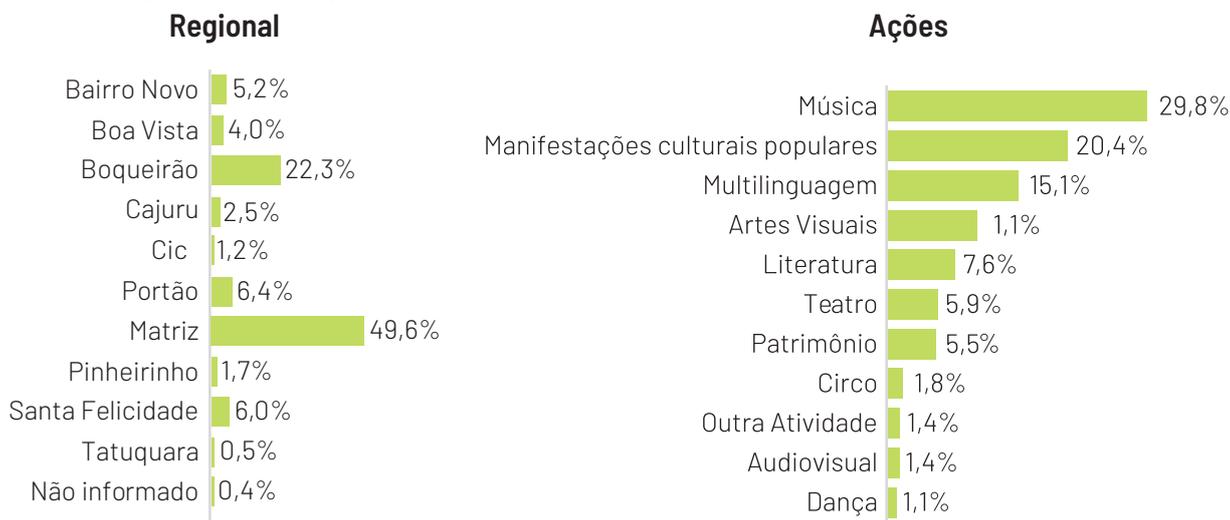


Fonte: FCC, 2016.

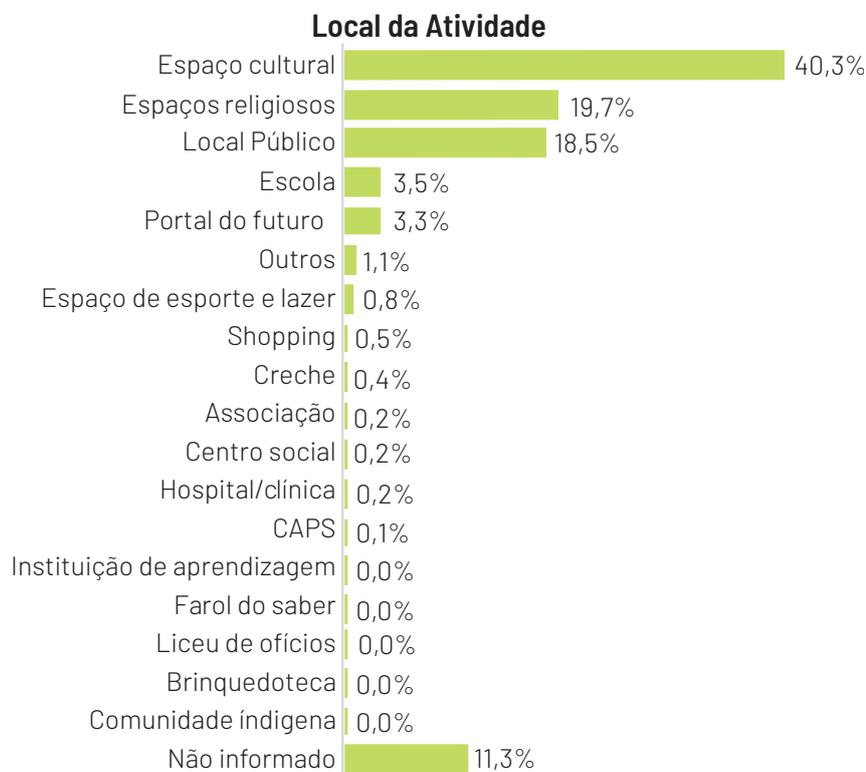
Notas: Mais detalhes dos cursos ver Apêndice 3.

Segundo dados da FCC foram realizadas ações que atingiram um público total de 2.341.986, sendo que a maioria deste público participou de ações na Regional Matriz (49,6%). Essas ações são desenvolvidas em diversos lugares e abertas ao público em geral. As que mais reuniram pessoas foram as apresentações musicais (29,8%) e as manifestações culturais populares³⁵ (20,4%). No quadro a seguir mais detalhes dessas ações.

Quadro 10: Perfil das ações da Fundação Cultural de Curitiba em 2016



35 As ações culturais populares são, por exemplo, ações realizadas para o carnaval, Natal, etc.



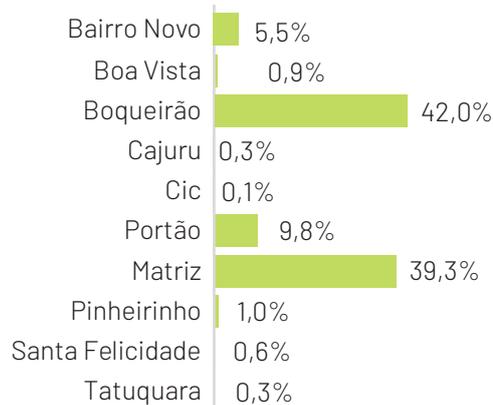
Fonte: FCC, 2016.

Nota: Os percentuais foram calculados sobre o total de pessoas que participaram das ações (2.341.986 pessoas de todas as faixas etárias).

Além dos cursos, a FCC oferece atividades, também abertas ao público, e duas Regionais concentram essas atividades: A Regional Matriz que recebeu 39,3% do público participante e a Regional Boqueirão que recebeu 42,0%.

Tabela 4.3.2: Total de público por Regional presentes nas atividades abertas ao público realizadas pela Fundação Cultural de Curitiba em 2016

	Regional	Público	(%)
1	Bairro Novo	5.384	5,5%
2	Boa Vista	895	0,9%
3	Boqueirão	40.822	42,0%
4	Cajuru	325	0,3%
5	CIC	137	0,1%
6	Portão	9.539	9,8%
7	Matriz	38.141	39,3%
8	Pinheirinho	953	1,0%
9	Santa Felicidade	613	0,6%
10	Tatuquara	288	0,3%
	Não informado	0	0,0%
Total		97.097	100,0%



Fonte: FCC, 2016.

A seguir, no quadro, apresenta-se as descrições dessas atividades, que na maioria são gratuitas.

Quadro 11: Atividades da Fundação Cultural de Curitiba em 2016

LOCAL	BAIRRO	REGIONAL	NOME DA ATIVIDADE	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE	PARTICIPANTES
Museu Municipal de Arte e nos espaços da Fundação Cultural	Portão, Centro, São Francisco	Portão, Matriz	Ação Educativa	Atividade de mediação para fruição do patrimônio cultural edificado ou exposições artísticas e de acervos, no Museu Municipal de Arte e nos espaços da Fundação Cultural e logradouros públicos no Setor Histórico (Bairros Centro e São Francisco).	7.386 (Atende o público espontâneo, mas, principalmente, escolas previamente agendadas)
Portão Cultural	Portão	Portão	Centro de Arte Digital	Espaço alinhado à tendência mundial do uso das inovações tecnológicas nas diversas áreas da arte, especialmente nas artes visuais. O objetivo é disponibilizar a artistas, educandos e investigadores de arte um laboratório que funcione como ateliê livre, oferecendo um ambiente propício a ações de fomento à produção de arte e conhecimento em novas tecnologias, bem como à reflexão sobre essa linguagem.	8.000
Bairro Sítio Cercado	Sítio Cercado	Bairro Novo	Baile Infantil de Carnaval	Bailes públicos infantis realizados durante o feriado de carnaval no bairro Sítio Cercado.	4.700
Circo da Cidade Zé Priguiça	Alto Boqueirão	Boqueirão	Circo da Cidade Zé Priguiça	Apresentações circenses nos fins de semana e agendadas ao longo dos dias da semana. O Circo também oferece oficinas.	40.000 (Atende o público espontâneo, mas, principalmente, escolas previamente agendadas)
Teatro Universitário de Curitiba - TUC	Centro	Matriz	Clube de Xadrez Esrbo Stenzel	Aulas gratuitas de Xadrez.	8.000
Museu da Gravura Cidade de Curitiba	Centro	Matriz	Gibiteca de Curitiba	Dispõe de mais de 25 mil títulos de todos os gêneros de histórias em quadrinhos para consultas, além de abranger outras iniciativas, entre elas cursos, oficinas de criação, exposições, palestras, lançamentos e encontros de RPG (Role Playing Game). Oferece cursos (1).	6.500 (Atende o público espontâneo, mas, principalmente, escolas previamente agendadas)

Diversos locais	-	-	Rede Sol	Programa de responsabilidade social mantido pela Fundação Cultural de Curitiba, desde 1997. É composto por artistas voluntários de diversas áreas, que proporcionam momentos de fruição artística e descontração para aqueles que estão afastados temporariamente do convívio social seja por motivo de saúde, abandono ou por imposição da justiça. Recebem espetáculos de música, literatura, teatro, dança e outras atividades. O programa proporciona a inclusão social por meio da cultura e contribui para o desenvolvimento físico e intelectual da população beneficiada. A Fundação Cultural oferece toda a logística para que a ação aconteça	3.260 (Pessoas em hospitais, lares de idosos, escolas especiais, unidades sociais oficiais, centros de atenção psicossocial, hospitais psiquiátricos e orfanatos)
Teatro do Piá	São Francisco	Matriz	Apresentações de teatro	Apresentações de teatro de bonecos, realizadas aos domingos, às 11h.	1.567
Shopping Estação	Rebouças	Matriz	Teatro de Bonecos Dr. Botica	As apresentações ocorrem dentro do Shopping Estação, sendo tanto gratuitas quanto pagas	20.000

Fonte: FCC, 2016.

Nota: Todas as atividades são gratuitas, exceto as oficinas e cursos do Museu da Gravura Cidade de Curitiba (1).

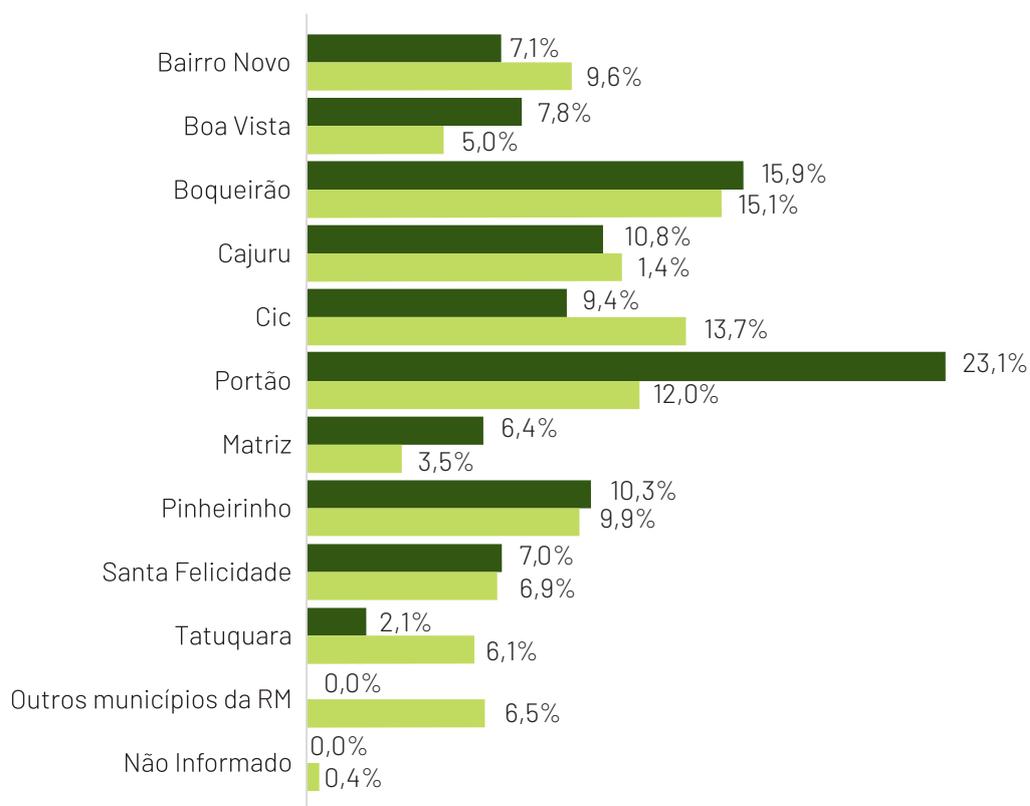
Importante notar que dos 9 projetos apresentados 8 são gratuitos, dentro de uma Fundação ligada ao Poder Público Municipal, que participa desde processos de transformações urbanas vivenciados e preservados em sua cultura e história, como na coordenação de voluntariado, como o projeto “Rede Sol, Arte Solidária”, com 19 anos de existência, descrito no quadro acima, que chama a atenção pela sua singularidade e abrangência, um projeto de inclusão social, através das diferentes manifestações culturais, com investimento mínimo da FCC, que leva dignidade através da arte, aqueles que estão afastados temporariamente do convívio social seja por motivo de saúde, abandono ou por imposição da justiça.

Além das ações, atividades e cursos, a FCC é responsável por 16 Casas de Leitura e outros espaços dedicados ao incentivo à leitura, os quais em 2016 tiveram um total de cadastros ativos de 3.413. As Casas de Leitura com o maior número de cadastros são as da Regional Portão, que juntas representam 23,1% dos cadastros ativos. Já a Regional com a maior representatividade das crianças e adolescentes nos cadastros é a Regional Boqueirão, com 15,1% sendo residentes desta Regional, como mostra a tabela a seguir. Sobre a faixa etária 41,1% tem de 12 a 17 anos. As crianças representam 23,5% e os jovens 35,4%. Nesses espaços são também desenvolvidas oficinas literárias e os ciclos de leitura, que mostram os livros como fonte de lazer e reflexão.

Tabela 4.3.3: Cadastros ativos em 2016 nas casas de leitura de Curitiba

Regional	Endereço da Casa de Leitura			Endereço da criança ou adolescente cadastrado		
	Locais	Cadastros	(%)	Cadastros	(%)	
1	Bairro Novo	1	241	7,1%	328	9,6%
2	Boa Vista	2	266	7,8%	170	5,0%
3	Boqueirão	2	542	15,9%	514	15,1%
4	Cajuru	2	370	10,8%	389	11,4%
5	CIC	1	321	9,4%	469	13,7%
6	Portão	2	790	23,1%	409	12,0%
7	Matriz	2	219	6,4%	118	3,5%
8	Pinheirinho	1	351	10,3%	339	9,9%
9	Santa Felicidade	2	240	7,0%	234	6,9%
10	Tatuquara	1	73	2,1%	208	6,1%
	Outros municípios da RM	-	0	0,0%	222	6,5%
	Não informado	-	0	0,0%	13	0,4%
Total		16	3.413	100,0%	3.413	100,0%

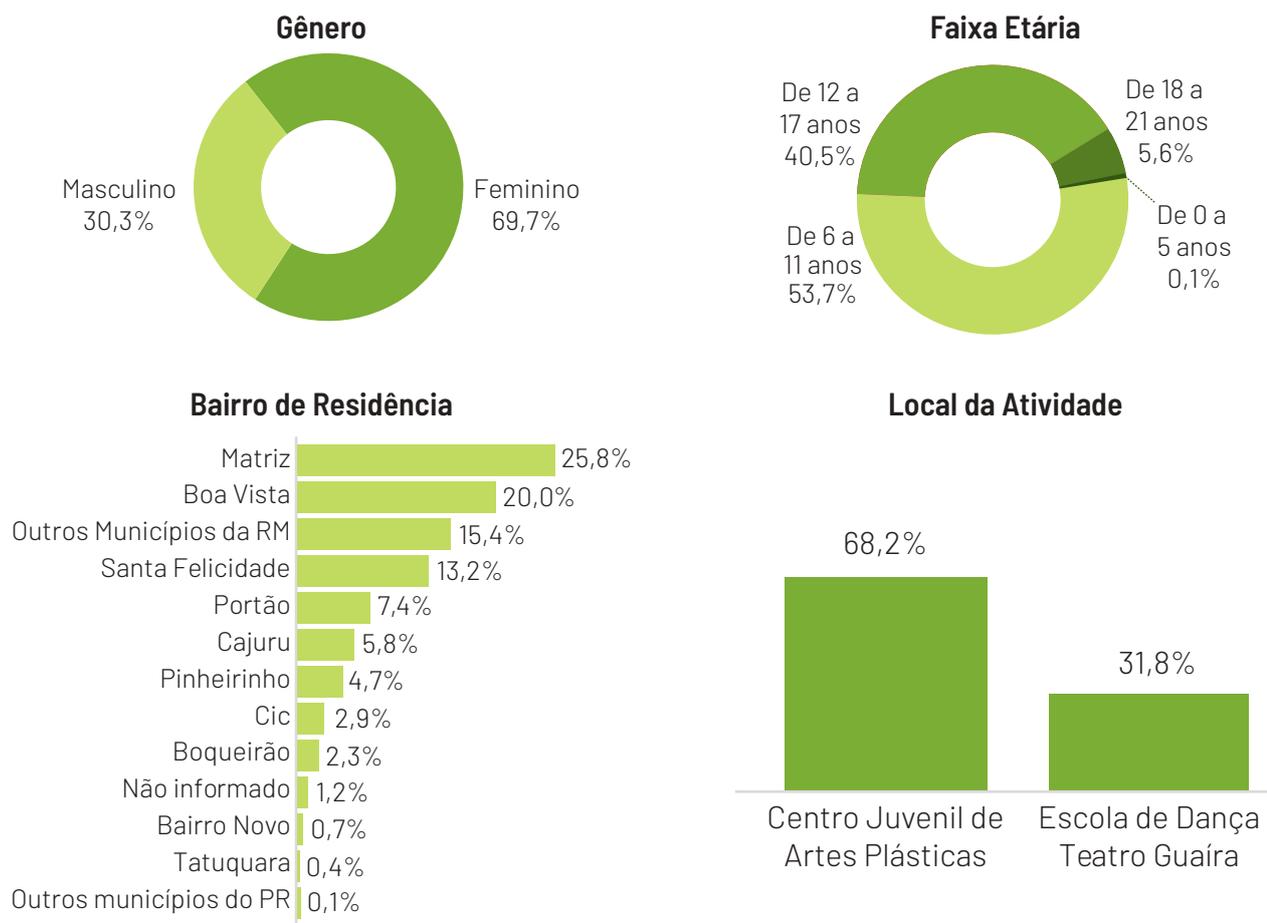
Fonte: FCC, 2016.



4.4 SECRETARIA ESTADUAL DA CULTURA – SEC

A Secretaria Estadual da Cultura atendeu 726 crianças, adolescentes e jovens, dos quais as crianças representaram 53,7% nas atividades, sendo que a maioria era do gênero feminino (69,7%). A maioria dos atendidos tem residência na Regional Matriz (25,8%), ou ainda, outros 20% da Regional Boa Vista. Neste atendimento fica claro que o acesso é um complicador para a participação das atividades ofertadas, pois os dois locais de atividade são a Matriz, e prevalece a maioria dos atendimentos da mesma Regional.

Quadro 12: Perfil das crianças, adolescentes e jovens atendidos pela Secretaria Estadual de Cultura em 2016

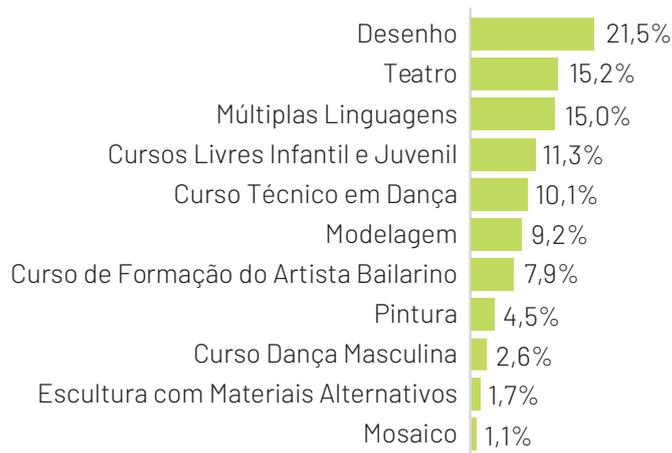


Fonte: SEC, 2016.

O quadro acima mostra também que 68,2% das atividades ofertadas são no Centro Juvenil de Artes Plásticas, e a tabela a seguir, mostra que as atividades mais ofertadas são: desenho (21,5%); teatro (15,2%); e, múltiplas linguagens (15,0%).

Tabela 4.4.1: Atividades ofertadas para as crianças, adolescentes e jovens pela Secretaria Estadual de Cultura em 2016

Atividade	Quant.	(%)
Desenho	156	21,5%
Teatro	110	15,2%
Múltiplas Linguagens	109	15,0%
Cursos Livres Infantil e Juvenil	82	11,3%
Curso Técnico em Dança	73	10,1%
Modelagem	67	9,2%
Curso de Formação do Artista Bailarino	57	7,9%
Pintura	33	4,5%
Curso Dança Masculina	19	2,6%
Escultura com Materiais Alternativos	12	1,7%
Mosaico	8	1,1%
Total	726	100,0%



Fonte: SEC, 2016.

Nas atividades coletivas agendadas, a SEC atendeu mais de 43.000 pessoas de várias faixas etárias. A tabela a seguir mostra uma estimativa³⁶ que 85,8% dos participantes destas atividades tinham entre 6 e 17 anos, sendo a atividade de Bibliotour a mais realizada na Biblioteca Públicas (10,2%). Só o Museu Oscar Niemeyer – MON representou 58,4% de todas as atividades coletivas.

Tabela 4.4.2: Atividades coletivas agendadas da Secretaria Estadual de Cultura em 2016

Local	Atividade	De 3 a 5 anos	De 6 a 17 anos	De 18 a 21 anos	Grupo misto	Total Atividade	(%) Atividade
Biblioteca Pública	Aventuras Literárias	40	225	-	-	265	0,6%
	Aventuras Musicais	-	138	-	-	138	0,3%
	Bibliotour	1.109	3.343	-	35	4.487	10,3%
	Contação Externa	-	200	-	-	200	0,5%
	Curso de Redação	-	181	-	-	181	0,4%
	Exposição	-	90	-	-	90	0,2%
	Festa de Páscoa	-	-	-	15	15	0,0%
	Hora do Conto	75	-	-	-	75	0,2%
	Hora do Conto + Oficina	56	-	-	-	56	0,1%
	Oficina Flores para Primavera	-	50	-	-	50	0,1%
	Oficina Infantil	148	77	-	-	225	0,5%
	Retirada de Carteirinha	-	65	-	-	65	0,1%
	Roda de Leitura	50	-	-	-	50	0,1%
	Jogos de Mesa	-	20	-	-	20	0,0%
Semana comemorativa do dia do Livro	-	366	-	-	366	0,8%	
Sessão Infantil	63	-	-	-	63	0,1%	
MON	Visita agendada ao Museu	2.080	22.440	253	903	25.676	58,4%
MPR	Visita agendada ao Museu	500	10.535	163	740	11.938	27,2%
Total Faixa Etária		4.121	37.730	416	1.693	43.960	100,0%
(%) Faixa Etária		9,4%	85,8%	0,9%	3,9%	100,0%	

Fonte: SEC, 2016.

MON: Museu Oscar Niemeyer

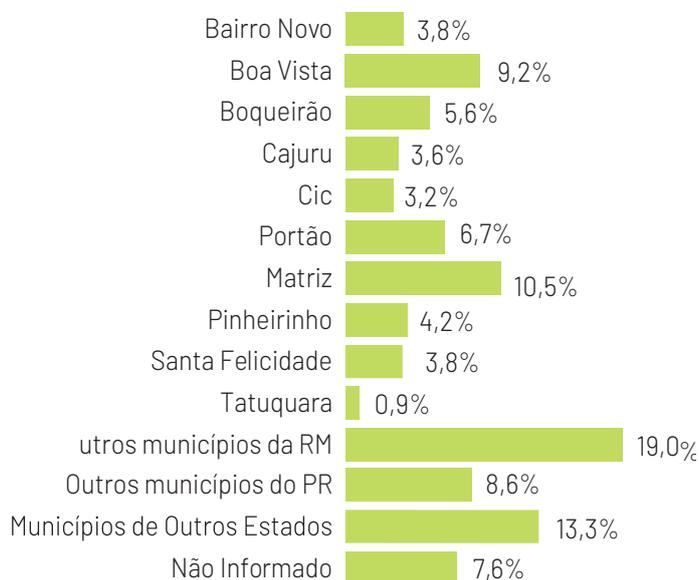
MPR: Museu Paranaense

³⁶ Os dados estavam organizados em grupos etários que se referenciavam a escola, associações, comunidades, etc. Utilizando-se dessas informações estimou-se aproximadamente a faixa etária as quais pertenciam.

Os museus e a Biblioteca Pública, nas atividades coletivas agendadas, tiveram 41% dos seus visitantes de fora de Curitiba, sendo 19,0% dos municípios da RM. Novamente a Regional Matriz tem o maior percentual, desta vez, provavelmente pelo número elevado de escolas no seu território, o que influencia o elevado percentual (11,0%).

Tabela 4.4.3: Região de origem das atividades coletivas da Secretaria Estadual de Cultura em 2016

	Regional	Quant.	(%)
1	Bairro Novo	1.688	3,8%
2	Boa Vista	4.041	9%
3	Boqueirão	2.455	6%
4	Cajuru	1.579	4%
5	CIC	1.401	3%
6	Portão	2.936	7%
7	Matriz	4.621	11%
8	Pinheirinho	1.831	4%
9	Santa Felicidade	1.686	4%
10	Tatuquara	380	1%
	Outros municípios da RM	8.354	19%
	Outros municípios do PR	3.772	9%
	Municípios de Outros Estados	5.820	13%
	Não informado	3.344	8%
Total		43.908	100%



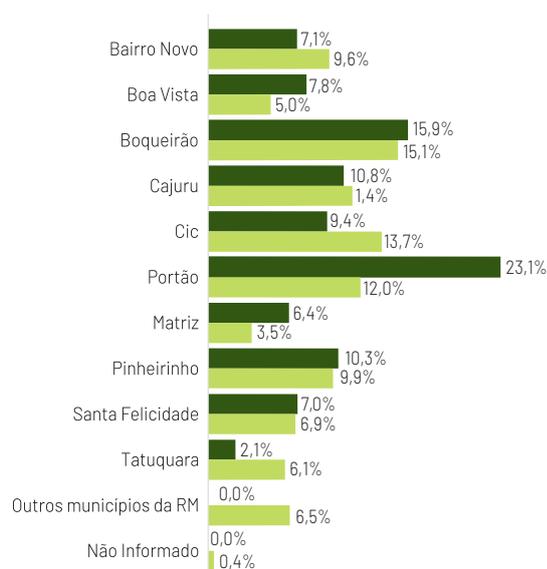
Fonte: SEC, 2016.

Nota: O endereço considerado neste item se refere ao da escola, comunidade, município, ou outro, que abrange a maioria dos participantes, não sendo a informação individual de cada.

Além das atividades, a FCC coordena algumas casas de leitura (16 casas) e as informações disponibilizadas dos cadastros ativos em 2016 mostram um hábito de leitura pequeno, apenas 3.413 crianças, adolescentes ou jovens tinham o cadastro nas casas de leitura ativo, como mostra a tabela a seguir. Nela também podemos ver que a maioria das crianças e adolescentes cadastros são da Regional Boqueirão, porém, a Regional com o maior percentual de cadastro é a do Portão. A única informação de perfil que continha o cadastro é a faixa etária, e ela se distribui desta forma: 23,5% de 6 a 11 anos; 41,1% de 12 a 17 anos; e, 35,4% de 18 a 21 anos.

Tabela 4.4.4: Região de endereço das Casas de Leitura da Fundação Cultural de Curitiba e os endereços dos cadastros ativos em 2016

	Regional	Endereço da Casa de Leitura			Endereço da criança ou adolescente cadastrado	
		Locais	Cadastros	(%)	Cadastros	(%)
1	Bairro Novo	1	241	7,1%	328	9,6%
2	Boa Vista	2	266	7,8%	170	5,0%
3	Boqueirão	2	542	15,9%	514	15,1%
4	Cajuru	2	370	10,8%	389	11,4%
5	CIC	1	321	9,4%	469	13,7%
6	Portão	2	790	23,1%	409	12,0%
7	Matriz	2	219	6,4%	118	3,5%
8	Pinheirinho	1	351	10,3%	339	9,9%
9	Santa Felicidade	2	240	7,0%	234	6,9%
10	Tatuquara	1	73	2,1%	208	6,1%
	Outros municípios da RM	-	0	0,0%	222	6,5%
	Não informado	-	0	0,0%	13	0,4%
Total		16	3.413	100,0%	3.413	100,0%



Fonte: FCC, 2016.

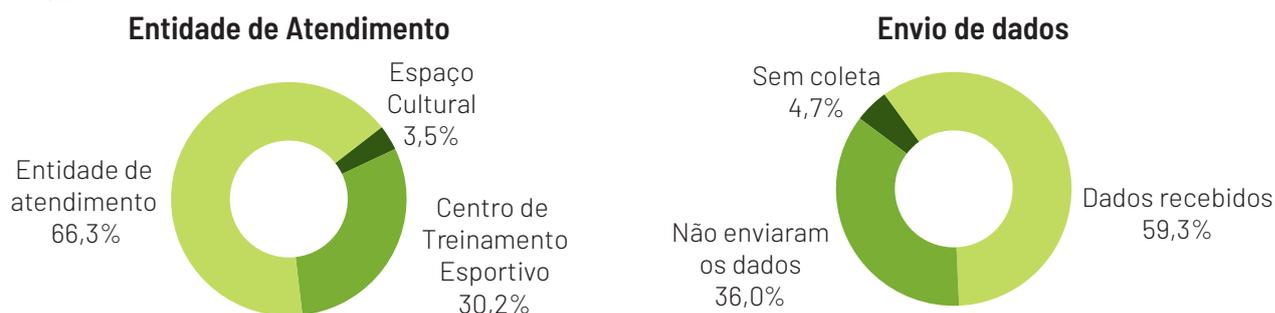
5. ENTIDADES DE ATENDIMENTO AO DIREITO À EDUCAÇÃO, ESPORTE, CULTURA, LAZER E CONVIVÊNCIA COMUNITÁRIA

Foram mapeadas na área do esporte, cultura e lazer 86 instituições que realizam projetos ou serviços para crianças e adolescentes. 66,3% são entidades de atendimento, ou seja, instituições da OSC que atendem crianças e adolescentes em projetos esportivos, culturais, educacionais ou ainda de lazer. 4,7% das instituições não tinham perfil de coleta, ou seja, eram espaços destinados ao convívio, que estimulam o esporte ou a cultura, mas não realizam atendimento. Das 82 instituições com perfil de coleta de dados (que realizam atendimento) 59,3% enviaram informações sobre os atendimentos prestados, as outras não enviaram.

Tabela 5.1: Instituições da OSC de esporte, cultura, lazer e convivência comunitária que atuaram em Curitiba em 2016

Instituições	Dados recebidos	Não enviaram os dados	Sem coleta	Total	(%)
Centro de Treinamento Esportivo	15	10	1	26	30,2%
Entidade de atendimento	36	21	-	57	66,3%
Espaço Cultural	-	-	3	3	3,5%
Total	51	31	4	86	100,0%
(%)	59,3%	36,0%	4,7%	100,0%	

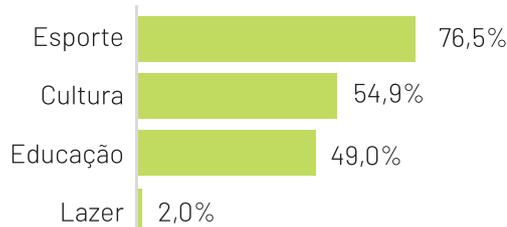
Fonte: OSC, 2016.



Essas 51 instituições que mandaram informação sobre seus atendimentos têm 76,5% delas atuando com projetos na área de esportes, outras 49,0% atuam com projetos na educação e 54,9% com projetos de Cultura.

Tabela 5.2: Categoria de atendimento prestados pelas instituições da OSC em Curitiba em 2016

Categoria	Quant.	(%)
Esporte	39	76,5%
Cultura	28	54,9%
Educação	25	49,0%
Lazer	1	2,0%
Total de instituições	51	



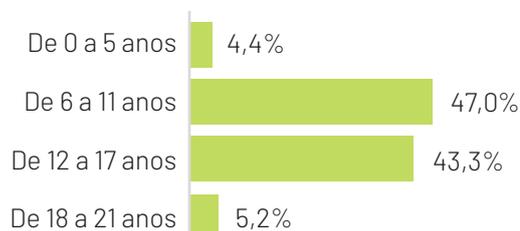
Fonte: OSC, 2016.

Nota: Uma instituição pode ter projetos em várias categorias.

As faixas etárias mais atendidas nos projetos das OSC são de 6 a 11 anos (47,0%) e de 12 a 17 anos (43,3%).

Tabela 5.3: Atendimento por faixa etária prestados pelas instituições da OSC em Curitiba em 2016

Faixa etária	Quant.	(%)
De 0 a 5 anos	420	4,4%
De 6 a 11 anos	4.462	47,0%
De 12 a 17 anos	4.112	43,3%
De 18 a 21 anos	496	5,2%
Total de atendimentos 2016	9.490	100,0%



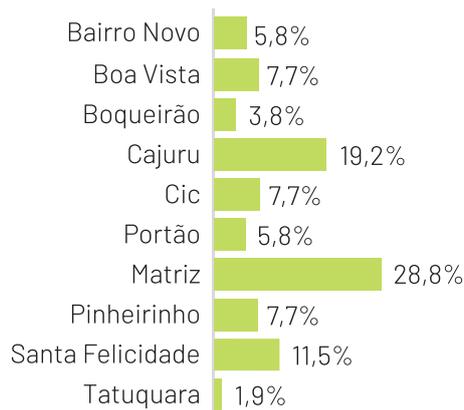
Fonte: OSC, 2016.

Nota: O total de atendimentos foi informado por cada instituição.

Sobre a distribuição da OSC por Curitiba, a Regional Matriz concentra 28,8% do total, e a segunda com mais OSCs é a Regional do Cajuru.

Tabela 5.3: Distribuição das OSC nas Regionais de Curitiba

Regional de Endereço da Instituição	Quant.	(%)
1 Bairro Novo	3	5,8%
2 Boa Vista	4	7,7%
3 Boqueirão	2	3,8%
4 Cajuru	10	19,2%
5 CIC	4	7,7%
6 Portão	3	5,8%
7 Matriz	15	28,8%
8 Pinheirinho	4	7,7%
9 Santa Felicidade	6	11,5%
10 Tatuquara	1	1,9%
Não informado	-	-
Total	52	100,0%



Fonte: OSC, 2016

Sobre o atendimento, a Regional do Cajuru representa 10,7% de todos os atendimentos de cultura, esporte, lazer e educação realizados por OSC em Curitiba. As Regionais do Tatuquara e do CIC são as menos atendidas, e a do CIC é uma das mais populosa de Curitiba, representando 10,5% de toda a população³⁷.

³⁷ Para mais informações sobre as Regionais ver Volume 1 deste diagnóstico.

Tabela 5.4: Cruzamento da Regional de Atendimento com a Regional de localização da OSC

	Legenda		Regional de Atuação da Instituição										Total	Legenda		
	1	2	3	5	4	7	8	9	10	NI	Total					
Regional de Localização	1	Bairro Novo	225	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	Bairro Novo
	2	Boa Vista	-	304	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	Boa Vista
	3	Boqueirão	-	-	107	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3	Boqueirão
	4	Cajuru	-	-	-	460	-	78	-	-	-	-	-	-	4	Cajuru
	5	CIC	-	-	-	-	249	117	-	-	-	-	57	-	5	CIC
	6	Portão	-	-	-	-	-	278	-	-	-	-	-	-	6	Portão
	7	Matriz	-	126	-	557	358	-	241	70	17	92	4.037	-	7	Matriz
	8	Pinheirinho	-	-	-	-	-	-	-	338	-	-	42	-	8	Pinheirinho
	9	Santa Felicidade	-	-	-	-	-	-	-	-	275	-	1.134	-	9	Santa Felicidade
	10	Tatuquara	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26	-	-	10	Tatuquara
	NI	Não informado	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	NI	Não informado
Total	225	Total	225	430	107	1.017	607	473	241	408	292	175				
(%)	4,1%	(%)	2,4%	4,5%	1,1%	10,7%	6,4%	5,0%	2,5%	4,3%	3,1%	1,8%				

Fonte: OSC, 2016

Nota: (1) Todas as entidades de atendimento que não especificaram o bairro de atendimento ou na área de abrangência tiveram seus atendimentos somados na coluna de não informado.

(2) Após a diagramação esta tabela se tornará um mapa para melhor visualizar a abrangência de cada OSC por Bairro.

O que se percebe no atendimento das OSC nesta área especificamente de educação, esporte, cultura e lazer é uma centralização de atendimento em regionais (e bairros) conhecidos como área mais problemáticas da cidade. Quando se analisa por bairro, o atendimento fica ainda mais concentrado como no exemplo do Bairro Prado Velho que concentra 86% dos atendimentos da Regional; o Capão da Imbuía representa 50% de todo o atendimento da Regional Cajuru; e por último como exemplo o Bairro São Braz que concentra 65% dos atendimentos realizados na Regional Santa Felicidade.

6. PESQUISAS QUALITATIVAS - GRUPOS FOCAIS

6.1 METODOLOGIA

Ao todo, foram realizados 8 grupos de foco. Num primeiro momento, foi realizado um grupo com adolescentes do nono ano de uma escola pública e outro com crianças e adolescentes participantes do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos. Ambos os grupos foram conduzidos nos ambientes do próprio serviço. Num segundo momento, foram realizados dois grupos de foco com adolescentes, sendo um deles com educandos de escolas públicas e outro com educandos de escolas privadas, todos escolhidos aleatoriamente, totalizando 9 (5 meninos e 4 meninas) de escolas públicas e 8 de escolas privadas (3 meninos e 5 meninas). Estes dois grupos foram conduzidos num ambiente especialmente preparado para as entrevistas, e tinham como objetivo apreender as diferenças entre as percepções dos adolescentes das escolas públicas e privadas em diversas categorias de análise.

Além desses, foram realizados:

- ✔ grupo de foco com os coordenadores da rede de proteção da secretaria municipal da educação.
- ✔ grupo de gestores dos CEIs – Centro de Educação Infantil, com contrato com a prefeitura.
- ✔ grupo de foco com os 13 adolescentes de um programa de aprendizagem, dos quais 10 estudam em escolas públicas.
- ✔ grupo de foco com pais/responsáveis da rede de ensino particular.
- ✔ grupo de foco com pais/responsáveis da rede de ensino pública estadual e municipal.

Conforme apontado nos outros Produtos do Diagnóstico, utilizou-se na pesquisa a abordagem antropológica, de cunho essencialmente qualitativo, com a valorização e análise do discurso das pessoas pesquisadas, procurando apreender a sua compreensão e sua visão de mundo em relação aos pontos pesquisados, não cabendo aqui nenhum juízo de valor se as opiniões estão “certas” ou “erradas”, mas somente que dizem respeito a um olhar que pode contribuir muito para a apreensão da realidade e para a compreensão da efetividade do SGDCA. Também é importante salientar que a pesquisa qualitativa aqui utilizada (descrição densa), não se preocupa com a quantidade da amostra, mas, procurando aprofundar-se na visão de mundo de algumas “situações-tipo” ou “personagens-tipo”, os quais compõem um universo muito mais amplo, apresentam “traços de regularidades” que podem ser extrapolados para o universo mais abrangente, sem considerar esses traços como “verdades absolutas”, mas como tendências que apontam para uma descrição da realidade.

6.2 GRUPO DE FOCO COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES DO SCFV E DA ESCOLA PÚBLICA DA REDE DE ENSINO MUNICIPAL E ESTADUAL

Um total de 23 crianças e adolescentes participaram das entrevistas. As idades variavam entre 10 e 15 anos no serviço de fortalecimento de vínculos, e de 14 a 17 na escola estadual.

Algumas questões mais relacionadas com o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade (violência, *bullying* e drogas) já foram tratadas no Produto 3 deste Diagnóstico. Aqui, analisaremos as questões mais voltadas para a realidade escolar propriamente dita e ao direito à educação, à cultura, ao esporte e lazer.

Em geral, a percepção da escola para estes adolescentes é positiva, com alguns pontos a melhorar, tais como lanche e estrutura física. As crianças e adolescentes se identificam com o ambiente escolar, mas para a grande maioria dos educandos da escola estadual, esta não está dando o preparo suficiente para a entrada em uma faculdade. As crianças e adolescentes do serviço de fortalecimento de vínculos também relatam a qualidade ruim da escola pública. Também há relatos generalizados de brigas e furtos constantes no ambiente escolar: *“tem que levar a mochila até para ir ao banheiro”*. Além de críticas relacionada a política da saúde como demora no atendimento e falta de medicamentos.

Também se destaca negativamente o transporte coletivo, apontado como *“ruim”*, *“muito lotado”*, *“passagem cara”*. As crianças e adolescentes também trazem uma demanda por espaços e opções de lazer, apontando que os espaços existentes, além de poucos, estão deteriorados e ocupados por usuários de drogas. As atividades de lazer estão muito restritas e reuniões de família e ao uso do celular.

Em ambos os serviços, há um conhecimento amplo e geral acerca do ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente como a lei que trata dos direitos e deveres das crianças e adolescentes. Elas aprendem sobre isso na escola e no serviço de fortalecimento de vínculos.

No que diz respeito à percepção do trabalho ou da necessidade de trabalhar, todos os adolescentes prefeririam estar trabalhando e estudando agora, e não apenas estudando. Embora apenas 3 dissessem que prefeririam parar de estudar para trabalhar somente, a percepção do trabalho como necessidade imediata nesta fase da vida em que o foco deveria ser na formação para o futuro, é muito forte para as crianças e adolescentes: *“assim eu posso ter as minhas coisas”*; *“para não depender da minha mãe”*; *“vou poder comprar um tênis”*; *“pra eu ajudar a minha mãe”*; *“não quero mais depender dos outros”*. Diante de uma realidade de vulnerabilidade e risco iminente, e debaixo da pressão social pela aquisição de bens e serviços, a criança e o adolescente anseia por independência e não consegue enxergar e valorizar a educação hoje, como um investimento que trará um melhor retorno no futuro na perspectiva dos responsáveis. Estes também apontam o trabalho como solução, não só para as questões financeiras, mas traz também em si um valor moral positivo, marcando a

valorização da disciplina e a distância da delinquência.

Um dado interessante percebido nos relatos é a importância da religiosidade, em suas diferentes formas, nas vidas das crianças e adolescentes. No grupo de foco da escola pública, 9 dos 10 entrevistados participam ativa e frequentemente de atividades religiosas em igrejas (5 em igrejas católicas e 4 em evangélicas), por decisão e vontade próprias, e não por pressão da família. As crianças e adolescentes relatam que gostam de participar da igreja, das atividades religiosas, acampamentos e cultos de jovens: *“lá eu posso desabafar”*, *“na igreja é legal”*, *“lá eu aprendo e recebo conselhos”*. O que pareceu neste grupo que as igrejas estão se tornando um espaço muito importante de referência para os jovens.

Segundo os entrevistados, a convivência entre as diferentes vertentes religiosas na escola é tranquila e não constitui objeto de preconceito ou *bullying*.

A perspectiva do futuro do Brasil é, de forma generalizada, muito negativa: *“nem os nossos netos vão pegar um Brasil bom”*; *“o Brasil não tem futuro”*; *“os políticos roubam e ninguém faz nada”*.

6.3 GRUPO DE FOCO COM ADOLESCENTES DO SERVIÇO DE APRENDIZAGEM PROFISSIONAL

No grupo de foco com os 13 adolescentes do programa de aprendizagem (dos quais 10 estudam em escolas públicas), a crítica à escola é muito mais contundente e se destaca na percepção de que ela não os está preparando adequadamente para o mercado de trabalho: *“para o vestibular, se fosse só pela escola, eu não passaria”*. Na visão dos adolescentes entrevistados, os professores desvalorizam a escola pública e profissionais que trabalham em escolas públicas e particulares dão preferência a estas últimas, seja na qualidade, seja no cumprimento dos horários. A falta de qualidade dos serviços oferecidos pela escola acontece, segundo eles, especialmente à noite, quando o desinteresse dos professores é maior. Esta falta de qualidade é motivo de frustração e sofrimento para estes adolescentes, e é causa da desistência de muitos colegas. Os esforços em busca de excelência de alguns professores são reconhecidos pelos adolescentes, mas são caracterizados como exceção: *“na minha escola, é mais a força de vontade de um ou dois professores em preparar os educandos”*; *“tem um professor específico que aumenta a carga horária dele, até nos finais de semana, para dar o conhecimento ao educando”*.

Mas a queixa dos aprendizes em relação à escola não se limita aos professores e à qualidade do ensino, se estendendo a outras questões, incluindo os próprios colegas, *“os professores já passam o mínimo, e tem educando que não deixa nem os professores passarem o mínimo”*. Para eles, muitos educandos são desinteressados e atrapalham os que querem aprender.

Para os adolescentes do serviço de aprendizagem profissional, a droga também é uma realidade próxima, muito presente na escola, e em muitos casos, na própria família. Dos 13 aprendizes participantes do grupo de foco, 7 vivenciam a problemática das drogas dentro da família. Para eles, muitos adolescentes e jovens usam drogas como forma de escape para aliviar os problemas de casa. Aqui, aparece o discurso de que “o caminho das drogas é mais fácil”, pois “a droga dá um curto momento de prazer”. *Para eles, o caminho da prevenção às drogas passa pela conscientização, que poderia ser feita na escola, e por adquirirem responsabilidades logo cedo: “eu não tenho tempo pra pensar em drogas”, “eu tenho um foco, por isso não uso drogas”, é preciso “dar oportunidade para o jovem conhecer outras coisas, focar o tempo dele”.* Na perspectiva dos aprendizes, a orientação em família tem sido fundamental para mantê-los longe das drogas. Em geral, neste aspecto, eles defendem uma relação de diálogo com a família, através de conversas e orientações. Para eles, tanto uma educação repressora demais, quanto uma liberal demais, são negativas.

Os aprendizes relatam que a escola não trabalha de forma eficiente a questão da prevenção às drogas, exceto pelo PROERD. Dos 13, 5 fizeram o PROERD, que é muito bem avaliado por eles.

Os aprendizes repetem a tendência de outros grupos ao afirmar que há boas alternativas de lazer e cultura para os adolescentes e jovens em Curitiba, mas estas quase não são acessadas por eles, pela falta de tempo e de conhecimento das atividades. Ser um adolescente em Curitiba, para eles, é melhor do que em outros lugares, ainda que haja uma certa nostalgia daqueles cujas famílias vieram do interior.

6.4 GRUPO DE CONVERSA NOS CEIS - CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Foi realizada uma roda de conversa com gestores representantes dos CEIs - Centros de Educação Infantil. Os gestores representam 75 unidades de 55 mantenedoras, organizações privadas, comunitárias, contratadas pela prefeitura de Curitiba para atender as crianças na educação infantil, alcançando cerca de 9000 crianças. Alguns dos entrevistados têm assento no conselho municipal de educação, representando a categoria dos CEIs.

Segundo os gestores, a relação com a prefeitura é caracterizada como “difícil”, por várias razões. Há um contrato de prestação de serviços, cujo valor per capita foi definido pela prefeitura, de forma unilateral, o que é criticado pelos gestores, e tido como insuficiente. Os termos do contrato atual foram aceitos pelas organizações para não gerar descontinuidade do serviço, mas agora causam descontentamento por parte dos gestores. Segundo eles, o valor repassado pelo poder público é suficiente apenas para pagar os salários da equipe, e as organizações captam recursos privados para a manutenção dos demais componentes dos serviços.

Além da questão financeira, na visão dos gestores, os técnicos da prefeitura responsáveis pela relação com as organizações *“acham que são donos dos CEIs por causa do financiamento, e querem interferir em questões básicas, internas às instituições”*. Os relatos apontam ingerência na gestão das organizações em questões que não caberiam à prefeitura: *“eles querem saber de detalhes que não lhes são pertinentes ou são de responsabilidade e outras instâncias”*; *“não é a organização que tem que se adequar ao poder público, mas o poder público que deveria potencializar o que a gente já faz”*. Os gestores esperam do Poder Público as diretrizes básicas, mas não querem ser tratados como um CMEI, garantindo a preservação da sua autonomia e identidade própria. Foram mencionadas situações que há exigências impostas aos CEI, mas que não são para os CMEIs, como a não permissão do apoio de estagiários para apoio a alguns tipos de crianças especiais.

A ingerência também diz respeito, em alguns momentos, à proposta pedagógica: *“educação se constrói, não é de fora para dentro, a equipe constrói isso. Não pode ser de cima para baixo”*. Os gestores reivindicam liberdade e autonomia nos parâmetros pedagógicos, dentro de diretrizes gerais estabelecidas pelo poder público. Em termos gerais, no entanto, há liberdade para o estabelecimento de uma proposta pedagógica própria e para as organizações trabalharem a sua confessionalidade, cada uma delas podendo atuar a partir da sua identidade e da sua particularidade. Os gestores estão cientes das suas identidades e querem preservá-la, de acordo com a legislação. Eles também têm expectativas de apoio, suporte e remuneração justa pelos serviços prestados à comunidade.

Segundo eles, outro fator que pesa muito negativamente em relação ao Poder Público diz respeito à relação com as mudanças de gestão: *“ficamos à mercê do gestor que entra, e isso é muito complicado”*. As mudanças nas equipes técnicas e de gestão são muito criticadas pelos gestores dos CEIs: *“depende muito da cabeça do gestor”*. Segundo eles, os novos gestores entram, mas as organizações precisam manter o serviço continuado, o que causa sempre incertezas e vulnerabilização da entidade no primeiro ano de cada nova gestão: *“ficamos sempre muito dependentes e atrelados à vontade do gestor”*. As mudanças de gestão são, muitas vezes, vistas como retrocesso, pela chegada de um corpo técnico que vem da realidade dos CMEIs para atuar junto aos CEIs: *“eles não conhecem a nossa caminhada, a nossa história, a legislação que nos rege, como entidade privada, e não pública”*. Além disso, segundo eles, falta profissionalização e capacitação para alguns atores públicos.

Os relatos apontam para a falta de uma política de Estado, e não apenas de Governo, que entram e saem, claramente definida acerca dos procedimentos para remuneração das organizações contratadas. Isso faz com que a relação se desgaste com o tempo: *“sempre que conseguimos algum avanço, foi na base do embate”*.

No cumprimento do seu trabalho, os gestores sofrem a pressão de três frentes: do poder público, dos sindicatos dos funcionários e das famílias, que são pobres e precisam do apoio. A mediação dessas forças é um elemento de desgaste. Os gestores se sentem mais cobrados do que apoiados pelo Poder Público, e há críticas ao inclusive ao canal 156, como um dos mecanismos de pressão.

Boa parte das organizações também oferecem serviços de convivência e fortalecimento de vínculos. No caso deste tipo de serviço, relacionado à Política da Assistência Social, a fala de que os recursos repassados são insuficientes é ainda mais contundente: *“é uma vergonha”*. Por causa disso, a contratação do SCFV é rejeitada por algumas organizações e só é possível, segundo eles, para aquelas que captam recursos significativos da iniciativa privada e comunidade.

Os gestores participam de reuniões da rede de proteção nos territórios. As reuniões são mensais, e, para eles, este espaço intersetorial é importante, mas se restringe a discutir casos específicos, e não são de cunho de discussão de políticas: *“são casos que vão e voltam, é tão demorado, a eficácia da rede de proteção é muito baixa e o serviço é lento”*.

Para os gestores dos CEIs, a Rede de Proteção se encontra muito fragilizada e não oferece o apoio que eles necessitam no atendimento integral à criança e ao adolescente. Há relatos de crianças que precisavam de atendimento especial na área da saúde, mas não tiveram acesso aos serviços, como casos que precisavam de diagnóstico de autismo, por exemplo, mas o atendimento demorou demais, prejudicando a criança, entre outras demandas. Segundo eles, os encaminhamentos não funcionam bem, são muito demorados, trazendo consequências sobre a violação de direitos das crianças. Além disso, o investimento em prevenção e a busca ativa são completamente insuficientes. Para o seguimento das demandas sociais, *“parece que a única linguagem que é entendida é quando se fala mais alto, ameaçando inclusive entrar no Ministério Público”*. Além disso, da mesma forma como apontado em outros produtos, percebe-se claramente que o bom andamento para encaminhamentos a outros serviços do SGDCA depende muito da capacidade pessoal de relacionamento do gestor do serviço, e não de uma política pública definida e estabelecida, com procedimentos e protocolos claros, para além dos critérios pessoais. A capacidade de relacionar-se com pessoas de outros equipamentos públicos é que define como se dará o encaminhamento. Com relação aos conselhos de políticas públicas, a crítica é contundente e afirma que estes estão dominados pelos agentes do poder público: *“muitas coisas poderiam avançar, mas não passam nos conselhos”*.

A fragilidade do SGDCA é, em grande parte, percebida como a fragilidade dos próprios Conselhos Tutelares: *“tudo depende do CT”*; *“o CT informa que a demanda é tão grande, que eles têm que priorizar”*. Eles relatam a falta de capacitação e estrutura adequada de trabalho para o CT: *“a gente acaba ensinado sobre o ECA para eles”*; *“também falta estrutura para eles, acaba sobrando para eles mesmos”*. Os relatos mostram que em muitas situações, não há retorno dos casos encaminhados para o CT, ou seja, quase não há devolutiva para as organizações, de onde os casos saíram. Eles também apresentam queixas com a falta de sigilo do CT, colocando em risco as equipes da CEIs para o caso de algumas denúncias.

Para eles, a educação infantil deveria ser prioridade na política pública: *“o maior investimento deveria ser feito na educação infantil, especialmente na primeira infância”*; *“no serviço de fortalecimento de vínculos, nas crianças que apresentam dificuldades, quando você vai ver o histórico, você constata que quando elas tinham 3 anos já tinha sido constatado um problema, que não foi dado seguimento”*; *“se você quer saber como está a qualidade da educação infantil, é só ver como está o SCFV. O atendimento não está funcionando”*.

Os gestores dos CEIs apontam que as famílias estão vivendo uma situação socioeconômica difícil, e em geral não estão preparadas para cuidar das suas crianças e adolescentes. Segundo eles, há muita procura da comunidade pelos serviços, e nos serviços prestados, constata-se muitos casos de abandono, drogas e violências sofridas pelas crianças adolescentes. A preocupação com as crianças é grande e a fragilidade da Rede de proteção traz mais angústia, visto que todo o suporte é pouco nesta fase inicial da vida delas: *“cada dia que passa é um dia a menos para solucionar o problema da criança. Cada criança é um livro”*.

Números apontam que, no momento, há de 10 a 12 mil crianças fora da escola de educação infantil no município de Curitiba.

6.5 GRUPOS DE FOCO COM ADOLESCENTES DE ESCOLAS PÚBLICAS, MUNICIPAIS/ ESTADUAIS E PRIVADAS

Num mesmo dia, foram realizados dois grupos de foco, um com educandos de escolas públicas e outro com educandos de escolas privadas. O objetivo principal foi analisar a perspectiva de educandos de escolas privadas, que até então não haviam sido pesquisados, e apreender possíveis diferenças entre as percepções dos adolescentes das escolas públicas e privadas em diversas categorias de pesquisa.

A análise comparativa destes adolescentes e jovens, educandos do ensino médio, com os grupos anteriores, composto por educandos do ensino fundamental, mostra que, à medida que a idade vai aumentando e a perspectiva do vestibular e do início da atividade profissional se aproximam, os entrevistados se tornam mais críticos em relação à qualidade do ensino da escola pública, apontando de forma contundente a sua incapacidade de prepará-los adequadamente para o mercado de trabalho. Esta realidade confirmou o que já se apresentava na pesquisa junto aos jovens do programa de aprendizagem profissional. Enquanto os educandos das escolas privadas se sentem bem preparados academicamente, os da escola pública se ressentem da falta de qualidade do ensino. Segundo eles, se dependesse somente da escola, não conseguiriam acessar a universidade. Para eles, o colégio não dá segurança, é necessário fazer um cursinho para se preparar melhor para o vestibular e o êxito nos estudos está muito ligado à capacidade de perseverança e esforço pessoal do educando e ao diferencial de poucos professores. Segundo os educandos do ensino público, o colégio está mais preocupado em dar a nota, mas não em efetivar a aprendizagem de fato. Os educandos das escolas públicas, segundo eles mesmos, sentem uma diferença “gritante” em relação aos educandos das escolas privadas e reclamam da falta de uma disciplina mais rígida e efetiva da escola sobre os educandos que não querem aprender. Os educandos relatam o desinteresse dos educandos, mas se ressentem de que alguns professores tendem a generalizar este comportamento para todos, prejudicando os mais interessados. Ambos os grupos se sentem apoiados pela família nos estudos.

Realidades comuns: ser adolescente e jovem em Curitiba

No que diz respeito à questão dos serviços de saúde acessados, não se nota uma grande diferença entre os dois grupos. Dos 9 educandos da escola pública, 4 tinham plano particular. Dos 8 da escola particular, 5 tinham plano.

De acordo com o relato dos adolescentes, a realidade das drogas é comum para os educandos de escolas, tanto públicas quanto particulares, inclusive dentro das próprias unidades de ensino. Todos possuem colegas que utilizam drogas, já tiveram drogas oferecidas para eles, seja em baladas, festinhas ou no entorno da escola. Percebe-se que a droga está muito acessível ao adolescente e ao jovem curitibano, que se encontra vulnerável em relação a este problema.

Ambos os grupos conhecem colegas que praticam a automutilação. Os adolescentes atribuem-na à depressão, a problemas na escola, e principalmente aos problemas em casa, incluindo a falta de cuidado e atenção da família. Para eles, campanhas como o “setembro amarelo” e outras ações de proteção, devem ser direcionadas principalmente ao público adolescente e jovem, mostrando a vivência de um ambiente de vulnerabilidade emocional e psíquica.

Os educandos buscam alternativas de lazer, incluindo atividades esportivas e culturais, sendo que a maioria delas é paga, por iniciativa própria das famílias. O mesmo acontece com alguns que conseguem acessar o aprendizado de línguas estrangeiras. Neste ponto, não há diferenças significativas entre os dois grupos. Para eles, há muitas opções de lazer e cultura em Curitiba.

O *Bullying* é algo muito presente nas vidas desses adolescentes, embora seja reprovado por eles. Os casos de *bullying* dizem respeito, principalmente, aos com deficiências físicas, atitudes negativas e orientação sexual (principalmente em relação aos meninos). Para eles, o *bullying* é uma maneira de querer ser melhor do que o outro, diminuindo-o. Neste ponto, os educandos da escola privada relatam um ambiente um pouco mais livre do *bullying*, embora não isento dele, e uma postura mais ativa da escola em combater este tipo de procedimento.

Na relação com os pais e responsáveis em caso de condutas erradas, ambos os grupos relatam que são disciplinados através de conversas e da retirada de coisas que gostam – celular, festas, etc. Os próprios adolescentes apontam que o estabelecimento de limites é importante para vida deles.

A vida religiosa é presente nas vidas dos adolescentes, e eles participam de atividades porque querem, e não por imposição dos pais. Os grupos religiosos são receptivos e constituem referência de valores positivos para uma grande parte deles.

Para os educandos da escola pública, a vida sexual dos adolescentes curitibanos se inicia, na média, dos 13 aos 15 anos. Embora isso seja “normal”, uma boa parte deles considera muito cedo, por afetar psicologicamente a pessoa e influenciar nos estudos. Já os educandos das escolas particulares revelaram uma perspectiva um pouco mais conservadora, afirmando que achavam que média era entre 15 e 17 anos. Da mesma forma, eles acham isso, embora comum, “cedo demais”. Segundo eles, há uma certa pressão do grupo de amigos para o início precoce da atividade sexual, mas que não parece os afetar tanto. Ambos os grupos conversam em casa sobre sexo e drogas. Tanto nas escolas públicas quanto particulares, os adolescentes relatam muitos casos de gravidez na adolescência. Para eles, isso acontece por falta de responsabilidade, por “achar que não vai dar nada”, já que todos conhecem os métodos contraceptivos.

A maioria dos educandos da escola pública, se pudesse, mudaria para uma escola particular. Já para os de escola particulares, as queixas, quando há, se referem ao rigor da disciplina e às regras que devem ser seguidas pelos educandos. A reclamação dos educandos das escolas particulares se refere à língua estrangeira, pois segundo eles, o que a escola oferece não seria suficiente para passar no vestibular.

Embora os grupos se assemelhem na perspectiva de futuro - as respostas transitavam entre: em alguns anos, se vêem casados, com êxito profissional, uma casa própria, carro, terminando o mestrado, vivendo de forma confortável, trabalhando, com uma família, vida financeira boa, etc. - percebe-se nos educandos das escolas particulares uma certeza muito maior e uma visão de futuro mais clara com relação ao futuro profissional. Eles sabem dizer a carreira que pretendem seguir e alguns têm no radar sair do país. Participam de oficinas de preparação, testes vocacionais, e recebem um apoio da escola neste sentido, o que não foi mencionado entre os educandos das escolas públicas.

Tanto para os educandos da escola pública quanto particular, a grande maioria preferiria estudar e trabalhar, ao invés de apenas estudar (com tendência um pouco menor para os educandos de escolas particulares). Para eles, isso os levaria a adquirir postura profissional desde cedo, ser mais responsável e a não depender tanto dos seus pais. Percebe-se nesses educandos a vontade de aprender mais e, com os recursos adquiridos no trabalho, supririam lacunas da escola, como o aprendizado do inglês, a prática de esportes, etc. Para eles, além da questão financeira, há um valor moral positivo no trabalho: ter uma responsabilidade a mais, aprender a cumprir horários e metas, submeter-se a uma rotina, ter educação financeira e saber administrar o dinheiro. Para alguns adolescentes de escolas particulares, no entanto, é preciso se dedicar integralmente aos estudos nesta fase da vida, como investimento para um melhor futuro profissional.

A questão da violência, tanto física quanto sexual, é conhecida por estes adolescentes, tanto das escolas públicas quanto particulares. Todos conhecem colegas próximos que foram vítimas. Isso levanta a questionamento do porquê as escolas privadas não notificam os casos de violência contra crianças e adolescentes à rede de proteção e ao SGDCA, uma vez que esses adolescentes também estão sujeitos à violação de direitos.

Quanto à experiência de morar em Curitiba, embora alguns cujas famílias que vieram do interior sintam saudades, a cidade é um lugar bem avaliado, considerado melhor que outras cidades do país. Eles apontam o que é bom em Curitiba: estrutura, opções de lazer e cultura, qualidade de vida, limpeza. O que é ruim: violência e assaltos - a segurança pública é apontada como o grande ponto que precisa ser melhorado - além do transporte coletivo.

1.1.

6.6 GRUPO DE CONVERSA COM PAIS/RESPONSÁVEIS REDE DE ENSINO PÚBLICA MUNICIPAL/ESTADUAL E PRIVADA

Foram realizados dois grupos de conversas, no dia 14 de setembro de 2017, com pais/responsáveis por adolescentes de 14 a 17 anos, o primeiro, o qual chamaremos de grupo PUB, oriundos da rede pública de ensino e o segundo, grupo PRIV, da rede privada. Durante as conversas foram abordados assuntos diversos relacionados a educação formal, relacionamento entre pais/filhos/escola, passando por saúde, lazer, drogas, violência, convívio familiar, dentre outros, que estão estruturados em blocos, apenas como um recorte didático para melhor apresentação dos resultados.

Neste relatório, a análise será direcionada para as questões relacionadas com o direito à Educação, considerando aspectos pautados nas relações dentro instituições de ensino, público e privada, aos serviços educacionais acessados, na convivência familiar, clima social e educacional, percepção em relação a temas como a violência, drogas, *bullying*, da qualidade de vida e perspectivas para o futuro, dentre outros voltados para a realidade escolar e familiar do adolescente.

• Caracterização dos Pais e Responsáveis

O Grupo PUB contou com oito pais/responsáveis, os quais tinham idades que variavam de 28 a 67 anos, sendo dois deles não biológicos (padrasto e madrasta). Já no grupo PRIV, entre 32 a 51 anos, todos pais biológicos. Cada grupo contou com três homens e o restante composto por mulheres.

Os arranjos familiares encontrados foram similares, prevalecendo os arranjos pai/mãe/filhos e mãe/filhos entre ambos os grupos. No grupo PUB encontramos mais dois arranjos com mãe/filhos/padrasto e pai/filhos/madrasta.

As conversas em todos os grupos focais fornecem um painel de muitas particularidades, assentado sobre fortes bases comuns, entretanto componentes de ordem cultural e econômica têm uma presença marcante nas manifestações dos participantes. Mas, ao mesmo tempo, observa-se uma convergência significativa em algumas percepções do ambiente do ensino, da imagem dos profissionais de educação, dos problemas gerados pelas violências e pelas drogas, dentre outros aspectos.

- **Estrutura e acesso à Escola**

Em relação as condições de estrutura física das escolas, as diferenças são fortemente destacadas. No grupo PUB, muita identificação em relação aos prédios antigos das escolas públicas, a estrutura não é avaliada como precária por completo, mas com aspectos que os tornam falhos e desagradáveis aos olhos dos pais. Pontos de ventilação, piso danificados, muros depredados e falta de cuidados com os moveis, são considerados críticos e interferem no conjunto educacional: *“quando meu filho tira foto vejo as carteiras riscadas, sujas, nem parece as carteiras que eu estudava”; “as crianças até acham lindos os prédios antigos, gostam, mas elas falam muito, por exemplo, do piso danificado, parede sujas, temperatura abafada, fica difícil estudar”*.

Outro aspecto latente nas falas do grupo PUB, refere-se ao entendimento de que a administração da escola, é um fator determinante para um ambiente propício a educação, observada pelos pais que trocaram seus filhos de escolas e puderam estabelecer comparativos: *“vai muito pela administração da escola, onde os funcionários, em algumas se dedicam outras não, e isso faz a diferença”; “não existe uma padronização do estado nisso (administração da escola) cada uma cuida da forma que aprendeu, isso faz diferença”*.

A preocupação com a insegurança, dentro e fora dos ambientes educacionais é uma sensação que permeia as percepções dos pais/responsáveis quando o assunto é escola pública. Questões como o uso da chamada “revista” escolar, foi unanimidade entre pais/responsáveis das escolas públicas, em considerar que a revista é necessária como método de coibir entrada de bebidas, armas e drogas para se manter a segurança, entretanto consideram uma prática que depende da administração de cada escola, não sendo uma regra entre as escolas públicas: *“na minha o que ela comenta é a segurança, a criminalidade que acaba vindo para o ambiente escolar, onde está havendo falta de controle, acharam faca com os educandos, arma branca”; “eu assinei um termo autorizando a revista no meu filho por funcionários e patrulha”, “necessária a revista, traz certa tranquilidade”*.

A divergência entre os grupos foi extrema, pois enquanto o grupo PUB, além dos apontamentos estruturais e condições das escolas, abordaram a segurança como aspecto ligado a composição capilar das escolas, o grupo PRIV reagiu aos questionamentos sobre a estrutura física e ambiente escolar com adjetivos e expressões claras de satisfação: *“excelente”, “ótima”, “muito boa”, “não há do que reclamar”, sem percepção da necessidade de melhoria, mesmo com realidades de instituições particulares bem diversas no grupo*.

No grupo PUB, a maioria dos pais/responsáveis matricularam seus filhos em escolas distantes dos seus bairros de residência, notando-se mais uma inquietação com o bem estar dos adolescentes de forma mais ampla, não apenas no ambiente escolar, mas com a segurança nos deslocamentos. Muitos pais/responsáveis optaram por desembolsar com transporte ou levar seus filhos até escolas em bairros considerados de mais seguros: *"a escola do meu bairro é mais perigosa que essa aqui (referindo a escola central), essa tem mais vigilância, tem mais cuidado"; "patrulha escolar tá todo dia na frente"; "três quadras da minha casa tem uma escola, mas é muito perigoso, então eu optei por levar para uma a cinco quilômetros, mas que é muito melhor"*.

Alguns pais fizeram a opção, não apenas por uma sensação ou expectativa de maior segurança, tomaram decisões baseadas em fatos e situações ocorridas com seus filhos. Uma mãe do grupo PUB que mantém seus filhos em uma escola do bairro onde mora, afirma que mesmo sendo no bairro, a escola fica a mais de dez quadras e ela não consegue pagar transporte, deixando o filho seguir sozinho a caminho do colégio: *"eu já tive que tirar minha filha da escola porque o garoto estava mexendo com ela, era barra pesada, queria ficar com ela, mandava bilhetes de cunho sexual e o pessoal da escola, diretora, me alertou e eu tirei"*.

A escolha da instituição de ensino para o grupo PRIV, tem amparo em análises diversas como a tradição, qualidade e condições da família. Entretanto percebe-se que o fato de ser uma instituição da rede de ensino particular, assegura aos pais, uma clara percepção de qualidade e segurança. Cada família elenca suas prioridades, como ambiente agradável, proximidade da residência, tradição, valores, boa reputação, qualidade e demais aspectos que sugerem uma sensação de segurança educacional ao firmar um contrato de prestação de serviços. Palavras como "proximidade", "segurança", "tranquilidade", "atenção" foram repetidas em todas as falas quando se referem às instituições: *"eu estudei lá, minha mulher estudou lá, muitos da minha família e agora também meus filhos, qualidade assegurada"; "a escola trabalha muito o ser, e uma coisa que analisei foi a excelente colocação no Enem"*.

A possibilidade de trocar de escola, agora considerando a escola pública, demonstrou até certa uma nostalgia por parte dos pais do grupo PRIV em relação à escola pública, já que muitos dos pais presentes haviam estudado nela, porém, se não por imposição de restrições financeiras não trocariam uma instituição privada pela escola pública.

Apesar do entendimento de que a estrutura física da escola pública é aceitável e os profissionais são considerados com boa formação, onde muitos trabalham cumulativamente nas instituições privadas, elencam como problemas as greves, a falta de disciplina e cobrança social, são os fatores que mais desabonam a escola pública na visão dos pais: *“Faz um ano e oito meses que nós estamos morando em Curitiba, porque queríamos que a minha filha fizesse o ensino médio aqui na capital para deslanchar, e ela estudou uma semana na escola pública, e toda aquela vontade, aquele desejo pela capital acabou, ela olhou pra mim e disse: mãe acho que fizemos errado vir para cá, eu não sei, o professor já chegou na sala de aula e já falou que não vai dar todo o conteúdo, o outro já questionou a crença dela e ela foi desanimando e a gente teve que colocar ela numa escola privada”*

No Grupo PUB, observações sobre o transporte escolar registraram um descontentamento dos pais, com críticas veementes à falta de uma política pública para a área, além de reclamações sobre informações precárias e pequenas confusões referente aos critérios de concessão do “passe escolar”: *“falta uma política para todos, eu fui fazer o cartão educando era só para quem tinha bolsa família”; “eu moro em Pinhais, bem na divisa, mas a escola mais próxima e em Curitiba onde minhas filhas estudam, e não tenho o benefício de nenhuma por isso”*. Visivelmente as questões relacionadas às condições financeiras das famílias, aliadas às necessidades de deslocamento diário dos educandos, tornam-se um dos problemas preponderantes ao acesso à educação, sendo proposto um programa estadual de transporte que beneficiasse todos os educandos.

Pais/responsáveis das escolas particulares, o transporte é apenas um dos componentes de acesso à educação, não merecedor de relevância dentro de um contexto mais amplo que é o de garantir aos filhos uma escola, considerada por eles, de qualidade.

- **Relacionamento com os Professores e a Escola:**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica (LDB) de 1996 reconhece que *“A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana (...) e nas movimentações culturais”* (art. 1º da Lei 9394/1996). Evidenciando assim, legalmente a base familiar. Porém, um dos grandes desafios das instituições de ensino na atualidade, refere-se exatamente, a pouca participação da comunidade, e, sobretudo das famílias, na gestão e nas etapas de ensino.

De acordo com Parolin (2007, p. 36): “A qualidade do relacionamento que a família e a escola construirão será determinante para o bom andamento do processo de aprender e de ensinar do educando e o seu bem viver em ambas as instituições”. Nesse sentido, considerado como essenciais dentro do contexto pedagógico, os relacionamentos pais/escolas, pais/professores, são entendidos de formas diferenciadas entre os grupos pesquisados. A participação da família na educação formal dos filhos não parece ser uma constante, muito menos uma ação consciente por parte dos pais de ambos os grupos, apesar das distinções nos entendimentos, não são práticas perenes.

O grupo PRIV oferece uma visão mais tecnológica da questão, onde através de ferramentas interativas presentes em todos os ambientes educacionais (site, e-mail, aplicativos), possibilitam aos pais a sensação de acompanhamento pleno, mesmo sem a presença física. Tais ferramentas vêm preenchendo a lacuna do entendimento que a vida familiar e vida escolar se complementam e são essenciais para o desenvolvimento do jovem.

Reuniões constantes e atividades diversas que conduzem os pais/responsáveis a uma maior convivência com a unidade escolar, e conseqüentemente com seus professores, também são apontadas como presentes nas instituições privadas, entretanto a vida assoberbada dos pais/responsáveis nem sempre possibilita tal vivência.

Nenhum pai declarou que trocava de escola ou insatisfação com a questão em análise, reafirmando o contentamento com as instituições privadas, expressando proximidade, segurança, tranquilidade e atenção total da escola.

O relacionamento com os professores e comparecimento as escolas nos depoimentos do grupo PUB não foram motivadores. A presença dos pais e mães em escolas parecem reduzir à medida que o educando vai vencendo as séries iniciais do ensino fundamental e alcançando a pré-adolescência. Os contatos tendem a se restringir a eventualidades. A percepção é clara de que os pais não estão próximos da escola e nem esta consegue criar condições que estimulem esta ação. Uma percepção de ruptura na quinta série, terminado os anos iniciais do Ensino Fundamental, onde o(a) professor(a) mudaria acentuadamente as suas atitudes, colocando uma distância maior e reduzindo sua atenção, fenômeno que acomete os pais também. Esse seria um dos aspectos que na percepção dos pesquisados do grupo PUB, levaria a falta de compromisso do(a) professor(a) para com a família, mesmo estimulados os pais ignoram outros aspectos que estão causando tal sensação.

Os comentários conduziram o grupo a conclusões conjuntas que a administração de uma escola interfere de forma decisiva em vários aspectos da vida escolar como um todo, incluindo as práticas de comunicação e aproximação com a família, passando por ações de monitoramento da segurança e infra-estrutura do espaço. Alguns pais/responsáveis afirmam que receberam contatos telefônicos das escolas, entretanto nenhum demonstrou um ritmo de envolvimento maior, uma preocupação com o desenvolvimento escolar ou ainda descreveu ambientes propícios para tal convivência, focando apenas na presença física do filho na escola: *“sobre a comunicação com a escola estamos anos luz da escola privada, meu filho estudava numa escola privada e eu sabia tudo da vida dele por um app: faltas, provas, as malandragens, o que ele estava estudando, isso faz muita falta, simplificaria o contato com a escola, acompanhando tudo e nos dando mais segurança”*.

Embora seja praticamente universal a noção de que é necessária uma maior integração com o ambiente escolar, e de que esta conexão requer uma presença mais frequente dos pais, a discussão mostrou uma realidade distante do quadro ambicionado.

- **A Escola e a Preparação para a Vida**

As distorções entre os grupos em suas afirmações chegam a extremos quando perguntados sobre a percepção que eles têm sobre a função da escola e a preparação para a vida pessoal, profissional e em sociedade, os sinais afirmativos foram unânimes no grupo PRIV, os pais/responsáveis percebem que a escola como um espaço catalisador para o desenvolvimento integral, corroborando com os aspectos anteriores: *“não tem apenas conteúdo, mas se desenvolve o caráter, valores, consigo perceber isso”*; *“eles trabalham várias séries num grupo só, num mesmo ambiente, todos aprendem com todos, se desenvolvem mais, se tornam mais comunicativos, trabalham em grupo, o método é diferente de uma escola normal, e maravilhoso o resultado”*.

No contraponto da realidade, o grupo PUB apresentou resposta rápida e negativa à questão, com expressões curtas “não”. Com análises posteriores que passaram pela percepção da indiferença da escola com a formação até a sua forma conteudista desnecessária na visão de muitos: *“se deixar por conta da escola, a escola vai passar, se a criança adquiriu conhecimento, tudo bem, se não a escola não está nem aí”*; *“O sistema está voltado para você provar que aprendeu uma coisa que nunca vai usar, aí limita o desenvolvimento, principalmente o pessoal”*.

Pelas observações, frustra-se a esperança dos pais de que a escola pública³⁸ assuma o papel central no processo de socialização, de aprendizado e preparo para os diversos papéis e normas sociais. Enquanto na escola particular a sensação de plenitude nesse mesmo processo, dá aos pais um papel mais passivo, confiando a escola quase a totalidade dessa tarefa.

38 Na abordagem tratou-se da educação pública como um todo, porém como o grupo de pais e responsáveis eram de adolescentes, o enfoque dado por eles foi a educação vivenciada no momento, que é a de responsabilidade do Estado (Ensino Fundamental Ano Finais e Ensino Médio).

- **Estímulos**

Nesse enfoque os pesquisados afirmam dar apoio aos filhos para os estudos, e ambos os grupos convergem nas formas e percepções. A busca de auxílio nas tecnologias como canais de vídeo e filmes estão presentes em todas as famílias, em especial aos pais mais jovens, bem como o entendimento de que exemplos e atenção no dia a dia fazem a diferença para o desenvolvimento das competências e habilidades dos jovens.

Algumas falas mais francas apontam que a advertência e a imposição está presente quando se trata da necessidade de manter o filho na escola e fazê-lo estudar. Percebe-se que os pais/responsáveis na faixa dos cinquenta anos, buscam métodos e modelos vivenciados por eles e que consideraram eficazes em sua adolescência, *“às vezes eu ameaço”*, ou ainda *“tem que ter regra, impor limite também e cobrar responsabilidades”* como afirmam os responsáveis.

- **Professores**

Ambos os grupos convergem afirmando que os filhos sabem diferenciar os *“bons professores”* dos que nem sempre atendem às expectativas dos jovens em sala de aula, *“eles comentam, aqueles que acham que são bons e outros enroleicham”*. Em meio às falas, muitas vezes desconexas dos seus filhos, os pais/responsáveis garantem que acabam por descobrir questões bem mais amplas e sérias, que permeiam o ambiente escolar, como nos mostra as falas dos pais, um de cada grupo: *“minha filha faz balé e tirou várias notas baixas em educação física e relatou que o professor dava nota alta para as alunas mais amiguinhas dele, isso passa a ter um nível que você suspeita de quase um assédio”*; *“ano passada tivemos que reunir os pais e fazer a escola tirar um professor, a cada dia era um pai diferente reclamando, até que fizemos uma reunião fomos todos juntos lá e dissemos ou ele ou os filhos”*.

Atitudes desrespeitosas para com educandos são raras segundo os pais, entretanto a ausência de limites nas turmas (indisciplina) e faltas dos profissionais foram citadas como pontos de maior preocupação.

- **ECA**

Provavelmente esse foi tema que causou mais perplexidade e certa animosidade nos grupos. Alguns pais/responsáveis usaram a palavra *“proteção”*, de forma desconexa e com certa hesitação. A notória falta de conhecimento e relatos de experiências que consideradas desagradáveis, desperta uma imagem nada positiva para os familiares: *“talvez eu tenha uma ideia diferente, mas percebo que deu muita liberdade, muito direito e pouco dever, para você educar hoje está difícil, nós somos pais sabemos como é”*; *“no meu tempo não tinha ECA, na maneira que meus pais me criaram deu certo, eu particularmente acho que o estatuto veio para estragar um pouco o adolescente, realmente dá muita liberdade e pouco dever, onde já se viu um filho dizer para um pai vou te pôr na cadeia, porque você me deu um tapa, me corrigiu, não existe isso... aliás existe e vai para cadeia”*.

Os grupos não destoaram, independente da classe social, idade e instituições, todos expressam percepções negativas de forma geral. Com vários registros de experiências vividas ou ouvidas de outros pais próximos, demonstraram que, no senso comum, o ECA não atinge sua função protetiva junto aos filhos: *“Vivi uma situação complicada, deixo meu filho em casa a tarde sozinho no apartamento, e eu proíbo ele de descer, porque tem muito adolescente... volta e meia a síndica me avisava que ele descia, e nosso condomínio tem um lago, uma nascente, e perigoso, tem cobra, pedras, enfim, um dia eu cheguei mais cedo e peguei ele lá fora e dei uns tapas nele, briguei com ele e a vizinha que é professora do colégio inclusive, 2 dias depois me chamaram com o conselho tutelar, tive que ir para psicólogo, tive que apresentar uma declaração que eu não tinha distúrbio, nem ele... mas assim eu estava protegendo, educando...”*

Percebe-se uma grande confusão de entendimentos acerca dos conceitos fundamentais do ECA e a função do Conselho Tutelar, especialmente em relação aos limites e diferenças entre uma ação educativa e uma ação que viola os direitos fundamentais dos adolescentes. Familiares e, no entendimento destes, os adolescentes, quando se deparam com o chamado “castigo”, onde de um lado, os pais afirmam ser necessário o “corrigir” comportamentos quando esses destoam das regras consideradas aceitáveis pela família, do outro os adolescentes se negando a aceitar a condição, em tom de ameaça, segundo os pais, referem-se ao Conselho Tutelar como ente punitivo/repressivo aos pais, que impossibilitaria a determinação de qualquer tipo de ação de correção ou castigo. Observa-se no entanto, que ações não foram diferenciadas ou especificadas pelos pais, apenas relatadas de forma genérica: *“meu filho falou isso pra mim, aí eu disse eu posso ir presa, pago fiança e saio, mas você vai para um internato e aí...”; “limita a gente”.*

Alguns contrapontos foram apresentados, mesmo que de forma precária em relação ao conhecimento do texto do ECA, ainda está longe de ser entendido pelos familiares como uma doutrina da proteção integral que se destina a todas as crianças e adolescentes, não apenas aos menores em situação irregular, ou seja, aos abandonados, carentes, inadaptados e infratores. Muitos enfrentamentos ainda precisam ser feitos, mesmo após quase três décadas o ECA para que alguns aspectos do senso comum não continuem a enfraquecer o instrumento: *“tem um lado benéfico da proteção que hoje está sendo coibidas muitas ações, mas por outro ele extrapolou, antigamente professores forçavam muito mais a disciplina, hoje não se pode fazer nada, e sem disciplina não se aprende”; “Esse estatuto é bom para uma classe da população, que tinha muito abuso, que batem, agridem, ofendem, não só fisicamente, agora a gente acaba pagando um preço de não poder levantar a mão o para um filho.”*

- **Ensino Profissionalizante e Aprendiz**

As possibilidades de preparação da vida profissional com cursos e oportunidades de ingresso em programas na condição de aprendiz, apoiados na Lei da Aprendizagem (LF 10.097/2000) ou estágios na fase dos 14 aos 17 anos, obteve um entendimento bem harmonioso entre os grupos. Os pais/responsáveis com filhos em programas diversos se declaram satisfeitos e avaliam muito bem os programas, sem porém diferenciá-los.

Em ambos os grupos é dado um valor acentuado aos programas, a necessidade de encaminhar seus filhos ao “mundo do trabalho”, este entendido por eles como o início de um amadurecimento necessário, criação de uma rotina de responsabilidades e um dos aspectos para a formação e educação financeira. O contato do jovem com atribuições mais ligadas aos ambientes profissionais, desde que compatíveis com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, é entendido como essencial para esta fase da vida. Muitas das afirmações são pautadas nas próprias experiências vividas pelos pais, onde se confunde o trabalho formal com a condição de aprendiz, outras buscando dar responsabilidade aos filhos.

O trabalho entretanto, não é visto por muitos deles, como um empecilho para a continuidade ou sucesso nos estudos. Acreditam que o trabalho ajuda o crescimento e o amadurecimento dos jovens e adolescentes. Entretanto, no grupo PRIV, os pais observam que esta é uma possibilidade que enfrenta a limitação nas escolhas profissionais de seus filhos, onde cursos como medicina, não possibilitariam tal vivência, nas quais os familiares apoiam a determinação dos filhos em focar apenas nos estudos: *“me arrependi de não ter colocado meu filho mais velho num programa desses, deixei ele só estudando e hoje vejo que ele com seus 26 anos não tem rotina de trabalho, iria fazer isso com a minha filha mais nova, mas ela quer fazer medicina, então ela só vai estudar”*.

Algumas reclamações em relação à dificuldade de conseguir vagas em instituições de aprendizagem e a reflexão de um pai sobre a eficiência e de tais programas e a falta de diretriz e fiscalizações, também receberam forte destaque entre os pais de ambos os grupos: *“Ele fez vários cursos já, acho super bom, e até uma forma de estimular eles a ganhar dinheiro, ter formação financeira, estão tendo contato com profissionais, amadurecendo para trabalhar numa empresa, aprendem se expressar, porque ficar em casa a tarde toda e complicado”*; *“Minha filha tem 17 e desde 14 anos ela quer fazer estágio e nunca conseguiu, acho que eles dão prioridade a baixa renda, ela estava triste aí para ela não ficar em casa eu paguei um cursinho pra ela e ela melhorou comigo, está mais feliz por se ocupar”*; *“muitas vezes o menor aprendiz é uma forma de dar mão de obra barata a empresa, eu vivenciei na minha empresa que eles adoravam aprendiz porque pagavam a metade.”*

- **Sistema Único De Saúde**

Em relação ao Sistema Único de Saúde - SUS, todos os responsáveis dos grupos utilizam ou já utilizaram um dia. Sendo que no grupo PUB todos os pesquisados utilizam os SUS e no Grupo PRIV todos utilizam convênios, e as críticas são idênticas de ambos os sistemas: filas de espera por médicos e exames, em especial nas emergências.

Quando perguntados se acompanham seus filhos ao médico, a maioria não o faz, apenas duas manifestações de mães que acompanharam as meninas aos ginecologistas. Já os meninos não recebem esse tratamento.

- **Sexo**

Em relação à idade que os adolescentes iniciam a vida sexual, os pais/responsáveis em ambos os grupos afirmaram que a idade está entre 14 e 15 anos, entendendo, que a cada dia mais cedo, os jovens iniciam as primeiras experiências sexuais, necessitando de muito diálogo e observação junto aos seus filhos, na busca de verificar e acompanhar o estágio de maturação sexual do adolescente, para orientar efetivamente. Com referência a gravidez na adolescência nenhum familiar se manifestou, apenas um pai disse que não ser comum, mas acontecia.

Falar sobre sexo com os filhos, e no grupo, pareceu fácil para os pais/responsáveis mais jovens. Os pais/responsáveis concordam que quando são pequenos os filhos tem curiosidades e acabam iniciando as conversas, criando um ambiente propício e educativo, na medida em que o tempo passa, e em especial na adolescência, os pais/responsáveis que precisam ir atrás dos filhos e iniciar as conversas, *“a gente precisa ficar pegando os assuntos no ar para conseguir entrar no assunto, se não eles não falam”, “adolescente não fala, adolescente se esconde, ai você tem que ir lá e puxar e ficar atento a tudo.”*

Entre os discursos, visível observar o despreparo da maioria dos pais/responsáveis para o assunto, dificuldades claras no grupo de se manifestar, demonstrando que em casa também não há fluidez. Questões como a necessidade de enfatizar e valorizar o sexo seguro, quando o que se vê é o aumento das doenças sexualmente transmissíveis, gravidez precoce e de tantas mazelas advindas da vivência sexual despreparada, são preocupações latentes para os pais/responsáveis de ambos os grupos, porém é muito difícil de transmitir em palavras ou organizar a lógica de um assunto que muitas vezes é tido como tabu pelos pais. Vejamos as falas a seguir: *“Meu marido chegou em casa e falou assim: passei na farmácia e comprei um pacote de camisinha para ele, eu sentei no sofá e comecei a chorar, chorar de soluçar, ai meu marido, calma, calma eu to brincando Eu iniciei a minha vida sexual muito cedo e tive ele com 17 anos, foi complicado”; “Teve uma feira de profissões e voltou com duas cartelas de camisinha e uma camisa feminina, eu acho assim, é muito incentivo, é muita coisa, parecem incentivar ...”*

• Drogas

Um entendimento comum prevaleceu, apontando que, apenas com muito diálogo e mais proximidade dos filhos, se possibilitaria uma adolescência mais respaldada no pensar e agir, livre de doenças e drogas. Em ambos os grupos, pais/responsáveis afirmam que conversas sobre drogas são bem mais frequentes na família do que o assunto sexo, em especial pelos depoimentos comuns e relatos de uso de álcool e cigarro entre os amigos.

Nenhuma afirmação noticiada de drogas dentro das escolas, porém as narrativas acabaram por indicar casos, sendo os mais comuns de bebida alcoólica e a maconha.

A aquisição do álcool foi relatada por vários pais/responsáveis com depoimentos parecidos, onde é comum os adolescentes pedirem para os amigos acima de 18 anos adquirirem: *“meu filho levou bebida alcoólica para a escola para ganhar um beijo da menina mais bonita da classe, ele colocou vodka numa garrafinha de água, a menina tomou demais e o SAMU foi chamado, e eu fui chamado pela escola”; “muitas vezes eles iniciam por bobagens, influência, para se auto afirmar”.*

No grupo PUB, todos afirmaram que em estabelecimentos mais afastados do centro e pequenos, a venda de bebida alcoólica aos menores é comum. Alguns pais/responsáveis, arriscaram a contar seus métodos para afastar seus filhos da droga, onde a maioria se utiliza de um diálogo repressivo para criar o medo: *“no meu bairro você vê crianças comprando não só bebida, mas droga de dia, está bem complicado, mas dentro da escola não ouvi falar que levam, mas bebida de vez em quando tem comentário”; “uma coisa que eu faço e tratamento de choque, quando passo na Vila ..., mostro, está vendo isso, sabe quanto tempo eles não tomam banho, dorme na rua, todos roubaram, se afastaram da família, e estão aqui por causa da droga, já sentiu o cheiro...”*

Um pai em especial, contou sua experiência com um filho usuário de maconha e deixou os demais bem comovidos pela realidade muitas vezes tardiamente revelada.

“Meu filho mais velho usou pela primeira vez maconha no internato, uma escola integral, pagava metade da bolsa com o trabalho dele, hoje já não pode mais por causa do estatuto, mas lá era rigoroso, bem controlado... eles dão um jeito para tudo, para levar bebida, levar maconha... Conhecer droga, todos vão conhecer! O importante a gente sempre estar por perto, orientar, a gente sabe que ele continua usando, ele está na psicóloga e ela pediu psiquiatra porque ele vai ter que tomar remédio, a gente vê que em momentos ele tem aquelas crises de ansiedade, sai e procura. Nunca roubou nada, mas porque acompanhamos e nos arrependemos de não ter visto antes, não ter estado mais próximo dele.”

Muitos pais aguardam a adolescência para conversar com o filho sobre sexo e drogas. Visivelmente a preocupação está no mundo de hoje que favorece o contato com esses assuntos. A televisão, as bancas de jornal, o cinema, a internet, o grupo de amigos, tudo facilita que esse contato ocorra mais cedo. A informação, por mais que às vezes pareça uma intervenção precoce, pode evitar que aos 15 ou 16 anos os familiares se surpreendam.

Percepção clara entre os pais que é preciso antecipar o momento da conversa para que os adolescentes possam aprender a pensar antes de agir, uma vez que eles normalmente agem por impulso, na opinião dos pais.

- **Violências**

Episódios como o conhecido como *baleia azul* e *automutilação*, não pareceu aos pais/responsáveis uma realidade próxima, demonstrando nas falas desinteresse de ambos os grupos e uma confiança de que esse tipo de situação está longe da realidade deles, onde as notícias apenas vieram pelos meios de comunicação e não de casos reais nas comunidades ou escolas. Já a Campanha do Setembro Amarelo, mereceu mais atenção dos pais, com uma preocupação maior por se tratar de sintomas invisíveis na opinião de muitos: *“acho que essa campanha deveria ser mais forte, como a do câncer de mama, mais divulgada, ter mais alcance, um apelo muito maior, o suicídio que está em alta, bem antes e mais grave que a baleia azul e não é divulgado”*.

No grupo PRIV as preocupações se resumiram a mesma questão: a invisibilidade dos sintomas. Dois depoimentos deixaram os pais/responsáveis mais alertas para a questão, muitas vezes desconsideradas como ameaça e tidas como um comportamento típico dos adolescentes. *“A campanha assusta, mas acho ótimo, tive ajuda do Centro de Valorização da Vida- CVV, hoje eu faço trabalho voluntário, e atendo muitos jovens adolescentes e crianças de 11 e 12 anos, eles são intensos para tudo, aparecem com histórias bobas, mas para eles dói e eles dizem: vou me matar...”*

O depoimento a seguir reforçou a tese de que os motivos que levam os adolescentes a uma medida extrema, é aos olhos dos adultos, insignificantes, porém, apenas a ponta de um iceberg. *“A sobrinha da minha amiga tomou soda, porque a mãe tomou o celular, foi uma coisa de momento, deu um beijo na mãe foi na cozinha e tomou soda, o problema dos adolescentes que eles decidem rápido, mas depois eles começaram a lembrar e se culpam por não terem visto os sintomas antes”*.

Nenhum familiar associou os fatores de risco do comportamento suicida a questões relacionadas ao uso de álcool e/ou drogas, exposição à violência, conflitos familiares, experiências estressoras, entre outros, apenas citando o fator depressão de forma mais genérica. Nota-se que conhecer os principais fatores de risco e as diferentes formas de manifestação dos sinais a eles associados podem ser um passo importante para o

planejamento de programas de prevenção e auxílio as famílias e a escola.

O tema *bullying* foi confirmado em ambos os grupos e está presente nas escolas, porém o assunto não despertou muito interesse, entendido como algo corriqueiro, banalizado. Poucos pais/responsáveis fizeram afirmações demonstrando porém que realmente é uma questão latente nas instituições públicas e privadas, bem como algo que incomoda os adolescentes. As discussões giraram em torno das necessidades de colocar os filhos no lugar do outro, apesar da percepção superficial de que “eles não ligam”, saber o que o outro sente, a condição de colocar-se no lugar da outra pessoa, torna-se um exercício eficaz e frequentemente usado na opinião dos pais.

No caso das violências físicas muitos relatos entre os educandos são ouvidos pelos pais, na escola e nos grupos sociais. Duas mães relataram assédio com suas filhas, ambas trocaram as meninas de escola, demonstrando a impotência do ambiente escolar na mediação de conflitos ou ainda dificuldades de inibir os diversos tipos de violência. A banalização da também foi apontada como um grande problema que mascara muitas vezes a real situação encontrada. Entre os grupos os relatos foram parecidos, demonstrando que a violência faz parte da rotina dos adolescentes, independente do ambiente e de sua condição: “essa é uma questão do ECA, se hoje você tem um caso complicado contra um educando o que a escola pode fazer, nada, não pode expulsar, e ninguém faz nada”; “o que me incomoda muito nessa geração é a apatia a violência, eles olharam um vídeo daquele acidente na serra que o caminhão explodiu e o homem saiu correndo pegando fogo e eles riem”.

Um dos pais relatou que seu filho foi vítima de violência física na escola:

“meu filho veio de uma escola pública e quando coloquei ele como bolsista numa particular, ele apanhou durante cinco meses e não me contou, ele se enrolava para descer do carro quando eu levava, era estranho, às vezes aparecia com roxos, até que um dia após ele descer eu fui atrás dele, e vi um menino que puxava a mochila dele e dava vários socos nas costas dele, imediatamente fui até a direção da escola que prontamente chamou o conselho, vários educandos da sala deles disseram que isso acontecia todos os dias, fizemos boletim de ocorrência e corpo delito. Após ele me disse que nunca contou por medo de perder a bolsa, ele achava que por ser bolsista ele era minoria e perderia a bolsa.”

O relato mostra a importância dos responsáveis observarem o comportamento dos filhos e estarem próximos acompanhando o dia a dia.

- **Isolamento e as Redes Sociais**

Quando perguntados sobre o isolamento causado pelo celular, *vídeo game* e outros aparelhos eletrônicos e um suposto controle exercido pelos pais/responsáveis a fim de acompanhar, em especial as redes sociais, obteve-se quase simultaneamente, em meio a risos a frase comum, *“eles não dão as senhas”*.

A preocupação concentra-se na dificuldade de saber o que está acontecendo com o jovem, qual mundo virtual ele está envolvido, que grupos ou atividades. Ficar atentos aos sinais e romper a barreira das dificuldades tecnológicas inerentes a idade dos pais, são questão fundamentais. Frases comuns ouvidas pelos familiares refletem a necessidade do jovem em estar distante da família e próximos das redes sociais, *“após o jantar ela fala: mãe vou para o isolamento e fica lá trancada no quarto”*. Esse comportamento já havia sido apontado na pesquisa quantitativa com os responsáveis como algo que os preocupa. E esta conversa reforça esse comportamento do adolescente e do jovem de se *“isolar”*: *“meu filho fica muito no celular, mas eu não tenho como bisbilhotar, não tem jeito, não sei mexer com isso”*; *“lá em casa meu castigo é tirar o celular dela, mas ela apaga muita coisa e tem coisa lá que não tenho ideia do que é”*.

Alguns pais/responsáveis entendem que o celular é um *“mal necessário”*, visto que nos dias atuais, filhos estariam excluídos dos grupos sociais e, em especial, quando longe de casa, seria uma das maneiras de tê-los por perto. Um consenso entre os pais/responsáveis é que, por mais que as senhas sejam disponibilizadas, consideram-se impotentes frente às diversas *“modinhas”* nas redes sociais e dispositivos tecnológicos dominados completamente pelas novas gerações, nem sempre acessível aos pais, como relata um dos pais:

“eu tive uma situação com um filho que a escola pegou o celular porque eles estavam detectando droga dentro da escola, aí eu e minha esposa falamos meu filho não tem nada, pode mostrar o celular, e a gente se surpreendeu o que tinha no celular dele...ele não era usuário mas simpatizante, foi um susto porque pode ser um começo”,

E um dos pais enfatiza o assunto dizendo: *“mas a realidade é que a gente não conhece os filhos fora de casa”*.

Uma diferença interessante entre os grupos neste quesito, foi a afirmação de todos os pais/responsáveis do grupo PRIV, que em suas casas, optaram por manter apenas um aparelho de televisão na sala, de forma a acolher a família, monitorar e orientar os programas. Uma mensagem explícita em muitas falas deste grupo é o controle exercido pela imposição do poder material.

Percebeu-se com as discussões que a influência da mídia e das redes sociais nas relações entre as famílias é indiscutível, entretanto os pontos positivos e negativos para o desenvolvimento dos jovens ainda é completamente desconhecido pelos pais e conflituoso na maioria das vezes, em especial no tocante aos sentimentos pessoais e a sua exteriorização e consequências na formação deste jovem e para o convívio das famílias modernas.

Ações Educativas de Família

Quando os filhos agem de forma que desagradam os pais/responsáveis ou desrespeitaram uma regra familiar, a maioria deles afirma utilizar métodos como a restrição de privilégio: retiram o celular, proíbem de sair com amigos, também a reparação de dano e correção de erros, como limpar o que sujou, catar o que espalhou, pedir desculpas entre outros foram apontados pelos pais. Depoimentos relativos ao diálogo de advertência, como uma conversa franca e firme que ajude a criança ou o adolescente a entender suas ações e reconhecer seus erros, buscando a empatia, também foram expressas em ambos os grupos: *“eu tento uma conversa longa de empatia e pego pesado no lado emocional”; “eu do bronca, brigo mesmo, mas depois começo a conversar”; “eu tiro celular, proíbo de sair com amigas, corto TV...”*.

• Interferências Negativas na Educação

Quando questionados sobre o que mais interfere negativamente no momento de educar, a mídia apareceu em todas as falas, em ambos os grupos: celular, TV, *vídeo game*, bem como as telenovelas foram apontadas por todos como vilões em matéria de educar.

Os argumentos para tal entendimento, passam pelas dificuldades de controle dos programas de TV, impossibilidade de acompanhar as tecnologias, acesso a muita informação de forma rápida e sem controle, até percepção de que os entendimentos por parte do adolescente ao assistir TV ou ler algo na internet, nem sempre condiz com a realidade: *“telenovelas são terríveis, te ensinam a consumir drogas, vida adorável de traficante, homossexualismo, menu repleto.”; “eu procuro assistir com elas e ir conversando quando acho que está fugindo do controle de entendimento as novelas e as séries”; “percebi que ela estava entendendo de forma errada o que acontecia com a adolescente, aí que percebi que precisa conversar sobre o que se vê na TV”; “sinto que o vídeo game para mim é o pior, ele se transforma, fica autoritário com os amiguinhos, agressivo nos grupos online de jogos, eu fico apontando os comportamentos dele para ver se ele se percebe e corrige, mas não é fácil”*.

- **Religião**

Todos os pais/responsáveis fizeram afirmações que o ambiente religioso, independente de qual seja a crença, é muito importante para os filhos. Apontaram suas falhas por não conseguirem constituir um vínculo entre o jovem e a religião, afirmando, entretanto que quando um adolescente vai é porque ele realmente quer, sendo impossível forçar tal situação. O exemplo da rotina familiar e o grupo onde ele está inserido, são para os pesquisados os maiores motivadores para a integração ao um grupo religioso.

Percebe-se que a religião é entendida como uma instituição formadora da ética, com um papel importante na construção moral e cultural do adolescente: *“lá em casa não ele não vai, porque nós também não temos o habito, mas vejo que hoje faz falta, espiritualidade é essencial aos jovens”*.

- **Futuro dos Filhos**

Na imaginação dos participantes dos grupos, ver os filhos ingressando na universidade, graduando-se e com um bom emprego ainda é uma grande aspiração: *“Quero que ela faça faculdade, tenha um bom trabalho, casada e com filhos”* foi a primeira, e espontânea, frase pronunciada pelo Grupo PUB com uma concordância geral, provavelmente associando um padrão de adolescência comum aos pais que ali estavam. A mesma reação um pouco mais comedida percebeu-se no grupo PRIV. Entretanto num segundo momento, ambos mais reflexivos, na medida em que as falas prosseguiam, pais/responsáveis começaram a se manifestar com expressões como *“felizes”, “realizados”,* demonstrando que o ritmo dessa geração exige uma flexibilidade em relação aos padrões mais antigos ou ainda a relação apenas econômica e familiar entendida como ideal pelos familiares.

Um aspecto que se diferencia entre os grupos, refere-se à realidade da escola pública, a qual impõe obstáculos de difícil superação, na opinião dos pais, para o ingresso na universidade pública. Embora considerem aceitável a qualidade do ensino público, estão conscientes de que esta qualidade é insuficiente para assegurar o sucesso, pois reconhecem que a rede privada acaba ficando com as vagas.

Apesar de reflexões como *“às vezes eu fico pensando será que ela quer se casar e ter filhos, eu queria mas se ela não quiser, que ela seja feliz, vai que ele queira viajar o mundo”*, traz o entendimento de que depende de cada um, das suas realizações e escolhas diversas, sem a mínima possibilidade de direcionamento. Entretanto a questão da necessidade de uma carreira, continuidade dos estudos e independência financeira, preponderou nos entendimentos, explicando talvez a avaliação positiva, anteriormente dada aos programas de aprendizagem.

- **Curitiba**

Quando levados a estabelecerem reflexões e avaliações de forma genérica sobre Curitiba, comentando às expectativas em relação à cidade como um ambiente para a criação e formação dos adolescentes, os grupos se manifestaram de formas bem distintas. O grupo PUB focou exclusivamente em questões amplas de segurança, violência, atividades educacionais e o tempo ocioso dos jovens após o período letivo, demonstrando que as demandas econômicas e sociais apresentam uma realidade que preocupa aos pais das escolas públicas em Curitiba: *“Resolvendo questões de segurança o resto não precisa mexer”*; *“Mais campanha contra drogas, como PROERD³⁹ que existia e não existe mais”*.

E logo em seguida alguns pais colocaram as questões relacionadas a “ocupar” o tempo dos filhos de forma construtiva: *“acho que deveria ter programas no bairro para os jovens, eles vão pra escola de manhã e tarde não tem o que fazer”*; *“eu acho que as escolas de Curitiba deveriam ter disciplina como é o colégio da polícia, eu estudei lá, cuidado com lixo, com o prédio, com a limpeza”*; *“Cursos técnicos ter uma qualidade muito ruim, cursos no contra-turno com qualidade seria ideal pra tirar eles da rua”*.

No grupo PRIV, apesar da questão segurança ter surgido isoladamente por uma mãe, foi suprimida pela análise dos pais que, por condições econômicas mais vantajosas, iniciaram comparativos entre Curitiba e demais cidades dos pais que conheciam, estabelecendo uma relação de satisfação com a cidade de Curitiba: *“mas comparando com outras cidades não sei se vocês andam por aí, eu acho que Curitiba é muito bom, vão para uma xxx, para xxx, você abre a porta do carro e se descuidar na chegada levam sua mala”*.

- **Considerações Finais:**

Os pais/responsáveis que vivem em Curitiba, compartilham de muitas preocupações e anseios em comum no tocante ao desenvolvimento integral dos seus filhos. Apesar das condições socioeconômicas dos pais ser determinante ao acesso a serviços de qualidade e por consequência no desenvolvimento dos adolescentes, os primeiros indícios são de que há fortes bases em comum de opinião entre os pais em torno de pontos fundamentais como o ambiente escolar, como a influência das tecnologias e as mídias, a violência social, a iniciação precoce do sexo, a proximidade com as drogas, o distanciamento dos jovens, dentre outros.

Um dos principais desafios impostos aos pais, sem distinção, parece ser a necessidade de estarem mais próximos e perceberem os jovens em seu mundo, seja na escola, no bairro ou em seus quartos. Muitos pais, sem uma compreensão clara da fase e de que experiências seus filhos estão vivenciando, consideram como impenetrável e desconhecido o mundo dos jovens, provocando inquietações e desafios diários de convivência e formação.

³⁹ Programa Educacional de Resistência às Drogas – PROERD, teve seus dados levantado no Volume 3 deste diagnóstico.

A forte sensação de insegurança vivenciada hoje na sociedade ganha conteúdo, dramático junto aos pais e mães de crianças e adolescentes, especialmente nos bairros periféricos, quando avaliam as escolas de seus filhos. Alimentada por noticiário sensacionalista, por boatos e também por ocorrências concretas, uma realidade nacional, a insegurança crescente causa grande preocupação e leva os pais e mães a exigirem medidas diversas para estancar a questão nas escolas.

Contudo, tal aspecto nos faz perceber que o ambiente escolar que demonstrar atenção individual de várias formas, com um regramento mais difundido por parte das administrações, se valendo inclusive da tecnologia para acessar a família e fazê-la adentrar, mesmo que virtualmente no ambiente educacional, trará uma sensação de segurança mais ampla almejada pelos pais, podendo contribuir inclusive como um espaço de apoio estrutural a esses.

A sensação generalizada é de uma escola pública insegura, em que prevalece a crise de autoridade, com comportamentos desregrados por parte dos educandos e uma autonomia de gestão administrativa, sem um protocolo administrativo, faz com que as instituições públicas sejam percebidas de forma diferenciada, onde as escolas centrais apresentam padrões de satisfação maiores entre os pais, em relação as escolas dos bairros mais afastados.

Os pais também convergem em sua distinção entre escolas públicas e privadas. Consideram essas últimas de melhor qualidade. Para o público da pesquisa, o melhor ensino das escolas privadas advém, basicamente, de uma infraestrutura adequada, atenção integral ao desenvolvimento do jovem, aprendizagem além das disciplinas comuns, com conceitos de valores morais e éticos, da exigência dos professores, que “podem ser demitidos se não atenderem aos requisitos” e pelos canais de comunicação abertos entre pais e escola.

As escolas particulares são vistas também como um espaço mais disciplinado, organizado, respeitoso e seguro. Ao mesmo tempo, os pais concordam em que somente a escola privada pode garantir uma preparação adequada para o sucesso profissional e preparo para a vida.

Os pais entrevistados consideram seus filhos motivados para o ensino e para frequentar a escola em ambos os grupos. Avaliam bem os profissionais com ressalvas as faltas e greve na área pública. Nesta fase, dos 14 aos 17 anos, percebe-se uma diminuição das responsabilidades do pai e da mãe na educação formal do filho. A média dos entrevistados reconhece a importância de um estreitamento entre a família e a escola, mas não parece fazer muita coisa para tal. Para os pais da escola privada as condições tecnológicas de acompanhamento a distância e a extrema atenção por parte da escola, exime os pais de uma interação mais tradicional, com a presença física do pais na escola. Já na escola pública, os pais protegidos pela incompatibilidade de horários e compromissos, bem como o distanciamento da instituição, com falta de contato e acesso, tor-

nam essa relação quase inexistente, declinando à medida que o educando deixa as séries iniciais.

Com os jovens imersos em um mundo tecnológico, sob o aspecto da formação, em especial a construção da identidade, a comunicação social, o manuseio de informação e a construção de conhecimento têm sido influenciados pelas tecnologias da informação e da comunicação, que são ao mesmo tempo importantíssimas e perigosas na opinião dos pais. Esses percebem a necessidade de se apropriar desse universo de *blogs*, redes sociais entre outros elementos, para poderem interagir e refletir juntos com seus filhos. Esse universo, muitas vezes desconhecido pelos familiares, reflete oportunidades formais de aprendizagem, estabelecem relações e interação social, que podem servir à prática de *bullying* quanto para fortalecer relações sociais positivas e necessárias, podem esclarecer e informar ao jovem as suas principais dúvidas inerentes a idade, como pode levá-los a conceitos equivocados e ao isolamento.

A maneira como os pais percebem a sexualidade de seus filhos, ainda é um tema que carrega alguma dificuldade na orientação, bem como as demais transformações decorrentes da adolescência. Alguns autores afirmam que a percepção adequada pode revelar aos pais o que está acontecendo com seus filhos em termos de experiências sexuais, conseguindo identificar quando estes desejam conversar sobre sua sexualidade ou quando estão prestes a iniciar sua vida sexual (DIAS; GOMES, 1999).

Os pesquisados demonstram um certo constrangimento e afirmam que não abordam a questão diretamente e ficam à espera do “momento certo” que indique que seus filhos descobriram ou estão se interessando pela sexualidade. Entretanto, muitas vezes esse momento pode não ser percebido, ou tardiamente quando uma prática sexual já foi iniciada sem a devida orientação. Pais mais jovens tratam o tema com maior naturalidade em ambos os grupos. No entanto percebe-se que a maioria trata o tema sobre o aspecto do ato sexual em si, da preocupação com doenças, uso de camisinha, mas não compreendendo a sexualidade de forma mais ampla, como uma fase do desenvolvimento humano, buscando análise das dimensões social, psicológica e fisiológica da sexualidade (BRASIL. PCN. 1997. PAG 32).

A exposição dos adolescentes as drogas é um tema mais frequente entre os diálogos familiares em relação a sexualidade. Entre os grupos, não houve distinção expressiva nas abordagens, pois faz parte do dia-a-dia das famílias, entre através da Tv, das redes sociais, dos relatos do cotidiano e em todos os meios sociais. Os pesquisados são conscientes da presença das drogas nos mais diversos lugares, não afirmando no entanto, que drogas ilícitas estejam dentro dos ambientes escolares de seus filhos, entretanto, relatos dão conta de que, tanto as drogas licitas como ilícitas, são noticiadas nos diversos ambientes nos quais os jovens circulam.

A temática é abordada pelos pais com muita preocupação, clareza da realidade, porém com uma certa insegurança frente as suas ferramentas que são utilizadas para o combate. Nesse sentido, permanece o entendimento de que, não há muitas ações concretas a serem planejadas nesta fase, o que se faz necessário é um trabalho preventivo, criando um ambiente de diálogo constante entre as famílias. É de consenso que, apesar dos níveis de complexidade de cada faixa etária, e as limitações da família, é importante que ao chegar à adolescência, se tenha realizado todo um trabalho que permita ao adolescente resistir às situações de risco que podem surgir. Contudo, os pais sabem da importância de uma comunicação aberta, do conhecimento e acompanhamento do filho, da necessidade de estabelecer laços de confiança, como fatores determinantes para combater as drogas.

As opiniões sobre o ECA demonstraram um pouco conhecimento sobre o texto da lei, onde não se identifica um entendimento mínimo sobre a proteção integral, nem tão pouco sua abrangência universal das crianças e adolescentes. Com visões limitadas a respeito da legislação, passando pelo entendimento que o ECA é apenas uma ferramenta protetorista aos adolescentes infratores até um instrumento de retirada da autonomia dos pais e da escola em educar, a resistência se dá por diversos fatores que se confundem entre a desinformação, experiências desagradáveis, casos isolados e extremos difundidos pela mídia, pela falta de um conjunto articulado de ações mobilizadoras direcionadas a família e, sobretudo, as questões culturais herdadas de um passado autoritário.

Nesse mesmo viés, permanece a falta de entendimento do que se constitui situações e circunstâncias de ameaças de violação aos direitos da criança e do adolescente, seja por ação, seja por omissão. Nas conversas sobre as diversas violências, algumas mais comuns em ambientes povoados por adolescentes, como o bullying e a discriminação, não são percebidas pelos pais/responsáveis como uma situação de riscos pessoal e social, mesmo com vários relatos que deixaram evidentes algumas situações.

Por fim, pais e responsáveis de adolescentes típicos, com seus dilemas e desafios, analisaram as perspectivas de futuro e as percepções em relação a Curitiba, realidades bem diferenciadas foram marcadas, demonstrando que a divisão socioeconômica entre os grupos prevalece na compreensão das perspectivas de futuro. Um dos obstáculos apontados como um dos principais refere-se ao preparo para o ingresso na universidade gratuita, entendida aqui como insuficiente, considerada pelos pais como uma das condições essenciais ao futuro satisfatório dos seus filhos. A segurança aparece como uma das grandes preocupações dos pais, em suas diversas facetas sociais.

7. ANÁLISE CONCLUSIVA



Fonte: Nuvem de Palavras a parti do Capítulo IV do ECA, Art 53 a 59.

No decorrer do desenvolvimento deste material, com a intensificação das análises em relação do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer, que visa o pleno desenvolvimento da criança e do adolescente, percebe-se claramente as diferenças entre as políticas já estruturadas e fortalecidas, como a educação, e aquelas que ainda não ganharam da sociedade como um todo a sua devida construção.

Assim trataremos de apresentar apenas alguns destaques do produto 5, frente a sua complexidade e as dimensões que, por exemplo, o tema educação pode proporcionar, buscando uma reflexão de pontos que mais carecem de atenção, sem julgamento, apenas numa tratativa frente ao Artigo 53 do ECA, o qual balizou esse produto, no sentido mais estrito dessa proposta, que é de apresentar um diagnóstico, trazendo a realidade, através dos dados apurados, inúmeras possibilidades de análises que não se esgotam neste documento.

Se recuperamos as principais palavras dentro do Capítulo IV do ECA, a fim de mantê-las em nossas mentes, ou ainda se observarmos o recurso gráfico chamado de “nuvem de palavras”, utilizado no início desse texto, uma ferramenta muito usual, principalmente na internet para descrever os termos mais frequentes de um determinado texto, perceberemos que as palavras ensino, direito, acesso, fundamental, adolescente, atendimento, obrigatório, público, criança, regular, escola, idade, poder, são palavras que mais se repetem, não apenas no Capítulo IV do Eca mas em todo o relatório quando falamos do direito a Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer.

A Educação é um dos temas mais importantes no âmbito nacional, que se solidificaram na legislação nos últimos anos, como ferramentas essenciais, já foram citados no início desse material, passando pela estruturação do seu financiamento, com o FUNDEB até a última grande conquista com o Plano Nacional de Educação. Em Curitiba, a rede educacional municipal, está muito bem estruturada, na maioria das suas ações, com o desenvolvimento de um Plano Municipal de Educação, que forma um conjunto de metas e estratégias bem elaboradas, sobre um ideal de educação a ser alcançada pela população de Curitiba e, em especial, nos primeiros anos de vida, ganhando reforço com a Lei da Primeira Infância, o que permite acompanhar ao longo do tempo a situação da educação na cidade, seus pontos fortes e possíveis falhas a serem corrigidas, bem como a situação dos atendimentos aos direitos citados.

Avanços são percebidos em relação às metas dos Planos de Educação (Nacional e Municipal), em especial no que diz respeito às matrículas na primeira infância, com percentuais satisfatórios acima da média estadual e nacional, atendendo a progressividade do planejamento: Crianças de 0 a 3 anos matriculadas em Curitiba (Censo 2010) chegam a 39,5%, enquanto Paraná e Brasil, 26,7% e 21%, respectivamente. O mesmo acontece com a população de 4 a 5 anos, com 83,6%, enquanto a média nacional é de 78%. Com um crescimento visível nos últimos anos, sendo que os dados do INEP 2016 (Indicador 1), apontam na comparação com 2010, que, Curitiba aumentou a sua cobertura na faixa etária de 0 a 3 anos, chegando a 45,0% em 2016. O mesmo êxito aconteceu com a população de 4 a 5 anos, chegando a atender 95,3%, muito próximo a universalização, conforme Meta 01 do PME.

Entretanto em ambas as faixas etárias, como nas demais que puderam ser observadas no decorrer do texto deste produto, a dispersão geográfica dos equipamentos públicos, e por consequência o seu atendimento as demandas, muitas vezes se torna prejudicado. Citamos a Regional Tatuquara, com um percentual 43% menor de cobertura (22,4%) da cidade para crianças de 0 a 3 anos em 2010, passando a para 39,8% em 2016, apesar do avanço significativo, está muito abaixo da média de Curitiba. A mesma situação é percebida nas Regionais do Pinheirinho, Cajuru e Santa Felicidade, que para essa faixa etária (0 a 3 anos), a população não dispõe de vagas, ou ainda vagas próximas a sua residência. O contraponto está na regional da Matriz, a qual concentra um maior número de instituições de ensino, públicas e privadas, atendendo 85% da sua população.

Ainda cabe destaque a Tabela 3.1.2: que apresenta a evolução das vagas em creche por rede de ensino, percebemos claramente um avanço de 9,6%, saindo de 35.855 matrículas em 2013 para 39.355 em 2016. Entretanto a rede privada se destacou na oferta, com 19,5% de aumento no mesmo período e, a rede pública cresceu apenas 3,9% na oferta de vagas para a primeira infância, chamadas “vagas de creche”, para atendimento de crianças de 0 a 3 anos. Destaque para chamar atenção para a expressão “preferencialmente na rede pública” (Meta 01, PME), onde os números analisados em 2016, 47% das crianças atendidas estavam na rede

privada, demonstrando uma necessidade emergente e urgente de ampliação da rede pública.

Ainda na primeira infância, na faixa de 4 a 5 anos, Curitiba atingindo 83,6% das crianças frequentando a rede educacional, novamente percebemos que em 2010 a Regional Tatuquara com 72,7% da sua população, enquanto a Matriz tem 91,2% na pré-escola. Em 2016, gratificante a constatação que essa Regional, passou a ter 97,4% das suas crianças frequentando a pré escola. A evolução foi considerável, passando de 83,6% em 2010, para 95,3% em 2016, onde o poder público atuou de forma decisiva, se destacou com aumento de 15,8% nas vagas, enquanto a rede privada abriu apenas 1,7%, questão inversa a da faixa de 0 a 3 anos. Fato que se deve a condição para o cumprimento da Emenda Constitucional nº 59/2009, que deu prazo até o ano 2016 para universalização das matrículas nesta faixa etária.

A questão referente à necessidade de vagas em instituições de ensino para a primeira infância é uma das principais preocupações nacionais, e Curitiba, não está fora dessa discussão. Apesar dos números expressivos e avanços notórios dos últimos anos, as notificações dos Conselhos Tutelares, a demanda espontânea, aliada a expansão populacional regionalizada com o entendimento assentado da importância dos primeiros anos de vida, como um período decisivo para a formação de habilidades e capacidades determinantes, até para o ciclo econômico da sociedade; tornam essa questão da necessidade de vaga escolar, um ponto nevrálgico na educação de Curitiba.

Nesse sentido ainda importante apontar a análise do Volume I deste diagnóstico, que retrata as regionais de Curitiba em relação aos seus indicadores sociodemográficos, onde percebemos que as Regionais que possuem indicadores mais frágeis, são as que mais registraram notificações no Conselho Tutelar em relação a falta de vagas, bem como um índice menor de cobertura de vagas na primeira infância, em especial vagas em creches (0 a 3 Anos).

Temos o mesmo retrato em relação às notificações de violência e notificações de infrequência escolar, que precisam ser tratada com toda a dedicação das instituições e da sociedade como um todo, a dura realidade dos casos de violências, sejam elas domésticas, familiares ou extra-familiares, pois a pesquisa mostrou que 36,7% das instituições de ensino são atuantes nesse sentido, sendo que 100% da rede municipal é atuante, a rede estadual parcialmente atuante e a rede particular não foram identificadas notificações.

Em relação a Meta 01 do Plano Municipal de Educação, cabe uma segunda análise das estratégias iniciais, sendo elas 1.1, 1.2 e 1.3, como forma de alcançar os objetivos principais da Primeira Infância e, em especial, o preconizado no ECA, "acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência".

Algumas dessas estratégias do PME não apresenta em sua composição, o cenário ou o marco inicial para que a foi formulada, questão essencial para o acompanhamento e controle social. Um exemplo disso é a estratégia 1.3:

“1.3 Garantir que, ao final da vigência deste PME, seja inferior a 10% (dez por cento) a diferença entre as taxas de frequência à educação infantil das crianças, de até 3 (três) anos, oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per capita mais baixo.

A meta chama atenção frente ao cenário do diagnóstico em relação as vagas, por isso tomamos a liberdade de aferi-la com maior atenção, calculado o cenário atual para acompanhamento da mesma nos anos subsequentes.

Para este cálculo usou-se os Microdados do Censo Demográfico do IBGE (2010), o qual mostra que até um quinto da renda familiar per capita mais elevada se tem 51,7% das crianças de 0 a 3 anos frequentando escola (creche ou pré-escola) e no um quinto de renda familiar per capita mais baixo esse percentual é de 30,0%, uma diferença e 21,7%.

Levando em consideração a meta estipulada, a SME teria que abrir até 2025 um total de 2.553 vagas em creche, o que e inferior a demanda reprimida (ver Tabela 3.1.8), mesmo com a inversão da pirâmide etária que vem acontecendo, demonstrando que muitas vezes a falta de dados pode levar a estruturação ações não tão eficientes do ponto de vista de quem realmente necessita do serviço.

Tabela 7.1: Quantificação da Meta 1.3 do PME

Renda per capita familiar	Não frequenta	Frequenta	Total	(%) Frequenta
1/5 menor	15.275	6.545	21.820	30,0%
Entre 1/5 menor e maior	30.308	20.529	50.837	40,4%
1/5 maior	6.366	6.813	13.179	51,7%
Total de 0 a 3 anos	51.949	33.887	85.836	-

Fonte: IBGE (Microdados), 2010

Nota: A meta é alcançar menos de 10% na diferença entre 51,7% e 30,0%. Atualmente essa diferença é de 21,7%, ou seja, a SME teria que disponibilizar 11,7% de vagas em cima do total de crianças de 0 a 3 anos com 1/5 de renda familiar per capita menor ($21.820 * 11,7\% = 2.553$ vagas)

Na faixa etária de 6 a 14 anos, Ensino Fundamental, podemos chamar atenção para a comparação entre a população do Censo de 2010 e as projeções para 2016, o índice de crianças de 6 a 14 anos fora da escola em Curitiba, estimado de 6,0%, manteve-se igual, entretanto aponta-se que a faixa etária mais nova vem reduzindo a sua representatividade na população, apresentando uma queda nas matrículas no decorrer dos anos. No entanto a comparação por bairro foi prejudicada pois as informações referentes aos bairros de residência dos educandos no Censo Escolar que é de responsabilidade do Governo Federal estão desatualizada, carecendo de um olhar mais atento da gestão escolar no sentido de manter os bancos de dados atualizados, com fontes de informações na tomada de decisões e avaliação das políticas públicas. Mesmo assim o dado merece uma busca ativa dessa faixa que está fora da escola, ainda que existam notificações junto ao Conselho Tutelar,

observa-se que há muitas vagas disponíveis, 90% mais vagas que o número de notificações para essa faixa etária, demonstrando primeiro que a notificação por vagas passa muito pela escolha dos familiares em relação a escola e segundo, as crianças fora da escola, estão por motivos alheios a falta de vagas, que precisam da execução das estratégias 2.10 e 2.11 do PME.

A população de 14 a 17 anos (Ensino médio) aferido no diagnóstico pelo indicador 7, importante apontar que Curitiba apresentava em 2010, índices levemente abaixo dos encontrados no Paraná e no Brasil, em torno de 15%. Contudo regionais como a do Tatuquara, apresentam índices preocupantes (24,5%), 60% maior que o indicador do município. Pelos dados percebe-se uma concentração clara das instituições de oferta de vagas nas proximidades do centro, onde a Regional da Matriz acolhe mais de duas vezes a sua população dessa faixa etária em suas instituições, o que é normal nas cidades, entretanto casos extremos como o da Regional de Santa Felicidade precisam de atenção, onde existem apenas 38,5% de matrículas em relação a população local.

As notificações por falta de vagas no ensino médio são mais evidentes nas regionais do bairro Novo e Tatuquara com taxas acima de 10, enquanto a taxa média é de 5,4. Entretanto não foi possível fazer a comparação com o número de vagas disponíveis, visto que a rede estadual responsável não forneceu os dados.

Abordamos a questão da vaga no ensino médio, para ressaltar um dos problemas crônicos da modalidade: o abandono escolar. Muitas vezes, passivamente assimilada pelos sistemas de ensino, considerando a “desistência” normal ao lotar excessivamente as turmas no início do ano. Em que pese o PNE, a estratégia 3.8, aponta a necessidade de estruturar e fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência dos e das jovens, a preocupação se fundamenta, quando na Tabela 3.3.5: Rendimento escolar do EM por Regional, Indicador 9, identificou a regional do CIC, com o maior índice de abandono escolar, 11% em 2016, se contrapondo a Tabela 3.7.2.2. notificação de ausência escolar por rede de ensino e regional de localização da escola, onde o índice da regional foi um dos menores (2%), demonstrando uma negligência no preenchimento do FICA, sendo uma das regionais com indicadores sócio econômicos mais sensíveis de Curitiba, atrelado ainda ao percentual mais baixo de aprovação em relação da média municipal (75,5%). A necessidade de observação e intervenção local, passa pela observância de variáveis como vagas próximas a residência, da necessidade de optar pelo trabalho e detrimento aos estudos ou ainda do fracasso escolar cumulativo.

Cabe um parênteses importante em relação as notificações de ausência escolar, além da distorção visível apresentada na questão acima, os registros nas Secretarias Municipal e Estadual de Educação, comparadas com as informações do Conselho Tutelar, divergem em alguns aspectos que merecem uma leitura atenta dos dados, em especial um novo olhar ao protocolo e a capacitação de toda a rede, em especial ao conselho tutelar, em relação aos conceitos primários das notificações.

No grupo focal de pais/responsáveis de escolas públicas, dessa faixa etária (14 a 17 anos), demonstrou-se a preocupação dos mesmos em relação ao transporte escolar, considerando insuficiente, com dificuldades de acesso e regras não muito claras na visão deles. No entanto o relatório apontou pelos números das Redes Municipal e Estadual de Ensino, que uma pequena parcela da população faz uso desse programa: 1,4% e 1,6% respectivamente em relação às matrículas de cada rede. Sendo que o trajeto até a escola, foi considerado pelos pais uma das suas maiores preocupações, abordado pelos viés da segurança e da questão econômica, onde os mesmos precisam desembolsar o custo, visto que nem sempre as instituições de ensino médio estão presentes no bairro e quando tem, são consideradas “inseguras” e com “baixa qualidade”, o que faz os pais optarem pelo deslocamento até a Matriz, considerada com escolas de boa qualidade e com mais segurança. Justificando o dado apresentado no parágrafo anterior, onde a Matriz recebe duas vezes mais educandos que a sua população (237,0%).

Com o grupo focal dos educandos das escolas públicas e privadas, desta mesma faixa etária (14 a 17 anos), quando a idade vai aumentando e a perspectiva do vestibular e do início da atividade profissional se aproximam, os entrevistados se tornam mais críticos em relação à qualidade do ensino da escola pública, o mesmo se apresenta na pesquisa junto aos jovens do programa de aprendizagem profissional. Já no grupo de educandos de escola privadas, bem como os pais desses educandos nos grupos, as diferenças são gritantes em relação a percepção da qualidade das escolas, nesta última, pais e educandos se sentem extremamente seguros em relação a qualidade e a formação escolar e para a vida profissional inclusive. Ainda corroborando a preocupação dos pais de escolas públicas, em relação a seguranças dentro, no entorno e no trajeto até as escolas, preocupação que passa pela medo de assaltos, droga, violências; os filhos, em seus grupos de conversa, relataram uma realidade de drogas comum para os educandos de escolas, tanto públicas quanto particulares, inclusive dentro das próprias unidades de ensino.

A educação especial em Curitiba, apresentam os mais variados serviços em atendimento a Resolução Nº. 4 CNE/CEB, que traz orientações para implementação da política de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, dispõe de vários serviços e uma rede de programas que acolher a demanda, que disponibilizam desde Salas de Recursos Multifuncionais, avaliações e atendimento psicoeducacionais até atendimentos de escolarização residencial e hospitalar. Nos grupos focais, em especial onde estavam presentes gestores e professores, alguns pontos que merecem atenção foram levantados, como a necessidade de capacitação dos profissionais para a inclusão e maior agilidade nos encaminhamentos realizados pelas escolas.

Corroborando com a vasta bibliografia sobre o tema, em relação família x escola, se destaca de forma contundente nos grupos de foco. Entendida por todos como determinante para o bom andamento do processo de aprendizagem e para o pleno desenvolvimento das crianças. Educandos, que sentem falta de atenção e cuidado da família. Os pais de escolas públicas, em especial dos adolescentes, que se sentem excluídos das escolas e com filhos distantes; de outro, profissionais envolvidos com a rede escolar, que percebem o distanciamento e fragilidade dessa família, que sem uma escola estruturada, são condições propícias a uma situação de vulnerabilidade.

São inúmeras as ações determinantes quando tratamos do contexto da vulnerabilidade social, dentre elas as ações ligadas a cultura e esporte. Em Curitiba a área cultural está bem estruturada, onde 70,3% dos equipamentos são públicos, atingindo 2.341.986 em 2016, entre as ações a atividades culturais, oficinas e leitura, entretanto a concentração dos equipamento e a distribuição dos serviços encontram-se concentradas nas Regionais da Matriz (49,6) e do Boqueirão (22,3%). Já no esporte, o atendimento da Secretaria Municipal chegou a 5.573 no Programa de Atendimento Sócio Esportivo – PASE, uma oferta 12 atendimentos a cada mil habitantes de 0 a 17, com incrementos importantes como Lei Municipal de Incentivo ao Esporte (prevê a captação de recursos do IPTU em projetos esportivos), ampliando o atendimento, aliado a Secretaria de Estado que apoia o esporte de alto rendimento, com 5.648 educandos de 12 a 14 anos, em 2016, com objetivo de obter o crescimento desportivo paranaense, aliado ao desenvolvimento social.

Apesar dos esforços concentrados em ambas as áreas, a percepção em especial de atividades esportivas é de insuficiência, não apenas pelos números de atendimentos, mas em especial pelas falas e relatos nos grupos focais, além da falta de espaços para atividades de esporte e lazer, a desigualdade de distribuição de equipamentos públicos entre as regionais e as condições sócio econômicas das famílias, afastam os jovens das atividades esportivas e de lazer.

O Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional 2017 – Movimento é Vida: Atividades Físicas e Esportivas para Todas as Pessoas, divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), afirma ser necessário advogar a favor das atividades físicas e esportivas para toda a comunidade, sendo preciso fomentar mais o movimento, inclusive da escola, como expressão das individualidades e construção das relações sociais; considerar as necessidades diárias de atividade física preconizadas para crianças e jovens. Ainda defende um sistema com estrutura mais aberta e descentralizada permite a elaboração de políticas intersetoriais para garantir o direito ao acesso às atividades físicas e esportivas, afirmou o documento, como forma de driblar a falta de recursos públicos na área.

Muito há, no campo da educação cultura e esporte, o que se pensar e reorientar as práticas. Aqui foram apontados apenas alguns pontos que chamaram mais a atenção nos dados levantados, tanto quantitativos como qualitativos, no desenvolvimento detalhado deste produto. A seguir algumas sugestões que servem de lembretes que foram se mostrando mais evidentes no decorrer do diagnóstico, outras percebidas pelos integrantes da rede nas conversas de foco, confirmadas pelos dados. Contudo, como já foi afirmado, trilhamos um percurso que resultou em um instrumento rico, trazendo a realidade através dos dados apurados, com o objetivo de contribuir de forma significativa na tomada de decisões dos diversos setores da sociedade, o qual, a partir de próximos múltiplos olhares, abrem inúmeras possibilidades de análises que não se esgotam neste documento.

8. RECOMENDAÇÕES

- ✔ Ampliar o investimento na primeira infância, com vistas a sanar a necessidade de vagas de creche nas regionais CIC, Sítio Cercado, Tatuquara, Cajuru e Campo do Santana. Estudos apontam que a desigualdade social se agrava no momento que a mulher necessita ficar em casa para cuidar dos filhos. As vagas em creche e pré-escola possibilitam que os responsáveis possam buscar trabalho e aumentar o rendimento familiar;
- ✔ Em relação a pré-escola, a SME deve analisar caso a caso a Regional CIC, dado que este tem vagas disponíveis, porém as notificações do CT são altas. Entender a necessidade da demanda se faz necessário para atendê-la;
- ✔ Parcerias entre município e estado para disponibilizar vagas de ensino médio, que hoje é competência do estado, em regionais com poucas vagas. O fácil acesso às escolas, ou escolas mais próximas a residência, podem garantir a volta dos adolescentes para a sala de aula e/ou a sua permanência; e,
- ✔ Conjuntamente, uma política de transporte escolar estruturada no município e no estado, com vistas a ampliação, com regras transparentes e mais difundidas entre a população;
- ✔ A Regional CIC e a Regional do Bairro Novo, apresentaram percentuais elevados de abandono escolar, muito acima dos demais na rede estadual, o que carece de uma análise mais aprofundada, com vista a intervenção;
- ✔ É necessário e urgente a revisão das premissas essenciais com vista a uma abordagem e interpretação única das notificações de ausência escolar pelos Conselhos Tutelares;
- ✔ Percebeu-se no decorrer da coleta de dados uma descontinuidade, pelo menos do nome, de projetos e programas dentro das secretarias pelo motivo da troca de governo. É necessário entender que o usuário da política pública é o mesmo, e que a avaliação da política pública é essencial para aprimorá-la, e a troca de nome pode mostrar uma descontinuidade não real e uma interferência política desnecessária;
- ✔ Empoderar os Fóruns de Educação, desenvolvendo componentes necessários para estruturação dos indicadores municipais para as demais Metas do Plano Municipal de Educação que não foram estabelecidas neste documento, bem como as principais estratégias, de forma a permitir a avaliação do desempenho das políticas públicas no decorrer do decênio;

- ✔ Um plano anual de gestão escolar, baseado na construção coletiva entre professores, pais, educandos, em especial para as instituições educacionais que atendem à demanda 14 a 17 anos, de forma que a administração escolar estabeleça questões cotidianas e simples de convívio diário e rotinas, tais como disciplina, regras de convivência, campanhas de conscientização (*bullying*, *setem-bro amarelo*), comunicação e atendimento (pessoal e virtual) aos pais, reuniões, práticas para coibir entrada de drogas lícitas e ilícitas, entre outras;
- ✔ Criar mecanismos de comunicação com os pais com apoio da tecnologia: *app*, *site*, entre outros meios, de forma a conectar pais, educandos e professores, tornando-os, em especial os pais, mais envolvidos nos estudos, economizando tempo dos professores, com agenda, telefonemas e *e-mails*, ou ainda criando vínculos onde estes não existem entre escola e pais;
- ✔ Ampliar os equipamentos esportivos e culturais da cidade tradicionalmente concentrados no centro para as áreas com forte concentração de jovens e população de baixa renda, como Tatuquara, CIC e Bairro Novo;
- ✔ Desenvolver ações coordenadas e itinerantes, criando espaços em bairros mais periféricos para as diversas manifestações culturais, aproveitando praças públicas, centros culturais, barracões, centros de convivência, etc;
- ✔ Promover a revitalização cultural dos espaços já existentes, humanizando a cidade e promovendo uma gestão compartilhada entre Poder Público e comunidade na manutenção dos espaços;
- ✔ Ampliar o importante projeto “Comunidade escola”, em especial em finais de semana com atividades recreativas e culturais para a comunidade do bairro;
- ✔ Propor parcerias com o setor privado e o terceiro setor na formulação e execução de programas de educação em direitos humanos, promoção da paz e que incentivem o diálogo e práticas fraternas nas comunidades e escolas;
- ✔ Criar, ampliar, manter e viabilizar programas e projetos voltados ao esporte e ao lazer, incluindo as crianças, adolescentes e jovens com deficiência, fortalecendo e estimulando parcerias com o terceiro setor, entre os vários entes públicos e o setor privado;

- ✔ Capacitar e valorizar os profissionais de esporte e lazer, abrindo concursos nesta área para o trabalho nas escolas, comunidades, e demais espaços públicos parceiros. Garantir aos profissionais de Educação Física e aos agentes sociais do lazer formação e condições para o atendimento a comunidades nas mais diversas dimensões esportivas e de lazer, para todos os segmentos, em especial a infância, juventude e portadores de deficiência;
- ✔ Ampliar os investimentos municipais, e em regime de colaboração estadual e federal, para a construção, restauração e ampliação da infra-estrutura necessária à prática da atividade física nas escolas e em espaços municipais urbanos de grande concentração populacional. Estruturar uma política de aproveitamento de espaços físicos já existentes, com a abertura das escolas, clubes, universidades, entidades privadas e sem fins lucrativos, academias, e outros, durante a semana e nos finais de semana, com propósito de firmar parcerias que promovam a ampliação da oferta da prática esportiva e de lazer para os educandos das escolas públicas e comunidade em geral;
- ✔ Desenvolver campanhas de esclarecimento junto aos pais e comunidade as premissas do ECA e as principais funções do Conselho Tutelar, em parceria com a Rede de Proteção e o Sistema de Garantias de Direitos;
- ✔ Desenvolver programas relacionados a distinção de um ato de indisciplina escolar e um ato infracional, em especial para faixa dos 14 aos 17 anos, evitando a intervenção da Guarda Municipal ou de autoridades policiais de forma desnecessária. O objetivo principal é orientar a ação dos profissionais da educação, de forma que, o adolescente seja levado até essas instâncias, quando realmente a sua ação possa ser entendida como um ato passível de medida socioeducativa. Em situações simples de indisciplina, que o adolescente é levado a delegacia por exemplo, reforça-se a ideia de “impunibilidade” e não responsabilização do adolescente, já que, de fato, nessas situações não será aplicada medida socioeducativa e o adolescente (e a sociedade) pode entender o sistema de atendimento socioeducativo de forma distorcida, além de se constituir em prática que desautoriza os profissionais da própria escola e até as autoridades como a polícia ou Guarda Municipal que acompanham adolescente até a Delegacia, de onde será liberado imediatamente. (Ver Produto 7 deste diagnóstico);
- ✔ Atualizar, divulgar, capacitar e potencializar o “Protocolo da Rede de Proteção à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco para a Violência”, junto as redes de ensino de Curitiba, em especial a rede particular;

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Câmara dos Deputados. Comissão Especial Destinada A Promover Estudos e Proposições para A Reformulação Do Ensino Médio. - CEENSI 2012.: Disponível em <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/reformulacao-do-ensino-medio/reunioes-1/audiencias-publicas/apresentacao-do-sr.-cesar-callegari-07-11-2012> Acessado em 24 de maio de 2017

BRASIL. Câmara do Deputados. Comissão temporária <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/especiais/54a-legislatura/reformulacao-do-ensino-medio/reunioes-1/audiencias-publicas> Acessado em 21 de julho de 2017

BRASIL. Constituição (1988). Constituição: República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o plano nacional de educação e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 2014. Seção I. p. 1

BRASIL. Lei n.º 9394/96, de 20 de dezembro de 1996. LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, DF: Senado Federal, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 14 de fevereiro de 2015

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Notas estatísticas do censo escolar 2016. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/notas_estatisticas/2017/notas_estatisticas_censo_escolar_da_educacao_basica_2016.pdf Acessado em 01 de agosto de 2017

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE : biênio 2014- 2016. - Brasília, DF : Inep, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Parecer CNE/CEB nº 17/2001, aprovado em 3 de julho de 2001

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Resolução CNE/CEB 2/2001. Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, Seção 1E, p. 39-40, 14 de setembro de 2001.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília : MEC/SEF, 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro01.pdf> Acessado em 03 de abril de 2017.

CUNHA FILHO, Francisco H. Cidadania Cultural: um conceito em construção. In: CALABRE, L. (org.) Políticas Culturais: diálogos e tendências. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010.

CURITIBA. Lei de Incentivo ao esporte. 2016. Disponível em: <http://www.curitiba.pr.gov.br/conteudo/incentivo-ao-esporte-smelj/152> Acessado em: 04 de julho de 2017

CURITIBA. Lei Nº 14.681, de 24 de junho de 2015. Plano Municipal de Educação, 2015. Disponível em <https://leismunicipais.com.br/plano-municipal-de-educacao-curitiba-pr> Acessado em 06 de julho de 2017

CURITIBA. Lei Pelé. Lei 9.615/98 1998. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9615consol.htm Acessado em 04 de julho de 2017.

DIAS, Ana Cristina Garcia; GOMES, William B. Conversas sobre sexualidade na família e gravidez na adolescência: a percepção dos pais. *Estud. psicol. (Natal)*[online]. 1999, v.4, n.1, p. 79-106. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1999000100006&lang=PT . Acessado em 02 de fevereiro de 2017.

DIGIÁCOMO, Murillo José. Evasão Escolar: Ministério Público do Estado do Paraná. 2005. Disponível em <http://www.crianca.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=825> Acessado em 12 de setembro de 2017

FAS, Protocolo da rede de proteção à Criança e ao Adolescente em Situação de Risco para a Violência/ organização Hedi Martha Soeder Muraro, 2008. Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwiyptCUtLHXAhWlgZAKHT2eAlwQFggnMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.fas.curitiba.pr.gov.br%2FbaixarMultimidia.aspx%3Fidf%3D391&usg=AOvVaw1Nj1qhwFtyFzpsRt-vLeBsP>. Acessado em 16 de outubro de 2017

GOMES, Waldelene de A. et al. Nível de informação sobre adolescência, puberdade e sexualidade entre adolescentes. *J. Pediatr. (Rio J.)*[online]. 2002, vol.78, n.4, pp. 301-308. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0021-75572002000400009&script=sci_arttext>. Acessado em 20 de março de 2017.

HECKMAN, J. a *Economia da Desigualdade e o Desenvolvimento Humano*. Apresentação realizada no I Seminário Internacional do marco Legal da Primeira Infância, câmara dos Deputados, em 16 de abril de 2013.

JORDAN, W. A.; LARA, J.; MCPARTLAND, J. M. Exploring the causes of early dropout among race-ethnic and gender groups. *Youth and Society*, v. 28, p. 62-94, 1996. Disponível em <http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0044118X96028001003>. Acessado em 25 de setembro de 2017.

MACIEL, Willians Kaizer dos Santos. Metodologia para o cálculo do indicador "Investimento Público em Educação em relação ao PIB" / Willians Kaizer dos Santos Maciel. – Brasília : Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2009.

NERI, Marcelo. C. O tempo de permanência na escola e as motivações dos sem-escola. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2009.

PARANÁ. Revista Jurídica do Ministério Público do Estado do Paraná - ano 1 - nº 1, dez. 2014 - pág. 323. 2014.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. Diretrizes da Educação Profissional: fundamentos políticos e pedagógicos. Curitiba, 2006 BRASIL. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008. Resolução CNE/CEB n. 4/2009. Brasília, 2009.

UNICEF . Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Fora da escola não pode!: o desafio da exclusão escolar. – 1. ed. – Brasília, DF: 2013.

10. APÊNDICE 1

Método de cálculo dos indicadores e classificações apresentadas:

- **Classificação dos bairros em cinco grupos**

Após o cálculo de cada indicador por bairro utilizou-se o *software* Pradin - Programa de Apoio à Tomada de Decisão baseada em Indicadores para agrupar os bairros pela metodologia de agrupamentos por quintil, que divide a base ordenada (os indicadores dos 75 bairros) em 5 grupos, caracterizando nos grupos extremos os maiores e os menores indicadores.

- **Indicadores: Taxas de Notificação ou Registro**

As taxas são calculadas com base nas notificações ou registros da fonte de dados da rede de atendimento, sejam elas oriundas de sistemas ou de registros de atendimentos.

Para todos os indicadores ela segue a mesma lógica de cálculo:

$$\text{TAXA} = \left(\frac{\text{Número de Registros ou Notificação}}{\text{Total da População}} \right) * 1000$$

Sendo que:

- ✔ O número de registros ou notificação será de uma fonte específica de dados;
- ✔ O total da população pode ser o total da população da Regional, ou de um Bairro ou de uma faixa etária específica com referência da fonte de dados o Censo Demográfico do IBGE 2010.

11. APÊNDICE 2

Esporte e Lazer

Projeto		
Tênis de Mesa/Ping Pong		
Jogos Intelectivos	44.784	8,8%
Futsal	35.151	6,9%
Voleibol	27.461	5,4%
Futebol	26.193	5,1%
Parque	23.416	4,6%
Brinquedos e Brincadeiras	20.246	4,0%
Capoeira	19.020	3,7%
Slackline	18.570	3,6%
Xadrez	17.289	3,4%
Jogos Gigantes	16.782	3,3%
Basquete	15.842	3,1%
Xadrez Gigante	13.450	2,6%
Caçador	10.164	2,0%
Brinquedoteca	9.418	1,8%
Tênis	8.613	1,7%
Gincana	7.908	1,6%
Bets	7.306	1,4%
Judô	7.051	1,4%
Video Game	5.807	1,1%
Cantinho da Criança	5.670	1,1%
Confecção de Brinquedos	5.098	1,0%
Alongamento e Ginástica	5.067	1,0%
Zumba	4.937	1,0%
Skate	4.895	1,0%
Amarelinha	4.672	0,9%
Show de Prêmios	4.312	0,8%
Pebolim	4.122	0,8%
Oficina de Pipas	4.096	0,8%
Circuito Psicomotor	4.062	0,8%
Corrida	3.970	0,8%
Atividade Recreativa de Perna de Pau	3.603	0,7%
Espirobol	3.602	0,7%
Jogos Cooperativos	3.237	0,6%
Futebol de Botão	3.202	0,6%
Recreação Dirigida	3.140	0,6%
Muay Thai	2.796	0,5%
Jiu Jitsu	2.739	0,5%
Caminhada	2.617	0,5%
Karatê	2.606	0,5%
Jogos Coletivos	2.408	0,5%
Dança da Cadeira	2.308	0,5%
Bolinha de Gude	2.130	0,4%
Cama Elástica	2.051	0,4%
Jogos de Oposição	1.965	0,4%
Atletismo	1.686	0,3%
Ginástica Geral	1.620	0,3%
Cabo de guerra	1.325	0,3%
Mini Tênis	1.232	0,2%
Copa de Futsal	1.225	0,2%
Badminton	1.197	0,2%
X-Box	1.189	0,2%
Ginástica Artística	1.026	0,2%
Artes Marciais	900	0,2%
UNO	842	0,2%
Jogos	817	0,2%

Tecnologias Educacionais

Projeto	Quant.	(%)
"Extra, extra!"	2.302	32,1%
Educação integrada	1.067	14,9%
Radioescola	980	13,7%
Kit's tecnológicos	851	11,9%
Lego e Robótica	681	9,5%
Jornal impresso	629	8,8%
Saldômetro	163	2,3%
Jornal impresso	160	2,2%
Inclusão Digital(Curso Completo)	128	1,8%
Robótica	99	1,4%
Informática	45	0,6%
Astronomia	30	0,4%
Jornal Mural	29	0,4%
Laboratório de matemática	0	0,0%
Laboratório de ciências	0	0,0%
Total	7.164	100,0%

Geração de renda

Projeto	Quant.	(%)
Artesanato	15.976	32,4%
Fuxico	5.655	11,5%
Crochê	5.481	11,1%
Culinária	4.600	9,3%
Artesanato em E.V.A.	3.127	6,3%
Artesanato Natalino em Feltro	2.763	5,6%
Caixas Decoradas	2.328	4,7%
Enfeites Natalinos	1.462	3,0%
Penteados	1.269	2,6%
Pintura em Tecido	1.182	2,4%
Maquiagem	1.162	2,4%
Tricô	1.041	2,1%
Corte e Costura	530	1,1%
Gastronomia - Curso - Salgados Básicos	507	1,0%
Gastronomia - Curso - Confeitaria Básica	493	1,0%
Bordado	379	0,8%
Patch Apliche	246	0,5%
Chaveiros	243	0,5%
Decoração	237	0,5%
Dia a Dia - Geração de Renda	124	0,3%
Confeitaria e Panificação	111	0,2%
Biscuit	96	0,2%
Curso - Artesanato em E.V.A (Etil Vinil Acetato)	65	0,1%
Decoupage (ou Découpage)	64	0,1%
Imã de geladeira	49	0,1%
Gastronomia - Curso - Sobremesas e Tortas	49	0,1%
Confecção de Porta-Retratos em Pratos	35	0,1%
Cartonagem	33	0,1%
Cestaria	33	0,1%
Pintura de Parede	13	0,0%
Macramê	10	0,0%
Salgadeira Básico	8	0,0%
Manutenção de bicicleta	8	0,0%
Curso de confecção de caixinha decorada	3	0,0%
Bordado em Pedraria	1	0,0%
Total	49.383	100,0%

Brincadeira tem Hora.	785	0,2%
Modelagem - Massinha	770	0,2%
Bambolê	745	0,1%
Alerta	699	0,1%
Boliche	696	0,1%
Jogo da Velha	672	0,1%
Leões do vôlei	610	0,1%
Handebol	560	0,1%
Confecção de Pipas	532	0,1%
Peteca	464	0,1%
Bolinha de sabão	413	0,1%
Baile do Idoso	394	0,1%
Dia a Dia - Esporte e Lazer	392	0,1%
Festival da Criança	381	0,1%
Futebol de Areia	350	0,1%
Pescaria na bacia	328	0,1%
Futpano	319	0,1%
Xadrez	300	0,1%
Profesp	258	0,1%
Quiz	252	0,0%
Rugby	250	0,0%
Atletismo, tênis e basquete	210	0,0%
Torta na Cara	205	0,0%
Vôlei	175	0,0%
Ginástica	165	0,0%
Ginástica rítmica	135	0,0%
Atividade aquática	128	0,0%
Beisebol	120	0,0%
Arranca rabo	118	0,0%
Ginástica circense	110	0,0%
Aeróbica	105	0,0%
Patins/Roller	99	0,0%
Golfe	96	0,0%
Embaixadinha	93	0,0%
Poliesportivo	90	0,0%
Lutas	90	0,0%
Fair Play	88	0,0%
Soprobol	81	0,0%
Futebol de rua	80	0,0%
Frescobol	76	0,0%
Tangran	74	0,0%
Skibunda	61	0,0%
Jogos intelectivos e xadrez	60	0,0%
Bike - Manobras	57	0,0%
Parkour	57	0,0%
Jogo de Bafo	53	0,0%
Esportes	40	0,0%
Karate	36	0,0%
Adoleta	34	0,0%
Ginástica Aerolocal	31	0,0%
Atividades rítmicas	30	0,0%
Esportes olímpicos e paraolímpicos	30	0,0%
Construção do Mascote Olímpico	27	0,0%
João Bobo	26	0,0%
Ballet	24	0,0%
Yoga	21	0,0%
Macroginástica	20	0,0%
Footsack	20	0,0%
Jogos de raquete	20	0,0%
Basquetebol	15	0,0%
Total	509.568	100,0%

Saúde

Projeto	Quant.	(%)
Pse - programa saúde na escola	67.465	38,5%
Cop - conhecer para prevenir	66.485	37,9%
Saúde	7.953	4,5%
Alimentação Saudável	4.690	2,7%
Orientações sobre Saúde	4.612	2,6%
Outubro Rosa	4.279	2,4%
Cuidados com o Corpo	2.505	1,4%
Massagem Shantala	2.287	1,3%
Educação Alimentar	2.259	1,3%
Horta	2.135	1,2%
Dia a Dia - Saúde	1.745	1,0%
Proerd	1.638	0,9%
Saúde Bucal	1.297	0,7%
Higiene Bucal	1.280	0,7%
Agentes da Natureza	1.016	0,6%
Saúde da Mulher	689	0,4%
Caminhada da Saúde	682	0,4%
Aferição de Pressão Arterial	396	0,2%
Dia D - Combate a Dengue	389	0,2%
Avaliação de Pressão Arterial, Glicemia e Colesterol	303	0,2%
Jardinagem	261	0,1%
Alimentação saudável	215	0,1%
Prevenção de Uso de Drogas	167	0,1%
Avaliação e Orientação Nutricional	98	0,1%
Atendimento Psicológico	73	0,0%
Reiki	51	0,0%
Planejamento Familiar	48	0,0%
Alfabetizando com Saúde	41	0,0%
Comemoração ao Dia da Terceira Idade	40	0,0%
Combate a obesidade infantil	30	0,0%
ODM 5	20	0,0%
Acuidade Visual	17	0,0%
Conferência Local de Saúde	17	0,0%
Atendimento Odontológico	11	0,0%
Total	175.194	100,0%

Direitos Humanos e Cidadania

Projeto	Quant.	(%)
"Um por todos, todos por um"	8.179	26,6%
Roda de Conversa	5.260	17,1%
Mobilização de Pessoas	3.126	10,2%
Grupo de Escoteiros	2.985	9,7%
O trânsito e eu	2.205	7,2%
Transito com educação	2.010	6,5%
Dia a Dia - Educação e Cidadania	1.627	5,3%
Cessão de Espaço	1.558	5,1%
Justiça se aprende na escola	1.222	4,0%
Valores	498	1,6%
Grupo Peregrinos de Damasco	479	1,6%
Mutirão	430	1,4%
Bullyng	590	1,9%
Pastoral da Criança	219	0,7%
Grêmios estudantil	188	0,6%
Assessoria Jurídica	72	0,2%
Relacionamento Pais e Filhos	58	0,2%
Guarda Municipal Mirim	55	0,2%
Total	30.761	100,0%

Educação

Projeto	Quant.	(%)
Ler e pensar	85.592	44,8%
Informática	36.876	19,3%
Cantinho da Leitura	16.623	8,7%
Desbravadores	9.036	4,7%
Oficinas - Artesanato em Geral	5.243	2,7%
Ler e pensar	3.893	2,0%
Culinária Infantil	3.765	2,0%
Dia da Beleza	3.698	1,9%
Confecção de Cartazes/Carteirinhas	2.957	1,5%
Embelezamento das Unhas	2.350	1,2%
Libras - Vale a pena Conhecer	2.119	1,1%
Lego	1.874	1,0%
Inglês	1.510	0,8%
Educação para o Trânsito	1.452	0,8%
Internet	1.403	0,7%
Reforço Escolar	1.331	0,7%
Leitura	1.090	0,6%
Caça ao Tesouro	1.065	0,6%
Unhas Decoradas	998	0,5%
Soletando	892	0,5%
Estrutura de Trabalhos Escolares/ABNT	884	0,5%
Algodão doce	825	0,4%
Lem - inglês	794	0,4%
Exposição	695	0,4%
Confecção de Cartões	601	0,3%
Dia das mães	495	0,3%
Atividade para as Mães	478	0,3%
Foursquare	394	0,2%
Piquinique	242	0,1%
Oficina de Língua Portuguesa	220	0,1%
Lem - espanhol	195	0,1%
Espanhol	183	0,1%
Clube de Aventureiros	179	0,1%
Festa Temática	136	0,1%
Tarde da Beleza	127	0,1%
Matemática	103	0,1%
Desfile Pet	101	0,1%
Comemoração ao Aniversário do Programa Comunidade Escola	96	0,1%
Ludoteca Escolar	79	0,0%
Dia da Mulher	63	0,0%
Como Construir e Enviar Currículos	61	0,0%
Lem -	52	0,0%
Lem - frances	40	0,0%
Literatura	30	0,0%
Construção de Maquete	28	0,0%
ODM 4	15	0,0%
Curso Preparatório	14	0,0%
Dia da Troca	6	0,0%
Sala Sensorial	5	0,0%
Uso Responsável da Internet	1	0,0%
Leitura e literatura	0	0,0%
Alfabetização	0	0,0%
Total	190.909	100,0%

Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Projeto	Quant.	(%)
Educação Ambiental	4.226	38,0%
Guarda rios	3.812	34,3%
Gmm - guarda municipal mirim	2.000	18,0%
Horta	657	5,9%
Maratona da sustentabilidade	273	2,5%
Distribuição de mudas	127	1,1%
Sustentabilidade	25	0,2%
Horta e jardim	0	0,0%
Total	11.120	100,0%

Arte e Cultura

Projeto	Quant.	(%)
Dança	12.530	9,0%
Desenho	10.126	7,3%
Contação de Histórias	8.583	6,2%
Hora do Conto	8.459	6,1%
Cinema	7.348	5,3%
Teatro	7.038	5,1%
Camarim de Pintura	6.774	4,9%
Artesanato infantil.	6.514	4,7%
Hip Hop	6.384	4,6%
Violão	5.259	3,8%
Pintura Livre	5.100	3,7%
Origami	4.848	3,5%
Biblioteca/Farol do Saber	4.718	3,4%
Musicalização	4.168	3,0%
Bijuteria Infantil	3.863	2,8%
Literatura	3.495	2,5%
Fanfarra	2.374	1,7%
Artes Visuais	2.162	1,6%
Coral	2.145	1,5%
Canto e Coral	2.039	1,5%
Desfile	1.966	1,4%
Ballet	1.761	1,3%
Festa Junina Comunidade Escola	1.719	1,2%
Momento Cultural	1.530	1,1%
Argila	1.371	1,0%
Violão Popular	1.324	1,0%
Corte de Cabelo	1.267	0,9%
Apresentação Musical	1.122	0,8%
Dança do Ventre	946	0,7%
Artesanato em EVA Infantil	907	0,7%
Dança de axé	832	0,6%
Fazendo Arte com Sucata	828	0,6%
Show Musical	737	0,5%
Crochê Infantil.	718	0,5%
Flauta doce	718	0,5%
Escultura em Balão	702	0,5%
Arte	702	0,5%
Baile	590	0,4%
Dança Folclórica	536	0,4%
Percussão	420	0,3%
Grafite ou Graffiti	388	0,3%
Karaokê	369	0,3%
Jogos Teatrais	341	0,2%
Pintura em tela	290	0,2%
Confecção de Presépios	287	0,2%
Cultura da Paz e Não-Violência	277	0,2%
Mangá	276	0,2%
Flauta doce e percussão	264	0,2%
Artes Circenses	240	0,2%
Dia a Dia - Cultura	224	0,2%
Corpo coreográfico	200	0,1%
Baladinha	199	0,1%
Circo	193	0,1%
Varal Poético	158	0,1%
Confecção de Livretos/Brochura	145	0,1%
Cata-Ventos	132	0,1%
Malabares	109	0,1%
Coro e orquestra	84	0,1%
Máscaras	61	0,0%
Festival de Talentos	56	0,0%
Musicando	50	0,0%
Cadernos Desenhados	43	0,0%
Dança moderna	35	0,0%
Artes Cênicas	34	0,0%
Oficina de Fotografia	21	0,0%
Pintura em Tecido Infantil	14	0,0%
CUP SONG	14	0,0%
Haicai	12	0,0%
Gibiteca	5	0,0%
Dança de Salão	4	0,0%
Patcwork "arte com as mãos"	0	0,0%
Coral e percussão	0	0,0%
Total	139.148	100,0%

12. APÊNDICE 3

Categoria	Atividade	Quant.	(%)
Esportes coletivos	Futsal	999	17,9%
	Vôlei	558	10,0%
	Futebol	465	8,3%
	Basquete	224	4,0%
Atividades aquáticas	Natação	911	16,3%
	Polo Aquático	26	0,5%
	Hidroginástica	15	0,3%
	Hidro Power	9	0,2%
Esportes ou atividades físicas individuais	Musculação	348	6,2%
	Atletismo	173	3,1%
	Tênis	47	0,8%
	Escalada	15	0,3%
	Ciclismo	13	0,2%
	Travessia	1	0,0%
Lutas diversas	Judô	189	3,4%
	Karatê	113	2,0%
	Capoeira	102	1,8%
	Muay Thai	94	1,7%
	Lutas Mistas	64	1,1%
	Boxe	13	0,2%
	Taekwondo	2	0,0%
Não informado	Não informado	517	9,3%
Danças diversas	Dança Mista	99	1,8%
	Jazz Dance	92	1,7%
	Ballet	40	0,7%
	Dança Criativa	29	0,5%
	Hip Hop	22	0,4%
	Zumba	20	0,4%
	Dança	1	0,0%
Iniciação Esportiva	Iniciação Esportiva	166	3,0%
Ginástica	Ginástica Artística	102	1,8%
	Ginástica	13	0,2%
	Aerolocal	10	0,2%
	Ginástica localizada	3	0,1%
	Ginástica Olímpica	1	0,0%
Treinamento Funcional	Treinamento Funcional	40	0,7%
Atividades culturais	Teatro	18	0,3%
	Xadrez	11	0,2%
	Violão	8	0,1%
Total		5.573	100,0%

Fonte: SMELJ, 2016

13. APÊNDICE 4

Bairro de oferta	Oficina	Quant.	(%)
Alto Boqueirão	Oficina Circense	75	7,2%
	Breaking	15	1,4%
Boa Vista	Pintura e/ou Pintura em Tela	9	0,9%
	Violino	16	1,5%
Boqueirão	Teatro	22	2,1%
	Técnica Vocal	10	1,0%
	Violão	11	1,1%
	Violino	6	0,6%
Cajuru	Dança Urbana	1	0,1%
	Desenho	7	0,7%
	Jazz	19	1,8%
	Pintura e/ou Pintura em Tela	22	2,1%
	Teclado	19	1,8%
	Viola Caipira	1	0,1%
	Violão	17	1,6%
Capão Raso	Ballet Clássico	81	7,8%
	Breaking	6	0,6%
	Dança do Ventre	4	0,4%
	Dança Gaúcha	2	0,2%
	Desenho e Pintura em Tela	5	0,5%
	Projeto Nosso Canto "Canto Coral"	4	0,4%
	Teclado ou Violino	36	3,5%
	Técnica Vocal	27	2,6%
	Violão	22	2,1%
	Centro	Figura Humana	3
Mangá		12	1,2%
Ópera Comunitário		1	0,1%
Quadrinho Avançado		4	0,4%
Quadrinho Básico		5	0,5%
Quadrinho Intermediário		8	0,8%
Roteiro		5	0,5%
Teclado		10	1,0%
Técnica Vocal		8	0,8%
Violão		15	1,4%
Violino		6	0,6%
Fazendinha	Desenho e Pintura em Tela	43	4,1%
	Teclado	26	2,5%
	Violão	34	3,3%
	Violino	17	1,6%

Santa Felicidade	Atelier de Artes	10	1,0%
	Canto Coral	3	0,3%
	Desenho e Pintura em Tela	7	0,7%
	Guitarra	5	0,5%
	Pintura e/ou Pintura em Tela	3	0,3%
	Teatro Infantil	15	1,4%
	Teatro Juvenil	16	1,5%
	Teclado	22	2,1%
	Técnica Vocal	4	0,4%
	Violão	29	2,8%
	Violino	29	2,8%
São Francisco	Coral Brasileirinho	25	2,4%
	Grupo Brasileiro	15	1,4%
São Lourenço	Ateliê de Escultura	1	0,1%
	Desenho	12	1,2%
	Oficina de Artes	13	1,2%
	Pintura e/ou Pintura em Tela	2	0,2%
	Teatro	50	4,8%
	Violão	18	1,7%
	Violino	25	2,4%
Sítio Cercado	Desenho e Pintura em Tela	2	0,2%
	Oficina de Fotografia com celular	21	2,0%
	Projeto Nosso Canto "Canto Coral"	14	1,3%
	Teclado	16	1,5%
	Violão	47	4,5%
	Violino	4	0,4%
Total		1.042	100,0%

Fonte: FCC, 2016.



painel

Instituto de Pesquisas

www.painelpesquisas.com.br | Rua Ibirapuera, 705D - Joinville/SC Tel:
47 3025-5467 | atendimento@painelpesquisas.com.br



Curitiba

Diagnóstico da Infância
e Juventude

IDEALIZAÇÃO:



REALIZAÇÃO:



APOIO:



CURITIBA